



**Mauro Franco Neto**

**Ciência, evolução e experiência do tempo  
no *fin de siècle*: estudos e revisões sobre letrados  
brasileiros e argentinos**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria Elisa Noronha de Sá

Co-orientador: Prof. Marcelo de Mello Rangel

Rio de Janeiro  
Abril de 2015



**Mauro Franco Neto**

**Ciência, evolução e experiência do tempo  
no *fin de siècle*: estudos e revisões sobre letrados  
brasileiros e argentinos**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof<sup>a</sup> Maria Elisa Noronha de Sá**  
Orientadora  
Departamento de História - PUC-Rio

**Prof. Marcelo de Mello Rangel**  
Coorientador  
Departamento de História - UFOP

**Prof. Henrique Estrada Rodrigues**  
Departamento de História - PUC-Rio

**Prof. Rodrigo Turin**  
Departamento de História - UNIRIO

**Prof<sup>a</sup> Mônica Herz**  
Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais  
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

### **Mauro Franco Neto**

Licenciado (2012) e Bacharel (2013) em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Áreas de atuação: Teoria da História e História Intelectual Latino Americana.

#### Ficha Catalográfica

Franco Neto, Mauro

Ciência, evolução e experiência do tempo no fin de siècle : estudos e revisões sobre letrados brasileiros e argentinos / Mauro Franco Neto ; orientadora: Maria Elisa Noronha de Sá ; co-orientador: Marcelo de Mello Rangel. – Rio de Janeiro: PUC - Departamento de História, 2015.

198 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2015.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Letrados. 4. Revistas. 5. Temporalidade. 6. Ciência. 7. Evolucionismo. I. Sá, Maria Elisa Noronha de. II. Rangel, Marcelo de Mello. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. IV. Título.

CDD: 900

## Agradecimentos

Agradeço inicialmente à professora Maísa, orientadora desta dissertação, pela acolhida na Universidade e pelos momentos de interlocução de importância ímpar para a resolução deste trabalho. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, em especial o Professor Henrique Estrada Rodrigues cuja amizade e diálogo já vêm de longa data. Também aos funcionários do Departamento de História: Cláudio, Edna e Moisés.

Ao Professor Rodrigo Turin, sempre atencioso, pela disponibilidade em participar da banca e pela rica conversa sobre um tema no qual sua contribuição já é algo incontornável. Ao Professor João Cezar de Castro Rocha da UERJ pelas aulas e férteis sugestões de pesquisa. Agradeço ainda ao professor Mateus Pereira com quem este estudo teve início na Universidade Federal de Ouro Preto. Também de Ouro Preto agradeço a Marcelo Rangel pela imensa ajuda com suas leituras e inquietações compartilhadas.

Aos amigos por dividir a existência, o puro fato de ser. Aos de ontem, hoje e sempre: Guilherme Bianchi, Luan, Maria Franzoni. Aos amigos que conheci no Rio ou que de algum modo ali dividiram bons momentos e ajudaram na difícil adaptação de um mineiro nesta cidade: Maria Noujaim, Luiz Antônio, Clarissa, Igor, Gabriel, Eduardo, Weder, Maria Beatriz, Marconni, Camila e, em especial, Bruno Omar. Também agradeço a Daniel e André, amigos e anfitriões nas Minas.

Aos meus pais pelo apoio incondicional sem o qual nada disso seria possível. Aos meus familiares. À Léa.

Em memória de meu avô, Marcílio.

Ao CNPq e à PUC-Rio pelas bolsas de financiamento concedidas.

## Resumo

Franco Neto, Mauro; Sá, Maria Elisa Noronha de. **Ciência, evolução e experiência do tempo no fim de siècle: estudos e revisões sobre letrados brasileiros e argentinos.** Rio de Janeiro, 2015. 198p. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O tema deste trabalho é a experiência do tempo entre letrados brasileiros e argentinos nas décadas finais do século XIX. As fontes investigadas foram dois periódicos de grande ressonância entre aquelas comunidades letradas de então, a *Revista Brasileira* (1895-1899) e no caso argentino a revista *La Biblioteca* (1896-1898), além ainda de dois autores de particular importância como Euclides da Cunha (1866-1909) e José María Ramos Mejía (1842-1914). A abordagem priorizou a escolha por índices e sintomas que de alguma forma evidenciassem a relação tecida por aqueles letrados com a temporalidade. A hipótese destacada é a de que, ao contrário do que foi considerado por parte da historiografia dos dois países, aquela experiência finissecular trará consigo várias modalidades de tempo que, longe de simplesmente intensificarem um dito tempo progressista da modernidade, possibilitarão, por vezes, mesmo a sua moderação e a tomada de formas cada vez mais múltiplas.

## Palavras-chave

Letrados; revistas; temporalidade; ciência; evolucionismo.

## Abstract

Franco Neto, Mauro; Sá, Maria Elisa Noronha de (Advisor). **Science, evolution and experience of time in the fin de siècle: studies and reviews about Brazilian and Argentinean men of letters.** Rio de Janeiro, 2015. 198p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The subject of this study is the experience of time between men of letters from Brazil and Argentina in the final decades of the nineteenth century. The historical documentation that was investigated were two journals with strong resonance among those lettered communities in that time, the *Revista Brasileira* (1895-1899) and in the Argentine case the journal *La Biblioteca* (1896-1898), as well as two authors particularly important as Euclides da Cunha (1866-1909) and José María Ramos Mejía (1842-1914). The approach prioritized the choice of evidences and symptoms that somehow demonstrate the relationship taken by those men of letters with temporality. The leading hypothesis is that, as opposed to what was considered from the historiography of the two countries, the *fin de siècle* experience brought with it distinct modalities of time that, far from merely intensify an alleged progressive time of modernity, allowed even his moderation and the taking of increasingly multiple forms.

## Keywords

Men of letters; journals; temporality; science; evolutionary.

## Sumário

1. Introdução	10
---------------	----

### Parte I

2. O evolucionismo e suas cisões: história e loucura em José María Ramos Mejía	30
--	----

2.1 <i>Las neurosis de los hombres célebres...</i> Tempo e história	34
---	----

2.2 <i>La locura en la historia</i> e os limites da linguagem evolucionista	42
---	----

3. As várias faces do tempo e da história na revista argentina <i>La Biblioteca</i> (1896-1898)	
---	--

3.1 <i>A La Biblioteca</i> e o contexto letrado argentino finissecular	50
--	----

3.2 À roda de Paul Groussac: desterro, ceticismo e a crítica da autoridade letrada argentina	58
--	----

3.3 <i>Nuevos rumbos humanos</i> : a questão social e o senso de decadência	68
---	----

3.4 Um breve debate sobre a ciência e suas (im)possibilidades: Lucio Mansilla e Paul Groussac	85
---	----

3.5 O signo da nação e o problema da historicidade: a história como consolidação nacional	93
---	----

3.6 Era preciso... tempo!	108
---------------------------	-----

3.7 Do Direito ou da história como consolidação institucional	111
---	-----

### Parte II

4. Canudos sob o olhar da ciência: Nina Rodrigues e Euclides da Cunha na interpretação da guerra no Sertão	120
--	-----

4.1 Uma opinião imediata: Nina Rodrigues e a loucura epidêmica de Canudos	
---	--

4.2 O fardo da ciência: Euclides da Cunha e a hesitação com a síntese	130
5. A <i>Revista Brasileira</i> (1895-1899) e as formas do tempo: a questão social, os limites da ciência e o desconsolo republicano	
5.1 A terceira fase da <i>Revista Brasileira</i> e o lugar do letrado em tempos republicanos.	140
5.2 O observador José Veríssimo e o apelo ao “grão de ironia e ceticismo”	148
5.3 Quebras na ordem do tempo: a irrupção do social e a emancipação feminina	156
5.4 Os tempos do Brasil: a mestiçagem e os limites da ciência	163
5.5 Modelos de apropriação: a ciência e sua recepção na <i>Revista Brasileira</i>	165
5.6 Afinal está o Brasil aquém ou além da ciência?	172
5.7 Narrativas da experiência: o desconsolo republicano e a descoberta de um novo Brasil	181
6. Considerações finais	190
7. Referências bibliográficas	194



*Pois bem, no que concerne a essas frases, (...) descobri ser impossível recordar-lhes o enunciado preciso. Assim, a cada orador fiz falar como, em minha opinião, ele o teria feito naquelas circunstâncias, atendo-me o mais estreitamente possível à linha de pensamento que norteou sua fala.*

Tucídides

## 1. Introdução

Por ocasião da presença na cidade do Rio de Janeiro no fim de 1895 do então ministro plenipotenciário argentino, Martín García Mérou, o político e historiador brasileiro Visconde de Taunay aproveitava o ensejo para apresentar ao público da *Revista Brasileira* a obra do ministro e escritor argentino e também lançar um questionamento de fundo a respeito do desconhecimento mútuo entre os povos da América do Sul: “Por que o isolamento em que temos vivido uns para com os outros? Que justificação tem essa ignorância radical, esse desconhecimento absoluto (...)?”<sup>1</sup> Outro escritor, Graça Aranha, insiste na questão e vai mais adiante. Se brasileiros e argentinos não poderiam olhar uns para os outros, tal como olhavam para Europa e suas realizações civilizacionais, que ao menos vissem uns aos outros então como exóticos, tal como no mais comum experimento antropológico; que se abrissem a uma curiosidade horizontal: “Sacrificai à deliciosa curiosidade. Recordai que somos, como os japoneses ou os escandinavos, os exóticos.”<sup>2</sup>

A dissertação que aqui segue nasce do desejo de aproximar duas comunidades linguísticas, aquela brasileira e a argentina das décadas finais do século XIX, em que um conjunto de questões, sejam elas da ordem da continuidade ou da ruptura, aparecem como possíveis índices para a compreensão de uma dada experiência do tempo. Novamente, é Graça Aranha quem nos possibilita colocar a questão de forma adequada. O escritor brasileiro dizia que tanto o Brasil como a Argentina e toda a América do Sul encontravam-se num momento embrionário em que o rumo tomado pela evolução – se para a concretização desses povos ou seu desmembramento – era uma questão absolutamente em aberto:

O Brasil, como toda a América do Sul, está ainda no período de nebulosa. No princípio era o caos. Não sei qual será a trajetória de nossa evolução. Se sairemos da matéria cósmica inicial como um grande corpo, ou se nos iremos desagregando em asteroides pela via láctea dos povos.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup>TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. Um literato argentino: D. Martín García Mérou. **Revista Brasileira**, Tomo I, 1895, pág. 281.

<sup>2</sup>ARANHA, Graça. Notícia Atual da Literatura Brasileira. **Revista Brasileira**, Tomo XIII, 1898, pág. 182.

<sup>3</sup>*Ibidem*, pág. 183.

Ou seja, qualquer investigação que se proponha a reconstruir alguns estratos de experiência do tempo presentes naquelas duas comunidades, deve considerar uma dimensão plural capaz de comportar os temores, as expectativas, os projetos (vencedores ou não), que perfizeram aquela relação com o tempo. As dúvidas de Graça Aranha, longe de serem apenas suas, aparecem como traço comum que atravessa as obras dos letrados que serão aqui destacados. Considerar tal dimensão é ir à contramão de algumas interpretações que insistem em pintar ambas as comunidades letradas finisseculares como contextos uníssonos em torno de uma agenda otimista com a modernização, o progresso científico e as mais diversas faces assumidas por um dito “novo tempo”.

A investigação que tinha como plano inicial mapear os impactos do evolucionismo numa dada forma de organização da temporalidade, uma vez em contato com as fontes de época passa a tomar uma nova forma. As apropriações de tal corrente por parte de letrados brasileiros e argentinos mostram-se extremamente críticas, de modo a dar uma feição particular ao evolucionismo e outras correntes científicas correlatas quando desafiadas por um novo espaço com suas questões específicas. De tal modo que o problema da pesquisa é então reconfigurado para uma investigação sobre como e sob quais efeitos tal apropriação crítica possibilita a ordenação de relações sempre plurais com a temporalidade e distantes de experiências unívocas. A hipótese destacada é a de que, ao contrário do que se poderia imaginar inicialmente, o evolucionismo e a ciência trarão consigo várias modalidades de tempo que, longe de simplesmente intensificarem uma dita temporalidade moderna do progresso, possibilitarão, por vezes, mesmo a sua moderação e a tomada de formas cada vez mais múltiplas.

Soma-se a isso a incorporação de alguns outros índices que permitissem um acesso privilegiado à maneira pela qual letrados brasileiros e argentinos imprimiam sentido ao tempo nas décadas finais do século XIX. São particularmente elucidativos alguns temas que então concentravam suas atenções como a dita “questão social” e seu ímpeto transformador das estruturas de uma sociedade, a república recém-inaugurada no caso dos brasileiros ou mesmo a centralidade do Direito para os letrados argentinos na tarefa de reconstrução da história nacional. Todos tem o traço comum de serem potencialmente reveladores de um conjunto expectativas, tensões, projetos, crises, além da produção de continuidade e descontinuidade com o passado. A escolha por dar amplo espaço

aos relatos e impressões daqueles letrados em lugar de criar visões holísticas responde a um imperativo de manter o passado sob sua pluralidade constituinte que não cria narrativas reducionistas e apaziguadoras, interessando propriamente o passado em sua desordem.

A dissertação será desenvolvida através de quatro estudos. Dois deles preliminares sobre obras individuais – nos referimos ao argentino José María Ramos Mejía (1842-1914) e ao brasileiro Euclides da Cunha (1866-1909) – que pelo alcance das suas reflexões se comportam como peças chaves na tarefa de compreender um dado vocabulário e as questões então em jogo. Seus textos permitem a entrada, por sua vez, numa dimensão mais ampla e que possibilita aquele objetivo maior de reconstruir a multiplicidade de discursos e narrativas sobre o tempo que só um espaço diversificado como o periódico pode proporcionar. Neste sentido, a escolha pela *Revista Brasileira* (1895-1899) e pela revista argentina *La Biblioteca* (1896-1898) como plataformas privilegiadas para a reunião de letrados que procuravam pensar, a quente, suas nações, toma por princípio um maior contato com polêmicas, tensões e debates que dão a face plural daquelas comunidades linguísticas. Mesmo que um acesso total ao passado seja mera ilusão, a possibilidade de um maior mapeamento de vocabulário que oferece o periódico é imprescindível para não incorrer no risco de generalizações que tomam um autor como retrato de uma época.

Nesta introdução oferecemos espaço a algumas compreensões preliminares que podem ajudar na tarefa de definir preventivamente alguns entendimentos que virão à tona no decorrer do nosso argumento. Não interessará nesta introdução criar contextos estáticos como um tabuleiro em que os trajetos dos agentes históricos já estariam previamente traçados, mas sim pensar as condições de possibilidade de uma dada experiência do tempo, além de apontar algumas nuances e limites no interior de argumentos que pretendam definir uma dita temporalidade “moderna.” As anotações que seguem objetivam se aproximar do lugar e das implicações do evolucionismo para uma dada organização da temporalidade, além de tatear uma das suas faces mais decisivas, aquela do organicismo. Há espaço ainda para um olhar sobre a constante convivência das categorias “progresso” e “decadência” como formas de imprimir sentido ao problema da transformação histórica e sobre as dificuldades encontradas por toda investigação que se propõe a falar de um suposto “tempo da modernidade”.

\*\*\*

### \* A história universal e os efeitos de uma teoria da evolução

*Será realmente que a segunda metade do século XIX era dominada por um senso de segurança ao qual a Primeira Guerra Mundial teria repentinamente posto fim?*<sup>4</sup>

O filósofo alemão Odo Marquard relata que curiosamente no mesmo ano da Revolução Francesa, Friedrich Schiller ministrava na Universidade de Jena sua primeira aula, assim intitulada: “O que significa e com qual finalidade se estuda a história universal?”. Seu argumento dava conta de que a história era algo demasiado importante para ser deixada apenas com historiadores, aqui entendidos como personagens dotados de excesso de erudição, sendo necessário uma “cabeça filosófica” que destacasse os acontecimentos fundamentais no transcurso precedente do mundo e, desse modo, fosse capaz de definir uma relação entre o passado, o presente e uma meta futura a partir de um objetivo racional.<sup>5</sup>

Como leitor de Reinhart Koselleck e sua interpretação da crise instaurada pela aceleração do tempo histórico a partir da segunda metade do setecentos, Marquard identifica que a história universal é uma das principais respostas encontradas para dotar de sentido aquele conjunto de transformações sempre mais rápidas e constantes. Esta história, concomitantemente singular e plural por reunir todas as histórias em uma – a única história do progresso e aperfeiçoamento humano –, é descrita por Marquard como tendo que conviver com dois momentos distintos. Inicialmente com uma postura mais agressiva e assumindo a forma de “filosofia da revolução”, sua realização pressupunha a transformação do que antes era esperança, desejo e expectativa em objeto de experiência real.

A decepção, porém, com a possibilidade efetiva do malogro da revolução a curto-prazo, levava a um segundo momento, agora caracterizado pela negação da contemporaneidade da boa revolução. Esta se localizava num passado ideal ou

<sup>4</sup>ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador**: a ideia de progresso. São Paulo: Ed. Unesp, 2000, p.122.

<sup>5</sup>MARQUARD, Odo. **Apologia de lo contingente**. Valencia (Espanha): Ediciones del Institutió Alfons el Magnànim, 2000, p.71.

num futuro ainda por constituir-se. Uma longa extensão temporal era então a condição de possibilidade para essa segunda forma assumida pela história universal, aquela da moderação das expectativas quanto às rápidas transformações e que encontrou um importante potencial explicativo nas diretrizes de uma teoria da evolução.<sup>6</sup>

As matizes no interior dessa definição de história universal tornam complicadas as leituras que a reduzam como apenas o momento da autolegitimação do saber científico, como época da “superação”, da razão forte e da produção de soluções positivas.<sup>7</sup> Particularmente na segunda metade do século XIX, a linguagem do evolucionismo atuará como reconfiguradora de uma dada forma de ordenar o tempo. A partir dela, será possível pensar nova intuição histórico-evolutiva submetida a um movimento de constante aperfeiçoamento. É um engano, porém, acreditar que a sedimentação dessa linguagem aconteça de forma unívoca e sem um amplo número implicações e tensões no seu próprio interior.

O tema da evolução histórica ganha traços bem precisos após obras como as de Darwin e Spencer. Uma história das ideias, tal como se fazia até algumas décadas atrás, pecaria por associar tal concepção à “ideia de progresso”<sup>8</sup>, já presente em momentos anteriores. Por mais que fosse possível localizar várias formas de se referir ao progresso até o século XVIII como “crescimento”, “incremento”, “aumento”, “ir para frente”<sup>9</sup>, entre outros, só com o evolucionismo será possível pensar um tempo que aponta necessariamente para um melhoramento. Disto não decorre, porém, que a adesão às suas linhas gerais tenha sido plena e nem mesmo que essa experiência do tempo tenha inviabilizado outras formas de assimilação.

A possibilidade do naufrágio e do não atendimento das expectativas do futuro sempre existiu. O nível de complexidade do problema colocado vem à tona

---

<sup>6</sup>*Ibidem*, p.73.

<sup>7</sup>ROSSI, Paolo. *Op.Cit.*, p.116.

<sup>8</sup>Esse é o principal problema da obra do filósofo italiano Paolo Rossi. Ao se propor a investigar uma grande continuidade da “ideia de progresso”, o autor reúne um grande período entre os séculos XV e XIX, supostamente atravessado pela perenidade dessa ideia. Neste sentido, a investigação de Reinhart Koselleck a respeito do conceito de história, é preciosa por ressaltar as sedimentações e nuances em torno do termo “progresso”. A principal interpelação à tese de Rossi seria o caráter circular que compõe radicalmente o conceito de história, no mínimo, até finais do século XVIII. KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.

<sup>9</sup>ROSSI, Paolo. *Op. Cit.*, p.113.

se observarmos que, mesmo entre autores que compunham parte importante no repertório de leituras dos letrados argentinos e brasileiros finisseculares, é possível encontrar o temor do abismo: “Hyppolite Taine pensava em 1878 que do camponês, do operário, do burguês da segunda metade do século XIX, tornados pacíficos e gentis por uma antiga civilização, pudesse repentinamente ressurgir o bárbaro”<sup>10</sup>.

Mais sintomático ainda é quando paladinos da exatidão do pensamento científico (de importante repercussão entre letrados brasileiros e argentinos) e sua capacidade de explicar as anomalias dos insurgentes movimentos de massa – tais como Maudsley, Lombroso, Scipio Sighele, Gabriel Tarde, Gustave Le Bon –, concordavam que o homem isolado fosse ser civil, mas a multidão possuía os piores instintos e era capaz assim de contraproducentes efeitos degenerativos sobre a sociedade. Degeneração esta que, em contraste com a fé na ciência e na civilização, recebeu interesse de todos os tipos de escritores nesse momento, sejam eles psiquiatras, antropólogos, sociólogos, romancistas, historiadores, etc. É um dos primeiros momentos que se pensa o inconsciente, o inconsciente coletivo. O cérebro e a consciência guardam em si não só a razão, mas os traços da primeira vida infantil, os traços dos selvagens animais de um remoto passado.

Se optarmos por observar o evolucionismo como uma resposta específica ao problema da história universal<sup>11</sup> – esta que desde meados do XVIII ganha autoridade para tornar inteligível o passado –, veremos que, menos que intensificar essa história singular e acelerada, ele terá efeito moderador e de controle sobre o tempo. Ou seja, há fortes ambivalências e complicações internas ao regime de temporalidade evolucionista que não permite associá-lo, de imediato, como uma simples continuidade de uma temporalidade “aceleracionista”.

Uma das formas de produção de sentido dessa história que se pretende única, progressista e em constante aperfeiçoamento, é o da positivização da mutabilidade<sup>12</sup>, de modo que se a mudança e o novo devem prevalecer sobre a resistência das normas tradicionais, a expectativa do desenvolvimento em curto prazo se faz cada vez mais presente. O dilema se torna então real com o atrasar

---

<sup>10</sup>*Ibidem*, p.122.

<sup>11</sup>MARQUARD, Odo. *Op.Cit.*, p.73.

<sup>12</sup>*Ibidem*, p.41.

recorrente do evento rompedor que transforma. É neste ponto que o potencial explicativo da teoria da evolução atua no resguardo e na manutenção da possibilidade do progresso, salvando-a do “fim final”. Para não cair numa teoria pessimista da decadência, faz-se uso do recurso a uma grande dimensão temporal que se converte numa expectativa a longo prazo, e isso repetidamente em intervalos cada vez menores.

É tal efeito moderador, e não propriamente intensificador, que nos revela essa face mais problemática da funcionalidade de uma apropriação do evolucionismo no contexto estudado. Tais fissuras e nuances ganham ainda mais relevo ao lermos um texto para além do seu conteúdo ideológico (autoritarismo, conservadorismo, positivismo) e sim por seus “umbrales de historicidad” (formas de temporalidade, hipóteses científicas, etc). Descobre-se assim que toda fixação de sentido é constitutivamente precária, sem que antes haja uma abertura para os limites de um campo semântico.<sup>13</sup>

#### **\* Agir “au nom de la nature”: organicismo, moderação e outras implicações**

Paralelamente a essas compreensões que emergem no período pós revolucionário, uma em especial atuará lado a lado com a perspectiva evolucionista na tarefa de ordenação de um tempo sempre mais imprevisível. Para explicar o movimento de um corpo social cada vez mais complexificado e instável, um certo discurso substancialista reveste esse corpo de inteligibilidade a partir de associações com um elemento dotado, por sua vez, de maior estabilidade, isto é, a natureza. Multiplicam-se nas primeiras décadas do século XIX alegorias de uma história natural da sociedade, de uma fisiologia social ou mesmo, ainda que fortalecida apenas no final do século, da sociologia. Estava em jogo a prerrogativa de descobrir um sentido ordenador e um princípio de concordância na ação dos homens, uma medida exata da reciprocidade de seus interesses.<sup>14</sup>

Apropriando-se da antiga tradição do vitalismo e suas metáforas orgânicas, o novo entendimento do corpo social tinha como desafio relacionar a pluralidade

<sup>13</sup>PALTI, Elias. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007, p.251.

<sup>14</sup>BLANCKAERT, Claude. *La nature de la société*. Organicisme et sciences sociales au XIX siècle. Paris: L'Harmattan, 2004.



constitutiva dos homens com a unidade da sociedade, como explicar unidade de ação e movimento de uma entidade complexa e múltipla na sua estrutura. De tal modo que, para a tradição organicista do século XIX, uma entidade social não é a simples soma de indivíduos, mas principalmente aquilo que garante certo senso de compartilhamento, de uma harmonização da totalidade. O movimento desse corpo, isto é, a “ordem social” é aqui natural, necessária e mesmo condicionante dos movimentos futuros. Há uma dada tendência a se estender no tempo certificado pela existência de um contrato fisiológico. Para o historiador francês Claude Blanckaert, partindo de Volney (1757-1820) e se fortalecendo com seus sucessores, ganha espaço a compreensão de um dado balanço harmônico entre os órgãos sociais, de modo a favorecer a eles uma regulação comum.<sup>15</sup>

A principal implicação do organismo não significar apenas a simples soma de órgãos, mas um todo coerente, é aquela de uma autorregulação independente de qualquer interferência externa. Assim, um primeiro germen dessa compreensão estaria no ato da anatomia setecentista em abandonar a superfície visível em favor de uma “interioridade criadora” e autorregulada. Disso decorre uma inédita concessão à coerência orgânica, de maneira que as partes não são simplesmente sobrepostas, mas se correspondem e desenham um plano de semelhança entre si. Em síntese, a conexão entre esses órgãos não é algo fortuita, mas sim dotada de um sentido bem preciso.

Emergia a compreensão de que o reino social, por ter uma evolução paralela, é parte comum da natureza. Resulta de um processo semelhante, ainda que com um nível de complexidade decididamente maior do humano. Ao mesmo tempo, o prestígio de então das ciências naturais estava na raiz de termos como anatomia social, histologia social e morfologia social. Na própria Sociologia proposta por Auguste Comte esta não seria mais que um departamento da Biologia. No século XIX, a Biologia representava mais que uma ciência, ela era uma “meta-teoria dos sistemas de organização”. Esta acaba aqui instrumentalizada para se pensar a *Nature* da sociedade.<sup>16</sup>

Inicialmente o organicismo ao comparar os – de certo modo – previsíveis movimentos da natureza com aqueles do corpo social, favorece uma interpretação

---

<sup>15</sup>*Ibidem*, p.18.

<sup>16</sup>*Ibidem*, p.39.

do fato social como uma realidade *sui generis*.<sup>17</sup> Ou seja, o “social” assume a forma da realidade pura e cristalina; o espaço, por excelência, onde a história aconteceria e onde a intervenção garantiria os resultados previstos. Isto desdobrado traz, por exemplo, um entendimento de central importância como aquele da sociedade como horizonte de sentido da política e a ótica intervencionista fundadora da sociologia. Não parece circunstancial que o paradigma da “organização do social”, na radicalidade maior que esse termo possa ter, implica ainda garantir que distúrbios políticos como o despotismo ou a anarquia não atrapalhem o pleno funcionamento daquele todo coerente orgânico. Não seria um equívoco argumentar que estava em jogo um movimento de naturalização do processo histórico, no qual o “social” emerge como algo retro eficiente que entra em acordo espontaneamente, tal qual um organismo animal. A esse ponto, é possível afirmar que havia todo um vocabulário entre letrados e cientistas de uma ruptura definitiva com interferências externas como os traços providencialistas que ainda se faziam presentes.

É fato conhecido também, e aqui entramos no âmago da questão, que entre 1800 e 1860 vários *savants* tentaram legar seu nome à posteridade com leis históricas de pretensões universalizantes. Darwin, Cuvier, Lamarck, Saint-Hilaire, Claude Bernard, Perrier, etc. Procuravam fatos gerais, sínteses universais e a convergência dos conhecimentos orgânico, biológico e histórico.<sup>18</sup> Disso decorre a pretensão da sociologia organicista em ser capaz de avistar a totalidade da organização humana. No programa organicista, as grandes sínteses sobre o processo histórico vêm sempre acompanhadas de uma **intenção moderadora** que, através das metáforas zoológicas, buscam associar o movimento do corpo social como algo gradual e antirrevolucionário. Algo similar ao processo em que a natureza é capaz de absorver e explicar a evolução dos animais superiores que prevê um movimento demorado de cruzamento das suas funções.

Curiosamente, os acontecimentos que agitaram a França nos anos de 1789, 1830 e 1848 (acontecimentos de viés antimonarquista e revolucionário) ficavam negativamente marcados por flertar com uma “loucura social” e ameaçar o equilíbrio sutil das instituições. O ensinamento geral aqui está em que isto indicaria as *tendências* progressivas profundas e irreversíveis, da passagem do

---

<sup>17</sup>*Ibidem*, p.19.

<sup>18</sup>*Ibidem*, p.43.

estado difuso ao estado organizado no mundo natural e também naquele histórico: “a história natural tece as condições da própria história.”<sup>19</sup>

Há aqui uma convivência conflituosa, e por isso mesmo interessante, entre o vocabulário organicista (de intenção moderadora) e a emergência de temas como a “questão social” (esta, como veremos mais adiante, com intenção aceleracionista) que terão impacto profundo na organização da ordem do tempo. Uma vez que estes temas insurgentes eram tratados como problemas naturais que se resolveriam sem crises nem agitações, mas sim tal como previa o “contrato fisiológico” e a “natureza das coisas”, seria possível, no máximo, acelerar ou frear o processo histórico, mas jamais desnaturalizar ou criar do marco zero um movimento que, em grande parte, já estaria pré-configurado. O progresso seria propriamente a realização da ordem e seu desenvolvimento consequente: “Para Comte, Spencer e Durkheim, o grande livro da natureza mostrava tudo que está escrito, tudo estava ‘rigorosamente prescrito’.”<sup>20</sup>

### **\*A “questão social”: um outro ritmo do tempo e da história**

Dentre estes “ritmos” impostos ao tempo e a história, dos quais o evolucionismo e o organicismo operavam um sentido particularmente moderador, outro fenômeno parece caminhar em trajeto oposto, oferecendo propriamente a dimensão mais impetuosa e rompedora daquela temporalidade. A “questão social” desencadeará entre letrados brasileiros e argentinos as mais diversas reações, mas sempre com o traço comum da natureza primordialmente violenta das suas rupturas com as estruturas de continuidade.

A “questão social” guarda raízes num fenômeno particular ao mundo moderno, denotado por relativo embaralhamento das esferas política e social que, anteriormente desvinculadas, passam agora a ter significados bem próximos, especialmente num dado “interesse social” sobre o mundo político. Segundo Hannah Arendt, havia entre os gregos uma divisão razoavelmente bem delineada entre uma organização política do espaço público, dada a própria natureza político do homem como *zoon politikon*, e uma organização doméstica representada pela casa (*oikos*) familiar onde se lutava pelo resguardo do “social”, isto é, das

<sup>19</sup>*Ibidem*, p.53. Tradução nossa.

<sup>20</sup>*Ibidem*, p.91. Tradução nossa.

necessidades biológicas para a manutenção da vida.<sup>21</sup> Ao pertencer a duas ordens de existência, o indivíduo era cindido inicialmente numa dimensão política caracterizada pela ação e pelo discurso, de modo que, como a esfera dos “negócios humanos”, só haveria ali espaço para o exercício da liberdade. Tudo que era da ordem de um dado interesse “necessário” ou “útil” dizia respeito à outra dimensão, principalmente porque, como ser político, o viver na *polis* significa que as coisas se resolviam mediante a persuasão e não a violência, algo muito peculiar a uma sociedade guerreira.

Como um fenômeno pré-político, a “necessidade” além de reinar entre todas as atividades da casa, pressupunha ainda o emprego da violência para a garantia das condições sociais mínimas. Os primeiros traços, contudo, de um desmantelamento dessa ordem viriam, segundo Arendt, na própria incompreensão dessa estrutura político grega pela tradução latina. Sêneca ao se deparar com o *Zoon Politikon* de Aristóteles teria encontrado o seu *Animal Socialis*, de maneira que acrescentava também uma natureza social ao homem.<sup>22</sup> De origem grega e não romana, a palavra *societas* possuía entre aqueles um cunho visivelmente político. Mais que isso, a *Societas generis humani*, sociedade da espécie humana, começa a adquirir o sentido de condição humana fundamental.

O que interessa mais diretamente aqui é o momento da definitiva incorporação dessa dimensão social pelo universo político na modernidade, com a elevação daquela anterior obrigação doméstica a um nível público, mais diretamente com a expansão dessa esfera política agora representando uma híbrida definição de “sociedade”. Particularmente é também nesse momento que a “questão social” passa a se constituir como um desafio a ser solucionado no interior do campo político, principiando assim um vocabulário que passa a representar essa questão como símbolo de um “novo tempo”, de um tempo de inaugurações e rupturas com uma dada ordem.

A radicalização desse movimento teria então sido deflagrada pela linguagem revolucionária da segunda metade do século XVIII. Se desde a Antiguidade as motivações econômicas já poderiam ser encontradas em determinados processos revolucionários, um papel decisivo da “questão social” na

---

<sup>21</sup>ARENDDT, Hannah. O homem: animal social ou político. In: \_\_\_\_\_. **A condição humana**. 10ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

<sup>22</sup>ARENDDT, H. *Op.Cit.*, p.32.

irrupção de movimentos políticos só será possível na era Moderna.<sup>23</sup> O caráter único desse fenômeno na modernidade, segundo Arendt, decorre da sedimentação de um novo vocabulário capaz de subverter uma ordem há muito cristalizada. Antes disso, as sublevações, embora não pudessem deixar de ser violentas e sangrentas, continuavam a se apoiar numa distinção entre pobres e ricos no plano da ordem natural. É a dúvida de que a pobreza seja inerente à condição humana que irá condicionar a particularidade das insurreições modernas.

Causa e consequência desse movimento é a relação tecida com o tempo. Tendo em vista a forte ruptura promovida pela experiência e pela linguagem revolucionária, abre-se a brecha para o confronto com um evento, por assim dizer, “inteiramente novo”. Mesmo que o conceito grego de tempo previsse, em algum grau, a possibilidade do mutável, e mesmo o conceito cristão visse no nascimento de Cristo um evento único, o homem estava condenado a contemplar o mesmo espetáculo histórico e natural. A tomada de consciência de que o princípio da “novidade” poderia ser um fenômeno político seria, para Arendt, o ponto chave de uma mudança. Quando essa “inovação” ganha o “mercado público”, tem-se início uma nova história desencadeada por “homens de ação”.

A partir desse momento, o conceito moderno de revolução que até o evento francês de 1789 denotava algo próximo da metáfora astronômica do perpétuo retorno, assume progressivamente uma acepção biológica que alicerça e impregna teorias sociais e orgânicas da história. Não parece casual então que a história seja associada ao corpo humano e suas necessidades biológicas de transformação que acontecem de maneira “irresistível”. O elogio da mutabilidade e da transformação histórica como caminho natural entra, assim, no campo da “necessidade”.

A “necessidade”, contudo, oculta alguns sentidos. E esta é a grande preocupação de Hannah Arendt para com o legado que o vocabulário político moderno deixará. Quando a “necessidade” invadiu o domínio político – o único domínio que os homens podem ser verdadeiramente livres –, a violência, antes empregada apenas na manutenção das condições de vida, passa também a ser parte constituinte da ação política:

---

<sup>23</sup> ARENDT, Hannah. A questão social. In: \_\_\_\_\_. **Da Revolução**. Brasília: Editora da UNB, 1988.

Mas com a queda da autoridade legal e política, e o advento da revolução, era o povo que estava em foco, e não problemas de ordem econômica e financeira, esse povo se introduziu de repente no domínio político, com fúria explosiva. Sua necessidade era violenta, e como que pré-política; parecia que apenas a violência teria a força e a presteza suficientes para ajudá-los.<sup>24</sup>

Guiava-os um novo uso do conceito de “povo”, agora como “aquelas classes inferiores da população” e não só os que participavam do governo. Há aqui, segundo a autora, uma mudança de ênfase da república para o povo e que significava que a unidade permanente do futuro não era mais garantida pelas instituições temporais, mas pela vontade do próprio povo, uma obscura e sobre-humana “vontade geral”. Era difícil apontar no interior da revolução termos e frases que clarificassem quais os temas que aqueles homens estivessem em dissensão. A transformação dos Direitos do Homem nos Direitos dos *Sans Culottes*, uma classe específica que era revestida de uma dita aura de honestidade, foi o ponto de perda de sentido da revolução. Ali ficava evidente um ponto crítico, onde jacobinos acreditavam mais no povo do que na república, pensando na “bondade natural de uma classe” e não nas instituições e constituições. Se partirmos então do pressuposto que a “questão social” tem uma história, que é relativamente recente, e que ela recorrentemente será associada a um tempo “novo”, um tempo de inaugurações e do desencadear do imprevisível, fica um pouco mais compreensível em qual rede semântica esse vocabulário é mobilizado neste trabalho.

### **\*Progresso e Decadência**

Ainda no interior de uma investigação sobre problemas da ordem do tempo, dois conceitos são capazes de condensar um extrato de uma dada experiência do tempo que resultam aqui importantes, particularmente na forma como foram mobilizadas para imprimir sentido ao tema da transformação histórica.<sup>25</sup> Foi Reinhart Koselleck quem argumentou que, “resulta trivial afirmar que allí donde hay seres humanos implicados en historias siempre existen

<sup>24</sup>*Ibidem*, p.72.

<sup>25</sup>O termo espanhol “cambio” parece dotado de uma maior eficácia explicativa e por isso será privilegiado nos momentos em que nos referirmos ao problema da transformação histórica.

experiencias de cambio y transformación”.<sup>26</sup> O que não é trivial, porém, é se perguntar de que forma e com quais implicações envolvidas, os seres humanos mobilizaram conceitos e metáforas para se referir ao problema do “cambio”. Expressões como “movimento”, “progresso”, “degeneração”, “decadência”, “revolução”, entre outras, trazem consigo significados com um fundo espacial e natural e algum tipo de referência a maneiras de produzir sentido para o problema da transformação. Especialmente “progresso” e “decadência” são expressões de longas trajetórias, responsáveis por preencher em um conceito experiências e processos produzidos no interior de um tempo histórico.

Em um bosquejo histórico de grande amplitude, e por isso lacunar<sup>27</sup>, mas certamente capaz de lançar algumas compreensões, Koselleck identifica que a referência à ascensão ou decadência sempre existiu. Se entre gregos antigos e a rica tradição cristã medieval a possibilidade do progresso nunca foi além de algo da ordem do parcial que, ora ou outra, seria abalada pelo périplo da decadência, a situação ganha novas nuances quando entre os séculos XV e XVI o progresso passa a suplantiar mais decididamente a decadência.

A “mundanização” do progresso, como é evidenciada por Francis Bacon ao negar a autoridade dos antigos e seu direito a possuir de forma permanente a verdade, ou mesmo quando por volta de 1800 o conceito de progresso passa a ganhar um conteúdo especializado, marcam para Koselleck a especificidade de uma forma dita moderna de dotar de sentido o problema do câmbio e da transformação. Algumas experiências são então decisivas para desencadear a possibilidade de um futuro aberto, como o descobrimento paulatino de uma natureza a partir de uma metodologia que incrementa o domínio sobre ela.

<sup>26</sup>KOSELLECK, Reinhart. Progreso y decadencia. In: \_\_\_\_\_. **Historia de conceptos**. Estudios sobre semântica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012, p.98.

<sup>27</sup>Uma crítica válida à tese de Koselleck foi levada a cabo por John Pocock, que lançou dúvidas sobre a efetividade de uma análise diacrônica, “porque padrões de mudança de longa duração no uso da linguagem são difíceis de serem reduzidos às performances de autores identificáveis e prestam-se melhor à descrição em termos ou do implícito, ou do ideal – ambos passíveis de suspeita.” Comparando a história dos conceitos à tradicional história das ideias, já que de certo modo as duas pressupõem, em algum nível, um destacamento da história das linguagens, para então possuírem vidas próprias, Pocock afirma que só é possível ao historiador manter uma precisão teórica se fizer um uso das aplicações particulares dos conceitos ou das ideias. O exemplo é claro: o estudo do conceito de “Estado” trará consigo o dilema das “várias maneiras nas quais as palavras *status*, *Staat*, *état*, *estate*, *stato*, e assim por diante, foram usadas”. Os cognatos trazem aqui um risco eminente e o este, para Pocock, é inerente a uma análise diacrônica. Ver POCOCK, John G.A. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIN, M. G.; FERES JR, João. **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

Recorrentemente são evocados e vinculados ao conceito de progresso alguns processos específicos como a invenção da imprensa, a expansão da leitura, a invenção do telescópio, o desenvolvimento das ciências experimentais, etc. Com um impacto ainda maior, o descobrimento do globo e a colonização ultramarina colocaram o homem europeu de frente com uma comparação com o nativo americano e um intenso choque de temporalidade.<sup>28</sup>

A anterior simetria entre progresso e decadência quebra-se. Ou melhor, a decadência e o retrocesso já não são conceitos opostos ao avanço e ao progresso, agora algo geral e contínuo. Todo retrocesso agora é contabilizado na conta do progresso, isto é, todo passo atrás é para avançar posteriormente com o dobro da rapidez. Novamente para Koselleck, a forma moderna de produzir sentido para o problema do “cambio” ainda tinha como características a temporalização (abertura para um futuro qualitativamente diverso da experiência), a singularização do conceito de progresso (desde Kant este conceito reuniu em si a diversidade de progressos científicos, técnicos, industriais, morais) e uma concepção do tempo como ele mesmo agente das transformações, principalmente no século XIX quando se fala em progresso de modo que o seu significado subjaz em si mesmo.<sup>29</sup>

Não obstante, o estatuto do campo conceitual de “decadência, degeneração e retrocesso” – ainda que sobrepujado pela força do conceito de progresso – não desmoronou absolutamente. No século XVIII, Rousseau cunhou o termo

<sup>28</sup> Poucos historiadores conseguiram explorar tão bem as implicações desse evento como o mexicano Edmundo O’Gorman. Em “La Invención de América” (1858), ao contrário do que o título pode sugerir de modo imediato, isto é, o processo no qual a porção de terra firme encontrada no ano da graça de 1492 é imbuída de uma identidade e literalmente criada pelo poder europeu, mais interessante é notar o efeito catalisador desse evento único na história da cultura ocidental. Das inúmeras navegações que se seguiram à notícia desse acontecimento até a querela pelo sentido a ser atribuído ao “novo mundo” para além da *orbis terrarum* Europa-Ásia-África, algo já não permanecia como anteriormente no *cosmos* humano.

Distante de uma narrativa um tanto quanto cômoda e conservadora da história, O’Gorman diz considerá-la numa perspectiva ontológica e formadora do ser, portanto, uma modalidade daquilo que chamamos “vida”. O aparecimento do ser americano na cultura ocidental é então responsável por reinventar toda uma maneira de se colocar no mundo orientada então pela ideia do homem como servo de sua própria condição de não poder alterar algo perfeito e previamente dado. A sua narrativa sobre o processo de invenção da América (invenção aqui entendido como conceber ou compreender) e a consequente inserção do homem no plano do devir – no plano da construção de um mundo que chama este homem a ser seu senhor, evidencia a existência de uma História viva, de uma História que não apenas conta, mas que possibilita nos havermos com os próprios processos desencadeados, restituindo à história sua dimensão central ao nosso ser-no-mundo. Para O’Gorman, o que faz a Europa moderna é a América. Ver O’GORMAN, Edmundo. **A Invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

<sup>29</sup> KOSELLECK, R. *Op. Cit.*, p.106.



*perfectibilé* como algo antropológico, uma categoria meta-histórica, para definir que o homem estava condenado a progredir, a dirigir todos os seus esforços para o domínio das forças da natureza, a encontrar a civilização. Ainda assim, para Rousseau e alguns de seus contemporâneos, o progresso produzia perda da inocência natural e decadência da moral. A possibilidade da decadência, mesmo que interiorizada num progresso que necessariamente acontece (ela aparece como uma aporia do progresso), é ainda plausível para estes homens. Principalmente porque o progresso é um processo interminável, traz consigo a possibilidade da degeneração. Não porque essa aconteça de forma natural, mas porque pode ser desatada na forma de catástrofes que os homens podem jogar sobre si mesmos.

Era habitual que no século XIX afirmassem que a técnica e a indústria avançavam geometricamente, enquanto a moral seguia em progressão aritmética.<sup>30</sup> A cisão provocada por esta percepção “consiste en que el progreso no puede ponerse a la misma altura de lo que ha provocado, o con otras palabras, la planificación del progreso no mantiene la misma dirección que el ‘progreso mismo’”.<sup>31</sup> Em suma, a tentativa moderna de localizar no conceito de progresso o sentido para o “cambio” e as transformações, não foi capaz de lidar integralmente com aquela experiência.

A impossibilidade de se falar em um “tiempo de la modernidad” é o principal argumento do historiador Elías José Palti para combater as teses de autores que veem uma brusca ruptura entre um tempo “pós-moderno” e aquele antecessor. Assim, concepções como a de Lyotard e a “condição “pós-moderna” e a de Marshall Berman e a “experiência da modernidade” resultam bem próximas na definição de uma temporalidade moderna. Essas definições concordariam que o “tiempo de la modernidad” é aquele da dissolução dos acontecimentos, dos momentos fugidios e da criação de uma grande síntese localizada no tripé passado, presente e futuro.<sup>32</sup>

Toda essa situação nasce e é refém, segundo Palti, de uma visão empobrecedora da modernidade que acaba por identificar duas noções opostas de temporalidade, uma fechada e teleológica (moderna), outra descontínua e aberta (“pós-moderna”), que acaba por negar a possibilidade da coexistência de ambos

<sup>30</sup>*Ibidem*, p.112.

<sup>31</sup>*Ibidem*, p.112.

<sup>32</sup>PALTI, Elías José. **Aporías**: tiempo, modernidad, historia, sujeto, nación, ley. Buenos Aires: Alianza, 2001, p.23.

os fenômenos. Apropriando-se do teórico e crítico literário Matei Călinescu, Palti argumenta que, muito rasamente, seria possível falar, de início, em duas formas paralelas de temporalidade coexistindo. Muito rasamente porque diria respeito apenas a um momento bem preciso que seria aquele da crise do racionalismo em fins do XIX, cuja obra de Henri Bergson é recorrentemente chamada a causa. Assim, seria possível distinguir entre um dito “tempo objetivado” da sociedade capitalista – do mito do progresso, de uma continuidade temporal passado-presente-futuro, de matriz cristã, onde as transformações seguiriam um padrão prefigurado por uma certa ordem da história – e um tempo subjetivo marcado por uma instabilidade, descontinuidade e o elogio do desfrute do instante.<sup>33</sup>

Sugerimos ainda que uma breve reconstrução das formas que o problema do “cambio”, isto é, das transformações, transfigurações e rearranjos que o fenômeno da temporalidade sofreu pode ser um fértil índice de uma experiência plural a não ser negligenciada. Os limites inerentes ao postulado de um “tiempo de la modernidad” logo aparecem se acreditamos que esse tempo é unicamente aquele da linearidade e irreversibilidade. Uma valorização do caráter vacilante, das tensões e incertezas subjacentes a cada campo letrado é a compreensão fundamental que irá informar este trabalho. Aproximar-se de uma dada experiência histórica sem negar a ela as possíveis ambiguidades e silêncios, deixando abertas as contradições sem jamais permitir que o conceito a esgote, é o grande desafio colocado. Para tanto, e parafraseando o historiador Pierre Rosanvallon<sup>34</sup>, o trabalho privilegia o inacabado, as fraturas e as tensões, num exercício constante de “por à prova”, de maneira que se vá da história ao conceito e não propriamente o contrário. Não interessa aqui criar grandes visões holísticas do passado como aquela mencionada por Palti de um “tiempo de la modernidad”. Visões estas que dificultariam ainda mais a verdadeira compreensão dos mecanismos e dificuldades que compõem a experiência. Ao publicar o “texto do drama” que conforma essa experiência e não exatamente procurar refúgio numa compreensão passiva e normalizadora do passado, seria possível atingir “uma história que, mais que descrever modelos, tem por função restituir problemas”.<sup>35</sup>

<sup>33</sup>*Ibidem*, p.29.

<sup>34</sup>ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: \_\_\_\_\_. **Por uma história do político**. São Paulo: Editora Alameda, 2010.

<sup>35</sup>*Ibidem*, p.78.

Ao conhecimento histórico não basta simplesmente narrar ou descrever uma história como um conhecimento imóvel. Muito mais interessante seria reconhecer que essa própria história é fruto de um trabalho de experimentação, exploração, compreensão e elaboração de si mesma. Segundo Rosanvallon, está em jogo a difícil tarefa de tentar “reviver” a sucessão de presentes que compõem e informam a experiência:

A história não consiste somente em apreciar o peso das heranças, em “esclarecer” simplesmente o presente a partir do passado, mas em tentar “reviver” a sucessão de presentes, assumindo-os como experiências que informam as nossas. Trata-se de reconstruir o modo por que os indivíduos e os grupos elaboraram a compreensão de suas situações; de enfrentar os rechaços e as adesões a partir dos quais eles formularam seus objetivos; de retraçar de algum modo a maneira pela qual suas visões de mundo limitaram e organizaram o campo de suas ações.<sup>36</sup>

\*\*\*

A primeira parte deste trabalho se volta para o contexto letrado argentino finissecular através da figura chave de José María Ramos Mejía e da revista *La Biblioteca*. No primeiro capítulo investigamos a trajetória de Ramos Mejía que, além de colaborar na revista, escreveu duas obras seminais entre 1878 e 1895 que lançam as bases para uma compreensão a respeito das interlocuções entre a ciência evolucionista e os discursos sobre o tempo e a história. Tanto em *Las neuroses de los hombres célebres en la historia argentina* (1878) como em *La locura en la historia* (1895), Ramos Mejía evidencia uma relação bastante particular com o evolucionismo e sua ordem do tempo. Longe de garantir simplesmente uma passagem do imperfeito ao perfeito, o autor observava uma evolução histórica capaz de preservar uma convivência de diversas temporalidades, guardando mesmo a possível junção entre civilização e barbárie em apenas um só momento. Vai até mais longe ao propor que seriam propriamente a loucura e os acessos de neuroses aqueles fatos primordiais a darem o sentido ao processo histórico, a darem o fio da meada a uma evolução que nada mais seria que o longo correr de uma patologia.

---

<sup>36</sup>*Ibidem*, p.76.

No segundo capítulo abordamos o projeto do franco-argentino Paul Groussac (1848-1929) ao levar adiante entre 1896 e 1898 a revista *La Biblioteca* como espaço de confluência da classe letrada argentina finissecular. A *La Biblioteca* ofereceu espaço a uma porção de letrados que procuravam expor suas impressões sobre os mais diversos temas como a história da nação argentina, as transformações mais recentes decorrentes da imigração em massa e da modernização econômica do país, os desafios impostos pela prestigiada ciência finissecular, dentre outros.

O traço cortante, neste caso, é a grande multiplicidade de maneiras de se referir ao tempo e à experiência então vivenciada. O lamento de Miguel Cané frente a uma sociedade sempre mais refém dos abalos provocados pela “questão social” e estigmatizada pelo signo da decadência é acompanhado pelo ceticismo de Paul Groussac com a crescente onda do materialismo que se superpunha a valores de tempos passados. O mesmo Groussac é quem vai ainda mais longe e trava um embate com Lucio Mansilla a respeito do otimismo em relação às possibilidades realizadoras da ciência finissecular. E não menos sintomático, por fim, é o tratamento com o passado estabelecido por aqueles agentes que através do signo da nação evidenciavam múltiplas formas de produção de continuidade e descontinuidade com o passado. O discurso histórico na *La Biblioteca* ainda trouxe à cena uma relação intrínseca com o campo jurídico e a possibilidade em fins do XIX de um tempo já fortemente historicizado.

A segunda parte desta dissertação inicia e se encerra em Canudos. A passagem para o caso brasileiro vem no primeiro capítulo com um estudo sobre a relação tecida por Euclides da Cunha, em *Os sertões*, e a ciência evolucionista. Através de uma contraposição com o médico e cientificista Raimundo Nina Rodrigues, o argumento de Euclides da Cunha sobre o significado histórico da guerra no sertão toma um preciso toque de originalidade. Isso porque Euclides mostrava como era possível, mesmo agindo no interior de um vocabulário cientificista, ir além de uma interpretação rígida que condenasse os sertanejos e o interior do Brasil ao atraso civilizacional, trazendo à cena os próprios limites e contradições da ciência evolucionista e sua ordenação do tempo.

O capítulo final, e novamente recorrendo à pluralidade do periódico, apresenta um estudo sobre a terceira fase da *Revista Brasileira* dirigida pelo crítico e historiador José Veríssimo. Alguns temas já encenados no caso argentino

voltam a receber atenção pela sua recorrência entre os letrados brasileiros. É o caso das impressões de João Ribeiro a respeito do nascente socialismo e da “questão social” que obscurecia sempre mais aquele horizonte de expectativas, preenchendo possíveis projetos de futuro com o medo e a incerteza. Não menos importante, e aqui o caso brasileiro ganha sensível distinção frente aquele argentino, é o debate a respeito da ciência evolucionista e sua capacidade para compreender um Brasil sempre mais complexo, plural e de múltiplas temporalidades no seu interior. A mestiçagem aparece como desafio intransponível para aquela ciência. De volta a Canudos, o capítulo se encerra com a expressa condenação de José Veríssimo à guerra que visava apresentar a civilização ao interior e acaba por evidenciar o desconhecimento do país através da convivência de elementos que punham em xeque o próprio ideal evolucionista.

## Parte I

### 1. O evolucionismo e suas cisões: história e loucura em José María Ramos Mejía

“De donde proviene Ramos Mejía? De López, no de Mitre.”<sup>37</sup> Assim o crítico Horacio González insere José María Ramos Mejía<sup>38</sup> na genealogia do debate historiográfico argentino da segunda metade do século XIX. A conhecida polêmica<sup>39</sup> entre Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López, a partir da terceira edição da *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina* – escrita pelo ex-presidente – recaía sobre o controle da verdade do passado argentino e é tomada como um primeiro momento em que se esquadrinha sistematicamente uma dita identidade histórica para o país. Mas é em 1878, ao ler a introdução que Vicente Fidel López escreve ao clássico livro de Ramos Mejía, *Las neurosis de los hombres célebres en la historia argentina*, que este debate entra em um novo momento. Neste livro, como relata Fidel López, nos deparamos com uma compreensão singular de ordem temporal. Entrava em cena a tese segundo a qual as leis da evolução natural se sobrepõem às leis divinas, de tal maneira que “la prepotente quietud de la vida absoluta” acontece sem intervenções excepcionais e no ritmo do imperfeito para o mais perfeito:

Aquellos que tienen por objeto hacer creer que Dios tiene sacerdotes en la tierra para acordar favores y beneficios con un

<sup>37</sup>GONZÁLEZ, Horacio. Estudio Preliminar: José María Ramos Mejía: terror, locura, misticismo. In: RAMOS MEJÍA, José María. **Las neurosis de los hombres célebres en la historia argentina**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2013. (Edição cotejada com a de 1915, a segunda)

<sup>38</sup>Nascido em Buenos Aires no ano de 1842, Ramos Mejía viveu sua juventude no Uruguai onde a família se exilava do período rosista. No retorno à Argentina se formou em Medicina, fundou o importante *Círculo Médico Argentino* e obteve o grau de doutor na UBA com tese sobre traumatismo cerebral. A partir da década de 1880, ocupou importantes cargos na administração pública argentina, especialmente na área da saúde. Catedrático de “Enfermedades nerviosas y mentales” na Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires, teve como principais obras publicadas *La neurosis de los hombres célebres en la historia*(1878), *La locura en la historia* (1895), *Las multitudes argentinas* (1899), *Rosas y su tiempo* (1907).

<sup>39</sup>“La historia de Belgrano y de la Independencia Argentina” de 1876-77 é, na verdade, apenas a terceira edição de obras já publicadas anteriormente por Bartolomé Mitre. Em 1858 Mitre publica uma primeira versão da biografia de Manuel Belgrano intitulada “Galería de Celebridades Argentinas”, ampliada logo em 1859 sob o nome “Historia de Belgrano”. Ainda aparecerá mesmo uma quarta edição em 1887. A polêmica entre os dois historiadores se inicia em 1881 a partir da publicação “Historia de la Revolución Argentina” por Vicente Fidel Lopez, continuada através de três extensos textos: Comprobaciones historicas a proposito de la Historia de Belgrano, Nuevas comprobaciones historicas a proposito de Historia Argentina de Bartolomé Mitre, y la Refutación a las comprobaciones historicas sobre la Historia de Belgrano de Vicente Fidel López.

ánimo parcial y humano, quedan relegados entre las intervenciones puras de la imaginación y de la ignorancia humana; y sirven sólo para hacer las historias de los progresos sociales, que no son en sí mismos sino evoluciones también de la vida, como la de los organismos, para subir la cadena de las conquistas de la Razón, y para pasar de lo imperfecto a lo más perfecto.<sup>40</sup>

Neste breve estudo buscamos reconstruir como o médico alienista e historiador argentino José María Ramos Mejía (1842-1914) tentou equacionar o pensamento científico e evolucionista então corrente com uma narrativa histórica sobre seu país, retomando recorrentemente a ideia de uma evolução natural aplicada à história. Ao analisar duas de suas obras<sup>41</sup>, identificamos que Ramos Mejía apresenta uma instigante apropriação da ciência evolucionista. Através daquele arcabouço científico, ao contrário do que se pode imaginar inicialmente, o médico e historiador vê a história longe de simples reducionismos, à revelia de boa parte de seus contemporâneos no exagero do potencial explicativo da ciência. O resultado da análise operada por Mejía evidencia que, uma vez aplicadas à história, as leis evolucionistas trariam a cena uma compreensão problematizada daquela temporalidade, distante de uma simples linearidade e que previa a convivência de distintas fases da evolução.

De volta à introdução da obra de Mejía, Lopez vai delineando um novo programa de atuação para o historiador argentino, buscando criar uma ruptura com o que fora escrito até então, por vezes identificado como o momento da suplantação de uma historiografia romântica por uma dita historiografia científica. Os estudos dos fenômenos da vida histórica e social ganhariam sentido quando vistos pelo método da observação dos fatos naturais e pela lógica do encadeamento desses fatos com causas físicas (“diríamos más bien fisiológicas”) produzidas em cada organismo. A alegoria organicista que busca associar o trabalho do historiador ao do fisiologista parte do pressuposto de uma grande unidade da vida universal proporcionada pela doutrina da evolução geral e contínua dos organismos. A historiografia na sua forma de “ciência moderna” se

<sup>40</sup>LOPEZ, Vicente Fidel. Introducción. In: MEJÍA, José María Ramos. *Op. Cit.*

<sup>41</sup>RAMOS MEJÍA, José María. **Las neurosis de los hombres célebres en la historia argentina**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2013. (Primeira edição de 1878); RAMOS MEJÍA, José María. **La locura en la historia**. 1º ed. Buenos Aires: Librería Félix Lajouane, 1895.

emanciparia das então dominantes Teologia e Psicologia<sup>42</sup>, para rastrear leis naturais e contínuas.

A principal implicação de pensar a história (ou mesmo os “estudos sociais” como falava Lopez) pela via científica era modificar aquilo que garantia uma dada “ordem universal” do movimento histórico. Em outras palavras, a linguagem do evolucionismo traz a possibilidade de se pensar uma ordem garantida por leis naturais e são a essas leis que o movimento do tempo está submetido. É sintomático que na segunda metade do século XIX cada autor inicie suas análises com um grande prólogo sobre as condições de possibilidade da história, como no clássico exemplo de Hippolyte Taine e a tríade raça, meio e momento.

O alcance da obra de Ramos Mejía só é, portanto, devidamente compreendido, se relacionado com os seus interlocutores Mitre e Lopez. Ainda que se trate da mesma história argentina (aquela de uma galeria de homens célebres a serem lembrados), Mejía passa a pensar uma variável particular, a loucura, como um modo auxiliar da história, ou melhor, pensava a história a partir de uma linha de continuidade e unificação. A história era a história das neuropatias da vida estatal.<sup>43</sup>

A primeira chave de entendimento para a obra historiográfica de Ramos Mejía, portanto, é aquela da tentativa de marcar uma separação com historiadores que se limitavam a uma narrativa apenas da superfície dos fatos e da história política. Desde o início da obra o autor expõe seu interesse por uma verdadeira “anatomia da alma” dos personagens históricos. A questão que se coloca então para um biólogo ou para um cientista da natureza de forma geral (ou ainda até mesmo para o historiador, como no caso de Ramos Mejía que habita essa zona de confluência), é descobrir e dotar de sentido todo um universo de questões agora em aberto e até então dominados pela teologia e pela metafísica, como o próprio afirma<sup>44</sup>. A restituição da verdade histórica deveria ser tal como “el misterioso cinematógrafo”, que com a ajuda de um “raio invisível” – uma outra forma de se

<sup>42</sup>Teologia e Psicologia, ao lado da Cosmologia, eram, respectivamente, as responsáveis pelo estudo das três grandes ideias transcendentais segundo Kant: Deus, Alma e o Mundo. No interior do impulso científico deste fim de século, “emancipar-se” de teologia e psicologia parece ser a ruptura final com variáveis transcendentais, à favor de um universo cada vez mais sujeito à leis empiricamente observáveis.

<sup>43</sup>GONZÁLEZ, Horacio. *Op. Cit.* p.12.

<sup>44</sup>RAMOS MEJÍA, Jose María. *Op. Cit.* p.120.



referir à serena imaginação do historiador – livrava-se da tirania do documento. E com isso multiplicam-se as associações da historiografia com a arqueologia, com a anatomia ou mesmo com a dramaturgia e outras formas de recuperação da “vivacidade” e do “sangue” nas narrativas.

Mesmo vinte anos depois, em artigo<sup>45</sup> publicado na revista *La Biblioteca* do diretor Paul Groussac, Ramos Mejía insistiria numa historiografia sensível e contagiada pela paixão do ofício. Ali, na preparação ao livro *Rosas y su tiempo*, o autor perseverava na relativa facilidade que era historiar a época de Rosas, haja visto sua proximidade com aquele momento presente. Difícil seria investigar épocas remotas como aquela do surgimento do cristianismo ou o distante mundo medieval. A Argentina de Rosas estava ali, viva, com cores fortes. Se meio século de diferença ainda fazia de uma época contemporânea à outra, a paixão (que nas regras de composição características de um positivismo rasteiro seria vetada) poderia ser usada dentro das formas proveitosas do estudo.

O que Ramos Mejía chama de “historiografia convencional” era então aquela incapaz de assumir a nobre faculdade de generalização que permite reconstruir um mundo perdido, contentando-se apenas com a descrição de um “dente fóssil”. Recorre então a uma metáfora orgânica para argumentar que um documento histórico, visto sob outra forma (e aqui lembramos do seu diálogo crítico direto com a tradição historiográfica argentina), pode dizer outra coisa:

Buckland con simples troncos silicizados de coníferos descubiertos en nuevas *arenas rojas* de los terrenos primitivos, ha demostrado por análogos procedimientos de escrutación, que esos árboles vegetaron en climas desiguales, permitiéndole resucitar las estaciones del año en que los nobles pobladores de las remotas edades se mecieron al soplo de sus auras violentas.<sup>46</sup>

Para além das páginas de Sarmiento – “cheias de colorido e paixão” – e de Vicente Fidel Lopez, afirma Mejía, a história de Rosas não teve ainda um historiador filósofo, ou um psicólogo anatomista. O que se tem escrito sobre Rosas versa apenas sobre o governante, não chega até o homem, animal superior, que tem na mentalidade e no temperamento moral quase todo o determinismo

<sup>45</sup>RAMOS MEJÍA, José María. Los historiadores de Rozas. **Revista La Biblioteca**, Tomo VII, Buenos Aires: Administración de la Biblioteca. 1898.

<sup>46</sup>*Ibidem*, p.164.

sensitivo e político de seu governo pessoal. É neste sentido que o estudo dos aspectos pueris de nomes célebres da vida estatal argentina esclareceria sua vida íntima e a motivação das suas ações, algo que para o autor era bem diferente da tarefa memorialista ou do “ropavejero” (que numa tradução livre podemos ler como “antiquário) que não revela a alma discreta e pudicamente oculta. É a miopia de quem não tem o espírito suficiente para insuflar a vida na carne e nos ossos desses mortos ilustres.<sup>47</sup> O “sentido profundo da história”, aquele sentido que associa mundo natural e humano, estaria, portanto, no “encadenamiento” de fatos, na compreensão daquela sociedade, seus elementos novos e velhos, civilizados e bárbaros, como algo fundamentalmente cambiante, tal qual o mundo natural que evolui.

## **2.1 Las neurosis de los hombres célebres... Tempo e história**

Como sugerido anteriormente, o vocabulário e boa parte das soluções de Ramos Mejía se aproximam, de fato, do arcabouço conceitual evolucionista. Mas se a historiografia se limitou por um bom tempo a enquadrar os letrados do final do século XIX nesse termo, uma implicação de ordem temporal aparece como um elemento complexificador de tal leitura. Neste momento, passamos a destacar as aproximações, distanciamentos e complementos do argumento de Mejía frente ao discurso que associa a história ao modo de atuar das ciências naturais, para ao fim enfatizar suas implicações para a construção de uma dada relação com o tempo e a história.

Retornando à obra de 1878, de fato há várias passagens em que o discurso médico-social associado à historiografia mostra uma face um tanto quanto determinista de Ramos Mejía. O projeto de uma “histologia da história” – centro do seu argumento – que associará os agrupamentos humanos com tecidos orgânicos estudados pela fisiologia ou, em outras palavras, a busca de legitimidade para a historiografia no discurso das ciências naturais, conduzirá a intensos debates nesse fim de século sobre a especificidade do conhecimento do mundo humano e repercutirá na própria formação acadêmica de disciplinas e campos de conhecimento que reivindicam autonomia. Já Ramos Mejía, em

---

<sup>47</sup>*Ibidem*, p.165.

algumas passagens, não parecia tão imbuído de dúvidas sobre o poder explicativo de uma histologia da história:

No escapa nada a este método agresivo de análisis, a esta luz penetrante y sutil que se insinua por los más oscuros repliegues del alma humana, que se interroga al cuerpo para explicarse las evoluciones del espíritu y que desciende hasta el hombre privado, buscando sus idiosincrasias morales el complemento necesario del hombre público.<sup>48</sup>

Por vezes um relativo determinismo aparecia em sua obra também no seu estado mais puro, na interpretação da loucura como um caso de degeneração e fraqueza no qual “ese combate eterno y terrible que da el triunfo al más fuerte y que aniquila para siempre él débil”<sup>49</sup>, em que a seleção natural atua como uma lei continuada na gênese de certos estados nervosos. As apropriações do psiquiatra inglês Henry Maudsley<sup>50</sup> possibilitam a Mejía explicar certas condições psíquicas através de termos como “loucura moral”, “atavismo psicológico” e outros “efeitos degenerativos” que teriam repercussão não só na vida do homem como na marcha da humanidade.

O temor do contágio leva o autor ao estudo das “multidões” e outras formas de reunião de uma grande massa humana, tema característico dessa geração finissecular e que foi analisado principalmente pela ótica psiquiátrica. Recorrendo aqui ao biologismo<sup>51</sup>, Mejía explicava sua preocupação com a rapidez do contágio nos povos e nas aglomerações humanas: “Parece que los pueblos, como los individuos, pueden, bajo la acción de ciertas causas, sufrir perturbaciones

<sup>48</sup>RAMOS MEJÍA, José María. **Las neurosis de los hombres célebres en la historia argentina**, p.158.

<sup>49</sup>*Ibidem*, p.160.

<sup>50</sup>Veremos que Euclides da Cunha recorre ao mesmo para criticar duramente a república e a loucura do ideário nacionalista que motivou a campanha de Canudos.

<sup>51</sup>Cumpra aqui notar a distinção feita por Claude Blanckaert entre o organicismo e o biologismo, algo fundamental para analisar a preocupação de Ramos Mejía mais ligada ao segundo do que ao primeiro. A distinção está em que o organicismo tinha como objetivo olhar a totalidade dos membros da sociedade, como o já mencionado todo coerente orgânico, e não unicamente uma porção deles, como fizera o biologismo. Em outras palavras, tudo aquilo que se remetia aos problemas relativos à raça, hereditariedade, estigmas de degeneração, desigualdades congênitas, não pertenciam exatamente à sociologia organicista, mas sim a um discurso antropológico, então mais próximo das discussões biológicas. A Antropologia interessava menos um pensar sobre o “social” e mais aquele em relação às possíveis causas individuais ou raciais do problema da degenerescência. De modo sucinto, enquanto a um interessava um olhar holístico sobre os membros da sociedade, ao outro importava uma porção mais bem delimitada. A recusa dos organicistas em reduzir a ordem social a determinações biológicas residia no postulado de que a sociedade precede o indivíduo, ou até mais que isso, que é nesta sociedade que se localizam as transformações históricas. Ver BLANCKAERT, *Op.Cit.* p.75.

del espíritu, que aunque temporarias, ofuscan la razón y adormecen el sentimiento hasta la oclusión completa.”<sup>52</sup>

A própria recepção da obra atesta o ajuste entre o autor e seus pares contemporâneos, isto é, os jovens cultores da ciência que, com Sarmiento na mente, admiravam Darwin e Spencer, impulsionando a introdução no país da afeição pelas ciências da natureza.<sup>53</sup> Um leitor atento já identificaria logo no início da primeira parte<sup>54</sup> que, para além de todas as limitações que aos olhos de hoje teriam textos como o de Mejía, há ali uma grande paixão pelo conhecimento e pela descoberta de um mundo que parecia infinito para o saber científico:

Es que no sólo se ven impulsados por el deseo instintivo de penetrar los secretos íntimos de la organización de los elementos anatómicos, sino que se encuentran dominados por esa atracción inconsciente que arrastra al hombre hacia las regiones inexploradas de lo desconocido, hacia esos lugares misteriosos en que se elaboran en silencio las fuerzas vivas de todas nuestras actividades mentales (...)<sup>55</sup>

É um engano, porém, associarmos a crença no progresso científico à formulação apenas de soluções positivas por parte do autor. A complexidade da obra de Mejía vem à tona quando o “tempo” emerge como questão central para explicar como no máximo grau de aperfeiçoamento civilizacional que representava o século XIX, ainda era possível a convivência com fenômenos da ordem do incompreensível, tal como a loucura e a degeneração mental. Refuta-se o tempo linear que caracterizava uma face do darwinismo, para complexificá-lo através da descrição de épocas históricas formadas por uma verdadeira superposição de temporalidades e “mentalidades”. A reflexão de Ramos Mejía entra agora numa nova fase.

O próprio Vicente Fidel Lopez reconhecia na introdução ao livro as nuances da tese de Ramos Mejía. Dizia:

---

<sup>52</sup>*Ibidem*, p.239.

<sup>53</sup>INGENIEROS, José. La personalidad intelectual de José M. Ramos Mejía. In: RAMOS MEJÍA, José María. *Op.Cit.*, p.40.

<sup>54</sup>A obra se divide em um prefácio do próprio Ramos Mejía, uma introdução de Vicente Fidel Lopez e duas partes, cuja primeira esclarece as elucubrações da psiquiatria moderna, além de um estudo do caso de Juan Manuel Rosas, e a segunda (publicado só quatro anos mais tarde, em 1882) de outros nomes da política argentina oitocentista: da melancolia do Doctor Francia, do delírio alucinatorio do frade Aldao, do histerismo de Monteagudo e do delírio persecutorio do Almirante Brown.

<sup>55</sup>*Ibidem*, p.124.

De manera que en esta evolución lentísima de la materia humana organizada e histórica, cada siglo contiene incrustado en su enorme cuerpo un inenso residuo que reproduce, en su capa respectiva, la vida, las creencias, los errores y las preocupaciones de esos siglos anteriores.<sup>56</sup>

Em um presente plural, capaz de comportar homens de muitos séculos diversos nos hábitos, nas aptidões e nas crenças, não seria difícil encontrar, relata Lopez, um indivíduo que moralmente está no século V, aquele está no século do paganismo romano e aquele incorporando a série de progressos da civilização, vive sob todas as luzes esclarecedoras do presente.

Neste sentido, a associação entre o vocabulário médico-científico e a história argentina, especialmente a história da independência – que tanta atenção recebeu no século XIX –, leva Ramos Mejía à construção de uma grande síntese sobre a alternância de gerações mentalmente fortes e fracas. É desse modo que a geração da independência, onde repousava toda a glória do passado, sob o ponto de vista físico e moral era formada por indivíduos maravilhosamente preparados pela e para a civilização, de modo que “la naturaleza los había hecho el presente de este conjunto de hombres providenciales, vigorosos, audaces, favorecidos por la supremacia de un temperamiento nervioso y de una constitución fuerte, atlética e intachable.”<sup>57</sup> Ao virar seus olhos para a Argentina da época colonial, Mejía é ainda mais enfático: esta não conheceu hospitais, não como sintoma de atraso ou barbárie, mas unicamente porque não necessitou destes. Buenos Aires não lutava naquela época, “como lucha ahora”, pelo ar que falta à cidade.

Isto porque ao chegar ao seu presente para concluir a narrativa médico-histórica o autor identificara que a evolução não garantira o estado físico e moral que prometia. Ao contrário do constante aperfeiçoamento das espécies onde, como disse o próprio Darwin: “Man is no exception”, Mejía notou que “en nuestros días, la enteritis de los niños de pecho, afección que tan fuertemente repercute sobre el estado general, nos están formando esa generación empobrecida con la tez pálida y el ‘rostro volteriano’, con sus carnes blandas y flácidas, y esa

---

<sup>56</sup>LOPEZ, Vicente Fidel. Introducción. In: RAMOS MEJÍA, José María. *Op. Cit.* p. 112.

<sup>57</sup>RAMOS MEJÍA, José María. **Las neurosis de los hombres célebres en la historia argentina**, p.158.

mirada tristísima tan característica.”<sup>58</sup> Ou seja, o final do seu século representava um ponto fora da rota ideal da marcha da civilização.

Ao seguir o ensinamento de Darwin ao pé da letra, Ramos Mejía conseguia explicar como a geração da independência foi a geração da saúde e do vigor. Esta fora formada pelo regime colonial mesmo, lá onde o combate eterno e terrível deu o triunfo da raça mais forte sobre a mais fraca. Mas como explicar, naquilo que deveria ser o cume do regime evolucionista, que a “seleção” – com seu princípio do melhoramento – que deveria ir agregando progressivamente qualidades físicas e morais, permitisse que em uma dada época alguns indivíduos parecessem a um “tipo o especie anterior más imperfecta”? A isso Mejía atribui a lei do “atavismo” e da convivência de elementos temporalmente distantes.

A esta aceção particular da história, soma-se a tese segundo a qual os caracteres psicológicos e físicos se fixam por meio da “herança”, não somente na família, como também em um povo, dado que são organismos similares. A não linearidade do evolucionismo ditado por Ramos Mejía coloca a “herança” como limite à evolução apenas transformadora. Ou seja, a evolução conserva.<sup>59</sup> A geração da Revolução de 1810 manteve muitos dos caracteres da geração da Conquista, ao mesmo tempo em que se atrofiaram muitos outros órgãos e valores que deixaram de ser úteis. O tempo e a história aparecem aqui como uma grande superposição de caracteres que ora são transformados e ora conservados, a depender do processo de “seleção”.

Tal tempo cumulativo, formador, mas não linear é a saída encontrada pelo autor para dotar de sentido os graves distúrbios psicológicos que assolavam a sua Buenos Aires. A influência dos grandes acontecimentos políticos na acentuação desses problemas era então exemplar. Se na Comuna de Paris, isso mesmo, na França esclarecida, os transtornos mentais cresciam de acordo com a aproximação do exército inimigo, o que dizer – sentenciava Mejía – do sentimento produzido pela presença das bandas de Facundo Quiroga? Tal como seu modelo Sarmiento,

---

<sup>58</sup>*Ibidem*, p.160.

<sup>59</sup>Duas passagens que sintetizam tal ambivalência seguem aqui: “La influencia preponderante de la herencia en la producción de las perturbaciones mentales es un hecho comprobado por los trabajos estadísticos de los alienistas modernos.” Ao passo que: “Em la mayoría de los casos, la transmisión hereditaria no se hace de una manera similar, sino que es esencialmente polimorfa y la regla general es que las afecciones de este género se transformen al transmitir las.” *Ibidem*, pgs. 223-224.

Mejía insistia na radical proximidade dos termos do binômio civilização/barbárie.

Nas suas palavras:

Si allí en donde la civilización impera eran aquellas suficientemente eficaces para engendrar tales trastornos, qué no sucedería entre nosotros, en donde una barbarie ingobernable e indigna había, desgraciadamente, asfixiado nuestra sociabilidad embrionaria, atrofiado el sentido moral y dominado prepotente por tantos años?<sup>60</sup>

A questão maior que torna o texto de Mejía esclarecedor é qual a sua articulação, como ele elabora uma resposta, como tece uma dada relação de temporalidade, para tornar compreensível certos fenômenos que, àquela altura, pareciam não estar de acordo com o grau de evolução em que se encontrava a civilização moderna. Um novo exemplo ainda é o período que, quase unanimemente, é descrito na segunda metade do século XIX como o momento em que a Argentina mais teria se distanciado dos valores de um tempo progressista, para se isolar sob o a dominação do caos e da barbárie, isto é, a época de Rosas. As neuropatias do general, seus ataques nervosos, a sua loucura moral, seriam a principal explicação para o que aconteceu sob o seu regime.

Rosas mesmo, em sua formação moral e psicológica, teve que lidar com o estranho e o desordenado. Conviveu com o ódio e a repulsa desde seus primeiros anos, de modo que nada houve em sua vida que marcasse um sentimento elevado ou algum traço de afeição. O terror com que tratava seus opositores, intensificando o processo de perturbações mentais nos anos 1840, não possuíam, segundo Mejía, causas aparentes. Nenhuma mudança política, nenhuma batalha perdida; nada muito claro. Tais acessos de loucura e impulsões nasciam espontaneamente do seu cérebro. Mejía expressa então seu desconcerto para dotar de sentido tais comportamentos de Rosas: “Qué odio podía inspirarle una mujer, un niño inocente, un anciano decrepito? Qué cólera podía engendrar en su alma la presencia de su hija, de su noble madre o de sus hermanos?”<sup>61</sup>

Conforme evidenciado anteriormente<sup>62</sup>, o regime de temporalidade evolucionista atuará como forma de moderação às sucessivas transformações de um tempo cada vez mais imprevisível, como aquele da experiência oitocentista. A

<sup>60</sup>*Ibidem*, p.172.

<sup>61</sup>*Ibidem*, p.211.

<sup>62</sup>Ver Introdução pág. 11.

premissa da “evolução por etapas” é mobilizada de modo a racionalizar aquilo que, a princípio, habitava a categoria do “não compreensível”, ou para usar as palavras de Mejía sobre Rosas: “donde la naturaleza humana camina sin el apoyo de la razón”.<sup>63</sup>

Estabelecem-se etapas justificando que o caminho a ser cumprido está ainda apenas no seu percurso formativo. É esta a resolução de Mejía para o problema das neuroses e outras formas de depressão mental na Argentina do passado e do presente, concluindo: “Si Rosas no ha sufrido la neurosis que le atribuimos, particularmente en aquellos períodos de su vida, la naturaleza humana es incomprensible”.<sup>64</sup> É a partir dessa dúvida que o autor traduz o “incompreensível” através da categoria “loucura”, e isto não é propriamente um reducionismo da sua parte. Há um tom no texto de Mejía próximo de uma angústia por não elucidar facilmente este algo incompreensível, isto é, o descompasso existente na convivência de civilização e barbárie.

O texto se transforma assim num experimento constante, com seguidas hipóteses sendo provadas. Numa face mais convencional daquele contexto finissecular, Mejía chega a sugerir que a frenologia possa dotar de sentido as transgressões de Juan Manuel Rosas: “estudiemos el cráneo de Rosas, la configuración exterior de su cabeza, y veremos cómo las pasiones ciegas, los instintos del bruto, están desarrolladas de una manera exuberante”.<sup>65</sup> Também o alcoolismo surge como via de compreensão para a loucura mental de Rosas e seu tempo. Ao menos seus efeitos degenerativos sobre os agentes da Mazorca, o temido braço armado do regime rosista, eram assim descritos:

Basta decir que en todos los festines federales la Mazorca bebia el vino, no ya en vasos ni en jarrones, sino en tinetas. (...) Indudablemente, una de las causas más poderosas en la patogenia de estas exaltaciones enfermizas en la Mazorca, era este abuso inmoderado de las bebidas espirituosas.<sup>66</sup>

Como dito, todos estes “signos orgánicos de degeneración”, como os chama Mejía, podem ser lidos como um exercício de produção de sentido, de ordenação de algo aparentemente caótico e anacrônico como aquelas perturbações

<sup>63</sup>*Ibidem*, p.214.

<sup>64</sup>*Ibidem*, p.219.

<sup>65</sup>*Ibidem*, p.231.

<sup>66</sup>*Ibidem*, p.251-252. Numa tradução livre “tinetas” pode ser lido como “balde”.



mentais. A este respeito, o argumento do autor traz ainda algumas nuances e implicações relacionadas à sua compreensão do tempo e da história.

Para Ramos Mejía a história é o grande correr de uma patologia. Em outras palavras, o paralelo que atravessa toda a obra é entre a história e o estudo de uma herança, de uma influência patológica que vai se perfazendo através de gerações. É possível entrever o passado através de camadas que foram se superpondo e chegam até o presente como uma massa multiforme, onde os vários estágios de uma doença podem ser observados. É como se a história, e mais particularmente a história argentina, fosse o grande desenrolar de um contágio e coubesse ao historiador o papel de ordenador desse conjunto de eventos que chegam até o seu presente. A patologia passa a ser a via de explicação para o caos e a anarquia que a Argentina vivenciou no século XIX:

En la etiología de la anarquía argentina, el ‘contagio mental’ tiene una parte activísima, y sería curioso investigar cómo este agente de tan extraña naturaleza(...)ha producido todas esas revoluciones sin bandera, todos esos movimientos de propósitos pueriles<sup>67</sup>

Se a história aparece como esse grande *continuum*, o que não implica que ela seja linear, afinal, como foi explorado aqui, cada momento mais parece a reunião de vários outros numa forma plural que sempre conserva e transforma conjuntamente, o comportamento de Mejía no que se refere a uma relação com o tempo não é menos interessante. Após toda uma obra dedicada à assimilação de tais anomalias em meio ao que deveria ser o banquete civilizacional, uma leitura atenta de certos momentos do texto revela que a estes desajustados mentais, anacrônicos, Mejía não reserva o açoite, mas o tratamento. É o exemplo de indivíduos com algum tipo de distúrbio psicológico que acabam incidindo num ato criminoso: “algunos de esos desgraciados, a quienes la ley condena a la última pena como asesinos vulgares, no son sino enfermos”.<sup>68</sup>

Isto porque, para Ramos Mejía, o que lhes faltou foi tempo. Ainda que estes indivíduos formem “una variedad degenerada y mórbida de la especie

---

<sup>67</sup>*Ibidem*, p.250.

<sup>68</sup>*Ibidem*, p.188.

humana”, o seu problema é que deixaram de incorporar etapas de uma evolução e no presente se tornaram documentos do atavismo. Por isso, afirma o autor: “repetimos com Maudsley, estos seres son incompletos bajo el punto de vista mental y algunas veces físico.”<sup>69</sup> Dialogando com um importante crítico da obra de Mejía, podemos dizer que a ênfase apenas no seu determinismo sórdido e na unilateralidade do pensamento desse autor, obscurece a sua própria solução ambígua e trágica em torno da loucura do seu próprio tempo.<sup>70</sup>

## 2.2 *La locura en la historia* e os limites da linguagem evolucionista

É fato conhecido na sua biografia que em 1871, ainda no início do curso de medicina, José María Ramos Mejía promoveu – juntamente com seu irmão e também historiador Francisco Ramos Mejía – uma agitação estudantil por razão do suicídio de um estudante de jurisprudência, injustamente reprovado. O movimento, que contou com o apoio de alguns professores liberais, culminou alguns anos depois numa grande reforma universitária. Não é possível afirmar, e talvez não seja nem mesmo o caso, que é neste momento que nasce o interesse de Mejía por temas como a alienação ou o suicídio. Não obstante, é um traço cortante da sua obra, a partir de então, o questionamento sobre os efeitos de uma forte sobrecarga psicológica no desencadear da loucura, dos delírios de perseguição e de atos extremos como o suicídio.

Ao dar a luz em 1895 à *La locura en la historia – contribución al estudio psico-patológico del fanatismo religioso y sus persecuciones*, dezessete anos após *Las neurosis de los hombres célebres...*, o autor já traz no seu nome uma notoriedade que havia adquirido como escritor e que também o impulsionou na carreira médica e no acesso a altos cargos públicos. Ainda conseguiu de Paul Groussac, então grande mediador da conjuntura letrada argentina, que prefaciasse seu livro, mesmo quando este se dizia radicalmente opositor da escola médico-histórica. Segundo Groussac, ainda que discordasse dos preceitos científicos da obra, ela não deixava, contudo, se possuir méritos eruditos e literários:

<sup>69</sup> *Ibidem*, p.199.

<sup>70</sup> GONZÁLEZ, Horacio. *Op.Cit*, p.29.

Acaso la ambiciosa ‘Filosofía da Historia’ no es toda ella una hipótesis arbitraria y prematura, cuyas conclusiones no resisten a la prueba disolvente de la crítica? Nadie, empero, quisiera borrar de la lista de las grandes producciones humanas las vastas síntesis de Herder y Hegel, los atrevidos bosquejos de Buckle y Quinet.<sup>71</sup>

A exemplo da sua primeira obra, Mejía se propõe novamente a estabelecer uma grande síntese histórica. Desta vez não apenas do caso argentino, mas também da história da humanidade. A tese sustentada é a de que a loucura desempenhou um papel capital no processo histórico evolutivo, com especial atenção nos países que passaram por algum governo absoluto, de maneira que ali ficaram à mercê da vontade, do caráter e mesmo dos deslizes de monarcas muitas vezes portadores de alguma alienação, exemplificando com um estudo sobre a dinastia dos Habsburgo na Espanha. Além disso, não menos determinante para o percurso histórico da formação mental dos povos, foram as crenças e paixões coletivas que, despossuídas de razão, construíram um delírio epidêmico, com marcas indelévels sobre um povo: é este o caso da Inquisição espanhola.

Costurada em três partes, a obra principia com uma análise da evolução da loucura na história, tendo como determinante a conduta individual de grandes líderes e outros grupos, chega ao estudo da Inquisição espanhola como caso modelo de uma psicologia do sentimento religioso e se encerra com um estudo sobre a degeneração e a loucura na tradição dos Habsburgo. Um ponto comum de todos esses momentos é a tentativa de dar ao processo histórico algum tipo de submissão à intervenção humana, algum poder de transformação que outras formas de se relacionar com a história anteriormente a tinham negado. Neste sentido, cita dois historiadores, o protestante Lingard e o católico Laurent<sup>72</sup> onde, para o primeiro, a história não seria “más que un poema divino existente de toda eternidad y que no pudo ser interrumpido por las interpolaciones humanas”, ou no caso do segundo na qual a história está entregue a todas as más paixões, oferecendo o império da história ao diabo.<sup>73</sup>

Ora, afirma Mejía, “ni lo uno, ni lo otro seguramente”. A intervenção do diabo ou de Deus nas misérias humanas seria propriamente, para o autor, fruto de

<sup>71</sup>GROUSSAC, Paul. La degeneración hereditaria. In: RAMOS MEJÍA, José María. **La locura en la historia**. 1º ed. Buenos Aires: Librería Félix Lajouane, 1895, p.LVII.

<sup>72</sup>John Lingard (1771-1851) e sua *History of England* e François Laurent (1810-1887) em *Études sur l'histoire de l'humanité*.

<sup>73</sup>*Ibidem*, p.28.

uma inocência antiga ou dos delírios epidêmicos medievais. Este seria ainda um grande combustível para as loucuras de perseguição que caracterizam determinadas épocas de forma tão sombria. Em resumo, as proposições de um Bossuet sobre a história como uma série de milagres ou de Vico – ainda que este último ganhe uma digressão de Mejía por ter chegado a admitir “que los hombres han hecho por si mismos el mundo social” – não escaparia do fatalismo católico. Vico mesmo teria se equivocado ao afirmar que “hay una evolución prevista en la existencia de cada nación que forma un círculo invariable y que incesantemente se reproduce”, de modo que existiriam três épocas que inevitavelmente se repetiriam na forma de um eterno retorno, por ele chamado de “ricorsi”: a idade da barbárie, a idade heroica e uma terceira em que aparece a ação do homem e se constitui a sociedade.<sup>74</sup>

Menos que se ater à exatidão ou não de tal distanciamento produzido por Mejía com essa historiografia por ele chamada de providencialista, mais proífico é ver que sua tese ganha uma nova nuance quando não é simplesmente o homem que atua na história, mas sim o seu “sistema nervoso”, receptáculo de todas as impressões, fonte de todas as sensações, onde surgem ideias, sentimentos e paixões que governam o mundo. Ao fim e ao cabo, o cerne da sua proposição é que a “la historia cambia” e seu movimento só pode ser apreendido se considerada a variável “loucura” como agente decisivo no percurso da civilização. E essa variável exerceria um papel semelhante à daqueles fatores que predominam nas filosofias da história de Renan, Herder, Montesquieu, Buckle, como a natureza e outros agentes físicos. Todos dariam certa forma particular para a civilização em determinados contextos.

Restituir à história seu movimento ou sua mutabilidade passava por um procedimento equivalente ao de uma sintomatologia, isto é, penetrar detalhadamente em mistérios que à superfície eram inacessíveis. O ponto era restaurar uma face oculta da história onde, à exemplo, o rei Felipe II, “á quien todo un pueblo inteligente y viril llama *grande y prudente*, no era sino un desequilibrado hereditario.”<sup>75</sup> Só assim era possível ver, através de sintomas, aquilo que é patológico e que na aparência é apenas demonstração de força. Contudo, um fator que atenuava a dificuldade de tal tarefa, seria a tênue linha

<sup>74</sup>*Ibidem*, p.29.

<sup>75</sup>*Ibidem*, p.3. Itálico do autor.

existente entre a loucura e a sanidade. Recorrendo ao psiquiatra francês Jean-Étienne Esquirol (1872-1840), Mejía constata que, ao contrário da óbvia leitura do louco como enfermo que se entrega a atos desordenados, violentos e sem motivos, há uma zona estável onde coordenam suas ideias e pronunciam seus discursos sensatos e de lógica sincera.

Ainda sobre isto, parafraseia Jules Falret (1824-1902)<sup>76</sup> na tentativa de aproximação da atividade cerebral do indivíduo descrito como louco com uma atividade altamente cheia de recursos em muitos casos superiores a de um estado mental da sanidade. Os dados encontrados ainda revelariam que tais indivíduos eram detentores de uma inteligência em ebulição em que “las ideas pululan en su espíritu, su memoria encuéntrase sobreexcitada y recuerdan con persistencia largas tiradas de autores clásicos, que habían aprendido en la infancia”<sup>77</sup>

Ao lançar mão da metáfora da história como “escenas del drama”, Mejía busca reconhecer que são estes alienados aqueles que tem a prerrogativa da intervenção direta no rumo da evolução. Mais que isso, menos que uma evolução natural que acontece a despeito do homem, a história traz em si contradições, degenerações e, principalmente, a inevitável possibilidade do abismo. Ao postular que a história sempre muda e não é possível repetir os mesmos crimes do passado, Mejía não pressupõe que a evolução histórica aconteça sempre positivamente no caminho do aperfeiçoamento. Talvez seja propriamente o oposto. A linguagem do evolucionismo encontra na sua obra uma interlocução crítica direta.

Vejamus que no encerramento da segunda parte o autor abre espaço para um debate frontal com as prerrogativas científicas então correntes. Mejía reconhece que, de fato, a ciência a ele contemporânea se pauta na transformação gradual das formas vivas. Isto é, não haveria criação imediata e sem

<sup>76</sup>Psiquiatra francês também apropriado pelo brasileiro Raimundo Nina Rodrigues, como demonstraremos posteriormente, mas de uma forma diversa. Mejía, menos que ressaltar as reflexões de Falret sobre o potencial degenerativo da loucura – como fará Rodrigues –, retoma as reflexões do psiquiatra francês para questionar os limites rígidos entre uma mente fecunda e uma delirante.

<sup>77</sup>*Ibidem*, p.18. Em outra passagem interessante, recorre ao psiquiatra francês Moreau de Tours (1804-1884) com importantes estudos sobre os efeitos das drogas no sistema nervoso, concluindo que substâncias psicoativas poderiam tratar ou replicar doenças mentais de forma a ajudar pacientes na cura. Ainda dialogando com o psiquiatra, Mejía identificava “que las disposiciones del espíritu que hacen que un hombre se distinga de los otros por la originalidad de sus pensamientos y de sus concepciones, por su excentricidad ó la energía de sus facultades intelectuales, tienen su fuente de origen en las mismas condiciones orgánicas que las diversas perturbaciones morales, de las cuales la locura y el idiotismo son la expresión más completa”. *Ibidem*, p.534.

intermediários. Isto aplicado à história traria algumas implicações e a mais clara destas é, ao buscar por compreender a atuação da Inquisição, notar que há ali uma influência direta na seleção da espécie humana. Ou seja, ainda que reconheça o evolucionismo como a base da reflexão, não o incorpora integralmente, deixando lacunas evidentes quando o autor identifica na Inquisição uma ação de “seleção artificial” sobre o processo histórico evolutivo<sup>78</sup>.

Em palavras mais sucintas, há um claro incômodo de Mejía com uma teoria da evolução que se comportaria tal como aquela criticada história religiosa ao diluir a ação do homem. Negando esta ação a favor de um movimento natural e sem rupturas bruscas, o evolucionismo se esquecia da possibilidade de que essa linha da evolução não fosse absolutamente ascensional e sem interferências externas. A propósito, a história estava repleta de casos em que a lei da evolução natural era desafiada pela oculta atuação de indivíduos ou instituições portadores de uma patologia.

O estudo da Inquisição espanhola na segunda parte da obra é revelador de tal dimensão. A instituição realizou, através da propagação do delírio e do terror, aquilo que Mejía chamou de “seleção artificial” entre indivíduos distinguidos entre aptos e inaptos. Reside neste ponto uma aporia central para compreender o trilho traçado por Mejía: o autor hesita entre a condenação da ação do Santo ofício e a justificativa de que ela fora um bem maior que seria acelerar o trabalho que a seleção natural ora ou outra faria, isto é, a eliminação dos indivíduos mais fracos. Este é o ponto que realça melhor a tensão provocada pela sua obra naquele vocabulário corrente. Nessas aproximações e distanciamentos, ele revela os dilemas constituintes da cristalização dessa linguagem.

Se indagarmos Mejía ainda mais profundamente para averiguar de onde nasce tanto interesse pelo caso da Inquisição, a resposta está no próprio mundo a sua volta. O autor vê no seu presente um grande crescimento da alienação mental, tal como no período histórico por ele estudado. Ou seja, o argumento de que a evolução e a loucura se distanciavam cada vez mais com o aperfeiçoamento da espécie não teria força alguma. Períodos de maior propensão à alienação e períodos de relativa calma podem alternar sem uma linha que aponte diretamente para a evolução: “Hay entre ese paroxismo universal y la locura moderna, un

---

<sup>78</sup>*Ibidem*, p.472.

período visible de calma, en que la enajenación mental casi se extingue por cierto tiempo, para luego comenzar de nuevo en una creciente ascensión que marca el periodo actual”.<sup>79</sup>

Na sua história da loucura o autor ainda lembrava que houve uma linha ascensional que começa no século XIII. Lá, propriamente onde a Europa está desmantelada e submetida a certas intempéries físicas e patológicas difíceis de serem controladas. Do século XVI até finais do século XVIII a linha cai para ser então retomada no século XIX. Se for, portanto, a loucura a principal variável de determinação histórica, diria Mejía, por certo uma evolução simplesmente linear não era capaz de representar sua perspectiva temporal. Ainda neste sentido, a então recorrente divisão entre povos selvagens e civilizados, tão característica ao discurso evolucionista, ganhava novos contornos no seu argumento. A civilização, mesmo materialmente e espiritualmente mais preparada para refrear a ação dos agentes naturais da seleção, enfrentava uma grande e feroz luta entre as coletividades que a compunham, de modo que “de aquí proviene una selección inestable, que no implica un perfeccionamiento absoluto sino relativo”.<sup>80</sup>

A leitura de Mejía do darwinismo, fortemente mediada por dois cientistas franceses, Mathias Duval<sup>81</sup> e M. De Quatrefages<sup>82</sup>, traz uma apropriação particular ao relatar que, tal como se conhece dessa corrente teórica na natureza e seu conjunto, deveria se observar uma complicação crescente e progressiva especialização das suas funções (tal qual um “darwinismo clássico” diria), o que acontece na prática – e aqui a história funciona como argumento de empiricidade – é que “en muchas ocasiones ha podido suceder lo contrario, porque el darwinismo es, menos la doctrina de lo que llamamos el progreso que de la *adaptación*”.<sup>83</sup>

É inviável pensar que o discurso de Mejía seja válido apenas para o mundo natural da medicina. Isso só seria possível se sua preocupação de reconstrução do mundo histórico-social não fosse tão evidente. Os casos citados ao longo da obra só reforçam a tese de que as críticas internas à teoria da evolução são uma forma

<sup>79</sup>*Ibidem*, p.480.

<sup>80</sup>*Ibidem*, p.474. A ideia de um aperfeiçoamento relativo nasce da própria tensão entre os conceitos de progresso e decadência aqui destacado através da obra de Reinhart Koselleck a partir da página 22.

<sup>81</sup>Mathias Duval (1844-1907) anatomista francês em seu *Leçons sur le darwinisme*.

<sup>82</sup>Jean Louis Armand de Quatrefages (1810-1892), biólogo francês em seu *Darwin et ses précurseurs français*.

<sup>83</sup>*Ibidem*, p.522. Itálico do autor.

indireta de Mejía apontar as limitações dessa teoria para análise do processo histórico. *La locura en la historia* recorda um dever de não pensar apenas em um movimento progressivo e aperfeiçoador, mas também naquilo que permanece, naquilo que representa outras fases, ou até mesmo na decadência e, usando a metáfora biológica recorrente, no atrofiamento:

La selección natural puede, obrar no sólo desarrollando en ciertos tipos de los órganos y perfeccionando las funciones, sino también atrofiando estos órganos é impidiendo su aparición en tipos parientes próximo de los precedentes, de manera de perfeccionar los unos, mientras que mantiene á los otros en su estado de imperfección primitiva.<sup>84</sup>

Não se esforçando muito para distinguir entre evolução, progresso e civilização, estes três termos eram indiscriminadamente associados a um crescimento da loucura. Se isso for correto, “resultaria que los pueblos que no tienen la *locura* como una manifestación de la usura nerviosa, como muestra su excesiva vitalidad cerebral, no poseen tampoco el empuje que coloca á la Francia y la Alemania á la cabeza del mundo civilizado.”<sup>85</sup> Curiosamente, loucura é então sinônimo de progresso. Ao mesmo tempo em que a cúpula da civilização como França e Alemanha detêm vários casos dessa enfermidade, “povos incultos” da África e da Ásia apenas recentemente vinham conhecendo tal enfermidade mental. Aqui o concerto das nações desenvolvidas estava simetricamente ao lado do crescimento da loucura.<sup>86</sup>

Em tempo, irresoluções e hesitações são coisas que não faltam nas duas obras mencionadas e, talvez, sejam importantes sintomas. Se em *Las neurosis de los hombres célebres...* não sabíamos se as revoluções na Argentina surgiam da demência reinante nas vidas individuais ou se entravam em delírio por ação dos tempos revolucionários, do mesmo modo não se sabe em *La locura en la historia* se a loucura é gerada por instituições como a Inquisição ou se esta não é apenas um agente involuntário de uma lei natural.<sup>87</sup>

De todo modo, a tentativa de reconstruir as tensões envolvidas nessas duas obras escritas por José María Ramos Mejía, revelou os limites e possibilidades

<sup>84</sup>*Ibidem*, p.525.

<sup>85</sup>*Ibidem*, p.535. Itálico do autor.

<sup>86</sup>*Ibidem*, p.536.

<sup>87</sup>GONZÁLEZ, Horacio. *Op.Cit*, p.18.



que um dado discurso científico e evolucionista enfrentava para se constituir. Ao contrário de leituras que pintam tal conjuntura exclusivamente pela linguagem médico-histórica otimista com a infinidade de resoluções inerentes ao conhecimento científico, o que Ramos Mejía deixa latente são as dúvidas e resistências de um autor frente a um tempo incerto e que não negligenciava a possibilidade da queda e da decadência. Talvez Ramos Mejía seja apenas um caso de uma geração de letrados que mereçam ser estudados também pelos seus “não ditos”.

### 3. As várias faces do tempo e da história na revista argentina *La Biblioteca* (1896-1898)

#### 3.1 A *La Biblioteca* e o contexto letrado argentino finissecular

Em março de 1898, Paul Groussac recebia uma carta do ministro da Justiça, Culto e Instrução Pública da Argentina, Luis Beláustegui, na qual sofria uma advertência por ter supostamente excedido os justos limites da crítica literária, chegando até a injúria pessoal. O ministro se referia aqui à edição anterior da revista *La Biblioteca*, onde o seu diretor Paul Groussac respondia asperamente a Norberto Piñero, então diplomata argentino no Chile, a respeito de um texto seu sobre a obra de um dos líderes da independência argentina, Mariano Moreno. O ministro ainda relata que tal comportamento não estaria de acordo “con los propósitos y fines de una publicación costeada por el Tesoro público”<sup>88</sup>, de modo que, tal como um verdadeiro “puxão de orelha”, o ministro cobra do diretor que a revista volte a atuar com a finalidade pela qual ela é mantida pelo governo.

O que a um primeiro olhar poderia ser visto como apenas mais um caso característico da proximidade e interdependência entre Estado e letrados no século XIX, na visão do diretor foi o estopim para decretar o encerramento das atividades da revista. O cruzamento das funções do político, do advogado ou do médico – três ocupações que centralizavam o prestígio público da Argentina oitocentista – com o labor especializado do “homem de letras”, era um dos maiores incômodos de Groussac. A *La Biblioteca* nascera propriamente, segundo seu diretor, como uma tentativa de oferecer um espaço onde as esferas da cultura e da política não iriam se confundir, algo tão raro na América hispânica de então.

Difícilmente o letrado conseguiria ganhar notoriedade pública não passando por um importante cargo político. Já nas primeiras páginas do periódico, ao historiar a trajetória da biblioteca pública de Buenos Aires, Groussac alertava: “en estas repúblicas, es imposible que cualquiera superioridad intelectual no remate en la política, como en la encrucijada central a la que conducen todas las

---

<sup>88</sup>GROUSSAC, Paul. La Desaparición de ‘La Biblioteca’. *La Biblioteca*. Tomo VIII. Buenos Aires, 1898, p.245.

avenidas. No vivirían aquí impunemente Pasteur o Darwin, sin habérselas con algún ministerio o presidencia de cámara.”<sup>89</sup>

Além disso, a incipiente indústria livreira aparecia como mais uma barreira para a constituição de um campo letrado autônomo. Anos depois, em testemunho da Buenos Aires finissecular, o poeta Rubén Darío recordava que “publicar un libro era una obra magna, posible sólo a un Anchorena, un Alvear o un Santamarina: algo como comprar un automóvil ahora, o un caballo de Carreras”<sup>90</sup>. De todo modo, as iniciativas de afirmação intelectual assumiam as formas que lhe eram possíveis e dentro destas foi a revista, gênero de publicações na maioria das vezes quinzenal ou mensal, que ocupou um espaço privilegiado.

Nas últimas duas décadas do século XIX, ficaram registradas algumas empresas editoriais através de revistas<sup>91</sup>, tal como a *Nueva Revista de Buenos Aires* de Ernesto Quesada, a *Revista de Derecho, Historia y Letras* de Estanislao Zeballos e a *Revista Nacional* de Adolfo Carranza<sup>92</sup>. É a *La Biblioteca* de Paul Groussac, contudo, a mais recordada por ter uma intervenção direta no debate público e ser capaz de reunir os principais letrados da capital, dentre eles Bartolomé Mitre, Vicente Fidel Lopez, Lucio Vicente Lopez, Rubén Darío, Miguel Cané, Juan Agustín García, Roque Saenz Peña, Carlos Pellegrini.

Na aparição da *La Biblioteca* em 1896, o seu diretor anunciava que o órgão seria mensal e visava publicar artigos inéditos. A cada dia 15 a revista aparecia então em “cuadernos de octava mayor”, com 160 páginas que, ao final de quatro meses, conformariam um tomo de 640 páginas. O que vimos, porém, foi a reunião trimestral desses números, totalizando oito tomos entre 1896 e 1898.

A sua capa já trazia a inscrição “Historia, Ciencia, Letras”, tríade recorrente também em outras revistas, além do nome do diretor Groussac e a editora “Librería de Felix Lajouane”, responsável pela vasta maioria das publicações bonaerenses de então. Ao longo desses oito tomos, apenas três seções

<sup>89</sup>GROUSSAC, Paul. *La Biblioteca de Buenos Aires*. **La Biblioteca**. Tomo I. Buenos Aires, 1896, p.173.

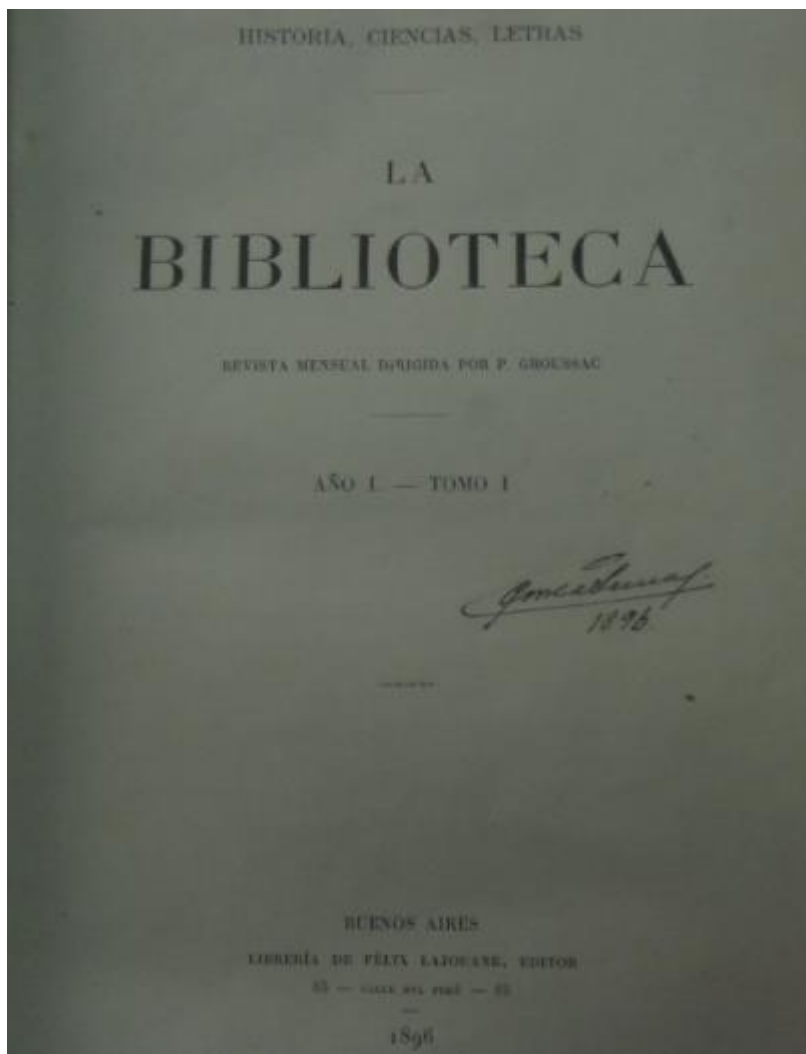
<sup>90</sup>RAMA, Ángel. La modernización latinoamericana. 1870-1910. **Hispanamérica**, XII, n. 36, 1983. p. 6.

<sup>91</sup> Importante aqui distinguir a revista do jornal diário que circulava pelas ruas da capital. São alguns exemplos da década de 1890 o *La Nación* de Bartolomé Mitre, o *El Nacional* de Miguel Cané e Aristóbulo del Valle, o *El Diario* de Manuel Láinez e o *La Unión* de Pedro Goyena e J. M. Estrada.

<sup>92</sup>BRUNO, Paula. **Paul Groussac**: um estratega intelectual. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2005, p.74.

permaneceram fixas: “Boletín Bibliográfico” no qual Groussac resenhava as principais novidades editoriais do trimestre; “Documentos Históricos” onde expunha fontes arquivadas no acervo da Biblioteca Nacional; e “Redactores”, essa última o local onde Groussac traçava, por vezes com severas críticas, um esboço biográfico de cada colaborador. Paula Bruno, biógrafa de Paul Groussac, relatou as diversas tarefas do diretor no periódico, assumindo a posição de um juiz da cultura intelectual argentina:

Seleccionar los escritos, escribir los comentarios bibliográficos e los ‘redactores’ le permitía impulsar o censurar trayectorias, establecer límites entre lo aceptable y lo prescindible del mundo de las producciones culturales, señalar quiénes eran para él protagonistas destacados de la intelectualidad argentina y quiénes, decididamente, no lo eran.<sup>93</sup>



<sup>93</sup>*Ibidem*, p. 79.

Capa da primeira edição que circulou da revista *La Biblioteca* em junho de 1896.

O diretor anuncia também outra seção que deveria ser fixa, mas que sequer apareceu uma única vez: a “Crónica del mes”. Tal espaço seria o responsável por dar o toque de atualidade para a revista, relatando os acontecimentos conjunturais do mundo político e da ordem social e econômica.<sup>94</sup> Neste sentido, é possível argumentar que a revista se parecia muito mais com um livro fragmentado do que propriamente com o jornal diário. Aliás, não foram poucas as obras que mais tarde ganhariam a forma de “livro”, mas vieram a público pela primeira vez no modo serial que a revista propunha, funcionando como um verdadeiro laboratório da recepção pública.

A diferenciação com o jornal, por sua vez, será por várias ocasiões ressaltada pelo diretor, principalmente pelo corte erudito da revista e avesso à forma sintética e efêmera deste. Em uma das raras incursões de Groussac em um tema mais próximo do seu presente, uma correspondência entre Mitre e Irigoyen sobre uma possível candidatura do primeiro nas eleições de 1891, o diretor de prontidão resalta que o argumento que irá desenrolar não é de forma alguma uma tomada de posição política. A revista teria como escopo de interesse a ciência, a literatura e a história, cravando sua propaganda apenas na serena região das ideias e “dejando que otros se ocupen de lo que *pasa*, para dedicarnos por entero á lo que *queda*.”<sup>95</sup>

O relato feito por Groussac de uma experiência ao mesmo tempo anedótica e reveladora pela qual passou, traz a tona os elementos que envolviam as tentativas de diferenciação entre a revista, o jornal diário e até o escarnejado folhetim. Segundo nos conta, ao passar pela casa de um amigo na parte da manhã e não encontrá-lo já de pé, pôs-se a conversar com sua esposa, assim definida, “elegante, risueña, con su gracia casi tímida que la hace más simpática, que interrumpió la lectura de *La Nación* [o diário] para recibirme”. Poucos minutos depois, tendo ido a esposa despertar o “dormilón”, Groussac afirma ter deixado

---

<sup>94</sup>A crônica, enquanto uma forma de auto reflexividade de um sujeito literário então nascente em finais do século XIX, certamente não caiu no gosto de Paul Groussac. Por vezes foi visível seu descontentamento com a efemeridade, ou mesmo impotência para ir além da tarefa noticiosa do cotidiano. A Groussac interessava mais gêneros com uma maior perenidade frente a “força destruidora do tempo”.

<sup>95</sup>GROUSSAC, Paul. Documentos Historicos. **La Biblioteca**. Tomo II, 1896, p. 604. Itálico do autor.

escapar um olhar para o diário, onde ali aparecia em destaque uma chamada para o próximo número da revista *La Biblioteca*. Tudo dentro do esperado, a não ser por logo abaixo encontrar o anúncio de um “folletín”: *Paris*, de Émile Zola.

Sem entrar propriamente no mérito da oposição de Groussac ao ímpeto inovador da poética naturalista por sua dita busca por unir o herói às piores espécies sociais e com o vício, o folhetim como gênero, e em especial aquele de Zola, era, segundo Groussac, absolutamente contraindicado para aquela “inconsciente señora nascida y criada en una atmosfera de honradez y delicadeza moral”. Ali se encontravam alusões “á aventuras de tal orden pornográfica que es imposible transcribir en una revista decente”. O folhetim e o jornal diário, como sintoma das novas redes de sociabilidade da burguesia portenha – no caso das formas materiais que esta sociabilidade assumia –, ao tratarem da banalidade do cotidiano, de um tempo curto e efêmero, não alcançavam sensibilidades fundamentais que só a revista poderia trazer. No dizer de Groussac, obras de ciência e arte “no se elaboran en bulevares y en los clubes”.<sup>96</sup>

A relação da revista com o tempo é ainda mais interessante se notarmos que o intervalo entre 1896 e 1898 é propriamente limitado para definir seu escopo de atuação. Ou seja, através do trabalho de Groussac em recolher e publicar textos inéditos de autores que construíram a história argentina no XIX, e através também da colaboração de escritores que ficaram marcados por gerações anteriores, a *La Biblioteca* pode ser descrita como um ponto de encontro de vários momentos da história intelectual argentina. Nas palavras do historiador Ricardo Rojas, a revista reuniu “viejos maestros nativos – Mitre y López – que aún vivían – con los nuevos escritores de las más diversas especialidades”.<sup>97</sup> Neste sentido, a história literária chamou a atenção para a convivência entre figuras próximas ao modelo do “letrado” e alguns dos “novos” escritores que por então se iniciavam no caminho da profissionalização.<sup>98</sup>

<sup>96</sup>GROUSSAC, Paul. La Educación por el Folletín. **La Biblioteca**. Tomo VI, 1897, p. 313-324.

<sup>97</sup>Apud BRUNO, Paula, *Op. Cit.*, p.78.

<sup>98</sup>A transformação da figura do letrado aqui descrita, faz referência a um movimento que somente pode ser entendido na diacronia das representações anteriores de figuras dominantes da cultura, segundo o historiador Cristophe Charle. Assim, a conquista de legitimidade do campo intelectual ocorreu de maneira gradual, passando pelo elitismo de certas figuras correspondentes a um campo intelectual fechado em si, até uma transformação do campo intelectual nas décadas finais do século XIX com a expansão das profissões intelectuais, um crescimento do público e uma contestação das hierarquias culturais mais antigas. Do homem de letras iluminista e do poeta romântico, passando pelos “savants” que transitavam nas múltiplas formas do saber, chega-se a uma nova divisão do trabalho intelectual em que os novos modelos simbólicos se remetem à profissionalização e ao

A confluência de gerações é ainda visível por intermédio da comparação das experiências que cada grupo pôde presenciar. Há entre os colaboradores aqueles nascidos no primeiro quartel do século XIX que vivenciaram todas as implicações da consolidação do Estado nacional argentino, desde o período Rosas e até mesmo a Guerra do Paraguai. E há um segundo grupo nascido nas décadas de 1850 e 1860, estimulado por outros debates e com uma carreira pública e letrada com menos restrições políticas e uma necessária passagem pelo ambiente universitário.

INDICE DEL PRIMER TOMO	
( JUNIO - AGOSTO )	
—	
ENTREGA DE JUNIO	
• LA DIRECCIÓN .....	La Biblioteca de Buenos-Aires .....
• BARTOLOMÉ MITRE .....	Arqueología americana .....
MIGUEL CARÉ .....	Nuevos rumbos humanos .....
FRANCISCO BEEF .....	La predicción del tiempo .....
JOSÉ M. RAMOS MEJÍA ..	La tentación del suicidio .....
• EDUARDO SCHIAFFINO ..	El arte en Buenos-Aires .....
• PEDRO N. ARATA .....	Observaciones sobre una obra de Haeckel .....
RAFAEL OBLIGADO .....	El Cacui .....
• PAUL GROUSSAC .....	Escritos de Mariano Moreno .....
ENTREGA DE JULIO	
LA DIRECCIÓN .....	La Biblioteca de Buenos-Aires (conclusión) .....
PEDRO GURENA .....	Federalización de Buenos-Aires .....
ULRICH COCHTUIS .....	La Basílica de Luján .....
PEDRO N. ARATA .....	Los Cosméticos .....
RICARDO DARIÓ .....	Coloquio de Centauros .....
BARTOLOMÉ MITRE .....	Documentos históricos. — El Congreso ame-
DOMINGO F. SARRIENYO ..	
PAUL GROUSSAC .....	La rueda loca .....
ENTREGA DE AGOSTO	
VICENTE F. LÓPEZ .....	Autobiografía .....
EDUARDO SCHIAFFINO ..	El arte en Buenos-Aires (continuación) .....
CLEMENTE L. FRIGERIO ..	Primera Constitución argentina .....
CARLOS DYNEL .....	El dique de San Roque .....
RICARDO DARIÓ .....	Folk-lore de la América Central .....
PEDRO N. ARATA .....	Los cosméticos (conclusión) .....
***	Documentos históricos .....
PAUL GROUSSAC .....	El litigio anglo-venezolano .....
***	Redactores de la Biblioteca (1 <sup>er</sup> tomo) .....

Índice do primeiro tomo da revista que reunia as publicações dos três meses iniciais.

*Grosso modo*, seus temas tratavam de questões científicas e culturais, com a decisiva presença de personagens ligados às Faculdades de Direito e Medicina da Universidade de Buenos Aires<sup>99</sup>, além de atores do universo político argentino e outros publicistas<sup>100</sup>. Ao final de cada tomo, onde Groussac apresentava uma breve biografia dos colaboradores, ficam claras algumas recorrências nesses perfis. Aliás, mesmo que seja uma aproximação feita por exceções, a trajetória característica do homem público argentino de então é a formação na Faculdade de Direito, o início da carreira política que, em casos, pode culminar na alta cúpula e, ainda, as incursões em escritos de natureza historiográfica e literária. A relação da *La Biblioteca* com as duas faculdades mais prestigiadas da Universidade de Buenos Aires é sensível.<sup>101</sup> Os representantes das principais cátedras das Faculdades de Direito e Medicina legam seus escritos que, por repetidas vezes, versam sobre os temas mais distantes às suas formações. E isto à revelia do diretor Paul Groussac que, como veremos posteriormente, faz radicais críticas ao impulso híbrido do letrado argentino de então.

Na carta de abertura da revista – uma espécie de editorial – são dois os questionamentos sobre o projeto da *La Biblioteca* que o diretor relata ouvir. De um lado a dificuldade em encontrar colaboradores para preencher suas páginas, a ausência de preparação intelectual e de tempo livre do letrado, para além de suas outras funções. De outro, a escassez de leitores caso a revista se distanciasse da improvisação diária e noticiosa, aqui em referência ao jornal. Dúvidas um tanto quanto recorrentes ao pensamento latino americano oitocentista. É ao notar o

<sup>99</sup>Não é demais recordar que a *Facultad de Filosofía y Letras* da Universidade de Buenos Aires só ganha uma faceta institucional em 1896, algo que, de um modo ou de outro, revela a dificuldade da institucionalização de áreas como a filosofia e a literatura na tradição letrada argentina. Por outro lado, é possível ainda identificar que a emergência da Faculdade aponta para uma fratura entre a letra (o “saber dizer”, retórica, características do contexto letrado anterior) e a lei (racionalizado). Em outras palavras, a criação da faculdade em 1896, mesmo ano da fundação da revista *La Biblioteca*, sinaliza para uma quebra na unicidade da autoridade letrada argentina.

<sup>100</sup>Categoria ampla e utilizada então para descrever letrados que atuavam na esfera pública por intermédio dos jornais, revistas ou mesmo nos debates parlamentares.

<sup>101</sup>Aliás, a década de 1890 é apontada pela historiadora Paula Bruno como um momento de complexificação das antigas formas do sociabilidade letrada que predominavam em Buenos Aires: “Por un lado, el ‘momento 1890’ había abierto un nuevo ciclo en la vida política y pública de Buenos Aires y del país en su totalidad. Por otra parte, también los espacios educativos universitarios se encontraban ya en un estado de mayor consolidación; es posible pensar, entonces, que, junto con las sociabilidades culturales que respondían a la idea de círculo o ateneo, las discusiones centrales se daban, a la par, en ámbitos institucionales formales, como la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales y la Facultad de Medicina de la Universidad de Buenos Aires. De hecho, el auge de las ciencias sociales y el despliegue de una cultura científica son dos fenómenos que se vinculan estrechamente con la vida universitaria.” BRUNO, Paula. Sociabilidades culturales en Buenos Aires, 1860-1930. *Revista Prismas*, vol.16 no.2, dez. 2012.



pessimismo das restrições àquele campo intelectual que o lugar de enunciação da revista se torna mais claro. Isto é, o empreendimento de Groussac com a revista era observado como uma legítima tarefa de modernização das letras argentinas. É o que relata Miguel Cané em carta ao diretor logo após a publicação do primeiro número:

Mi querido amigo: recibo el primer número de la Biblioteca junto a su carta. Aún antes de abrirla, el atractivo estero de la revista me ha producido una grata sensación de frescura, de limpieza civilizada, que se siente al entrar á la sala de la ópera, por ejemplo, después de haber codeado en las calles una manifestación parroquial<sup>102</sup>

Se ampliarmos a lente de análise para um aspecto mais contextual, notamos que a historiografia tende a caracterizar essas duas últimas décadas oitocentistas da conjuntura letrada argentina sob o signo da “modernização”<sup>103</sup>. Para além das implicações teleológicas desse termo, há que se considerar que, de fato, é possível identificar então uma alteração na relação entre política, literatura e escritor. Isto porque com a fragmentação da “república das letras”, anterior *modus operandi* do letrado, é possível agora que ele se autonomize de certas autoridades externas e ocorra um desprendimento das letras, mesmo que não absoluto, das instituições que até então garantiram sua autoridade social.<sup>104</sup>

Foi um traço evidente do século XIX argentino a proximidade entre o letrado e a consolidação do Estado Nacional e da ordem legal do país. Uma atuação direta no mundo político recaía sobre seus ombros e isso se nos restringirmos apenas à três exemplos recorrentes: Juan Alberdi ao redigir *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852), que terá impacto direto na primeira constituição argentina pós Juan Manuel Rosas, além de Mitre e Sarmiento no exercício direto da presidência entre as décadas de 1860 e 1870.

Na realidade, a nova configuração pode ser vista como decorrente do esmorecimento da anterior hibridez do letrado na relação com o saber, tal como

<sup>102</sup>Apud BRUNO, Paula. *Op. Cit*, p.77.

<sup>103</sup>Ver, a exemplo, os conhecidos estudos de Angel Rama “La Ciudad Letrada”, Oscar Terán “Vida intelectual en el Buenos Aires fin de siglo (1880-1910), Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano “Ensayos Argentinos”.

<sup>104</sup>RAMOS, Julio, **Desencuentros de la modernidad en America Latina**. Literatura y politica en el siglo XIX. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1989.

Sarmiento e a “geração romântica”, em direção à possibilidade de Rubén Darío, já no fim do século, falar em uma dita “pureza literária”. Tal cenário, à princípio central para a compreensão do lugar de fala da *La Biblioteca*, não pode ser, contudo, absolutizado. Se falamos aqui que, com a constituição do Estado, o espaço político vai se transformando em “administração”, uma esfera discursiva especificamente política e a esfera do “saber” em outra separada, não significa que tais espaços não se interpenetrem ainda e mesmo não o farão no futuro. Isso seria fechar completamente os olhos para a relação tecida por um dos principais sucessores do letrado oitocentista, isto é, o intelectual do século XX que terá vínculos absolutamente diretos com o universo político.<sup>105</sup>

A maneira pela qual Paul Groussac decidiu encerrar a *La Biblioteca* sugere ser um sintoma dessa nova configuração do campo letrado argentino finissecular. Se a revista respondesse mais às requisições do corpo político do que propriamente à iniciativa de Groussac, não se compreenderia o enfrentamento do diretor com o ministro, funcionário chave para o Estado argentino nessa conjuntura. Uma leitura apenas institucionalista dessas questões deixaria escapar essa pluralização das formas de atuação para o letrado em questão. Conjuntura onde mesmo o periodismo, até então muito atrelado ao debate político-estatal, é impulsionado a reformular suas funções a uma outra dinâmica.

Sem entrar no mérito de ser ou não um caso característico de uma “modernização” do campo letrado<sup>106</sup>, ao nosso argumento basta identificar que o projeto de atuação da *La Biblioteca*, tal como pensado pelo seu diretor Groussac, era composto pelo duplo movimento de romper com o *status quo* então predominante e criar novas formas de irrupção e legitimação no âmbito público.

### **3.2 À roda de Paul Groussac: desterro, ceticismo e a crítica da autoridade letrada argentina**

<sup>105</sup>RAMA, Ángel, **A cidade das letras**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

<sup>106</sup>É este o argumento de Julio Ramos “El periódico fue una condición de posibilidad de la modernización literaria, aunque también materializaba los límites de la autonomía. (...) no sólo por su relación positiva con los “nuevos” escritores, que allí encontraron un lugar alternativo a las instituciones tradicionales, así como un medio de contacto y formación de un nuevo público; RAMOS, Julio. *Op. Cit*, p.198.

Ao desembarcar no porto de Buenos Aires em 1866, o francês François-Paul Groussac (1848-1929) desconhecia o idioma, não era diplomado em nenhuma profissão e não tinha familiares nem amigos nestas terras.<sup>107</sup> Em uma autobiografia posterior, Groussac reconhecerá que sua viagem para a Argentina fora motivada pelos relatos que, ainda criança, ouvira no colégio dominicano que frequentava. Ali, ouviu falar pela primeira vez da América do Sul em um relato do naturalista e viajante Jean-Théodore Lacordaire que esteve lá em 1829. Dele, Groussac ouviu fascinantes histórias de “cazas de tigre sobre el Oyapock y el Alto Paraná; costumbres de los indios pampas y araucanos y sintió que esas palabras anticipaban su destino.” Decidido a concretizar seu anseio romântico, se dirigiu a Bordeaux onde adquiriu um bilhete de segunda classe no veleiro *Anita*, com destino a Buenos Aires.<sup>108</sup>

Entre as atividades que realizou durante seus primeiros anos na capital sabe-se que frequentava a biblioteca do *Colegio Nacional* e logo entrou em contato com importantes nomes da cena intelectual argentina como José Manuel Estrada e Pedro Goyena, que então dirigiam a *Revista Argentina*. Ao publicar textos nessa revista, Groussac rapidamente se tornou reconhecido no círculo letrado, recebendo elogios como aquele do futuro presidente Nicolás Avellaneda: “han pasado ya algunos años, desde que el nombre de Don Pablo Groussac nos fue por vez primera revelado. (...) Quedamos sorprendidos. No habíamos leído en nuestro idioma apreciaciones más finas y de un vuelo tan elevado”.<sup>109</sup>

Com diversas participações em periódicos da época, Groussac também iniciou a carreira docente e logo a de inspetor nacional de Educação. Sua meteórica carreira ganhou o ponto alto em 1885 quando foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional e de lá, através de empreendimentos como a aqui estudada revista *La Biblioteca*, pôde gerir as diretrizes da cultura letrada argentina finissecular. Tamanha foi sua incorporação desse papel que ficou posteriormente marcado pela dura pena com a qual tratava seus pares. Jorge Luis Borges, que posteriormente assumiu a direção da *La Biblioteca*, assim se recordava do seu antecessor: “Recuerdo que Groussac, (...) en los medallones de ‘La Biblioteca’, censuraba a los escritores cuyos textos había publicado. Por ejemplo, de Luis

<sup>107</sup>BRUNO, Paula. *Op. Cit*, p..24.

<sup>108</sup>*Ibidem*, p.23.

<sup>109</sup>*Ibidem*, p.27.

Berisso dijo: ‘Mucho puede esperarse de él. Es estudioso, es joven, y está a punto de tener talento’. (Sonríe).”<sup>110</sup>

Por intermédio da sua atuação na revista é possível visualizar alguns traços decisivos do seu pensamento. O desconforto com o ímpeto da tradição bacharelesca argentina em percorrer vários assuntos quando, para Groussac, eram capazes de se expressar apenas na esfera jurídica, é um desses traços mais recorrentes. Na já citada polêmica com Norberto Piñero, que culminará com o fim da revista, os apelos de Groussac para desqualificar seu interlocutor giram fundamentalmente em torno de uma forma de organização do saber que seria particular ao contexto hispano americano:

Por qué en los países de habla española esta noción, al parecer tan sencilla y elemental: que la historia, la filosofía y aún esta pobre literatura son ‘especialidades’ intelectuales, tan difíciles por lo menos como las del abogado o del médico, y que no es lícito entrarse por estos mundos como en campo sin dueño ó predio del común?<sup>111</sup>

Com a criação da *Faculdade de Filosofia y Letras* apenas em 1896, o campo intelectual argentino colocava à disposição de Groussac para a lista de colaboradores da revista fundamentalmente juristas, médicos e políticos. Foi então uma tônica das suas intervenções a tentativa de delimitar um espaço de atuação para determinadas “especialidades intelectuales”.

Do mesmo modo, as “clases dirigentes” são apontadas como principal adversário do contexto hispano-americano para a consolidação de uma carreira letrada. Segundo Groussac, toda a agitação e atraso desses povos não deveria ser buscada somente nos caudilhos brutais que dominavam o cenário político – tal como a tradição que seguiu Sarmiento quis fazer crer – mas também nesse grupo de bacharéis em Direito e da classe política que com seu estreito horizonte intelectual seguia com o controle da cátedra, da imprensa e do parlamento. O espírito paroquiano desses grupos com suas “fórmulas huecas, paradojas y

<sup>110</sup>Apud TESLER, Mario. **Paul Groussac en la Biblioteca**. Buenos Aires: Edición de la Biblioteca Nacional, 2006.

<sup>111</sup>GROUSSAC, Paul. Escritos de Mariano Moreno. **La Biblioteca**. Tomo I, Buenos Aires, 1896, p.124.

afirmaciones gratuitas”, não seria mais que um retrato de “nuestras tristes democracias”.<sup>112</sup>

O embate frontal de Groussac com a autoridade da tradição letrada argentina tinha na classe jurídica um de seus algozes preferidos. Tendo a polêmica como parte integrante de sua figura autoral, em uma só passagem era capaz de criticar direta e indiretamente Norberto Piñero e os advogados que se arriscavam para além do seu “campo”: “El señor Piñero es abogado; no sé si bueno ó malo – sospecho que mediano – pero estoy seguro de que no es sino eso. Otros hay que, además de abogados, son cualquier otra cosa, hasta literatos y pensadores.”<sup>113</sup>

Ao procurar vislumbrar um futuro para a nação Argentina, o máximo que Groussac alcançava era um estágio pessimista em que toda tentativa de homens de “pensamiento y acción” era interrompida pelas barreiras de uma autoridade letrada que confundia o diploma profissional de jurista com o título de doutor:

Salvo contadas excepciones, que derivan su influencia personal de otro prestigio todavía predominante en Sud América, han sido y son abogados – es decir doctores, que aquí ambas dignidades se confunden – casi todos los que hablan y escriben de materias generales, casi todos los que en la prensa, el parlamento, la administración, el libro y la cátedra, se presentan como pilotos de la nave argentina y asumen la dirección de sus destinos. En el presente y el futuro próximo, tendrán que salir del cuerpo privilegiado nuestros hombres de pensamiento y acción; y ya se trate de resolver los arduos problemas sociales, ya de enseñarnos historia, letras ó filosofía, será título de suficiencia, - en todos los sentidos de la expresión, - el testimonio de ser doctor *utriusque juris* y haber oído en las lejanas mocedades la palabra de un maestro que acababa de ser discípulo.<sup>114</sup>

Seus estudos históricos na revista revelam também intensos debates com figuras de destaque como Bartolomé Mitre e o próprio Piñero. Defendia uma absoluta e irrestrita cientifização do conhecimento histórico que ainda não havia sido aplicado à história argentina, lançando mão de um conceito de verdade histórica que, segundo ele, havia lido “en el excelente manual técnico de Langlois

<sup>112</sup>GROUSSAC, Paul. Escritos de Mariano Moreno. **La Biblioteca**. Tomo VII, Buenos Aires, 1898, p.273.

<sup>113</sup>*Ibidem*, p.271.

<sup>114</sup>GROUSSAC, Paul. Boletín Bibliográfico: Tesis de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. **La Biblioteca**, Tomo V, 1897, p.154.

y Seignobos, *Introduction aux études historiques*<sup>115</sup>. Tal método se pautava naquilo que fora desconhecido por um Gibbon e Montesquieu ou mesmo pelos oitocentistas Carlyle, Thierry e Taine, isto é, a certificação das fontes. Sua opinião sobre a crítica historiográfica por ora seguia a rígida máxima de que: “Crítica es emitir un juicio, imparcial, varonilmente, sin preocupaci3n de agradar o embellecer”<sup>116</sup>.

A essa ciência histórica que caberia podar todos os juízos humanos havia, contudo, uma brecha para a reconstrução de uma história íntima, uma história psicológica, que só poderia ser levada a cabo através da consulta ao gênero epistolar. Neste sentido, Groussac reuniu na revista uma porção de cartas inéditas entre personagens ilustres da história política argentina. Tirando proveito de seu estatuto de diretor da Biblioteca Nacional, conseguia diretamente com esses personagens, ou através dos familiares daqueles já falecidos, documentos que seriam, segundo ele, de suma importância para a escrita da história argentina. Publicou cartas trocadas entre Mitre e Sarmiento nos anos 1860, entre Sarmiento e Avellaneda no mesmo período, além de documentos íntimos referentes a Lucio Vicente Lopez, Francisco Ramos Mejía, dentre outros. Na introdução à uma correspondência entre Sarmiento e Avellaneda escreveu:

La correspondencia de los escritores célebres ha sido siempre leída con deleite, como una producción literaria; solo en este siglo puede decirse que la *carta* real, espontánea, escrita únicamente para el destinatario ha ascendido á su merecido rango de documento histórico y psicológico, superior a cualquier otro.<sup>117</sup>

Ou seja, o conceito de ciência aplicado à historiografia mobilizado por Groussac não apostava numa possibilidade da revelação de uma verdade pura e transparente, tal como faziam, segundo Groussac, os “historiadores documentalistas”. Se em momentos sua obra historiográfica tentava se distanciar das incertezas dos juízos humanos em favor da fonte histórica cristalina, em outros Groussac já parece se abrir mais para o desafio da *síntese* dos elementos

<sup>115</sup>GROUSSAC, Paul. Escritos de Mariano Moreno. **La Biblioteca**. Tomo VII, Buenos Aires, 1898, p.313.

<sup>116</sup>GROUSSAC, Paul. Escritos de Mariano Moreno. **La Biblioteca**. Tomo I, Buenos Aires, 1896, p.137.

<sup>117</sup>GROUSSAC, Paul. Cartas a Avellaneda. **La Biblioteca**. Tomo VI, Buenos Aires, 1897, p 5. Itálico do autor.

dispersos nessa fonte. Incorpora assim os próprios dilemas e contradições constituintes do contexto no que diz respeito ao labor historiográfico.

Revela também certa saturação com a tradição historiográfica argentina que, segundo ele, via na mera citação das fontes a exposição histórica, e passa a apostar numa potência do passado até então não explorada pelos historiadores: “el estudio intenso de los documentos de una época evoca sus hombres y cosas con una vida y potencia casi alucinativas: vemos á las segundas em sus detalles y coloridos, escuchamos a los primeros cual si ‘los hablasen con la voz.’”<sup>118</sup> Para reabilitar essa voz perdida entre os “impulsos documentalistas” dos seus contemporâneos, encontrava então no tripé “ciência, arte e filosofia” uma espécie de rebelião formal aos parâmetros correntes de escrita da história. Só esse gênero múltiplo seria capaz de dar conta daquilo que “la realidad asocia indisolublemente”.<sup>119</sup>

Seu diálogo com a tradição historiográfica ainda observava naqueles que centralizaram o debate na Argentina oitocentista, Mitre e Vicente Fidel Lopez, uma imagem negativa por terem se tornado cânones inquestionáveis. Nos longos textos que escreveu sobre o vice-rei do Prata entre 1807 e 1809, Santiago Liniers, Groussac identifica uma historiografia enviesada em corroborar os equívocos de Vicente Fidel Lopez, um autor que “cultiva la inexactitud como un don literário” e, de tal modo, era missão sua, “prevenir al lector contra vários errores materiales diseminados en obras que, por su indisputada autoridad, tienden a perpetuarlos y imponerlos.”<sup>120</sup> A força dessa autoridade letrada, afirma Groussac, ainda respingava nos seus “imitadores” que, na falta da evidência histórica, recorriam a um “dictador intelectual” simplesmente pelo seu nome:

Sobre todo alrededor de uno de los ‘maestros’ aludidos, se ha creado una atmosfera de *canonismo* intangible, análoga á la que rodea á los textos sagrados. Acabamos de escuchar una manifestación de este fetiquismo: la razón suprema que tiene el señor Piñero para sostener que el *Plan* es auténtico, contra la demostración científica y la evidencia, es que el señor general Mitre garantiza su autenticidad!<sup>121</sup>

<sup>118</sup>GROUSSAC, Paul. Santiago Liniers. **La Biblioteca**. Tomo III, 1897, p.116.

<sup>119</sup>*Idem*.

<sup>120</sup>*Ibidem*, p.274.

<sup>121</sup>GROUSSAC, Paul. Escritos de Mariano Moreno. **La Biblioteca**. Tomo VII, Buenos Aires, 1898, p.316-317. Itálico do autor.

Se essa tradição historiográfica estava muito marcada pela vida política dos seus autores, pelo indisputado cânone de que faziam parte, Groussac construía sua imagem como uma via de imparcialidade numa conjuntura marcada pelo “partidismo” e pela troca de favores intelectuais. É assim que a reconstrução da história contemporânea argentina, um período que teria extensão de 30 anos – desde a consolidação do Estado nacional nos anos 1860, deveria ser feita menos por “publicaciones *a posteriori*, apologías personales ó folletos partidistas”<sup>122</sup>, e mais através de documentos oficiais, das sessões das Câmaras e do testemunho diário da imprensa da época.

Por ocasião do forte debate sobre o americanismo então corrente<sup>123</sup>, a postura de Groussac é a de que ele não era um homem de posições e partidos e sim da mediação e da crítica. De tal modo que: “No hay americanismo, por la misma razón que no hay europeísmo.”<sup>124</sup> Se esse americanismo corrente se reforçava num discurso de auto fortalecimento do continente para enfrentar os impulsos colonizadores europeus, Groussac relativizava mesmo a existência desses dois polos como entidades opostas. Para além de escolher entre um ou outro, o autor afirmava que “la verdadera civilización, que no es esencialmente política ni comercial, gana sobre todo con que imperen más e más en el mundo el derecho y la justicia”.<sup>125</sup>

Sua principal justificativa para recusar uma tomada de posição seria que o cenário internacional nas suas últimas representações desacreditaria preocupações marcadamente otimistas. Perguntando-se qual região poderia tomar as rédeas da civilização nesse momento de descrença, Groussac conclui que nem a Europa (“madre que, hace un cuarto de siglo, realiza milagros de equilibrio instable entre el socialismo que la trabaja y el militarismo que la agobia”), nem a África (“cuyos girones, salvados de la conquista armada, pasan á ser presa del merodeo

<sup>122</sup>GROUSSAC, Paul. Documentos Históricos. **La Biblioteca**, Tomo I, 1896, p.270.

<sup>123</sup>Entre 1889 e 1890 foram realizadas sessões da Primeira Conferência Internacional Americana, marcando institucionalmente o início do apelo por um pan-americanismo. O termo pan-americanismo, inicialmente difundido pela imprensa norte americana, passou a denominar o conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos. A primeira Conferência Pan-Americana, convocada pelo governo dos Estados Unidos, “visava, em última instância, o crescimento das exportações de produtos norte-americanos para o restante do continente, a fim de superar a entrada dos produtos europeus, principalmente da Inglaterra, sua principal concorrente.” Ver BAGGIO, Katia. **A outra América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas**. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1998, p.46.

<sup>124</sup>GROUSSAC, Paul. Documentos Históricos. **La Biblioteca**, Tomo I, 1896, p.268.

<sup>125</sup>GROUSSAC, Paul. El litigio anglo-venezolano. **La Biblioteca**, Tomo I, 1896, p.462.



diplomático”), nem a Ásia (“cuya decadencia milenaria queremos someter al régimen curativo del parasitismo comercial”): nenhuma destas pode arrefecer o mais sóbrio *ceticismo* que caracterizaria este momento. Aliás, mesmo que fortemente defensor da razão e do direito como pilares da civilização, Groussac é amargamente empurrado pelo seu ceticismo a cravar sua ausência no presente e vislumbrar a possibilidade de um futuro sem estes valores e sua solução positiva.

Enquanto que para seus contemporâneos “lo que domina ahora”, dizia ele, era exhibir uma energia “desenfrenada y desnuda”, a sua posição era completamente refratária a essas virilidades. Sua personalidade intelectual era definida por algo que “en el arte como en la vida, la  *fina reserva* ó la  *fría ironía* es lo que acompaña con más frecuencia á la energía verdadera”<sup>126</sup> O grande valor do letrado, à despeito de ter uma grande filosofia *a priori*, seria se comportar como um “escéptico”:

*Escéptico* en su pleno sentido etimológico y significativo – *Skepticos*: el que examina, *que toca con el dedo*. Fue, pues, de esa raza espíritus independientes que nos hacen el servicio de interrogar fríamente todos los símbolos aceptados y todas las tradiciones sacrosantas, que frotan el amuleto en la piedra de toque antes de creer en su virtud.<sup>127</sup>

Em tempo, poderia a América ser a redentora, com seu constitucionalismo, a promessa de uma nova humanidade sobre as ruínas do bárbaro egoísmo e do despotismo brutal? Afirmar isso, nas palavras do autor, nada mais seria que “cerrar los ojos á la realidad”.<sup>128</sup> Se a civilização não tinha localidade definida, alguns de seus valores como a Arte, deveriam deixar de ser vistos sob a ótica do binômio originalidade/imitação: “Es, pues, necesario partir del postulado que, así en el norte como el sud, durante un periodo todavía indefinido, cuanto se intente en el dominio del arte es y será imitación. Hay muy poca originalidad en el mundo.”<sup>129</sup> Paul Groussac aqui, além do ceticismo quanto ao seu presente, chega mesmo a contestar alguns valores normativos do conceito de civilização como algo que flui na direção norte→sul. Em diálogo com Ruben Dario, precursor de um dado Modernismo literário em língua espanhola, Groussac reforçará a tese de

<sup>126</sup>GROUSSAC, Paul. Prosper Mérimée. **La Biblioteca**. Tomo VIII, 1898, p.195. Itálico nosso.

<sup>127</sup>GROUSSAC, Paul. Prosper Mérimée. **La Biblioteca**. Tomo VIII, 1898, p.199. Itálico do autor.

<sup>128</sup>GROUSSAC, Paul. El litigio anglo-venezolano. **La Biblioteca**, Tomo I, 1896, p.454.

<sup>129</sup>GROUSSAC, Paul. Boletín Bibliográfico. **La Biblioteca**, Tomo III, 1897, p.157.

que o gênio da civilização é desprovido de nacionalidade e a própria civilização americana representaria essa hibridação e constante apropriação que constitui a história humana.<sup>130</sup>

Até mais que isso, o vetor da nacionalidade como critério de análise, um tema que para os letrados argentinos oitocentistas era de difícil escape, encontrava em Groussac também motivos de questionamentos. Em descompasso com sua naturalidade francesa, país que ainda jovem deixou, e também sem conseguir ser absolutamente aceito como um argentino por seus pares sul-americanos, o desterrado Paul Groussac constantemente se queixava das implicações da nacionalidade naquele contexto intelectual. Nos seus estudos históricos na *La Biblioteca*, criticou o uso de uma moral “oportunista que se reservara para solucionar cómodamente los conflictos ocurrentes entre nuestras pasiones y las ajenas”, especialmente um conceito de moralidade que “predomine durante las tempestades nacionales”.<sup>131</sup> Recorrer à moral nacional era uma solução simplória da qual a historiografia deveria fugir.

Importante lembrar a importância que Bartolomé Mitre, aquele que construiu a Argentina moderna com a pena e a espada, ainda detinha nesse final de século para aquela geração de historiadores. O próprio Groussac, em texto que polemizava frontalmente com Mitre afirmava: “pues no profeso sino respecto y justa reverencia por el anciano glorioso que há hecho historia argentina mucho antes de comenzarla a escribir”<sup>132</sup> Ou seja, no interior de uma tradição historiográfica com uma forte veia militar e nacionalista é que o franco-argentino Paul Groussac deveria se inserir. Ocorre, porém, para Groussac, que a historiografia argentina já não se encontrava mais em um momento de “mero conflicto de pasiones [que] fueron por mucho tiempo los relatos ‘criollos’ y ‘metropolitanos’ de la Independencia”.<sup>133</sup>

Dois personagens históricos aparecem então como contraponto ideal entre a “historiografia nacionalista e partidista” criticada por Groussac e a sua própria historiografia, por assim dizer, “pós critério nacional”: Mariano Moreno e Santiago Liniers. O primeiro, protagonista da independência, teria sido elevado ao mais alto degrau do panteão histórico argentino muito em virtude de um

<sup>130</sup>Ibidem, p.158

<sup>131</sup>GROUSSAC, Paul. Santiago Liniers. **La Biblioteca**, Tomo III, 1897, p.114.

<sup>132</sup>GROUSSAC, Paul. Santiago Liniers. **La Biblioteca**, Tomo IV, 1897, p.450.

<sup>133</sup>GROUSSAC, Paul. Santiago Liniers. **La Biblioteca**, Tomo III, 1897, p.114.

patriotismo convertido em critério histórico. O segundo, um francês que representava a Coroa espanhola (com uma dupla nacionalidade similar a Groussac) no vice-reino do Prata teria tido seu papel no processo revolucionário que culminou na independência relegado pela historiografia.

O que Groussac requeria então era um critério mais generoso por parte dessa historiografia com a figura do franco-espanhol Santiago Liniers. Reconhecer a sua importância no episódio da Reconquista frente aos ingleses que invadiram Buenos Aires entre 1806 e 1807 – colocando-o no mesmo patamar que heróis argentinos como Belgrano ou Moreno –, seria uma forma indireta do também francês Groussac ingressar no rol de historiadores nacionais<sup>134</sup>. Mais que isso, a forma de Groussac desconstruir o vetor nacional como critério historiográfico é propriamente atuar no interior desse vetor e propor uma formação múltipla e “pluri-nacional” para a Argentina:

no es discutible que, durante tres años completos [1807-1809] y decisivos, tanto por su prestigio personal como por sus títulos y cargos administrativos, [Santiago Liniers] presidió en este virreinato al obscuro proceso germinativo y á la evolución iniciadora de la nacionalidad. Es la figura prominente de la gran olimpiada que se abre con la Reconquista y se cierra con la Revolución.<sup>135</sup>

O impacto das críticas de Groussac chegou ao ponto mesmo de Mitre exigir uma réplica que foi exposta na própria revista *La Biblioteca*, no interior do estudo do diretor sobre Santiago Liniers. Para Mitre, ainda que Groussac fosse um escritor de méritos, se equivocava “cuando se deja arrastrar por sus *instintos étnicos*, al juzgar y medir fuera de su medio, hechos, cosas y personalidades, con un *critério extraño a su naturaleza* y una vara arbitraria, que pretende erigir en

<sup>134</sup>E não apenas com Santiago Liniers Groussac parecia criar uma caricatura das suas próprias ambições. Também com outro compatriota seu, o romancista Prosper Mérimée, Groussac via a possibilidade de uma associação com sua posição na cultura letrada argentina. Em texto já no último mês de circulação da *La Biblioteca*, o diretor mencionava que mesmo Mérimée era capaz de conhecer a Argentina profundamente, citando passagem em que romancista revelava o ódio dos *Federales* e *Rosistas* para com os *Unitarios* – binômio que atravessou o século XIX nesse país. Mesmo não sendo propriamente um historiador, tal como Groussac, Mérimée era um “novelista impertinente que se entromete en la arqueología y la geografía histórica, y demuestra saber mejor esas cosas revesadas que las gentes de oficio!”. Se, como vimos, na Argentina o usual seria afirmar que Mérimée, além de todas as suas ocupações, era principalmente doutor em Direito, para Groussac ele era “hasta doctor en Derecho”. GROUSSAC, Paul Prosper Mérimée. **La Biblioteca**, Tomo VIII, 1898.

<sup>135</sup>GROUSSAC, Paul. Santiago Liniers. **La Biblioteca**, Tomo IV, 1897, p.121.

principio y regla según su idiosincrasia.”<sup>136</sup> O argumento da origem nacional francesa de Groussac é explorado por Mitre como critério de desqualificação e sua postura revela que a preocupação de Groussac não era vazia de significado. O autor da *Historia de Belgrano* se vale de procedimentos retóricos que visam acentuar ainda mais o não pertencimento de Groussac entre a categoria “nosotros”, reforçando sua origem francesa. O estudo do letrado francês sobre Santiago Liniers tem para Mitre um “sentimiento nativo que le mueve á exaltar la figura de un varón de su raza que se ilustró entre *nosotros*”.<sup>137</sup>

Em síntese, se Groussac já ocupava há alguns anos posição de destaque nessa conjuntura letrada argentina, o ingresso na ilustre comunidade dos historiadores nacionais deveria tardar um pouco mais para acontecer. Sua intransigência com aqueles, assim chamados, “amantes del argentinismo de circo” e que buscam uma imagem da nação como “espejo de la criolloría”<sup>138</sup>, é reveladora das tensões que compunham a produção intelectual na Argentina finissecular.

Contudo, a solução decisiva de Groussac para este impasse é ainda digna de nota e expressa na sua exclamação: “jóvenes, desconfiad de los recursos fáciles! (...) si Tolstoi ó Elliot, Flaubert ó Zola (en *La Terre*) han podido pintar la vida rural sin transcribir su lenguaje, no es por ignorancia, sino por exigencia artística.”<sup>139</sup> Em recurso que será posteriormente evocado por Jorge Luis Borges<sup>140</sup>, para Paul Groussac era possível ser argentino ainda que sem o excesso da cor local.

### 3.3 *Nuevos rumbos humanos: a “questão social” e o senso de decadência*

<sup>136</sup>MITRE, Bartolomé. Paréntesis Histórico. **La Biblioteca**, Tomo IV, 1897, p. 437. Itálico nosso.

<sup>137</sup>*Idem*.

<sup>138</sup>GROUSSAC, Paul. Boletín Bibliográfico. **La Biblioteca**. Tomo III, 1897, p.152.

<sup>139</sup>*Ibidem*, p.153.

<sup>140</sup>Na década de 1920, Borges descreveu a seguinte situação: “Gibbon observa que en el libro árabe por excelencia, en el Alcorán, no hay camellos; yo creo que si hubiera alguna duda sobre la autenticidad del Alcorán, bastaría esta ausencia de camellos para comprobar que es árabe. Fue escrito por Mahoma, y Mahoma, como árabe, no tenía por qué saber que los camellos eran especialmente árabes; eran para él parte de la realidad, no tenía por qué distinguirlos; en cambio, un falsario, un turista, un nacionalista árabe, lo primero que hubiera hecho es prodigar camellos, caravanas de camellos en cada página. [...] Creo que los argentinos podemos parecernos a Mahoma, podemos creer en la posibilidad de ser argentinos sin abundar en el cor local.” BORGES, Jorge Luis. El escritor argentino y la tradición. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Emecé, 1957. p.151-162.

Em estudo sobre a obra de Voltaire, Roland Barthes argumentou que o escritor setecentista teria sido “o último escritor feliz”<sup>141</sup>. Tudo era espetáculo em suas batalhas: o nome do adversário, sempre ridículo; a doutrina combatida, reduzida a uma proposta; a profusão de tiros acertando em todas as direções. Menos que uma filosofia ou uma explicação, seu recurso para enfrentar certos temas eram a ironia e o estranhamento. Desse modo, afirma Barthes, “o escritor estava do mesmo lado da história, tão feliz que ele a sentia como um coroamento, não como um excesso ao qual corria o risco de ser conduzido”<sup>142</sup>.

Se, por outro lado, os letrados oitocentistas a todo o momento eram obrigados a se haver com a história e a ação do tempo, não podendo negligenciar o seu peso, para Voltaire era ainda possível conquistar a felicidade e a simplicidade a partir de uma suspensão do tempo e do apoio numa certa imobilidade do mundo. Fundamentalmente, entre os fatos marcantes da história só existiria uma relação de contiguidade, não de função: “a oposição de Voltaire a toda inteligência do Tempo é muito viva”. Não haveria história tal como a conhecemos, mas “um encontro de acasos, aqui Dragonadas, ali Racine”<sup>143</sup>.

O ponto nodal de uma modificação na responsabilidade do escritor teria sido colocado por Rousseau e a ideia de um movimento constante da história, oferecendo ao escritor um presente envenenado do qual ele deveria se isolar. A partir daí, “sedento e tocado por uma responsabilidade que não poderá ser mais nem completamente honrada, nem completamente evitada, o intelectual vai se definir por sua má consciência”<sup>144</sup>. Se os conhecesse, Voltaire teria reservado uma fina ironia aos adeptos dos “ismos” que preencheram o século XIX. Para estes homens, a história já estava vestida com a roupagem de um grande drama.

Se a angústia do escritor oitocentista pode ser identificada mesmo naqueles autores que pareciam perfeitamente ajustados com as transformações do seu tempo – afinal, sempre cabia a eles explicarem o por quê do atraso da satisfação plena –, um grupo em especial foi capaz de aglutinar os temores e desconfianças para com um tempo que se fazia cada vez mais convulsionado. Tocqueville,

<sup>141</sup>BARTHES, Roland. **O último escritor feliz**. Trad. Juliana Bratfisch. Edições Chão da Feira, n° 30, 2014.

<sup>142</sup>*Ibidem*, p.3.

<sup>143</sup>*Idem*.

<sup>144</sup>*Ibidem*, p.5.

Renan e Taine expressaram suas dissensões quanto aos valores que seriam característicos da linguagem desse “novo tempo”, isto é, a democracia como um problema social, o igualitarismo, a ciência e o seu materialismo, dentre outros.

Em carta ainda pouco posterior aos conturbados dias de 1848 na França, o autor de “A Democracia na América” expunha sua consternação: “A onda continua marchando. O mar sobe. (...) Parece que o velho mundo termina; porém qual será o novo?”<sup>145</sup>. Uma face deste “novo” seria a democracia “rompedora”, a democracia que quebra uma dada ordem e, assim, “hace olvidar a cada hombre a sus abuelos; le oculta sus descendientes y lo separa de sus contemporaneos. Lo conduce hacia sí mismo y amenaza con encerrarlo en la soledad de su propio corazón.”<sup>146</sup> A seu modo, Taine entrou em conflito com alguns valores como a perda da totalidade do homem antigo e a conformação de uma sociedade democrática onde imperava a alienação das massas. Resgatou, contudo, a fé na ciência, mas não como instrumento de domínio sobre o mundo e sim como “alimento espiritual e uma nova fé”.<sup>147</sup> Analogamente, Renan, após visitar a exposição universal de 1855, julgou preocupante a extensão que tomava a técnica e definiu sua época como “decadente en su materialismo y su culto democrático de la tecnología ofrecida a las masas como *panem et circenses*”. Anos depois, em 1871, às portas “de las dolorosas semanas” da Comuna de Paris, Renan se virava contra ideologias radicais, a mediocridade e o materialismo, denunciando a democracia: “el más enérgico disolvente de toda virtud que el mundo haya conocido hasta aquí”.<sup>148</sup>

A percepção de um descompasso entre os rumos tomados pela história e o que ela, em tese, deveria ser, configurando-a como propriamente um fardo, foi expressada pelo argentino Miguel Cané (1851-1905)<sup>149</sup> na definição de que o mundo moderno era fundamentalmente um mundo cansado e que pesava sobre ele “la ciencia de veinte siglos y la tremenda responsabilidad de un porvenir

<sup>145</sup> *Apud* TERÁN, Oscar. **Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)**. Ed. FCE. Buenos Aires, 2000, p.40.

<sup>146</sup> *Apud* TERÁN, Oscar. *Op.Cit* p.41.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p.34

<sup>148</sup> *Ibidem*, p.40.

<sup>149</sup> Cané nasceu em Buenos Aires e desenvolveu seus estudos no *Colegio Nacional* entre 1863 e 1868. Sua carreira como publicista ganhou vida em periódicos como o *El Nacional* e o *La Tribuna*. Bacharel em Direito na década de 1870. Foi ainda deputado, senador e diplomata. Deixou escritos sobre história, política, literatura e Direito.

incerto.”<sup>150</sup> A relação entre o peso da história e a responsabilidade do letrado é aqui central. A história só assume essa face porque o letrado parece incapaz de dotar de sentido esse conjunto de transformações em voga. Ou melhor, o “porvenir incerto” de que fala Cané, isto é, a impossibilidade de dar continuidade à determinados valores que a história e a experiência legaram, é o que a colocava como um algoz do qual o letrado sempre parecia estar na contramão. Tornava-se comum então a produção de anomalias e situações embaraçosas como aquela presenciada por Cané em 1897 quando passava por Paris e relatou sua visão de um automóvel como um “espectáculo desgraciado de un coche sin caballos, moviéndose sin gracia, como un cuerpo humano amputado, que se arrastra hábil y desairadamente”.<sup>151</sup>

Miguel Cané compôs o que se costuma chamar de *generación del 80* em Buenos Aires, ao lado de nomes como Groussac, Lucio Vicente Lopez, Ramos Mejía, Eduardo Wilde, dentre outros. A historiografia registrou este momento como de intenso entusiasmo com os feitos econômicos e políticos e que a contínua agitação que dilacerara o país pela maior parte do século XIX estava superada pela consolidação do Estado Nacional. Tal como boa parte de seus contemporâneos, Cané ocupou diversas funções políticas, tendo sido eleito Senador e ocupado cargos diplomáticos na América do Sul e na Europa. Foi também decano da Faculdade de Filosofia e Letras inaugurada em 1896, na mesma Universidade de Buenos Aires onde se graduou em Direito no fim da década de 70.

Cané incorporou, de tal forma, as tensões constituintes daquela cultura letrada. Ainda na década de 80 mostrava todo seu otimismo com a construção das bases legais do país no intervalo de apenas algumas décadas após a independência:

Recibimos un mundo nuevo, bárbaro, despoblado, sin el menor síntoma de organización racional: ¡mírese la América de hoy, cuéntense los centenares de millares de extranjeros que viven felices en su suelo, nuestra industria, la explotación de nuestras riquezas, el refinamiento de nuestros gustos, las formas definitivas de nuestro organismo político, y digásenos qué

---

<sup>150</sup>*Ibidem*, p.37.

<sup>151</sup>*Ibidem*, p.37.

pedazo del mundo ha hecho una evolución semejante en medio siglo!<sup>152</sup>

Este Cané que ainda iniciava sua carreira como publicista, colaborando em órgãos como o *La Tribuna* e o *El Nacional*, militando em favor do partido autonomista do presidente Julio Roca, parece, contudo, anos luz de distância daquele que irá partilhar com seus pares o diagnóstico profundo da crise que perfazia os anos posteriores a 1890. Principalmente o fortalecimento do vocabulário da “questão social”, muito em virtude dos tumultos políticos gerados pela imigração maciça e pelos movimentos antioligárquicos da virada do século, levaram Cané rumo a uma definição pessimista do caminho tomado pelo país.

Na revista *La Biblioteca*, a convite do diretor Paul Groussac, a síntese dessa percepção de Cané apareceu em artigo ainda no número inicial da revista, em junho de 1896, sob o título “Nuevos Rumbos Humanos”. O que podemos ver ali é um Cané estabelecendo uma radical separação entre sua juventude intelectual e a época da maturidade onde agora se encontraria. É com uma dose de ironia que ele se refere às suas fases intelectuais antecedentes, marcadas por posições fortes e bem resolvidas sobre vários temas:

También yo como la mayor parte de los que estas líneas lean, he atravesado la edad soberana por excelencia, aquella en la que se profesan ideas claras, netas y precisas sobre todas las cuestiones capitales de la vida humana. En la que poco se duda, todo se afirma, y en la que la voz de la experiencia suena como nota falsa en los oídos habituados á la rotundidad sonora de las afirmaciones absolutas. Es un fenómeno que ocurre allá por los veinte años y que dura más ó menos tiempo, según la previa posición individual para resistir, dentro del ideal, á los rudos y repetidos golpes de la vida positiva.<sup>153</sup>

Como uma carta “á mis jóvenes lectores argentinos”, o texto de Cané se coloca como uma espécie de sobreaviso a respeito das “fases de esa crisis (...) que, cual más, cual menos, pasarán todos por la misma”.<sup>154</sup> Exemplos dessa fase crítica seriam dois autores que na sua maturidade intelectual passaram a adotar uma postura de desconfiança quanto a alguns pressupostos que ganhavam força naquele contexto: Tocqueville e Stuart Mill lançaram o alerta contra a

<sup>152</sup>*Ibidem*, p.14.

<sup>153</sup>CANÉ, Miguel. Nuevos Rumbos Humanos. *La Biblioteca*, Tomo I, 1896, p.40.

<sup>154</sup>*Ibidem*, p.42.



predominância da “questão social” nos debates públicos e os “peligros que ese triunfo definitivo podría traer para el progreso humano”.

Para o primeiro, responsável por revelar à Europa “el curioso fenómeno de la democracia natural” encontrado nos Estados Unidos, não tardaria muito até chegar a época em que a subida irresistível das massas encontraria o continente europeu. Para o segundo, a Inglaterra, seu país, só não estava imersa ainda no tema da questão social “precisamente por ese andar pausado de la historia inglesa, ese respeto profundo á lo pasado que solo se rinde á la inovación cuando ésta ha penetrado ya en los costumbres.”<sup>155</sup> A menção ao costume e à experiência, enfatizado por Cané, surge como recurso de descrédito para com a perenidade da democracia para qualquer circunstância. Sendo a democracia algo “natural”, o exemplo norte americana se justificava por ter ali surgido “del seno de ese pueblo, por causas tan lógicas com las que determinan el clima de una región”.<sup>156</sup> Retomando o velho binômio entre o espírito e a letra, a democracia primeiro deveria surgir nas estruturas de comportamento de uma sociedade para só depois se cristalizar como um fato legal.

A preocupação e o temor de Miguel Cané tinham raízes naquela que seria a última fronteira para essa linguagem obscura e rompedora da “questão social” ultrapassar, isto é, o plano legal, o plano das instituições. Uma vez que os pressupostos dessa questão fossem institucionalizados, todas as portas se abririam para a imprevisibilidade. Daí seu clamor, a exemplo de Stuart Mill, pelo respeito ao passado, pela garantia da continuidade, face ao perigo da aceleração de uma nova ordem desconhecida.

Na realidade, menos que negar os avanços sociais que o tempo vinha garantindo aos trabalhadores (e Cané reconhecia o progresso neste sentido, afirmando que “hoy, es tal la condición material del obrero, del agricultor, que habría sido um sueño ahora un siglo”), o que o autor duvidava radicalmente era da capacidade das instituições políticas de serem as responsáveis por essas mudanças. Neste sentido, do ponto de vista do bem estar humano, pouca diferença haveria entre “pueblos que gozan de instituciones democráticas, y aquellos que se mantienen aún bajo el régimen monárquico”. Do mesmo modo, as revoluções e todas as formas abruptas de desestabilização pouco efeito tiveram se comparadas

---

<sup>155</sup> *Ibidem*, p.43.

<sup>156</sup> *Ibidem*, p.42.

com modificações mais lentas que vão paulatinamente se sedimentando na tradição:

La revolución francesa, con sus declaraciones, sus derechos políticos, sus sacudimientos, sus grandezas y sus horrores, habría sido estéril para la humanidad, como lo fueron las de 1640 y 1688 de Inglaterra, si no hubiera precedido por pocos años aquel esfuerzo de la inteligencia humana que, con la física, la química y la mecánica, iba á transformar la faz del universo<sup>157</sup>

Cané faz então uma opção por um tempo de transformações em longa duração. Retira do evento sua capacidade transformadora para apostar num câmbio mais conservador. Ou melhor, faz opção por um evento revolucionário que não tire a possibilidade de vislumbrar um futuro estável: “El espíritu revolucionario, no, no es la adhesión (...) de un Americano á la revolución de 1776, de un Francés á la revolución de 1789; es el amor por las revoluciones sin término.”<sup>158</sup>

Sua percepção negativa da triunfante democracia evidencia as dúvidas e tensões que compunham efetivamente aquele vocabulário da “questão social”. Como já dito, a tentativa de desacreditar a mudança através da institucionalização, parece ter sido o recurso encontrado pelo autor para moderar e suavizar o ritmo da volubilidade do seu tempo. A institucionalização era a última porta a ser aberta. Seu temor era respaldado por um traço geral que todas revoluções na história traziam, segundo ele, “por su carácter destructor y su incapacidad absoluta para definir y precisar el ideal nuevo que encarna”.<sup>159</sup> O passado é então apropriado por Cané como forma de alerta sobre a inconsequência de todo ato na história.<sup>160</sup>

<sup>157</sup>*Ibidem*, p.44.

<sup>158</sup>*Ibidem*, p.53.

<sup>159</sup>*Ibidem*, p.48.

<sup>160</sup>Seja dito ainda que a dúvida sobre o impulso transformador da “questão social” foi feito em várias frentes. Em uma delas, Paul Groussac desacredita o conceito de “povo” mobilizado pelo vocabulário revolucionário, fundamentalmente pelas imprecisões e o caráter vago a ele inerente. Afinal, quem era o povo? Não faria sentido então imputar a uma dada “vontade geral” a ação na história, quando na realidade quem agiria de fato era apenas um pequeno grupo de ilustrados. GROUSSAC, Paul. Estebán Echeverría. **La Biblioteca**, Tomo IV, 1897, p.290. Ainda sobre esse tema, Groussac parece reagir a um conceito organicista de “povo” que tomou forma principalmente a partir da consolidação do Estado nacional argentino (após os anos 1860), onde ganharam força narrativas sobre a pré-existência de uma nação e um povo argentino desde o período colonial. Nessas narrativas, prevalece a concepção da nação como um organismo pré-formado e com um dado objetivo final imputado ao seu destino, de modo que o “povo” nada mais seria que um conjunto sem muita distinção a atuar obscuramente na história. PALTI, Elias. **El**

Foi assim com os bárbaros marchando sobre o mundo romano, com a Europa investindo nas Cruzadas e quatro séculos mais tarde, “entre sueños y proselitismo”, sobre a América: “movimientos colectivos inconscientes” que revelavam, sobretudo, a possibilidade iminente da decadência.

Dessa forma, os “nuevos rumbos humanos” que neste final de século procuravam fortemente imprimir ao processo histórico a velocidade e imprevisibilidade indesejadas por Cané, apenas revelavam para o autor que o progresso material não era acompanhado pelo progresso moral. Era assim que o niilismo russo não deseja uma reforma, mas a morte do czar. Ao mesmo tempo o anarquista francês ria da democracia e das garantias individuais, tal como os socialistas alemães e os huelguistas da Inglaterra.<sup>161</sup>

Seria reduzir a complexidade da postura de Miguel Cané classificá-la como puramente conservadora, tal como faria uma tradicional história das ideias. Não que ela deixe de ser, mas a tarefa de restituir a um contexto as tensões que o constituem, nos leva a questionar o que possibilitava ao autor reproduzir aquele vocabulário e como era possível a ele dar sentido àquele conjunto de transformações em voga. A imigração maciça em Buenos Aires e a expansão da participação política das massas eram fenômenos de amplo rearranjo social que marcavam algo inédito naquela sociedade.

Aliás, as grandes contradições do modelo de modernização sócio econômica adotado pelo governo argentino nos anos 1880 – principalmente pela contração de empréstimo com o capital estrangeiro – parecem ter apresentado a conta na década 1890<sup>162</sup>. Se a aposta na exportação de produtos primários e na importação de manufaturas e recursos humanos criou um clima de exaltação nacional, uma grande massa de trabalhadores, alijada das benfeitorias do desenvolvimentismo, se concentra nas cidades e forma um incipiente proletariado urbano. O “movimiento obrero”, predominantemente anarquista e socialista, ao

---

**momento romántico:** nación, historia y lenguages políticos em la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

<sup>161</sup>CANÉ, Miguel. *Op.Cit.* p.47-48.

<sup>162</sup>É bastante documentada o chamado “Pânico de 1890”, como uma grande recessão econômica internacional decorrente da falência do Banco Baring de Londres, devido principalmente aos investimentos de risco do banco na Argentina durante a década de 1880. A ruptura da bolha especulativa leva o país ao endividamento, interrompendo os pagamentos internacionais e declarando moratória. Os efeitos no cenário argentino são de grande crise social e de agitação política que culmina na renúncia de Miguel Juárez Celman (1896-1890) e na subida de Carlos Pellegrino (1890-1892) ao poder. GARULI, Liliana. **Documentos de historia argentina (1870-1955)**. Buenos Aires: Eudeba, 2011.

não ver cumpridas suas demandas por ascensão social, questiona frontalmente a hegemonia política e funda o primeiro partido de massa do país em 1891, a *Unión Cívica Radical*, partido que estará na linha de frente das principais agitações políticas da capital na década de 1890.<sup>163</sup>

Cané não negligencia<sup>164</sup> essa situação e encontra na metáfora do organicismo o repertório para imprimir sentido a todo esse “cambio”, de modo que apenas uma sociedade preparada nas suas raízes para transformações pode absorver o conteúdo daquele desejo de mudança: “él árbol crece porque sus raíces están en tierra fecunda, y el fenómeno del desenvolvimiento de ese pueblo responde á causas ajenas á la influencia de su constitución política.”<sup>165</sup> Da mesma maneira, o “etapismo” que a solução organicista proporciona como forma de moderação às ambições de ruptura, sintetiza a postura de Miguel Cané sobre o que seriam os “nuevos rumbos humanos”: “Y el remedio, entonces? (...) la cultura moral del individuo, que determinará la cultura y la inteligencia de la masa. El átomo caracteriza al cuerpo (...).”<sup>166</sup>

No interior de alguns diagnósticos da crise, talvez nenhuma narrativa tenha ganhado contornos tão dramáticos como aquela do diretor Paul Groussac. Cada aparição sua nas páginas da *La Biblioteca* vinha acompanhada de um lamento pela perda de uma dada experiência que estaria sendo suplantada pela mediocridade do efêmero. O resgate de certos temas históricos por parte do autor são então fundamentais. É neste sentido que no interior de uma sociedade que se revelava cada vez mais massificada, Groussac se debruça sobre a grandeza do “individuo” na história e, mais particularmente, nas condições necessárias para o surgimento do chamado “Héroe” ou “Hombre de Genio”, aquele capaz de subverter as ordens de uma sociedade paralisada.<sup>167</sup>

<sup>163</sup> GARULI, Liliana. *Op.Cit.*

<sup>164</sup> Em estudo sobre a obra de Miguel Cané, o historiador Fabio Muruci identifica que ao mesmo tempo que Cané rejeitou as propostas de participação política das massas de imigrantes, continuando a defender a permanência no poder das elites tradicionais que formaram a “ordem conservadora” do período roquista, também defendeu que esta elite não deveria se tratar de uma casta fechada, e sim de uma elite aberta à incorporação e formação de homens de talento e cultura. SANTOS, Fabio Muruci. Arielismo e liberalismo nos escritos de viagem de Miguel Cané e Oliveira Lima. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 29, p.125-153, jul. 2009.

<sup>165</sup> CANÉ, Miguel. *Op.Cit.* p.54.

<sup>166</sup> *Idem.*

<sup>167</sup> Trata-se, segundo o próprio autor, do capítulo de uma obra em preparação intitulada “El problema del génio en la ciencia y en la historia”

Todavía, acontece que “la civilización actual está incubando los hombres de genio”, principalmente pela forma niveladora do seu principal valor, a democracia: “La democracia conquistará la alta civilización, como los Hunos el mundo latino. (...) Su triunfo es inevitable. Será el más completo y pesado de los despotismos: el despotismo de la mediocridad”.<sup>168</sup> Isso não implicaria que essa nova sociedade não tivessem também seus homens de gênio, mas ao invés de Malebranche, aponta Groussac, cultuariam Santa Teresa.

O sentimento de perda de Groussac, porém, só toma vigor com o crescimento do principal difusor do ideal democrático, aquele que acentuaria o reino da efemeridade frente a valores que deveriam resistir ao tempo – o jornal diário: “Salud al gran educador de la democracia! Su majestad el Diario, – en latín *Ephémeris*. Nace, circula y muere en un mismo día; (...) simboliza la mentira, la ignorancia, la fatuidad.”

É preciso tempo. Parece que esta é a grande motivação do seu lamento. Onde a experiência se esfacela sempre mais velozmente, parece ser preciso algum ponto de parada para avaliar o que deve permanecer e resistir àquele ímpeto transformador. Na realidade, é preciso tempo, mas, principalmente, é preciso resistir ao tempo, opor-se a ele. Utiliza então do recurso da relatividade de todas as posições, o que ele anteriormente já havia chamado de “fina reserva y fria ironia”, para desacreditar todo intuito transformador que, no fundo, nada mais eram que juízos construídos sobre a imprecisão e a fugacidade do presente. A impossibilidade de se extrair valores sólidos desses juízos tinha como princípio algo muito claro – a estreiteza do presente: “Estamos clavados en el momento actual, que no es sino un punto de la curva infinita.”<sup>169</sup>

Existia aqui para Groussac um problema de natureza lógica. No interior de uma sociedade que se prometia cada vez mais emancipada e madura, o que ele encontrava nos principais valores desse “novo tempo”<sup>170</sup> como a democracia e o

<sup>168</sup>GROUSSAC, Paul. Génesis del Heróe. **La Biblioteca**. Tomo III, 1897, p.139.

<sup>169</sup>*Ibidem*, p.143.

<sup>170</sup>Para uma investigação mais completa a respeito das imagens do “novo” na cultura argentina oitocentista ver Goldgel, Víctor. **Cuando lo nuevo conquistó américa**. Prensa, moda y literatura en el siglo XIX. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013. Nesta obra Goldgel aborda as múltiplas transformações culturais ressignificadas a partir da ideia do “nuevo” como valor absoluto. Para tanto, Goldgel se concentra em três frentes: o surgimento de um novo meio (o periódico), a consolidação de um dispositivo social que opera uma renovação constante (a moda) e duas formações discursivas (o Iluminismo e o Romantismo) que buscarão legitimar-se como sintoma da novidade.

jornal diário, era apenas a eternização do erro e do engano: “toda la historia contemporânea – ese vasto y contradictorio *reportage* – está nadando en pleno sueño engañador”.<sup>171</sup> O fato da mutabilidade em si mesma adquirir características positivas – mudar bastava – produzia em Groussac a percepção de que toda essa roda da mudança acabava por voltar sempre no mesmo lugar, isto quando não decaía: “Ayer el artículo del diario mataba el capítulo del libro; he aquí ahora al despacho y la *interview* telegráfica que matan al artículo, en cual siquiera algunas veces tenía firma, es decir apariencia de responsabilidad.”<sup>172</sup>

A constatação é sintomática: as alegorias desse novo tempo, ao invés da prometida emancipação, ofereciam apenas exemplos de que as sucessivas cadeias do processo evolutivo jamais alcançam a maturidade: “La pobre humanidad, efímera cadena de generaciones que se renuevan y suceden sin que ninguna llegue á la madurez, no puede suportar a la verdad desnuda: procura inventar alegorias que mezan y engañen sus tristezas.”<sup>173</sup> A postura ao mesmo tempo cética e irônica de Groussac, que nada via naquele vocabulário inovador além da dificuldade dos seus contemporâneos em aceitar a miséria humana, não era algo isolado e provavelmente era repercussão de uma forma de se posicionar perante essas transformações que anos antes Lucio Victorio Mansilla já anunciava:

La civilización consiste en que haya muchos médicos y muchos enfermos, muchos abogados y muchos pleitos, muchos soldados y muchas guerras, muchos ricos y muchos pobres. En que se impriman muchos periódicos y circulen muchas mentiras.<sup>174</sup>

Por vezes a fala de Groussac acaba por ganhar mesmo um tom apologético no sentido de um chamado à causa para a resistência ao curso da história. Aliás, se quase sempre cético à tomar posições, uma brecha parece se abrir quando o tema era o crescimento do apelo democrático: “En cien años, la desbordada democracia ha invadido el mundo, cada vez más agresiva y disolvente, batiendo en brecha á la religión y la sociedad, á la patria y la familia.”<sup>175</sup> Portanto, a ação que valeria a pena, mesmo que o processo desencadeado pela aparição da democracia fosse irreversível, seria propriamente a resistência e a queda de pé a esse novo mundo

<sup>171</sup>*Ibidem*, p.151.

<sup>172</sup>*Ibidem*, p.151.

<sup>173</sup>*Ibidem*, p.145.

<sup>174</sup>*Apud* TERÁN Oscar. *Op.Cit*, p. 21.

<sup>175</sup>GROUSSAC, Paul. La Educación por el Folletín. **La Biblioteca**. Tomo VI, 1897, p.324.

adoecido, decadente e a beira de um cataclisma: “aunque fuera ineluctable el cataclismo en que haya de perecer esta civilización cristiana, sería deber nuestro defenderla y perecer bajo sus ruínas”.<sup>176</sup>

Essa reação também é visível por ocasião da Guerra Hispano-americana em 1898, como resultado da intervenção dos Estados Unidos no processo de independência de Cuba frente a Espanha, quando Paul Groussac faz um verdadeiro manifesto bélico de apoio à esquadra espanhola, frente ao “yankismo democrático, ateo todo ideal”: “confío como otras veces en el arrojio de los soldados españoles y la pericia de sus jefes (...) Viva España con honra!”.<sup>177</sup> Se a Doutrina Monroe e o projeto expansionista dos Estados Unidos na América ganhavam cada vez mais força no final do século XIX, o alerta de Groussac para com os limites dessa civilização estaria na confusão que ela estabelecia entre progresso histórico e desenvolvimento material. O impasse fundamental aqui é uma disputa sobre o conceito de evolução que está em jogo. Para Groussac, e talvez também para Cané, o dilema estava em que a evolução, ao menos na concepção que ganhava força naquele vocabulário, não garantira o aprimoramento esperado: a democracia americana “aplica á su modo el principio darwinista de la selección”.<sup>178</sup>

O expoente máximo da civilização americana e seu instrumentalismo no campo da filosofia seria o fatídico autor do “evangelio popular del enriquecimiento”, Benjamin Franklin, que escreveu: “el hombre es un animal que hace herramientas”.<sup>179</sup> Com seus valores – substituição da razão pela força, a generosidade pelo egoísmo, a qualidade pela quantidade, o sentimento do belo pela sensação do luxo plebeu –, essa civilização colocava em risco e à beira do precipício “todas las conquistas de nuestro progreso milenário, toda la herencia acumulada en nuestros veinte siglos de lucha contra la barbarie primitiva”.<sup>180</sup>

Há, portanto, todo um vocabulário – democracia, igualdade, anarquia, imprensa diária, folhetim – que marcaria precisamente (Groussac sempre faz questão de delimitar que “hace cien años...”, em referência à Revolução

<sup>176</sup>*Idem.*

<sup>177</sup>GROUSSAC, Paul. Por España. **La Biblioteca**. Tomo VIII, 1898, p.240.

<sup>178</sup>*Ibidem*, p.237.

<sup>179</sup>*Ibidem*, p.238.

<sup>180</sup>*Ibidem*, p.237.

Francesa<sup>181</sup>) o momento em que “el río de la civilización perdía sus ondas en el lecho arenoso”<sup>182</sup>. A insistência em demarcar o início da curva descendente do ideal civilizatório traz a tona uma compreensão do tempo cheia de nuances, com uma abertura para um périplo de altos e baixos onde a garantia da satisfação sempre era obrigada a se haver com o temor e a possibilidade iminente da queda. A conclusão é taxativa: Se “desde los primeros siglos, hasta la Revolución Francesa, la ley de progreso se ha cumplido”, no presente, “asistimos á una crisis suprema de la civilización”<sup>183</sup>.

\*\*\*

Há naquela conjuntura letrada, contudo, uma grande variedade de formas de enfrentar essa existência de um novo tempo. Vejamos o caso de Ernesto Quesada (1858-1934) que em uma conferência no *El Ateneo* em 1895, reivindicava para a nascente “questão social” um caso exemplar do caráter cambiante da história. Foi assim que Roma caíra frente aos bárbaros e, 18 séculos depois, com o esquecimento dessa experiência, o cataclisma da Revolução Francesa colocou novamente a civilização humana em risco. Se rupturas sempre existiram na história, a questão para Quesada seria como cada época buscou reconstruir a ordem após o caos. E daí o grande dilema que surge, pois após um século da onda revolucionária, o abismo que os esperava parecia ainda maior: “Cómo hemos llegado, en menos de un siglo, á exponer á la sociedad al borde de otro abismo, más terrible que el que despedazó el llamado ‘viejo régimen’?”<sup>184</sup>

O principal impacto da “questão social” parece ter sido gerar um impasse na compreensão de que o grande avanço material da civilização seria acompanhado por uma minimização do fosso entre as classes sociais. Pelo contrário. E Ernesto Quesada é taxativo neste sentido:

---

<sup>181</sup>No caso argentino, os primeiros esboços do tema da “questão social” teriam vindo, sempre segundo Groussac, com a geração romântica fundadora da *Asociación de Mayo*, especialmente na figura de Estebán Echeverría, autor do “Dogma Socialista”, publicado em 1846. Echeverría teria dado continuidade ao seu mentor Rousseau, o precursor do ideário socialista. Após a obra do filósofo francês, socialismo era o mesmo que ser contrário à liberdade, era a reivindicação do Estado pelo despotismo da maioria. O deslocamento da tirania do uno para a tirania de todos. GROUSSAC, Paul. Estebán Echeverría. La Biblioteca. Tomo IV, 1897, p. 265.

<sup>182</sup>*Ibidem*, p.237.

<sup>183</sup>*Ibidem*, p.235-236.

<sup>184</sup>QUESADA, Ernesto. **La Iglesia Católica y Social**: Conferencia dada en los salones del Ateneo. Buenos Aires: Arnoldo Moen Editor, 1895, p.22.



Si. El mundo marcha. Y por eso han venido desengaño tras desengaño, al ver que los nuevos perfeccionamientos, en lugar de nivelar las diferencias sociales existentes, parecían tender á ahondarlas más y más, rebajando las clases menestrosas y exaltando la minoría enriquecida. Qué pasa hoy en el mundo entero?<sup>185</sup>

O abalo provocado pela “questão social” nas várias formas de compreensão do tempo foi então digerido de modo a tentar incorporar os novos pressupostos nas estruturas anteriores. Foi assim que, mais uma vez reforçando a proximidade da *La Biblioteca* com a Faculdade de Direito e Ciências Sociais, o professor Carlos Rodriguez Larreta (1868-1926) analisava as implicações das demandas do nascente socialismo para o tradicional código jurídico.<sup>186</sup> Se, no caso, qualquer estudioso do direito civil identificaria que a mesma filosofia presidiu esse código durante séculos, mantendo estavelmente seus pressupostos de uma teoria fundamental das obrigações, a época contemporânea marcaria uma brusca ruptura. Enquanto “el soplo de ninguna extraña filosofía ha logrado alterar aún el quadro jurídico del sábio emperador romano”<sup>187</sup>, a tese da imutabilidade do direito civil entra em choque como uma sociedade convulsionada pela perda de autoridade das antigas instituições:

En la época contemporánea, por la observación de los fenómenos sociales más recientes y con el oído atento á las nuevas doctrinas que han surgido en Europa y que ya se difunden por América, se puede conjeturar que la inmutabilidad del derecho civil se encuentra, por fin, amenazada. (...) Si el socialismo llegase á prevalecer, en la mayor parte por lo menos de las formas concretadas hasta ahora, es indudable que las sociedades futuras tendrían que reformar totalmente la ciencia civil<sup>188</sup>

De início, a postura de Larreta é de rejeição ao ímpeto inovador do socialismo. Aliás, chama a atenção como o autor usa os termos “sociedad moderna”, “socialismo” e “cuestión social” indiscriminadamente, sendo automaticamente relacionados um ao outro. Essas novas diretrizes teriam como eixos a supressão das fronteiras, do sentimento de pátria, o coletivismo e o fim da propriedade individual, além, principalmente, da crítica radical às autoridades

<sup>185</sup>*Ibidem*, p.26

<sup>186</sup>LARRETA, Carlos Rodriguez. El socialismo y el derecho civil. **La Biblioteca**. Tomo II, 1896.

<sup>187</sup>*Ibidem*, p.560.

<sup>188</sup>*Ibidem*, p.561.

institucionais com sua conseqüente extinção. O apelo à história aparece para o autor como local de conforto, pois, citando Leão XIII, Larreta entende que Deus deu a terra a toda a linhagem humana, mas não para que eles indistintamente sejam senhores dela. Ele a deixou para a indústria do homem decidir.

Ao longo do texto, porém, a posição de Larreta vai tomando um novo rumo, revelando propriamente as fissuras existentes no interior daquele vocabulário. A abertura ao “cambio”, à possibilidade de ruptura com a história, passa a ser considerada de modo mais efetivo. Como o texto foi inicialmente uma conferência proferida na Faculdade de Direito, Larreta afirmava que a Universidade não poderia permanecer de olhos voltados apenas para o passado, se abrindo para “las necesidades del presente y á las incertidumbres del porvenir”, mas principalmente porque grandes pensadores se dedicam a tal doutrina e vinte milhões de pessoas se movimentam nas grandes capitais através da Internacional Comunista. A experiência da história tem aqui então algo a ensinar:

la experiencia de la historia nos enseña que algo debe haber de verdadero y de justo en el fondo de una aspiración que tiene en sí misma fuerza bastante para marchar contra la corriente de las persecuciones, que apasiona á los hombres hasta el delirio, que ha suscitada fanatismos y ya cuenta mártires<sup>189</sup>

Como pode ser visto, a sedimentação de um novo vocabulário ao mesmo tempo em que sofria restrições, parecia invadir paulatinamente aquele contexto, especialmente no reconhecimento de Larreta da insuficiência das antigas categorias: “Encierran una gran verdad estas palabras de Carlyle: *La libertad requiere nuevas definiciones.*”<sup>190</sup> A partir desse reconhecimento, a tradição e a imutabilidade de certas instituições estariam à prova do tempo. Aquelas que, no interior “de las agitaciones socialistas” saírem ilesas e alcançarem o porvir, serão propriamente as instituições do direito civil.

Tudo somado, é importante notar que a solução de Larreta para o problema do profundo “cambio” em andamento, novamente à exemplo de seus contemporâneos, é a tentativa de dosar uma *teoria da evolução humana* que aposta num aperfeiçoamento sem restrições. Ou melhor, o “etapismo” fornecido por uma solução evolucionista da história entra novamente em jogo. Menos que

<sup>189</sup>*Ibidem*, p.582.

<sup>190</sup>*Ibidem*, p.583. Itálico do autor.

acelerar ainda mais aquela temporalidade, a concepção evolucionista age fundamentalmente como moderação da mesma: “Es indudable que la especie humana se transforma, y que seguirán mudando lentamente las ideas y los sentimientos de los hombres, pero la evolución tiene un límite infranqueable en el orden moral.”<sup>191</sup>

A pluralidade de narrativas presentes na *La Biblioteca* ganha ainda mais força quando o grande tema do debate público então, a democracia e as formas de incorporação de um novo segmento social àquela comunidade política, é apresentado por um viés particular em comparação com o que vimos até aqui. Trata-se do artigo do historiador e professor da Faculdade de Direito, Francisco Ramos Mejía (1847-1893), irmão, talvez menos conhecido pela crítica, de José María Ramos Mejía. Em um dos seus últimos escritos antes do falecimento, obtidos por Groussac junto à família do autor, Francisco Ramos Mejía descreve um longo percurso histórico intitulado “Evolución de la Democracia Argentina”<sup>192</sup>, no qual parece apresentar o seu contexto de transformações como apenas o resultado histórico de um grande trajeto de aprimoramento do *ethos* democrático argentino.

Como integrante da *Unión Cívica Radical*, e um pouco à revelia dos seus pares, Francisco Ramos Mejía não parecia ver o movimento da “questão social” como algo a ser denunciado, mas sim positivamente incorporado. Sua narrativa sobre a formação histórica da democracia argentina, menos que alertar para as rupturas e tensões trazidas pela “questão social”, realçava o potencial integrador que a nação argentina – nascida e formada sob o signo da imigração – poderia oferecer para essa nova massa populacional que vinha construir vida no país.

Seria exemplar, neste sentido, o fenômeno da participação política no período colonial e os canais de intervenção criados pelos *Cabildos*. Ou seja, para Ramos Mejía havia uma harmonia integradora naquele período que propiciava uma junção entre o elemento europeu e o elemento *criollo*, de modo que desde muito cedo os oficiais e representantes da Coroa eram obrigados a se haver com as lideranças locais e nativas. Mesmo um processo eleitoral na colônia era

<sup>191</sup>*Ibidem*, p.580.

<sup>192</sup>Na realidade o próprio Paul Groussac em nota esclarece que o fragmento exibido na revista é parte de uma obra intitulada “El Federalismo Argentino” que Francisco Ramos Mejía não logrou encerrar antes do falecimento. O trecho vinha com o título: “Fragmento de la historia de la evolución argentina”, em que discorria especificamente sobre o processo da democracia colonial.

resultado da medição de forças entre representantes da coroa e *criollos*, revelando assim, para Ramos Mejía, uma pré-disposição para uma forma política democrática. Haveria então uma relativa linha de continuidade que só teria sofrido percalços a partir do período revolucionário que culminou na independência argentina. A dissolução dos *Cabildos* logo após o período de emancipação teria promovido um atraso no aprimoramento daquela forma que se mostrava ajustada à nação argentina:

Este medio y esta escuela los teníamos nosotros durante la colonia en la institución de los Cabildos; y aún cuando en forma incompleta, esta habría ido perfeccionándose sucesivamente como todo lo humano. Era esa una tarea que incumbía a la posteridad.<sup>193</sup>

Índice também dessas disputas em torno da “questão social”, da democracia e das formas de experiência do tempo, é a apropriação que Francisco Ramos Mejía faz da obra de Tocqueville. Se, como foi possível ver aqui, o escritor francês era chamado à cena fundamentalmente como alerta aos danos provocados pela ideologia da igualdade, Ramos Mejía interpreta a obra de Tocqueville como um convite à democracia e ao alargamento da esfera política, de modo que o grande valor da obra seria identificar que não é a eleição do presidente e do congresso pelo sufrágio que faz livre o povo norte-americano, mas sim a participação que toma o povo mesmo em todos os assuntos da sociedade:

Tocqueville, en su obra sobre la Democracia de América, considera como fuente de la libertad y de la seguridad americana, no tanto la elección del Presidente y del congreso por el sufragio popular, cuanto la participación que toma el pueblo mismo en todos los asuntos de la sociedad, al intervenir directamente en la administración de los pequeños detalles del gobierno comunal.<sup>194</sup>

Ainda que estejam pontuadas essas particularidades de Francisco Ramos Mejía na sua maneira de apreender o movimento da história e a expansão do debate sobre a “questão social”, sua intenção não parecia ser aquela de acelerar ainda mais o desenrolar daquela situação. Sendo o *ethos* argentino historicamente

<sup>193</sup>RAMOS MEJÍA, Francisco. Evolución de la democracia Argentina. **La Biblioteca**. Tomo V, 1897, p.171.

<sup>194</sup>*Ibidem*, p.171.

acolhedor para com o imigrante, caberia àqueles agentes deixar o tempo dar conta do processo de incorporação daquela massa. Certamente que essa solução parece mais otimista que aquela de Miguel Cané, por exemplo. No entanto, destaca-se novamente o apelo pela contenção daquele ímpeto transformador na forma de “etapas” a serem cumpridas. Se ainda não é tão perfeita quanto a democracia existente nos Estados Unidos, a democracia argentina estava cumprindo seu papel de aprimoramento que, deixado à sua velocidade, resolveria seus impasses:

Cualesquiera que sean los títulos con que el siglo XIX se presente á disputar la primacía sobre sus antecesores, ninguno será más luminoso que el de haberse realizado en él la constitución definitiva de la grande y fecunda democracia americana. No tiene ésta, la nuestra, modesta y trabajada, es aspecto imponente de su congénere del norte; pero ha contribuido y contribuirá como ella al resultado general que la evolución humanitaria ha producido y producirá en este gran fenómeno político y social. (...) Á la democracia argentina nada le hacen perder de su importancia como factor de la evolución humana, sus inmensas penumbras, sus grandes deficiencias, sus lagunas y sus errores.<sup>195</sup>

A proposta de uma solução “afetiva” e amalgamadora de Ramos Mejía acentua a variedade dos modos de lidar com a “questão social” naquela conjuntura. Aqui, menos que sintoma de decadência, a questão é tomada como um desafio para os argentinos. No interior de todos aqueles diagnósticos da crise, é como se Francisco Ramos Mejía apresentasse aos seus pares outra saída que apenas aquela do lamento pela velocidade das transformações cotidianas. Na *La Biblioteca* o tempo e a história assumem diversas faces. Desde aquela em que o duro correr das transformações parecia esvaziar toda experiência, até aquela – mais otimista e menos dolorosa – em que esse mesmo correr poderia significar a realização de um ideal de aperfeiçoamento.

### **3.4 Um breve debate sobre a ciência e suas (im)possibilidades: Lucio Mansilla e Paul Groussac**

Dentre as linhas principais que caracterizam a reconstrução da historiografia sobre os discursos da elite política e intelectual argentina na

---

<sup>195</sup>*Ibidem*, p.199.

passagem para o século XX podemos encontrar a apresentação de uma série de tópicos frequentes. São organizadoras de diversas investigações as expressões como modernizar, civilizar, ilustrar, europeizar, secularizar, reformar, nacionalizar. Estas imprimem sentido sobre os processos e ações da época. Do mesmo modo, uma parte significativa dessa historiografia que aborda aspectos do período histórico aberto a partir de 1880, se utiliza genericamente do termo “generación del 80” para elencar nomes e estabelecer considerações gerais das ações desse agrupamento.<sup>196</sup>

Alguns argumentos, a exemplo, como os de Hugo Biagini e Felix Weinberg vão ao encontro num acordo sobre a predominância de um “progresismo optimista de quienes se sentían llamados a protagonizar la transformación y modernización del país en sus bases materiales y culturales”<sup>197</sup>. O primeiro encontra no rótulo do “progreso” o eixo organizador de todos os discursos na Argentina da época<sup>198</sup>, enquanto Weinberg, distinguindo essa geração por uma “homogeneidad ideológica y la toma de conciencia del grupo”<sup>199</sup>, aponta que o predominante nas ideias dessa geração era uma mescla de elementos transformistas, positivistas e cientificistas.

Uma dimensão material também bastante presente nessas décadas finais do século XIX é ressaltada pelo historiador Gregorio Weinberg. É comprovada, segundo ele, uma nota comum em torno do otimismo com os avanços científicos e técnicos. Sua investigação sobre os vários Congressos Científicos ocorridos na cidade de Buenos Aires nesse momento, bem como as conclusões a que esses homens chegam da “ciencia como factor primordial en el progreso de las naciones, atestam um dito “clima de época” predominante. Ainda para Gregorio Weinberg, o vocábulo “progreso” vai ganhando na sociedade argentina uma definição bem pragmática, sempre associado à indústria e o emprego de máquinas, a diversificação do trabalho, a inserção em um mercado internacional, o consumo de elementos cada vez mais refinados e complexos. Será, contudo, principalmente a dimensão da diminuição das distâncias com o motor a vapor dos

<sup>196</sup>BRUNO, Paula. Notas críticas acerca del uso de la expresión generación el 80, 1920-2000. Disponível em: <http://www.udesa.edu.ar/files/UAHumanidades/DT/DT34-P.PDF>. Acesso em 09/10/2014.

<sup>197</sup>WEINBERG, Félix. El pensamiento de la generación del 80. **Cuadernos del Sur**, núm. 13, Universidad Nacional del Sur, 1980, p. 20.

<sup>198</sup>BIAGINI, Hugo. **Cómo fue la Generación del 80**. Col. Esquemas Históricas., Bs. As., Editorial Plus Ultra, 1980.

<sup>199</sup>WEINBERG, Félix. Op. Cit, p. 19.

“ferrocarriles”, o telégrafo e a fotografia que exercerão um papel preponderante. Esta última, por “reproducir con tanta rapidez y fidelidad las imágenes de los hombres y los objetos, quebrantó para siempre la fe en los hechiceros”. Os ferrocarriles, simbolizando de algum modo o ímpeto modernizante dos novos setores dirigentes, ainda representavam o avanço definitivo sobre “las mulas y las carretas” para atingir o experimento do então dito “el vértigo de la velocidad”.<sup>200</sup>

De fato, naquela conjuntura letrada era possível identificar casos como aqueles apontados pela historiografia aqui citada. Olhando para a *La Biblioteca*, encontramos um argumento particularmente interessante como o de Lucio Victorio Mansilla<sup>201</sup>, que se revestia de todo um otimismo com o potencial explicativo da ciência. No seu caso, para com a difícil tarefa de compreender o emblemático passado argentino representado pela figura de Juan Manuel Rosas. Tal momento da história argentina já estaria tão sedimentado pela tradição, tinha tantos interesses ainda vivos em jogo, que somente o “examen crítico, serio, imparcial” seria capaz de dar um veredito científico sobre o conjunto “de esos materiales incongruentes, informes, disparatados, llenos de ganga inútil”.<sup>202</sup> Importante aqui distinguir o Lucio Mansilla citado há algumas páginas e descrente no progresso, deste Lucio Mansilla de agora. Separados por vinte e sete anos (o período da escrita de *Una excursión a los indios ranqueles*, em 1870, e o do perfil biográfico de Rosas em 1897), Mansilla se mostra agora radicalmente bem ajustado às transformações do seu tempo e, em grande medida, clamando por sua intensificação pela via científica.

A sustentação para esta legitimidade da ciência se apoiava, dentre outras vias, numa concepção de progresso e do transformismo como leis históricas que aconteceriam a despeito do desejo humano. O progresso aqui associado a uma mutabilidade que por si só era positiva e justificada:

<sup>200</sup>WEINBERG, Gregorio. **La ciencia y la idea de progreso en América Latina**, 1860-1930. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

<sup>201</sup>Mansilla (1831-1913), militar e escritor nascido em Buenos Aires, é afetado ainda jovem pela derrota de seu tio Juan Manuel Rosas em 1852, se distanciando por algum tempo da vida pública, só retomada posteriormente com sua ação no periodismo da capital. Participou da Guerra do Paraguai e ainda ocupou altos cargos militares nos governos de Sarmiento e Avellaneda. Entre suas obras mais conhecidas estão “Una excursión a los indios ranqueles” (1870), como resultado de uma campanha de pacificação com os indígenas, e “Rosas, ensayo histórico-psicológico” (1898), cujas primeiras páginas são aquelas exibidas na revista *La Biblioteca*.

<sup>202</sup>MANSILLA, Lucio. Rozas. **La Biblioteca**, Tomo IV, 1897, p.167.

El hombre obedece, á pesar de suyo, á la acción del tiempo, acción perenne, constante, eternamente benéfica dentro de la órbita del progreso, que ‘no es un accidente sino necesidad’; del tiempo que todo lo transforma, espontáneamente, modificando en la consciencia los diferentes estados y aspectos de las almas y hasta las mismas perspectivas de las cosas que no siempre vemos de idéntica manera; lo inmaterial y lo físico, lo intelectual y lo moral, todo, todo; á la manera que se transforman las plantas y los animales en variaciones infinitas.<sup>203</sup>

O desafio então para Mansilla era tornar o fenômeno Rosas apenas o resultado de uma gestação feita no interior daquela própria sociedade, produto final de um processo orgânico e que seguia o ritmo natural do progresso de um agrupamento humano que passava por estágios de aperfeiçoamento. Sua proposta interpretativa parte do pressuposto de que não era possível um tirano sem uma sociedade que pensasse tal como este, de modo que um certo fisiologismo da cultura argentina, tendo no seu interior elementos autoritários que, uma vez potencializados, fazem emergir Rosas. No fundo Mansilla não quer se entregar à possibilidade da existência de excepcionalidades históricas. Tudo é compreensível segundo um encadeamento orgânico: “No se concibe, en efecto, no lo concibo yo al menos, un opresor solitario en la sociedad. (...) Los usos y costumbres, los instintos hereditarios, las tradiciones, son ideas que encarnan ciertos modos particulares de ser”.<sup>204</sup>

O processo histórico aparece delineado de maneira perfeitamente ordenada, produzindo uma grande continuidade de sentido que não permite a existência do incompreensível: “todo obedece á uma ley. No hay fatalidad; lo inevitable no es más que la consecuencia de algo”.<sup>205</sup> A história humana pode ser acompanhada e conhecida através do constante polimento das impressões vagas que o homem deixa e que a ciência tenta desencarnar. Neste sentido, o mito criado em torno da figura de Rosas é paralelo a um ponto oculto em que dificilmente o homem pode penetrar. Para isso, fenômenos da ordem do fabuloso, do fantástico, são apenas resquícios de áreas ainda não desvendadas pela ciência moderna: “Lo

---

<sup>203</sup>*Idem.*

<sup>204</sup>*Ibidem*, p.169.

<sup>205</sup>*Ibidem*, p.170.



maravilloso, qué es? Una secuela de fenómenos mal observados que, de hipótesis en hipótesis, la ciencia tanteando por siglos, arriba á explicar y demostrar.”<sup>206</sup>

Há um peso no texto de Mansilla. Uma densidade com a procura de um mundo material revelável pela ciência: “Todo preexiste, substancial, virtual y potencialmente, en pródromos fecundos. (...) Ese mundo existe, tiene que existir, debe existir”. Há ainda um processo desencadeado que já está dado: “lo que ha de ser será, en virtud de una ley física o moral”. O homem, neste caso, já tem inclusive o meio para entendê-lo e alcançá-lo: a segurança do porto da ciência.<sup>207</sup>

Paralelamente à confiança na ciência, o tempo aparece (numa otimista resolução) como um agente sempre benéfico. Há um progresso necessário a não permitir que Rosas e as condições que o possibilitaram sejam contínuas. É a lei do tempo como agente transformador, e sempre para o melhor, a garantir a superação de Rosas, a garantir que este fora apenas um retrato da Argentina em um dado momento histórico. De tal modo que “la historia de la civilización, de la cultura, de la evolución del género humano (...) es la historia de los cambios”<sup>208</sup>. O tempo que não se transforma, que não se desdobra, que não cria dentro de si mesmo outras formas, é o tempo da imobilidade que só o selvagem ainda representava: “Los selvajes no tienen por eso historia (...). Su existencia, en este sentido, no es vida humana, es un estado biológico”<sup>209</sup>.

Em última instância parece estar em jogo aqui certo impulso classificador e ordenador característico à ciência moderna. Um pensamento pacificador que busca inserir todo elemento destabilizador numa ordem clara de sentido. Ao apostar nesse tempo “perfeccionador” ou mesmo ao apropriar-se de Herbert Spencer (“no está en el orden de la Natureza, diría Herbert Spencer, que los hombres cambien de hábitos y placeres súbitamente”<sup>210</sup>) para contextualizar o fenômeno Rosas, Mansilla não deixa muitas dúvidas sobre sua radical opção por um tempo transformista (positivamente) e pela ciência. O problema, acreditamos, reside na elevação de tal postura à documento fotográfico de um contexto que comportava uma ampla gama de relações com o tempo e com as possibilidades trazidas pela ciência.

---

<sup>206</sup> *Idem.*

<sup>207</sup> *Ibidem*, p.171.

<sup>208</sup> *Ibidem*, p.172.

<sup>209</sup> *Idem.*

<sup>210</sup> *Ibidem*, p.173.

De tal forma, se sobressai novamente a posição do diretor Paul Groussac e sua desconfiança frente ao poderio explicativo da ciência. Em resposta ao ímpeto de uma nascente e assim chamada “ciencia humana” em buscar leis universais e precisão matemática, se posiciona ao lado da radical impossibilidade de tal feito. No seu entendimento, aqueles que abandonavam suas investigações por esbarrarem com algum nível de irresolução, permitindo apenas uma posição aproximada, cometem o equívoco de acreditar que a ciência possa ir além disso: “toda nuestra ciencia, nuestra justicia, nuestra moral – toda nuestra verdad es aproximación”.<sup>211</sup> De Kepler a Newton, o que foi possível, talvez, é somente uma “generalización más aproximativa porque más vasta”, sendo, todavia, ainda uma verdade provisória: “si hubiera de definirse el progreso en una sola palabra, no habría otra mejor que *aproximación*”.<sup>212</sup>

O grande avanço de metáforas orgânicas pelos, assim chamados por Groussac, “sociólogos modernos”, indicavam o estatuto privilegiado das ciências naturais naquele contexto, de modo que a fundação de uma dita ciência do homem procura se amparar nos mesmos níveis de precisão daquelas ciências da natureza. Groussac reconhece a possibilidade do paralelo entre o estado atual da República Argentina com “una enfermedad generalizada, una distrofia constitucional (...) cuyo tratamiento [es] parecido al de la anemia globular.”<sup>213</sup> Contudo, o paralelo se encerra aí: “No es exacto que sea el hombre un mero agregado de células, ni tampoco el organismo social civilizado.”<sup>214</sup>

Constituiu-se assim o paradoxo “de las ciencias sociales” que o título sugeria. O impasse revelava “la esterilidad de las ciencias políticas y sociales – sobre todo la economía” para fazer valer princípios norteadores das ciências experimentais como a indução. Tendo seu objeto uma natureza distinta, essas ainda jovens ciências valiam-se de uma vaidade e de um “preciosismo da exatidão” para um trabalho que no fundo era da ordem do inacessível: “el gran achance de la ciencia humana es la fatuidad, ó el incurable anhelo de lo inaccesible.”<sup>215</sup> O apelo exercido por um clima de época em que a “marcha triunfante de las ciencias experimentales” – contando desde Galileu com séculos

<sup>211</sup>GROUSSAC, Paul. Estaban Echeverria. **La Biblioteca**. Tomo IV, 1897, p.293.

<sup>212</sup>*Ibidem*, p.293, itálico do autor.

<sup>213</sup>GROUSSAC, Paul. La paradoja de las ciencias sociales. **La Biblioteca**. Tomo II, 1896, p. 309.

<sup>214</sup>*Idem*.

<sup>215</sup>*Ibidem*, p.310.

de aperfeiçoamento – sobre as irmãs mais jovens levava a um certo efeito de deslumbre, de maneira que “para imitarla, comienza su casa por la cornisa.”<sup>216</sup>

A exemplo do já aqui discutido desconforto de Groussac com os novos tempos e o crescimento de um apelo materialista resultante do ideal democrático, a proeminência da economia no interior do que o autor chama de “ciencias sociales” apenas retratava o matematicismo e os números que pretendiam dar conta da sociedade humana. Falando em “razón directa o inversa, progresión por diferencia ó cociente”, estes se esqueciam que essa ciência da produção, menos que sínteses, não produziu mais que economistas apenas. Dentre eles estava Malthus, cuja lei “sería cierta si no encontrara siempre obstáculos”.<sup>217</sup>

Impulsionada pelo *status* e reconhecimento das “ciencias experimentales” e suas grandes leis universais, mas com definições dogmáticas de teorias cujo rigor condensava-se apenas no enunciado, a nascente “ciencia de lo social” era denunciada por Groussac pelas pretensões generalizantes que uma das suas vertentes, a economia, proferia: “El hombre económico no existe, como tampoco la sociedad económica”.<sup>218</sup> A insistência na questão da economia se deve, principalmente, pela já discutida “questão social” se transformar na grande pauta em jogo. Se a “sociedad humana” é observada apenas pelos seus anseios materiais, logo a economia é aquela que mais imediatamente poderia oferecer respostas (com a dita precisão científica).

Interessa saber ainda que, se a ruptura com as “ciencias experimentales” é então clarividente, uma definição do que Groussac classifica “ciencia humana” resta ainda nebulosa. Aliás as maneiras de nomeá-la aparecem sem grandes distinções. Menciona “ciencias politicas y sociales”, “ciencia humana”, “sociologia”. Menos que um problema, tal tensão revela enfaticamente as múltiplas formas de lidar com o conhecimento que aquele contexto reservava. De modo que sendo impróprio para essa nascente ciência do social buscar, tal como a economia, a precisão matemática para lidar com o homem, reivindicava-se dela uma definição mais plural:

El ser humano dotado de existencia real es el que, perteneciendo á cierta raza establecida en cierta región, produce

<sup>216</sup>*Ibidem*, p.311. Cornisa pode ser traduzido como maçaneta.

<sup>217</sup>*Idem*.

<sup>218</sup>*Ibidem*, p.313.

y consume materialmente, sin duda alguna, pero que siente, además, medita y cree, subordinando en horas decisivas su producción y su consumo á sus creencias y pasiones<sup>219</sup>

Há também espaço para uma postura mais propositiva, no sentido de lançar alguns princípios que poderiam guiar essa forma de conhecimento que se pretendia científica, mas que encontrava tantos percalços. Isto passava, dizia Groussac, por assumir algo que mesmo as “ciencias especiales” (no caso “las experimentales”) o faziam: assumir certas “condiciones de relatividad” que permitiriam distinguir uma dita parte geralmente correta de outra relativa, provável ou conjectural. Para tanto, bastava um olhar histórico e um mínimo senso de historicidade para com determinadas verdades:

Las llamadas ciencias sociales no podían sustraerse, ni mucho menos, á estas condiciones de relatividad. El estudio racional de la historia tenía que conducir á dicha conclusión.(...) Como decía Pascal, la verdad se modifica al pasar los Pirineos; y esta máxima corriente cobra autoridad imprevista, cuando se descubre que *étnico* y *ético* son palabras de origen común<sup>220</sup>

O vínculo entre étnico e ético é aqui sugestivo. Num primeiro momento haveria um substrato ético no reconhecimento da especificidade do objeto e da natureza dos problemas que envolviam as “ciencias sociales”, especialmente a implicação étnica da valorização de um pluralismo e de um objeto não reduzível a fórmulas matemáticas. Mas num segundo momento, Groussac aponta também para um problema de nível contextual e que vem a dar um desenho mais prático a essa “ciência do social”:

Los hechos económicos son subalternos y vienen después. El más culminante de este fin de siglo, el imperio creciente del proteccionismo, es la resultante de guerras colosales que no fueron á su vez, en Estados Unidos y en Alemania, sino el estallido de un sentimiento latente y de una aspiración histórica: la nacionalidad.<sup>221</sup>

O autor poderia aqui estar se remetendo a algo mais próximo e já comentado por ele como o conflito entre Espanha e EUA nas possessões cubanas

---

<sup>219</sup>*Ibidem*, p.313.

<sup>220</sup>*Ibidem*, p.317.

<sup>221</sup>*Ibidem*, p.314.

ou mesmo a um movimento internacional de maior porte como o Imperialismo europeu na África e na Ásia e suas consequentes tensões. Em ambos os casos as implicações econômicas eram claras, mas também o nacionalismo, uma inescapável dimensão das ideias e de paixões étnicas que impossibilitariam a essa nascente o uso irrestrito de fórmulas matemáticas e de leituras materialistas: “En los estudios sociales, no podemos, no debemos aspirar sino á una probabilidad cada vez mayor en la conjetura.”<sup>222</sup>

Ao identificar este impasse entre o que essa nascente ciência prometia e o que ela de fato era impelida a lidar, Paul Groussac está dialogando com um vocabulário de época tensionado entre o otimismo e a descrença para com a ciência. Como um empreendimento pessoal seu, mas com uma contribuição de vezes por vezes dissonantes quando o tema eram as possibilidades explicativas e emancipatórias da ciência, a *La Biblioteca* se constitui como um sintoma das dúvidas e contradições naturais em que recorriam aqueles agentes.

### 3.5 O signo da nação e o problema da historicidade: a história como consolidação nacional

Perguntar-se pelo agenciamento da relação com o passado tecida pelos letrados argentinos durante o século XIX é obter como resposta o signo da construção da nação.<sup>223</sup> Tal como em boa parte das comunidades nacionais que se formaram durante este século, também na Argentina o ato de narrar o passado foi paralelo à tarefa de construir institucionalmente e culturalmente a nação imaginada. Mesmo entre aqueles que viam a nação como um objeto auto evidente do qual o passado era testemunha, ou entre aqueles para os quais a nação ainda era algo disforme e um desígnio a ser plenamente alcançado, o pressuposto é o mesmo: o critério nacional como via de julgamento histórico. Desse modo, a

<sup>222</sup>*Ibidem*, p.320.

<sup>223</sup>Uma extensa bibliografia já cuidou desse tema, da qual aqui nos restringimos a mencionar alguns que serviram de guia a este trabalho. Ver DONGUI, Tulio Halperín. **Proyecto y Construcción de una Nación**. Caracas: Ediciones Biblioteca Ayacucho, 1980; PALTÍ, Elías José. **El momento romántico: nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Eudeba, 2009; SHUMWAY, Nicolas. **La invención de la Argentina** – historia de uma idea. Buenos Aires: Emece, 2002; DEVOTO, Fernando. **La construcción del relato de los orígenes en Argentina Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá**. In: ALTAMIRANO C.(org.). **Historia de los intelectuales en America Latina**. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

nação é um forte índice para compreendermos aquela experiência do tempo, de uma dada relação com a temporalidade pelas rearticulações que passado, presente e futuro vão sofrendo nesse contexto.

Na segunda metade do século XIX, a superação de algumas instabilidades políticas que marcaram a região do Prata até a relativa consolidação do Estado nacional argentino nos anos 1860, registram a conquista de uma certa noção de Argentina enquanto território e unidade política. O debate sobre as múltiplas faces da nação, contudo, segue a pleno vapor e vai trazer à tona as indefinições subjacentes a qualquer modelo que se pretendesse definitivo. Na *La Biblioteca* não irá demorar e logo no seu segundo mês de vigência a questão é abordada por Pedro Goyena (1843-1892)<sup>224</sup>, expoente das linhas de frente do pensamento católico argentino. Em texto<sup>225</sup> escrito em 1891, mas só publicado pela *La Biblioteca* em 1896 graças à busca de Paul Groussac nos arquivos de Goyena, podemos ver um autor taxativo sobre a inquestionável definição da nacionalidade argentina. A nação a esta altura era já um fato, sugere Goyena.

Após a derrota de Rosas em 1852, o conflito que centralizou as preocupações dos argentinos teria sido aquele entre portenhos e provincianos na disputa por autonomia. Numa tentativa de amenizar essa oposição e realçar o sentido de união, Goyena enfatiza o papel centrípeto efetuado por Buenos Aires. Era ali na capital onde a nação argentina se realizava plenamente e, muito disso, pela acolhida que esta guardava aos jovens provincianos que vinham à capital em busca de sua formação e estudos:

Conozco la numerosa juventud oriunda del interior y del litoral que se educa en Buenos Aires, y en la cual se reflejan todos los matices sociales y políticos del país. Esa juventude tiene vivo en el corazón el sentimiento argentino, libre de los resabios locales. Participa *jure proprio* de todas las ventajas que para el desarrollo intelectual ofrece nuestra gran unidad.<sup>226</sup>

<sup>224</sup>Professor de filosofia no Colégio Nacional, graduou-se em Direito em 1870, dirigiu a Revista Argentina também na década de 1870 e atuou como publicista, deixando vários trabalhos sobre literatura e política. Foi também professor de Direito Romano na Universidade de Buenos Aires e Deputado até 1890. Como representante do pensamento católico argentino, era avesso ao laicismo da geração de 80.

<sup>225</sup>Groussac assinala que o texto fora retirado de um manuscrito inédito de Goyena intitulado “Nueva Faz”. Neste, o excerto exposto na revista intitulado “La federalización de Buenos Aires” era apenas uma parte.

<sup>226</sup>GOYENA, Pedro. La federalización de Buenos Aires. **La Biblioteca**. Tomo I, 1896, p.194.

Ciência e unidade nacional. Eram esses dois pilares capazes de afrouxar as tensões entre os dois grupos políticos. Também a história trazia a certeza que a comunhão nacional argentina partiria da reunião dos interesses provincianos e portenhos, mas sempre tendo Buenos Aires como centro irradiador de luz. Em uma releitura da obra mestre de Sarmiento, “Facundo: Civilização e Barbárie”, Goyena identifica que ali onde muitos interpretaram a luta da civilização contra a barbárie, do urbano contra o rural, na verdade tanto Rosas quanto Quiroga representavam a barbárie, porém com princípios diferentes. Quiroga queria botar de lado o mundo urbano, Rosas – nivelando todos sob seu poder – queria robustecer a nacionalidade. Desse modo, enquanto Quiroga defendia a barbárie provinciana e Rosas defendia o nacionalismo autoritário com base em Buenos Aires, Sarmiento propôs uma solução pacífica que previa a junção do elemento gauchesco e provinciano com aquele urbano e portenho na construção da nacionalidade argentina.

A exemplo de Sarmiento, também Mitre era apontado como uma liderança no processo de gestação efetiva da comunidade nacional argentina, através de sua atuação na mediação do conflito entre a Confederação das províncias e Buenos Aires. Segundo Goyena, Mitre realizou esse papel em duas frentes: na primeira “ha conducido al pueblo á la perfecta integridad nacional (...) cuando se trató de unificarlo con las demás fracciones de la República”; Na segunda, preparou “el Gran Museo de la historia nacional. (...) Ha escrito lo que han hecho algunos de nuestros próceres, y esos ejemplos del pasado son útiles para el porvenir”.<sup>227</sup>

Como presidente entre 1862 e 1868, Mitre chamou para o seu governo em Buenos Aires os principais líderes provinciais. Sob sua tutela, mesmo que ainda com tensões a serem resolvidas, a nação estava feita, segundo Goyena: “La unidad estaba hecha por la violencia de las armas, pero hecha”.<sup>228</sup> O impasse sobre a relação de Buenos Aires com as províncias, no entanto, só terá uma versão mais duradoura em 1880 quando a cidade se separou da província de Buenos Aires, tornando-se um distrito autônomo e Mitre “había sido el hombre de la unificación”. Após esse momento, “la Nación no es ya porteña, ni provinciana; es simplemente la Nación”.<sup>229</sup>

---

<sup>227</sup>*Ibidem*, p.208-209.

<sup>228</sup>*Ibidem*, p.211.

<sup>229</sup>*Ibidem*, p.212.

A fala de Goyena sugere certa estabilidade do problema da nação no início da década de 1890. Se tensões como aquela da crise econômica de 1890 e da crise social que atingia a capital ainda permaneciam latentes, a unidade política e cultural da nação aqui parece bem resolvida. Todavia, uma visualização sobre os parâmetros em que o debate da nação desembarca nessas décadas finais do século XIX, trazem algumas matizes a serem consideradas. Fundamentalmente, nos deparamos com um eixo interpretativo trazido pela obra do próprio Bartolomé Mitre e que irá revelar, ao mesmo tempo, as certezas e indefinições de um conceito cada vez mais tensionado.

Com a fundação do *Instituto Histórico e Geográfico del Río de la Plata* por Mitre em 1854 e a publicação da *Galería de Celebridades Argentinas*, que trará os primeiros esboços da futura *Historia de Belgrano e la independencia argentina*, busca-se preencher um dito “vazio historiográfico” em torno da história nacional. Mitre procurava ali limar as arestas conflitivas do passado argentino, apostando numa preexistência da nação em momentos como a colonização, a revolução, a anarquia, o período Rosas e a organização nacional. Seriam estes momentos que se encaixariam harmonicamente entre si, especialmente o primeiro deles que marcará o desenvolvimento posterior e a constituição de um núcleo primitivo de formas de sociabilidade.<sup>230</sup>

No que a historiografia argentina usualmente definiu como “romantismo criollo”<sup>231</sup>, no qual Mitre seria um importante expoente, há uma clara predisposição por tratar a nação em termos organicistas, como por exemplo na formação populacional do Rio da Prata derivada propriamente das comarcas mais “laboriosas” da Espanha, perto de zonas portuárias e de grandes cidades. Isso à revelia da formação peruana que culminou na formação de uma sociedade estratificada e proveniente das regiões mais atrasadas na Espanha. Ainda nessa ótica orgânica, as condições naturais, a natureza da população imigrante e a distância da metrópole resultariam, no caso, em inspirações liberais e numa inclinação pelo trabalho individual. Em sua segunda grande obra, *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana* (1887), Mitre reafirma tal postura, visualizando uma significação histórico-universal para a nacionalidade argentina, no interior de um progresso evolutivo genérico da espécie. Ou seja, ela estaria

---

<sup>230</sup>PALTI, Elias. *Op. Cit.*, p.91.

<sup>231</sup>*Ibidem*



organicamente fadada a contribuir a esse marco maior universal, no caso a difusão dos princípios da liberdade política.

A tentativa que se inicia após a queda de Rosas de forjar uma imagem sistemática do transcurso histórico da nação e desvinculada dos enfrentamentos internos é amplamente dificultada pelo conflito entre a Confederação das províncias e Buenos Aires que se estende pela década de 1850. De tal modo, a força desse conceito genealógico da nacionalidade somente resulta efetiva sob o amparo da posterior consolidação do Estado nacional e de uma ordem política que passa a conceder as condições institucionais e epistêmicas para tanto. A raiz desse conceito se apoiava agora numa auto evidência histórica. Obviamente que não se trata aqui de tornar a ausência de uma ampla narrativa da história nacional até então como critério de julgamento – numa espécie de história das ausências – mas sim apontar para essa causa estrutural que é a consolidação da unidade argentina e suas consequências para a realização dessa grande síntese procurada.

De todo modo, no próprio interior das obras de Mitre é possível identificar uma brecha nessa imagem compacta e linear da nacionalidade. Num primeiro momento, seu conceito genealógico de nação teria se cristalizado tardiamente, quando muito dos pressupostos que sustentavam a linguagem “romântica” já se encontravam fortemente questionados. Também tendências intelectuais nesse fim de século são tidas como desafiadoras para o antigo paradigma, como aquela de Renán e seu tão citado texto de 1882, “Que é uma nação?”, pela qual desmonta a concepção da nação como entidade objetiva.<sup>232</sup> A impossibilidade de estabelecer esses parâmetros objetivos tinha raiz na identificação de que aqueles fatores de unificação como língua, raça, religião e geografia não explicavam a totalidade do problema. A obra de Mitre é então sintoma desse conceito tensionado entre o impulso pela auto evidência da nação e uma constante dimensão do esquecimento que toda construção nacional possui. Uma postura que, por vezes, descrevia a nação como resultado de um processo espontâneo e organicamente elaborado durante muito tempo e que, por outro lado, essa mesma nação aparecia como resultado contingente de um curso histórico determinado por acidentes.

Na *La Biblioteca* ainda será bastante repercutido tal conceito genealógico da auto evidencia e do caráter objetivo da nacionalidade, principalmente pelo seu

---

<sup>232</sup>*Ibidem*, p.97.

amparo numa consciência de que toda experiência deve ser concebida em termos históricos. Era fortemente difundido então o uso de um argumento de natureza histórica como prova definitiva de certa facticidade, de algo empírico. Era tal posição que permitiu a Sarmiento comparar em 1843 o papel da história para “las ciencias sociales” como algo semelhante ao da geologia para “las ciencias naturales”<sup>233</sup>. Ambas seriam “el estudio preparatorio” para todo e qualquer outro a vir no futuro. Ou ainda o caso de Vicente Fidel Lopez que em 1857 delega à escrita da história o poder de uma revelação da natureza do homem: “en esta ciencia está envuelta nada menos que la revelación de la naturaleza del ombre y de la sociedad”.<sup>234</sup>

O que está em jogo aqui é que o conhecimento histórico ganhava certa dimensão pragmática em que, através dele, era possível a reivindicação de um direito. Desse modo, o conhecimento do passado se converteu em uma necessidade de primeira ordem para todos aqueles que procuraram entender, legitimar, criticar ou transformar a sociedade ou algum de seus aspectos. Temos sob nossos olhos então uma concepção segundo a qual a essência dos fenômenos sociais é sua historicidade e que, como consequência, supõe que a forma privilegiada de fazê-los inteligíveis é o conhecimento histórico.

Não é a toa que na *La Biblioteca* uma das principais formas assumidas pelas narrativas sobre a nacionalidade sejam textos que se amparam de alguma forma num apelo de natureza histórica. Um trinômio formado pelo letrado, pela nação e por uma história comum dará o tom de uma aproximação com o passado tecida na *La Biblioteca*. Ao seguir o pedido de Paul Groussac para contribuir com a revista através de uma sua autobiografia (ele que havia sido testemunha ocular do século XIX argentino como historiador e político), Vicente Fidel Lopez<sup>235</sup>

<sup>233</sup>WASSERMAN, Fábio. **Entre Clio y La Polis**: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860). Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008, p.17

<sup>234</sup>*Ibidem*, p.17.

<sup>235</sup>Filho de um importante líder no processo de independência argentina, Vicente Lopez y Planes, Fidel Lopez na sua juventude já integrava o *Salón Literário* e a *Asociación de Mayo*. Sendo opositor de Rosas, emigrou para o Uruguai e para o Chile onde teve uma importante fertilidade intelectual ao lado de Sarmiento e Francisco Bilbao. De volta à Argentina na década de 1850, construiu carreira política como deputado (1876-1879) e Ministro da Fazenda no governo Pellegrini em 1892. Também legou importante obra jurídica que o levou mesmo à Reitoria da Universidade de Buenos Aires entre 1874-1877. Ficou principalmente conhecido pela polêmica travada com Bartolomé Mitre em torno da terceira edição da *Historia de Belgrano*. Na sua *Historia de la República Argentina* escrita entre 1883 e 1893 deixou 10 volumes em que estuda a origem, a evolução e as circunstâncias políticas do país até 1829. In: CUTOLO, Vicente. Nuevo diccionario biográfico argentino. Tomo IV. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968, p.247-251.

(1815-1903) não resiste a inserir esse trinômio numa só história. É como se a história da nação Argentina se confundisse a todo o momento com a sua própria biografia. É assim que sua narrativa se inicia com seu pai, herói da *Revolución de Mayo* e que em 1815, ano de nascimento de Fidel Lopez, é preso sob alegação de ter pertencido ao grupo de Carlos María Alvear, derrotado pelos revolucionários que exigiam uma assembleia constituinte. Lopez então nascia no seio dos principais conflitos decorrentes do instável período entre a revolução de 1810 e a constituinte de 1816.<sup>236</sup>

A infância de Vicente Fidel Lopez, como de boa parte daqueles argentinos que futuramente se tornariam nomes importantes na cúpula política do país, é marcada pela intensa leitura dos clássicos antigos, do aprendizado do latim, da retórica, mas também sempre amalgamado com o catecismo cristão. Com o clima político e intelectual favorável dos anos de governo de Bernardino Rivadavia em Buenos Aires na década de 1820, seguia sua formação em que o próprio Lopez relata ter sido feita “leyendo autores latinos como Ovidio y Virgilio.”<sup>237</sup> Os anos seguintes, porém, vinham marcar uma nova fase política da região em que as disputas pelo poder se intensificavam. Uma guerra civil se instaura com o fuzilamento de Manuel Dorrego (que havia assumido após renúncia de Rivadavia) por ordem de Juan Lavalle. Com a emergência deste último, Lopez e seu pai vão para a província de Rio Negro, em terras de seu tio. Só retornaria quando cai Lavalle e assume o governo provisório de General Viamonte.

A década de 1830 evidencia, contudo, um giro na sua biografia e na própria vida política da nação argentina. Enquanto seguia nas aulas de filosofia, belas letras e retórica começa a ter contato com personalidades como Juan Bautista Alberdi e Miguel Cané, num momento que o próprio define: “comienza mi propia personalidad.”<sup>238</sup> Não parece ocasional que Lopez associa a formação de sua personalidade justamente a partir dos primeiros contatos com a geração que futuramente atuará na consolidação de um projeto nacional argentino. Ainda na década de 1830 relata a importância de dois eventos: o contato extensivo e uma diversificação das leituras dessa juventude argentina e o endurecimento do regime de Juan Manuel Rosas. Num primeiro momento Lopez relata um “sacudimiento

---

<sup>236</sup>LOPEZ, Vicente Fidel. Autobiografía. **La Biblioteca**. Tomo I, 1896.

<sup>237</sup>*Ibidem*, p.330.

<sup>238</sup>*Ibidem*, p.331.

moral” provocado pela entrada no país de Cousin, Villemain, Quinet, Michelet, Janin, Merimée, Nisard, Victor Hugo, Saint-Beuve, Dumas e da *Revue de Paris*. Esses autores vêm, sobretudo, variar o acesso até então restrito à tradição clássica e ao cristianismo como fontes intelectuais. Estariam em jogo aqui para Lopez um momento em que os argentinos passam a “pensar á la moderna, á escribir con intenciones nuevas y con formas nuevísimas.”<sup>239</sup>

O entrelaçamento da biografia de Lopez com a vida política e cultural argentina segue com a menção ao seu crescimento intelectual naquele ambiente em que mecenas como Santiago Viola e Don Marco Sastre, impulsionam aquela geração de letrados. O primeiro, figura de exemplo para Lopez, fora morto por militares que apoiavam Rosas. O segundo foi quem viabilizou a iniciativa de criar uma associação de estudos históricos e literários, o conhecido *Salón Literário*, local de encontro da geração de 1837. Nos pormenores do *Salón*, Lopez relata o ambiente, as leituras, discursos, além de ter estreitado sua amizade com outros dois expoentes dessa geração que, em alguma medida, inauguravam a argentina moderna, Estebán Echeverría e Juan María Gutierrez.

O dismantelamento dessa conjuntura tem vez em 1838 com a notícia da saída dos jovens do país e de ameaças da polícia rosista a Sastre. A principal motivação para a perseguição era a formação de uma associação político-cultural secreta sob o nome de *Asociación de Mayo*. O resultado é a emigração em massa para Montevideú, dado o endurecimento de Rosas e a queda de seus opositores: “la situación política se hacía cada vez más pesada.”<sup>240</sup> A autobiografia de Lopez, ao menos na revista, se limita a chegar a 1840. De todo modo, a leitura da sua própria trajetória decorre sempre de um paralelo com os principais acontecimentos do século XIX argentino. A junção das trajetórias do letrado e da nação é, para o autor, capaz de condensar uma história nacional comum.

Essa dimensão da memória política como uma via de acesso ao passado esteve amplamente presente na *La Biblioteca*. Biografias de líderes políticos eram retomadas, principalmente em momentos de alguma instabilidade, para reforçar o sentido pedagógico que importantes “hombres públicos” traziam. Era como se o ato de recorrer a tal nome trouxesse implícito algum tipo de guia para a comunidade nacional. Na já mencionada característica da *La Biblioteca* em reunir

<sup>239</sup>*Ibidem*, p.336.

<sup>240</sup>*Ibidem*, p.352.

textos de vários momentos do século XIX, o diretor Paul Groussac exhibe um manuscrito inédito de Juan Bautista Alberdi<sup>241</sup> (1810-1884) sobre o estadista Juan María Gutierrez<sup>242</sup> (1809-1878), ambos personagens centrais da construção institucional do país após a queda de Rosas. Escrito no ano da morte de Gutierrez, o texto era na verdade um fragmento de um estudo chamado “Hombres públicos de Sudamérica”.

Ali vemos um Alberdi disposto a estabelecer um grande *continuum* entre San Martín, o herói da independência, e Gutierrez, liderança na fundação constitucional de 1852. Esses dois nomes carregavam em si um sentido íntimo do devir histórico da nação: “La afinidad entre San Martín y Gutierrez viene de que los dos eran símbolos de la misma cosa: la Independencia”.<sup>243</sup> A diferença estaria que, enquanto o primeiro a conquistou com a espada, ao segundo restou atuar na jurisprudência e na elaboração de um tratado de paz e reconhecimento.

Na *La Biblioteca* as seções de “Recuerdos políticos” acentuam então certa dimensão de reverência ao passado, de um ensinamento moral que líderes como San Martín, Gutierrez e mesmo Rivadavia eram capazes de trazer. Este último, muito aclamado nas memórias do ex-presidente Nicolás Avellaneda (1837-1885) que Groussac recolhe e publica na revista. Tal como valorizada por boa parte da tradição liberal argentina, o governo de Rivadavia na década de 1820 teria sido o primeiro gérmen da “Argentina moderna” por defender uma postura visionária frente à liberdade do comércio e da indústria. Distante de “lo que es más

<sup>241</sup>Alberdi nasceu na província de Tucumán, mas logo migrou para Buenos Aires onde desenvolveu seus primeiros estudos no *Colegio de Ciencias Morales* criado por Rivadavia. Ali cria amizade com Miguel Cané, com quem entrará na Universidade de Buenos Aires nos anos 1830 para cursar Direito. Integrou o *Salón Literário* e se beneficiou de toda aquela atmosfera intelectual dos anos 1830. Com o endurecimento do regime rosista emigrou inicialmente para Montevidéu e depois para o Chile onde desenvolveu intensa atividade pública como escritor. Colaborou com revistas e jornais, além também de exercer sua profissão de advogado. Foi dali ainda que escreveu boa parte de *Bases y puntos de partida para la organización política de la república argentina*, que resultará de grande importância para a futura constituição argentina. Sem muito espaço, porém, no quadro político do governo Urquiza na década de 1850, emigrou para a Europa de onde retornou apenas em 1879 para exercer função de deputado. Antes de vir a falecer em 1884, ainda deixou escrito *La República Argentina consolidada en 1880*. CUTOLO, Vicente. *Op. Cit* p.64-66.

<sup>242</sup>Gutierrez nasceu em Buenos Aires em 1809 e teve uma trajetória inicial similar a de Alberdi. Formado em Direito, também participou dos principais agrupamentos letrados como o *Salón* e a *Asociación de Mayo* até ser obrigado a deixar o país e se abrigar primeiro na Europa e posteriormente no Chile. Também só regressa no pós-Rosas, mas, ao contrário de Alberdi, desenvolve carreira política e tem papel central na nova conjuntura política do país. Ministro de governo, de relações exteriores, deputado e, por fim, reitor da Universidade de Buenos Aires. Ainda deixou escritos sobre Direito, História e Literatura. In: *Vicente Cutolo, Nuevo diccionario biográfico argentino, Buenos Aires, Editorial Elche, 1968, pag 514-518 (Tomo III)*

<sup>243</sup>ALBERDI, Juan. Juan María Gutiérrez. *La Biblioteca*, Tomo III, 1897, p.162.

portentoso em um argentino (...) en Rivadavia no se descubre un átomo de localismo”.<sup>244</sup> Ao seu presente, sendo apenas a continuidade daquele tempo inaugurado por homens como Rivadavia, Avellaneda avisa: “Somos hijos y no podemos todavía ser sus jueces”.<sup>245</sup>

É tal tentativa de preservação de memória que vai delineando como Alberdi e alguns de seus contemporâneos veem o seu presente apequenado quando comparado ao período dos heróis de outrora. Ainda no seu “recuerdo” de Gutierrez, Alberdi é enfático em marcar sua posição perante o herói lembrado: “Seré el marco de su cuadro, el pedestal de su busto”.<sup>246</sup> Em resumo, está sendo gestada aqui uma leitura da história argentina, dos grandes nomes que construíram a nação, que irá repercutir por ainda muito tempo.

Os “recuerdos”, no entanto, não serão evocados apenas na sua face política, mas também naquela dimensão de valorização do interior do país, naquilo que usualmente os próprios letrados classificavam como produção de cor local. Muitos foram os letrados que, estabelecendo-se na região portenha para maior proximidade com o ambiente intelectual, deixaram para trás suas províncias natais, mas continuaram a carregá-las nos seus escritos e recordações. Nelas encontravam elementos suficientes para o processo de individualização da nação, daquela sua particularidade que os centros urbanos já não mais ofereciam em abundância. É o caso de “Recuerdos de la tierra” (1896) de Martiniano Leguizamón (1858-1935)<sup>247</sup>, resenhado na *La Biblioteca* por Joaquín Victor Gonzalez (1863-1923)<sup>248</sup>. Segundo Gonzalez, o livro chega ao público como revelação da experiência comum pela qual passam os letrados que migram do interior para a capital: “la transición es fuerte, la sacudida violenta y el efecto doloroso”, iam encontrar apenas nos “recuerdos”, nesse “mago llamado *memoria*, sus evocaciones de tempos felices”.<sup>249</sup>

<sup>244</sup> AVELLANEDA, Nicolás. Rivadavia. **La Biblioteca**, Tomo IV, 1897, p.225.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p.231.

<sup>246</sup> ALBERDI, Juan. *Op.Cit*, p.173.

<sup>247</sup> Nascido na província de Entre Ríos, atuou como publicista e historiador, Leguizamón foi ainda vice-presidente do Conselho Nacional de Educação e presidente da “Junta de Historia y Numismática Americana”, precursora da atual Academia Nacional de Historia.

<sup>248</sup> Da província de La Rioja, fez seus estudos iniciais em Córdoba e atuou em periódicos locais como *El Interior* e *El Progreso*. Após doutorar-se em Direito na década de 80, foi ainda deputado e governador de La Rioja. Legou como sua principal obra *La Tradición nacional*, onde vincula a paisagem, o folclore, a sociologia e a historia do país.

<sup>249</sup> GONZALEZ, Joaquín. Recuerdos de la Tierra. **La Biblioteca**, Tomo II, 1896, p.384.

Os “recuerdos” de Leguizamón seriam representativos então de alguns elementos característicos da particularidade nacional argentina. A descrição dos lugares, costumes e tipos da região entre os rios Paraná e Uruguai; os contos sobre heroísmo e misérias comuns; o folclore e as crenças das agrupações humanas que ali vivem. Leguizamón tinha ainda como mérito respeitar a variedade natural e cultural argentina, não permitindo criar sobre ela “un solo signo que retrate ó qualifique toda su extensión”. De tal modo, a expressão exata do espírito e das qualidades da nação “deberá ser, pues, regional”.<sup>250</sup> O projeto nacional passaria por integrar a um país preponderantemente portenho, extensas regiões provincianas nas quais “contemplamos el imenso vacío y la vasta soledad inexplorada”.

Aliás, não resulta em novidade nenhuma afirmar que os letrados argentinos oitocentistas estiveram engajados na formulação de projetos de expansão do Estado pelas áreas mais inóspitas do cone sul. É aqui referência mediata a obra de Túlio Halperín Donghi “Una nación para el desierto argentino”, na qual o historiador realiza uma leitura crítica dos projetos elaborados por intelectuais argentinos, ao longo do século XIX, em disputa sobre a unidade e configuração do Estado. Nessa unidade, no entanto, o deserto aparecia por vezes como empecilho numa história que se desenrolava desde Buenos Aires em direção ao interior.<sup>251</sup>

Fica evidente que o signo da nação coordena essa maneira de apreender o passado: “la historia verdadera [es] la que sigue á una Nación como organismo fisiológico y como personalidad humana, sin desprenderla de sus orígenes.”<sup>252</sup> Os “recuerdos” de Leguizamón prezavam propriamente pela inserção histórica da particularidade argentina em um processo evolutivo maior da história universal. Havia uma “História” como expressão da totalidade da experiência humana e força que anima seu ser, constituindo-se assim como um meta conceito que

<sup>250</sup>*Ibidem*, p.388.

<sup>251</sup>DONGHI, Túlio Halperín. **Una nación para el desierto argentino**. Buenos Aires: Prometeo, 2005. Recentemente um interessante diálogo crítico com a obra de Donghi foi feito por Fermín Rodríguez ao questionar essa leitura silenciadora do deserto, dando voz e corpo ao suposto vazio. Fermín Rodríguez reconhecia no deserto um universo a ser investigado e animado: uma história argentina das gentes e dos espaços das províncias para além de Buenos Aires. RODRIGUEZ, Fermín. **Un desierto para la nación. La escritura del vacío**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.

<sup>252</sup>GONZALEZ *Op.Cit.*, p.387.

condiciona todas as histórias que acontecem.<sup>253</sup> A unicidade dessa história é assim expressada: “Exhumar los que pasaron, pintar los que viera, y deducir con acerto sus leys permanentes para incorporalas al caudal de la historia común”.<sup>254</sup> Em síntese, o nativo ou *criollo* representante de uma essência nacional e o elemento “universal o clásico (...) lucharán sin cesar hasta fundirse en una unidad indivisible de fondo y de forma”.<sup>255</sup>

\*\*\*

Os usos e apropriações da história vão ainda mais longe. A escolha do diretor Paul Groussac por preencher as páginas da *La Biblioteca* com textos de diferentes circunstâncias e contextos torna a revista palco de uma intensa pluralidade de discursos históricos. Seguindo essa consideração, no interior do debate sobre a fundação de uma dita moderna consciência da história e do tempo, na qual, como já dito, a história passa a aglutinar o sentido para toda experiência humana e o tempo torna-se um agente por si mesmo transformador, não seria possível tratar com a justeza histórica necessária algumas fissuras que a experiência aqui estudada é capaz de comportar.

Seria preciso, por exemplo, dar margem para a possibilidade de permanências de traços de um outro regime de temporalidade quando nos deparamos com a atribuição feita pelo ex-presidente Carlos Pellegrini (1846-1906)<sup>256</sup> aos desígnios da Providência como possibilidade de apagamento dos horrores da guerra com o Paraguai na qual o próprio Pellegrini havia combatido. Em texto intitulado “Treinta años despues” e com um tom de um verdadeiro pedido de desculpas pela “lucha casi fratricida” entre argentinos e paraguaios, Pellegrini reconhece a dívida com os paraguaios e a dificuldade destes para “olvidar o perdonar la sangre vertida ni las misérias que soportó”.<sup>257</sup> Tal reconciliação somente seria possível com a direta intervenção providencial: “Entrará sin duda en los sábios designios de la Providencia, destruir hasta el

<sup>253</sup>É o que Reinhart Koselleck nomeou como “singular-coletivo”, em referência às linhagens do conceito moderno de história que inseriu as anteriores histórias plurais (eclesiásticas, civis, militares, literárias) em um único tronco singular e evolutivo. KOSELLECK, Reinhart. *Historia/historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2010.

<sup>254</sup>GONZALEZ, *Op. Cit.*, p.388.

<sup>255</sup>GONZALEZ, *Op. Cit.*, p.398.

<sup>256</sup>Pellegrini foi presidente entre 1890 e 1892. Como vice-presidente, assumiu após a renúncia de Miguel Juárez Celman em decorrência da crise financeira de 1890 e da consequente agitação social promovida pela *Unión Cívica Radical* que culminou na chamada “Revolución del Parque”. Foi sucedido por Luis Saenz Peña após as eleições de 1892.

<sup>257</sup>PELLEGRINI Carlos. *Trenta años después*. **La Biblioteca**. Tomo II, 1896, p.18.



último vestígio de una lucha entre hermanos, para que los vínculos de la sangre y del comum origen puedan recobrar todo su vigor y influencia”.<sup>258</sup>

Da mesma maneira, Pellegrini insiste em admitir que “hay fuerzas superiores que combinan los sucesos, que mueven á los hombres y las cosas, según su varia índole, en el inmenso tablero de la vida.”<sup>259</sup> Isso, porém, não significa que Pellegrini mantenha seu vocabulário impermeável ao reconhecimento de certa historicidade envolvida nos acontecimentos. Uma dimensão histórica e particularmente atenta à ação do homem pode ser apreendida na afirmação: “nuestro esfuerzo actual solo prepara la historia del dia siguiente, pues la de hoy ya fué hecha por actos pasados”. Mesmo o desejo de reconciliação com o Paraguai, inicialmente entregue a uma obra da providência, passa a ser relativizado numa das mais clássicas formas de um tempo já historicizado. Pellegrini já admite a legitimidade daquela guerra, dada a impossibilidade de se julgar um momento histórico com valores descontextualizados:

No es posible, sin profundo desconocimiento de la verdad histórica, juzgar los actos y procederes de los hombres públicos, bajo la influencia de otra época, de otras ideas, de otro médio; pues, por grande que se ala inteligencia de un estadista, difícil, si no imposible, le será sustraerse por completo á la influencia de las ideas ó pasiones predominantes y que han venido labrando la opinión.<sup>260</sup>

A mesma tensão entre um tempo já historicizado, que observa um processo evolutivo e etapista, e a atribuição de eventos ao dedo da providência divina aparece novamente em um texto de um ex-presidente, Nicolás Avellaneda. Recuperando ainda heróis do período revolucionário, desta vez Mariano Moreno e o general San Martín, Avellaneda sustenta num primeiro momento que a ação desses líderes, bem como dos outros que alavancaram as independências na América, seria movida por um leve sopro do desejo divino: “La mente humana es la alquimia secreta de la Providencia”.<sup>261</sup> Todavia, ao contrário de uma intervenção brusca, a atuação providencial sobre esses líderes ocorreu de modo gradual, sendo gestado pelo tempo num processo evolutivo. Chama a atenção no

<sup>258</sup>*Ibidem*, p.16

<sup>259</sup>*Ibidem*, p.17.

<sup>260</sup>*Ibidem*, p.16.

<sup>261</sup>AVELLANEDA, Mariano Moreno y San Martín. La Biblioteca. Tomo VII, 1898. p.6.

argumento de Avellaneda esse convívio de uma perspectiva mais temporalizada com o tema da intervenção divina. Assim se a ação dos líderes da independência contou o suporte providencial, também foi gestada numa dada ordem temporal: “lo que hoy es una idea naciente, puede ser mañana una fuerza en acción irresistible, componendo y descomponiendo la vida de los pueblos”.<sup>262</sup>

Por ocasião da inauguração de bustos de Moreno e San Martín em Buenos Aires no final da década de 1870, Avellaneda ainda revela uma dimensão bem pragmática da possibilidade de se aprender com o passado. No caso, esse nível de aprendizagem proposto por Avellaneda só é possível em virtude do reconhecimento de uma linha de continuidade do processo histórico, formando uma tríade passado-presente-futuro planificável. Assim, tal como os heróis da independência aprenderam com o passado (“Bolívar, sentado sobre las ruínas del Coliseo romano, evoca al través de las grandezas del pasado la visión de los destinos de su America libre”<sup>263</sup>), caberia aos líderes políticos “de la Argentina moderna” se inspirar nesse passado monumentalizado de Moreno, San Martín, Rivadavia.

O esforço de alguns letrados da revista pela monumentalização e preservação do passado mostra, em alguma medida, um temor por um desaparecimento ou mesmo pelo esmorecimento de uma memória que por alguma razão deveria ser recordada. Cané, por exemplo, é enfático em identificar na geração de jovens do final do século um grande desprezo pelo passado nacional. Haveria então uma ruptura geracional entre aqueles que construíram a “Argentina moderna” e aqueles que a herdariam. Só é necessário gravar em bronze um nome a ser recordado, se ele já não se sustenta com seus próprios pés, de modo que o retrato pintado de seu presente seria de uma época que se estabelece uma relação com a história pautada no levantamento de bustos, uma vez que o sentido de unificação geracional havia se perdido. Segundo o lamento de Cané, a profunda distância histórica existente entre os construtores da nação e a nova geração era uma consequência das transformações pelas quais o país passara nos últimos 50 anos: “Hoy que nuestro país ha entrado definitivamente en la ruta banal de la

---

<sup>262</sup>*Ibidem*, p.6

<sup>263</sup>*Ibidem*, p.7

marcha de las sociedades modernas, para las que los problemas vitales de hace cincuenta años se han convertido en axiomas de archivo”.<sup>264</sup>

A postura predominante desses mesmos jovens em relação ao passado era agora de “escepticismo, esa sonrisa despreciativa para el recuerdo de los días de mayor sufrimiento”.<sup>265</sup> Seja aquele passado mais distante dos clássicos ou mesmo aquele mais recente dos românticos, guardavam para esses jovens, sempre segundo Cané, a mesma distância histórica. Essa teria sido a grande implicação da Argentina entrar na “marcha de las sociedades modernas”, na qual o pensamento economicista e o ideal do progresso reservavam ao passado cada vez mais um não-lugar:

Toma cierto carácter de novela romántica que nadie lee ya, que se recuerda en uno que otro texto de literatura, pero cuyo estudio, como el de los poemas clásicos, tiene poca ó ninguna utilidad á los ojos de los que sólo ven, como signos positivos de la grandeza de un pueblo, sus estadísticas de aduana y el kilometraje de sus caminos de hierro.<sup>266</sup>

Certo apelo moralizante em relação ao aprender com o passado é a principal marca do argumento de Cané. No seu manifesto à juventude argentina, vê-se que o apreço pela valorização dos líderes que construíram a nação é a saída encontrada para lidar com a desorientação e com a incapacidade de se apoiar em referenciais sólidos. Novamente, uma outra figura proeminente do período revolucionário será citado como fonte de aprendizado para a geração que não conhecia o passado argentino, desta vez Juan Martín de Pueyrredón (1777-1850). Cané e alguns contemporâneos deixam evidente a permanência em finais do século XIX de um regime de aprendizado com o passado pautado numa via moral e pragmática, especialmente em contextos de perdas de ligações geracionais:

Nada encuentro más digno de veneración que la figura y la acción de los hombres civiles de la lucha por la independencia, nada más noble y grande que el valor, la perseverancia inteligente, la serena tenacidad de Pueyrredón. (...) Hago un llamado á la juventude argentina y le entrego esa obra de reparación. Si ella estudia esa vida, su entusiasmo por aquella nobleza de alma, esa altura y esa distinción intelectual, ese valor

<sup>264</sup>CANÉ, Miguel. Sarmiento en Paris. **La Biblioteca**. Tomo II, 1896, p.519.

<sup>265</sup>*Ibidem*, p.520.

<sup>266</sup>*Idem*.

moral incomparable, lo llevará á realizar lo que nosotros debimos haer y no hemos hecho.<sup>267</sup>

### 3.6 Era preciso... tempo!

A compreensão fundamental de que para saber o que as coisas são é preciso saber como chegaram a ser o que são, foi uma das principais marcas distintivas do processo de historicização da realidade que ganhou força neste século XIX. No interior daquelas matrizes de pensamento que buscavam imprimir algum sentido ao processo histórico, seja por perspectivas mais evolutivas e graduais como o organicismo ou o racialismo ou mesmo pela filosofia revolucionária, era um ponto comum a base de apoio numa dada empiria histórica. No discurso histórico repercutido pela *La Biblioteca* emerge então um impasse central de como equacionar uma narrativa sobre uma nação que, segundo os próprios letrados, não possuía história e, mais ainda, de que a única história possível de se contar ali era aquela da corrida contra o tempo para cobrir suas insuficiências.

Sarmiento em 1858 já anunciava os termos desse problema que posteriormente irá seguir como um *topos* no pensamento argentino: “¿Quiénes somos? ¿Adónde vamos? ¿Somos una raza? ¿Cuáles son nuestros progenitores? ¿Somos nación? ¿Cuáles son sus límites? De estas dudas han nacido derroteros que conducen al abismo.”<sup>268</sup> Nessa concepção, o tempo aparece como uma categoria qualitativa que vai classificando entidades conforme o grau de transformações e evoluções que sua história registraria. Ao tratar nas páginas da *La Biblioteca* dessa coexistência do anacrônico e de diversas temporalidades, Bartolomé Mitre assegurava a impossibilidade da consolidação de uma literatura nacional argentina propriamente pela sua carência de facticidade histórica. O que se mostrou uma constante em Mitre é a ênfase no valor que teria o conhecimento histórico para alcançar a nacionalidade: “el conocimiento de nuestra historia ha de hacer mas por la nacionalidade argentina que las conferencias, los tratos, las guerras y las revoluciones”.<sup>269</sup>

<sup>267</sup>*Ibidem*, p.537-538.

<sup>268</sup>WASSERMAN, Fabio. *Op.Cit*, p. 91.

<sup>269</sup>*Apud* WASSERMAN, Fabio. *Op.Cit*, p. 94.

Construir uma história da literatura de caráter nacional, porém, passava ainda por consolidar a própria nação – tarefas que diziam respeito somente a um tempo ainda por vir: “Solo existen elementos que en lo futuro han de formar la obra de conjunto.”<sup>270</sup> Essas duas entidades, a literatura e nação, como obras do futuro, seriam consequência de uma gestação e acúmulo do tempo, de um movimento natural e orgânico, tal como passaram todas as outras nações que naquele momento ocupavam lugar de destaque:

Esto es así porque está en el orden natural de las cosas, cuyas leyes no pueden alterarse (...). La ciencia moderna há podido determinar aritmeticamente, cuántos millones de hombres y cuántos siglos se requieren para producir por selección um gran pintor, um gran médico, um gran escultor.<sup>271</sup>

Para mostrar a correlação entre a literatura e a nacionalidade, Mitre lançava mão de um conceito amplo de literatura, apoiado em Hippolyte Taine, como um “documento humano que indica las tendencias de un pueblo ó de una raza, que copia la naturaleza y los costumbres que los circundan ó les imprimen un sello típico”.<sup>272</sup> A própria dificuldade em encontrar esses elementos plenamente compatibilizados, leva Mitre à sua conclusão sobre a nação argentina ainda ocupar um estágio inicial, um certo período de amadurecimento, dado o pequeno acúmulo temporal que lhe ainda havia sido reservado: “Es una elaboración del tiempo, una combinación sucesiva de afinidades eletivas, una evolución gradual, y que reconoce por factor principal los hereditários y la acumulación intelectual”.<sup>273</sup>

Somente é possível observar tal descompasso, este hiato a ser compensado, caso se entenda o tempo como um agente qualitativo de mudança, que ele deixado ao seu movimento natural garantiria uma dada satisfação. O sentimento que pode ser extraído dessa perspectiva então é o da constante incompletude que só viria a ser sanada no futuro. Parece ser essa a condição para o ex-ministro da fazenda José Antonio Terry (1846-1910) afirmar: “La historia de la República es la historia de los déficits y de los medios para cubrirlos.”<sup>274</sup> Visão essa compartilhada pelo futuro presidente Roque Saenz Peña (1851-1914), observando

<sup>270</sup>MITRE, Bartolomé. *Letras Americanas. La Biblioteca*. Tomo IV, 1897, p.62.

<sup>271</sup>*Ibidem*, p.69.

<sup>272</sup>*Ibidem*, p.64.

<sup>273</sup>*Ibidem*, p.70.

<sup>274</sup>TERRY, José António. *Finanzas Argentinas. La Biblioteca*. Tomo VII, p.83-84.

que a independência do jugo colonial ainda mantinha a missão da nação argentina de recuperar o tempo:

La emancipación de las colonias hispano-americanas tuvo una gestación larga y penosa(...). El problema de su independencia había sido demasiado vasto y complicado para que naciera el organismo definitivo y perfecto llamado á presidir su evolución y sus desenvolvimientos ulteriores.<sup>275</sup>

No caso de Jose Antonio Terry, seu interesse principal em compreender a história financeira da república argentina, leva-o a ver nessa questão específica uma metáfora para toda a trajetória temporal dessa nação. Desse modo, uma nação que se construiu financeiramente através do empréstimo, do crédito bancário e do crédito externo, não poderia, ao menos num curto intervalo de tempo, almejar a independência completa. Novamente é uma compreensão orgânica do tempo que será a condição de possibilidade para o entendimento do déficit a ser quitado. O organicismo traz ainda como implicação uma certa linearidade formada por um passado, visto como o gérmen que indicaria o percurso traçado por uma inclinação natural e constante, deixando assim para o futuro algum grau de previsibilidade: “nos guiaba el interes legítimo de conocer, en matéria financiera, la índole ó inclinación natural de nuestro país y de sus gobiernos, como medio de apreciar su presente y de poder prever su porvenir, dentro de lo posible.”<sup>276</sup>

A menção ao “dentro de lo posible” mostra o reconhecimento de uma unicidade do evento histórico, mas por certo não coloca em cheque a possibilidade do aprendizado com um movimento que, de uma forma ou de outra, deveria respeitar “la índole ó la inclinación natural”. O certo é que o organicismo, ao mesmo tempo em que imprime um sentido de moderação à temporalidade, colocando etapas de um ciclo natural a ser completado, também intensifica a concepção de um tempo linear e que garante algum grau de previsibilidade: “Si es cierto que la humanidad no procede á saltos y que lós efectos se relacionan con las causas en un encadenamiento no interrumpido durante siglos(...)”<sup>277</sup>

Nesse movimento orgânico que se apreende do passado uma dada inclinação natural que auxiliará na previsibilidade do futuro, resta um tempo intermediário efêmero cada vez mais comprimido por duas extremidades. O

<sup>275</sup>SAENZ PEÑA, Roque. Los Estados Unidos en Sudamérica. **La Biblioteca**, Tomo VI, 1897, p.56.

<sup>276</sup>TERRY, Jose António. *Op.Cit.*, p.83.

<sup>277</sup>TERRY, Jose António, *Op.Cit.*, p.92.

presente, tal como define Terry, ocupará um “entre lugar” numa história argentina definida por etapas meticulosamente divididas:

Puede suponerse que para el historiador del porvenir el cuarto período terminará en 1880 con la federalización de la ciudad de Buenos Aires. El quinto periodo, que será el actual, terminará con algún gran acontecimiento que modifique la organización política y económica del presente ó que de nuevos rumbos á nuestra naciente democracia.<sup>278</sup>

O tempo e a história eram ainda variáveis centrais para a compreensão de um tema que, mesmo aparecendo apenas tangencialmente na revista, guardava alguma preocupação para aqueles letrados. Através do discurso histórico será possível redefinir o lugar da população indígena que constituía fortemente a nação argentina, ainda que relegada a um lugar obscuro naquele projeto de nacionalidade. No caso, a distância que separaria o cosmos indígena da sociedade moderna ocidental seria muito mais temporal e histórico do que propriamente um problema definitivo. A perspectiva de que “la idea del bien y del mal, de lo justo y de lo injusto (...) es resultado de la experiencia de las agrupaciones humanas”, possui um nível de relatividade que somente é possível caso se observe um dado processo histórico que a realizou. Neste sentido, seria necessário reconhecer, afirma o escritor e diplomata uruguaio Enrique Kubly (1855-1904), que “el índio no puede ser considerado como hombre absolutamente primitivo [porque] son, segun toda probabilidad, descendientes de pueblos civilizados vueltos al relativo selvajismo por accidentes y causas que ignoramos”.<sup>279</sup>

Por conhecer não mais que “Paris y sus alrededores y el cantón suizo en que había nacido”, Rousseau anuncia suas bravatas de que o homem nasceria bom e, na realidade, teria sua deformação graças às forças da sociedade. O processo seria o inverso, para Kubly. Nascendo tosco e impolido, somente os valores morais acumulados pela experiência histórica da civilização trariam o homem para o caminho da evolução: “Entre las muchas paradojas de Juan Jacobo Rousseau, lanzadas á la publicidad en vísperas de la Revolución, se encuentra la

<sup>278</sup>*Ibidem*, pág. 190.

<sup>279</sup>KUBLY, Enrique. *Proceso Histórico de la Moral. La Biblioteca*. Tomo II, 1896, p. 121.

muy curiosa de que la naturaleza crió al hombre bueno y dichoso, y que la sociedad lo deprava y lo hace degraado.”<sup>280</sup>

Preocupação semelhante demonstra o filólogo Matías Calandrelli (1845-1919). Novamente o problema de ordem temporal para lidar com os povos indígenas, mas dessa vez sob o as vestes do medo do seu desaparecimento. Investigando línguas de nações indígenas que viviam próximas ao Chaco, Calandrelli busca similaridades e sentidos comuns entre algumas palavras expressadas pelos nativos e as línguas modernas. Sua reconstrução, porém, é guiada pelo intuito de preservação daquilo que se esvaecia na contramão do tempo. Desde que a história passou a representar a totalidade da experiência humana, o estudo da cultura dos povos aborígenes deve lidar com o signo de um tempo então compreendido como agente efetivo de transformação: “Tal es el trabajo que requiere el estudio de las lenguas indígenas. Habrá quien preste tan importante servicio á la ciencia y á a historia del nuevo mundo?”<sup>281</sup>

### 3.7 Do Direito ou da história como consolidação institucional

O espaço quase hegemônico ocupado pela *Facultad de Derecho* naquela circunstância letrada de Buenos Aires repercutiu diretamente no horizonte discursivo da *La Biblioteca*, especialmente no agenciamento da relação com o passado. Para o jurista, a exigência que surge após um relativo alargamento do campo letrado na década de 1880, segundo o historiador José Mariluz Urquijo<sup>282</sup>, é que o fenômeno jurídico deve ser observado no marco mais amplo das ciências sociais. Menos que aplicar a lei imposta pelo livro da tradição, era agora necessário ao legislador interpretar, conhecer a pressão social, as leis econômicas, os interesses de um movimento sempre cambiante. Deve, para isso, compreender leis sociológicas, princípios de economia, política, legislação comparada e, fundamentalmente, a história; seu processo real e percurso social da sua formação e evolução.

<sup>280</sup> *Idem.*

<sup>281</sup> CALANDRELLI, Matías. *Filología Americana. La Biblioteca*. Tomo II, 1896, p.276.

<sup>282</sup> MARILUZ URQUIJO, José. *El Derecho y los historiadores*. In: Academia Nacional de la Historia (org.). **La junta de historia y numismática y el movimiento historiográfico en la Argentina** (1893-1938). Buenos Aires, 1996.



Havia também uma compreensão bastante difundida de que a verdadeira história ocorria no interior das instituições. Na realidade, em sua elaboração e evolução histórica, enquanto guerras e episódios revolucionários ocupavam lugar apenas superficial. Especialmente entre alguns leitores de Fustel de Coulanges na revista, autor que nessa época já via na sua obra *Histoire des Institutions Politiques* um trabalho extensamente conhecido, era possível encontrar o entendimento de história e ciências sociais como sinônimos, como ciências do homem, mas do homem que “trabalha”, que “vive em sociedade” e que responde a uma lenta evolução das suas instituições. Coulanges, então preocupado com uma dada “carência de instituições” na França, reivindica a longa duração e não o acontecimento para essa evolução orgânica da nação, e isto porque nenhuma instituição importante resultaria de uma livre deliberação humana.<sup>283</sup>

Neste contexto, ao Direito, por ser um dos fios que compunham a trama social e institucional, foi assegurado, portanto, um papel de reconstrução do passado. Não se trata aqui do problema relativo ao nascimento da crítica historiográfica no interior do Direito e de uma disputa sobre o verdadeiro e o falso, na qual a questão da verdade embaralhou os métodos histórico e jurídico. Trata-se propriamente de um movimento inverso que se inscreve na questão da historicidade, mais exatamente numa “abertura da história” realizada pelo pensamento jurídico: “Esse postulado da ‘abertura da história’ introduz efetivamente a hipótese de ‘condições de possibilidade’ para a enunciação-reconhecimento de toda proposição de verdade”.<sup>284</sup>

É um gesto fundamental da filosofia hermenêutica este de pretender traduzir uma verdade “atestada historicamente”. O discurso histórico terá então papel preponderante no ato de reconhecer-se no tempo, mais particularmente numa linha do tempo que prefigura um certo efeito de causalidade. Historicizar o atual nada mais seria que a elaboração de um sentido pela constituição de um passado, de modo que, bem próximo da experiência da racionalidade ocidental, este sentido (presente) irá ganhar corpo articulando um passado (atestado de uma verdade) e um futuro, em certo sentido, previsível.<sup>285</sup>

<sup>283</sup>HARTOG, François. **O século XIX e a história**. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. p.123-126.

<sup>284</sup>NERHOT, Patrick. No princípio era o Direito. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Orgs.) **Passados recompostos**. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. p.94.

<sup>285</sup>*Ibidem*, p. 96.

Na aula inaugural da cátedra de filosofia do Direito na *Facultad*, em texto posteriormente publicado na *La Biblioteca*, o professor e jurista Antonio Dellepiane (1864-1939) associa o estudo de tal disciplina com a observação de um viajante que, do alto de uma colina é capaz de observar todo o trajeto de um dado elemento, tal como um filósofo da história consegue delinear as linhas principais de um percurso histórico: “El viajero que explora una región desconocida, llegado al final de su carrera, trata de subir á una eminencia del terreno desde la cual sea posible abarcar de una ojeada el territorio, distinguir su esqueleto montañoso, dominar el sistema arterial de sus corrientes de água”.<sup>286</sup>

Na tentativa de precisar o que ele mesmo chamava de “el método histórico de las ciencias jurídicas”, Dellepiane estabelecia uma clara diferenciação entre duas matrizes do Direito: uma primeira reconhecida como idealista e metafísica, que acreditava, sobretudo, em “preceptos absolutos y inmutables”; e uma segunda, da qual ele se sentia mais próximo, que trabalha sobre os fatos e vê “el derecho como un simple fenómeno social (...) cuya evolución histórica es menester seguir paso á paso para develar el misterio de su origen y conocer el secreto de sus transformaciones”.<sup>287</sup>

De uma conjunção de autores surgia então a escola histórica no Direito: Burke, “el Mirabeau de la contra-revolución”, Romagnosi: pai dos juristas sociólogos, “el grande historiador Niebuhr”, “el eminente Savigny”. Contudo, somente com a junção da escola histórica com a obra de Herbert Spencer foi possível, segundo Dellepiane, chegar a um resultado final sobre as exigências para “el jurista moderno”. O método histórico-comparativo daquela escola se unia agora ao “evolucionismo spenceriano, según el cual los fenómenos jurídicos (...) están sometidos á la ley de evolución desde una homogeneidad indefinida y incoherente hasta una heterogeneidad definida y coherente.”<sup>288</sup> Está em jogo então que tanto a “abertura à historicidade”, realizada pelo método da escola histórica, quanto o evolucionismo gradual e orgânico da filosofia spenceriana irão moldar essa compreensão do passado expressada pelo pensamento jurídico.

Em síntese, a compreensão do Direito como uma obra do tempo e essencialmente evolutiva pode ser lida como ressonância direta das metáforas

<sup>286</sup>DELLEPIANE, Antonio. El método histórico en las ciencias jurídicas. *La Biblioteca*. Tomo IV, 1897, p. 88.

<sup>287</sup>*Ibidem*, p.89.

<sup>288</sup>*Ibidem*, p.91.

organicistas então correntes. Ou seja, quando Dellepiane afirma que “se hace legislación comparada con el mismo objeto con que se hace anatomia y fisiologia comparadas”<sup>289</sup>, desencadeia-se uma interpretação de que, tal como um organismo (e através dos organismos “las leyes generales de la Biología han podido ser descubiertas”), também analisando a trajetória histórica do Direito será possível depreender um movimento que manterá sempre conectado um início e um fim. As leis “de la Sociología y por conseguinte las del derecho”<sup>290</sup>, encontram-se sobre o mesmo patamar experimental que aquelas leis da continuidade orgânica da Biologia.

A implicação fundamental dessa compreensão estará no seu caráter correlato ao da construção institucional e jurídica do país. O período iniciado em 1880, e não propriamente aquele após a batalha de Caseros em 1852, é caracterizado pelo historiador argentino Tulio Halperín Donghi como aquele em que predomina o lema de “paz y administración” sob o governo de Julio Argentino Roca. Essa definição é importante pelo grau de consenso que ela guardaria naquele contexto. Não exatamente por ela ter se dado dessa forma, mas sim pela força da sua repercussão seja em setores pró Roca e também naqueles opositoristas:

Pero si Roca invita a admirar, en la emergencia del Estado que su victoria ha venido a consolidar, la conquista que justifica retrospectivamente seis décadas de desdichas y discordias nacionales, también quienes contemplan con mente más crítica el surgimiento de su régimen tienden a colocar al Estado y su peculiar organización política en el centro de sus preocupaciones.<sup>291</sup>

De todo modo, o próprio Halperín Donghi esclarece uma nuance importante sobre o lema da ordenação institucional. O apelo por tal ordenação, ainda que tenha assumido uma forma mais sólida pós 1880, pode ser observado mesmo naqueles anos mais críticos do Rosismo. Aliás, no exemplo citado por Halperín Donghi, é curioso que dois opositores históricos de Rosas, Alberdi e Sarmiento, tenham reconhecido no regime daquele “las bases indispensables para

<sup>289</sup>*Ibidem*, p.101.

<sup>290</sup>*Idem*.

<sup>291</sup>HALPERÍN DONGHI, Tulio. Una nación para el desierto argentino. In: \_\_\_\_\_. **Proyecto y Construcción de una Nación**. Caracas: Ediciones Biblioteca Ayacucho, 1980, p. XCVII.

qualquier institucionalización del orden político”.<sup>292</sup> Alberdi defende ainda que o trabalho de construção da nação posterior à 1852 guardaria alguma continuidade com aquele esforço de Rosas. No caso de Sarmiento, se ele obviamente não considera a possibilidade de Rosas cuidar da criação de uma ordem institucional, ao mesmo tempo convoca a colaborar nessa tarefa quem de alguma forma ajudou a consolidar a “paz de Rosas”.<sup>293</sup>

Neste sentido, a força do discurso “ordeiro” em conjunto com a já aqui definida compreensão organicista do tempo, tornará possível de alguma maneira a reprodução de uma narrativa histórica que aposta num longo sentido unificador das instituições nacionais. Isto é, na *La Biblioteca* terá grande espaço uma tentativa de estabelecer um vínculo direto entre as instituições do período colonial e aquelas que deveriam constituir a Argentina moderna, de modo que a perenidade dessas instituições é então retomada como signo da construção de uma ordem então desejada. Na *La Biblioteca*, o debate travado entre dois juristas e professores da *Facultad de Derecho*, Manuel Montes de Oca (1867-1934) e Juan Agustín García (1862-1923), é particularmente elucidativo.

Tido como um dos fundadores da Sociologia na Argentina, García compartilhava com Montes de Oca o elogio à prerrogativa histórica para a compreensão de uma dada inclinação ou tendência de evolução:

No se puede comprender nuestro estado político-social sin estudiarlo en su origen y formación, bajo la dominación española. Durante ese largo periodo de dos siglos, estuvo sometido el pueblo á un régimen educativo de administración que modeló de una manera especial sus ídoles y tendencias.<sup>294</sup>

No entanto, ao se debruçar sobre o período colonial e o papel exercido pelos *Cabildos* na representação dos colonos frente à metrópole, García relata a inação dessa e de outras instituições e iniciativas locais para lidar com a força do poder ultramarino.<sup>295</sup> Haveria então um descompasso entre o que aquelas

<sup>292</sup>*Ibidem*, p. XIX.

<sup>293</sup>*Ibidem*, p. XX.

<sup>294</sup>GARCÍA, Juan Agustín. El régimen colonial. **La Biblioteca**. Tomo III, 1897, p.193.

<sup>295</sup>A tópica da “ausência” dessas instituições capazes de carregar um devir histórico de continuidade retorna na sua obra mais conhecida, *La ciudad indiana* (1900). Ali García leva a cabo tarefa semelhante, tentando identificar na estrutura política e social da Buenos Aires colonial algumas inclinações e tendências que explicassem a dificuldade da cidade para efetivar uma modernização social no fim do século XIX. Em uma de suas constatações, o problema da “ausência” é evidente. García nota que em uma sociedade dual resultante da estrutura econômica e

instituições deveriam ser e o que elas de fato apresentavam, uma vez que a mão pesada da coroa espanhola interferia diretamente na sua legislação local: “Con excepción de la administración de la justicia, ninguna de las facultades era privativa y propia del Cabildo; las ejercia conjuntamente con el gobernador. (...) El virrey absorbe casi la totalidad de las atribuciones municipales”.<sup>296</sup> A conclusão, ainda que dolorosa para García, seria assumir uma predisposição do caráter nacional argentino para um governo livre e de instituições amadurecidas.

O que a um primeiro olhar pode parecer paradoxal, afinal há pouco o próprio García sentenciava a importância dos assuntos passados para a compreensão de tendências e inclinações naturais, torna-se bem compreensível caso fique claro que esse nível de tendências e inclinações naturais para não ter instituições livres é que é propriamente aquele fio condutor da evolução da nação. Ou seja, García anseia pela ordenação institucional e enxerga no passado uma trajetória capaz de explicar o presente e mesmo oferecer soluções, no entanto – e por isso a constatação lhe parece dolorosa – a inclinação natural era para a ausência daquela força institucional: “La tarea es dolorosa, porque en resumen tiende a constatar científicamente una incapacidad orgánica para el gobierno libre”.<sup>297</sup>

Conclusão sob as mesmas premissas de García, mas com um desenho final oposto, é a que chega seu interlocutor Manuel Antonio Montes de Oca. As polêmicas são na maioria das vezes ótimos espaços para a reconstrução das disputas discursivas em jogo em um dado contexto. Montes de Oca cita então diretamente o artigo de García publicado na edição anterior da *La Biblioteca*. Segundo Oca, por debaixo daquele formato mal resolvido dos *Cabildos* que é abordado por García, estaria uma instituição de “benefícios relativos de que pudieron gozar los habitantes del Nuevo Continente”.<sup>298</sup> Isto porque os *Cabildos* se mostraram a única sustentação para os interesses locais frente o absolutismo dominante e até mesmo durante o período revolucionário que culminou na independência serviram de ponto de apoio para o movimento emancipador traçar suas estratégias.

---

social, como aquela da colônia, impediu o surgimento de uma classe média como importante fator de modernização social. DEVOTO, Fernando. Juan Agustín García, **La ciudad indiana y otros ensayos**. Quilmes: UNQ, 2006.

<sup>296</sup>GARCÍA, Juan Agustín. *Op. Cit.*, p. 205.

<sup>297</sup>*Ibidem*, p. 196.

<sup>298</sup>MONTES DE OCA, Manuel. *Cabildos Coloniales*. **La Biblioteca**. Tomo IV, 1897, p. 29.

Os *Cabildos* carregavam então um sentido imanente desde o período colonial que, de alguma forma, deveria iluminar aquele contexto de Montes de Oca. Eles teriam gestado ainda todo o sentimento de antagonismo do elemento nativo contra o elemento espanhol, de modo que o signo da liberdade era imediatamente associado a essa instituição. E aqui Montes de Oca se distancia ainda mais de García com a definição desse sentido intrínseco de liberdade que os *Cabildos* traziam.

Seja identificando a ausência dessa instituição perene, como faz García, ou mesmo identificando sua existência como faz Montes de Oca, ambos compartilhavam aquela compreensão particular do desejo por uma instituição orgânica que carregasse o sentido profundo do processo histórico da nação argentina. Montes de Oca, porém, foi ainda mais fundo e argumentou que, mesmo que fosse sonhador ver nos *Cabildos* algum traço de democracia e de absoluta representação do povo, eles cumpriram seu papéis de sedimentar os elementos para “el camino del progreso”, de maneira que uma relação de causa e efeito estaria implícita no processo histórico que ligaria essa instituição colonial com os desenvolvimentos da Argentina moderna:

Las evoluciones de las sociedades no son obra caprichosa del azar. Una relación de causa á efecto dio por resultado que en las ciudades y villas de la América la tea revolucionaria se encendiera en sus Casas Consistoriales<sup>299</sup>. (...) ¡Que el frío de la muerte no nos haga olvidar el calor que alimentó su vida.<sup>300</sup>

Ganhava volume então na revista um entendimento de haver uma Argentina real em contraste com a Argentina legal de instituições que demoravam a se ajustar a um sentido histórico daquela nação. O que de fato representava esse sentido intrínseco era motivo de disputa, ora reivindicado por “federales”, ora por “unitarios” ou mesmo por outros grupos em questão. O que não estava sob disputa era, por exemplo, interpretações de um autor como Spencer que, constantemente, é apropriado na elaboração dos modelos orgânicos de evolução da história argentina. Caminhariam no mesmo sentido então “el testimonio de la experiencia y de la historia”, além da “sana doctrina filosófica que Spencer há expuesto,

<sup>299</sup>Denominação semelhante a *Cabildo*, utilizada para definir instituição que exerça o governo local.

<sup>300</sup>MONTES DE OCA, Manuel. *Op. Cit.*, p.60.

llegando á la conclusión de que las formas de gobierno no pueden depender de la voluntad de los pueblos, sino de sus condiciones”.<sup>301</sup>

Fica claro que uma das principais vias de acesso ao passado para aqueles colaboradores da revista era a criação de histórias de instituições. Essa genealogia de um sentido profundo que essas instituições trariam podem ir ainda mais longe, como no caso do então professor de “Antropología criminal” na *Facultad*, Luis Maria Drago. Partindo, segundo Drago, do enganoso prognóstico de que a liberdade seria sempre planta exótica nos territórios latinos, dada sua origem exclusivamente saxônica, o autor identifica que mesmo em instituições pré-modernas na Espanha medieval era já possível encontrar o germe da liberdade que iria emergir na cultura argentina. No que Drago chama de uma “filosofía histórica de las instituciones”, é possível identificar nas instituições públicas e do Direito na Espanha medieval um conjunto de mecanismos de proteção à liberdade frente o poder da coroa. A comparação com as liberdades institucionais dos ingleses então retorna para fins comparativos e a avaliação é de que desde tais antecedentes a tendência e inclinação natural para a liberdade estava nos ibéricos:

El rey Alfonso III acordó privilegios á las provincias aragonesas, autorizándolas además, expresamente, á sostenerlos con las armas en la mano, lo que es un reconocimiento mucho más eficaz y extenso, que, por lo mismo, no entró jamás en la intención siempre pérfida de los primeros soberanos ingleses.<sup>302</sup>

O argumento da perenidade das instituições, de natureza temporal, ganha também uma face espacial quando, sempre a pedido de Groussac, o mexicano Matías Romero (1837-1898) tenta explicar aos leitores da *La Biblioteca* qual o sentido profundo que preside o percurso histórico do México. Em “Filosofía de las revoluciones mexicanas”, Romero, que fora diplomata e ministro da fazenda durante os primeiros anos do porfiriato, afirma que toda a complexidade da história mexicana se tornaria inteligível caso fosse avistada pelo prisma do constante enfrentamento entre forças locais, guerras civis e distúrbios que dificultariam a imposição da ordem.

<sup>301</sup>MARTINEZ, Juan Angel. Problemas constitucionales. **La Biblioteca**. Tomo V, 1897, p.228.

<sup>302</sup>DRAGO, Luis María. Antecedentes institucionales. **La Biblioteca**. Tomo II, p.302.

Toda a narrativa é construída sob o signo da imposição do Estado sobre qualquer foco de distúrbio até o desembarque numa situação de estabilidade garantida por Porfírio Díaz. Aqueles conflitos que marcaram o México na primeira metade do século XIX como o enfrentamento entre liberais e conservadores, o embate sobre as constituições, até mesmo o período do imperialismo francês que acaba por não sufocar os focos de revoltas insurgentes: “Desde hace casi veinte años [quando Díaz chega ao poder], México ha tenido completa paz y gozado de sus ventajas. Las personas que tomaron parte en las revoluciones anteriores han muerto ó desaparecido, ó tienen ahora interés en que se conserve el orden”.<sup>303</sup>

Em síntese, a história mexicana teria como laço unificador o constante adiamento da chegada de uma dada ordem que, no caso de Matías Romero, seria aquela da paz política que tornaria possível o livre desenvolvimento do capital econômico no país. A “filosofia de las revoluciones mexicanas” teria como eixo um liberalismo econômico, aqui sinônimo da “ordem”, sempre retardado pelas disputas internas:

La paz en México está hoy tan asegurada y la vida y la propiedad tan protegidas, como pueden estarlo en cualquier otra parte. Así parece entenderlo la opinión pública y demostrarlo el hecho de que el capital, y especialmente el extranjero, que es siempre tan tímido y cauteloso, se está invirtiendo ahora libremente en empresas mexicanas.<sup>304</sup>

O fato é que não seria estranho àquele contexto caso um autor da ala “conservadora”, sob os mesmos pressupostos de historicidade de Romero, viesse a afirmar que aquela situação presente ainda não era a ordem desejada e esta estaria ou num passado admirado ou num futuro ainda por chegar. O que estava em disputa então não era propriamente o anseio pela ordenação, mas propriamente o sentido da ordem. Dentre as múltiplas formas de agenciamento da relação com o passado que a *La Biblioteca* exhibe, aquela difundida pelo pensamento jurídico e/ou institucional é marcada pelo traço cortante do desejo de instituir uma ordem no tempo, num percurso histórico orgânico, num presente a ser liberado do caos e da anarquia.

---

<sup>303</sup>ROMERO, Matías. *Filosofía de las revoluciones mexicana*. **La Biblioteca**, Tomo II, 1897, p. 516.

<sup>304</sup>*Idem*.



Na sociologia moderna, e chamamos a atenção para a repetida busca daqueles juristas em tratar o Direito no espectro maior de uma ciência do social, Durkheim se referia como sendo seu objeto específico aquele de ser uma “ciência das instituições”.<sup>305</sup> “Instituir”, “organizar”, “ordenar”; todo um vocabulário que procurava, de alguma forma, produzir um sentido de moderação no tempo e no espaço. Dentre as várias formas de aproximação do passado na *La Biblioteca*, a “abertura à história” realizada pelo discurso jurídico terá um papel bem claro no refreamento de todo ímpeto rompedor, inserindo qualquer transformação possível na extensão da longa duração do tempo.

---

<sup>305</sup>ABBAGNANO, Nicola. “Instituição”. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.571., p.571.

## Parte II<sup>306</sup>

### 4. Canudos sob o olhar da ciência: Nina Rodrigues e Euclides da Cunha na interpretação da guerra no Sertão

O horizonte imediato de recepção da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, deixou um legado para a fortuna crítica do autor que poucas vezes foi suplantado. Em *Terra ignota*<sup>307</sup>, talvez a obra mais difundida no interior dessa fortuna, Luiz Costa Lima argumenta que em uma coletânea de artigos lançada ainda em 1904, intitulada *Juízos críticos*, há grande recorrência na avaliação de *Os sertões* como uma obra que combinaria elementos de ciência e arte. Menos que entrar neste debate, no texto que segue foi dado relevo àquilo que a crítica pode ter sido ociosa no julgamento de Euclides da Cunha: a forma particular com a qual o autor lidou com a linguagem científica da época e sua preocupação em criar um modelo até então não disponível para pensar o país.

Por intermédio de um contraponto com o médico legista e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues – um dos primeiros a tentar produzir significado para a guerra que dominava a atenção dos brasileiros naquele momento – foi possível localizar em *Os sertões* um autor sempre preocupado em responder a um conjunto de modelos que emergiram para explicar Canudos, especialmente aqueles ligados à loucura epidêmica e às teorias biológicas e raciais. Tal abordagem do texto euclidiano procura valorizar o seu contexto de enunciação e, por consequência, reconhecer em que medida Euclides da Cunha deu continuidade a um dado universo semântico presente e em que medida foi além disso.

Com atenção particular ao argumento de Costa Lima, talvez por sua excessiva preocupação em criar um grande quadro das ausências do sistema intelectual brasileiro, a relação entre Euclides da Cunha e a ciência da sua época tenha sido subvalorizada. Isso se levarmos em conta que, mesmo Euclides procedendo estritamente no interior de uma ciência positivista e metódica, o autor foi capaz de apontar brechas e contradições que sedimentaram elementos para um questionamento mais profundo do próprio fazer intelectual.

---

<sup>306</sup> Ver último parágrafo da página 28.

<sup>307</sup> COSTA LIMA, Luiz. **Terra Ignota**: a construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.

É neste contexto que a apropriação de autores e modelos teóricos europeus, especialmente aqueles ligados ao evolucionismo, guiam a interpretação de Costa Lima para apontar uma série de incongruências euclidianas resultantes da adaptação aos trópicos de uma teoria estrangeira. O descompasso entre uma ideia evolutiva das raças – onde as mais fortes se sobrepõem às mais fracas – e o mestiço brasileiro como rocha viva da nacionalidade, criava um influxo recorrente nos letrados e cientistas brasileiros. Seja na conhecida apropriação de Gumplowicz, com a qual Euclides começa a “nota preliminar”, ou na de Maudsley, no encerramento, Costa Lima encontra supostos equívocos do autor de *Os sertões* no processo de leitura daquelas teorias.

A princípio, seria incompreensível Euclides afirmar que o sertanejo era uma raça destruída pela história (como o faz na segunda parte de *Os sertões*) e, posteriormente, criminalizar a ação do exército (como encerra na terceira parte). Seria incompreensível, caso se buscasse uma absoluta coerência no argumento de Euclides e não se abrisse à possibilidade das ambiguidades e das próprias auto desconstruções da sua escrita que o autor irá desenvolver no decorrer da sua obra. Afirmar que a nação tem como símbolo um grupo de retrógrados teria enormes implicações do ponto de vista da organização futura do país. Tal ponto irreflexivo de Euclides, diz Costa Lima, se repete na apropriação do teórico inglês Henry Maudsley na conhecida passagem: “é que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...”<sup>308</sup> Segundo Costa Lima, os objetos dos dois autores eram descomunalmente diferentes. Maudsley analisava uma sociedade etnicamente homogênea em que o raciocínio sobre a família fazia sentido. Ele nunca teria pensado casos relacionados aos “crimes da nacionalidade”, de modo que Euclides acentua então um tom político que o inglês não colocara.

Seria possível contra argumentar Costa Lima como fez Leopoldo Bernucci após investigar os interesses intelectuais de Maudsley e identificar que, de fato, ele refletira sobre o binômio loucura/nacionalidade, sugerindo que a contradição presente em Euclides já poderia ser vista no próprio teórico inglês.<sup>309</sup> A impressão que fica, porém, é que Costa Lima e Bernucci concedem demasiada importância

<sup>308</sup>CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*: campanha de Canudos. (Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci.) São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Pág.781

<sup>309</sup>BERNUCCI, Leopoldo M (org.). *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 2008. Pág. 29

para o conteúdo e a aplicabilidade da apropriação do que propriamente para a forma particular da recriação euclidiana.

A opção deste texto é por dar abertura ao argumento de Euclides naquilo que ele traz como uma crítica interna ao próprio pensamento científico, ainda que o siga no seu núcleo duro, como reforçou Costa Lima.<sup>310</sup> Em síntese, fica a sugestão: menos que denunciar ou resolver as antinomias de Euclides da Cunha – que são evidentes –, tentar reflexivamente desdobrá-las oferecendo espaço para suas escolhas e para a profundidade dos seus questionamentos, como sugere João Cezar de Castro Rocha.<sup>311</sup> Através de uma breve e inicial contraposição com a interpretação do médico Raimundo Nina Rodrigues sobre o lugar de Canudos frente à ciência da época, a fecundidade do argumento de Euclides ficará ainda mais clara.

#### 4.1 Uma opinião imediata: Nina Rodrigues e a loucura epidêmica de Canudos

O tempo era uma variável importante na escrita da história da Campanha de Canudos. É ele que não permitia ao historiador, segundo nos conta Raimundo Nina Rodrigues<sup>312</sup>, a narração fiel do sucedido na guerra há poucos dias encerrada. Em um texto<sup>313</sup> de outubro de 1897, publicado na *Revista Brasileira*, uma das principais plataformas de encontro dos letrados brasileiros na virada do século, o médico maranhense se propõe a analisar o fenômeno que há quase um

<sup>310</sup>COSTA LIMA, Luiz. *Op. Cit.* Pág.159

<sup>311</sup>ROCHA, João Cezar de. **O exílio do homem cordial**: ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004. Pág. 162.

<sup>312</sup>“Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) – medico maranhense que radicou-se na Bahia - tem seu nome associado a constituição de três campos de saber, no Brasil: a antropologia, a medicina legal e a psiquiatria.” Para o nosso estudo, chamamos a atenção para seus interesses a respeito das ditas “coletividades anormais” e “loucuras epidêmicas brasileiras”. Neste sentido, “Nina Rodrigues estabeleceu um debate com os fundadores

do campo - florescente na época - denominado psicologia coletiva ou psicologia das multidões, tais como, Scipio Sighele e Gustave Le Bon. Sua principal critica a estes autores era não terem dado, a seu ver, o devido valor a influencia que a loucura teria no funcionamento das multidões; procurou demonstrar esta influencia em seus estudos de casos nacionais, baseando-se, sobretudo, nos trabalhos sobre a loucura a dois e o contágio mental de Lasegue e Falret e de Marandon de Motyel, e sobre a natureza histórica das manifestaçõess coletivas de loucura, segundo Charcot e sua escola.” Trecho extraído de: GALDINI, Ana Maria. Nina Rodrigues e *A loucura epidêmica de Canudos*. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. III, núm. 2, 2000, pp. 139 144.

<sup>313</sup>NINA RODRIGUES, Raimundo. A loucura epidêmica de Canudos: Antonio Conselheiro e os jagunços. **Revista Brasileira**, Tomo XII, 1897.

ano tomava a atenção da nascente república e despertava o pânico na capital do país. Pouco importava para Nina se a cinco de outubro, como o próprio relata, o telégrafo anunciou “que o general Arthur Oscar, desde junho em Canudos à frente de mais de doze mil homens, apoderou-se finalmente daquele reduto, batendo completamente o bando de fanáticos que ali se achavam entrincheirados.”<sup>314</sup>

O veto à escrita da história naquele primeiro momento posterior à campanha de Canudos não se estendia, contudo, a uma “investigação científica”. Os antecedentes daquela situação e a estratificação social e étnica que possibilitaram aquele evento eram já passíveis de estudo científico – garantia Nina – pautado nas mais recentes teorias chegadas ao país sobre o delírio crônico, o crime e a loucura. O diagnóstico de Nina Rodrigues era certo: Antonio Conselheiro não passava de um simples louco e sua doença era por demais conhecida. Importava, sempre à luz da ciência, somente o fenômeno psíquico que ele havia desencadeado sobre aquela massa.

Como reflexo do seu meio, Conselheiro era também retrato do atavismo e de fases anteriores da evolução social do país. A divisão de indivíduos e grupos sociais em estágios evolutivos e subordinados a leis, comum a então nascente sociologia, repercutia no texto de Nina Rodrigues através de paralelos com a psicologia de massas. A distância temporal apontada pelo autor entre os jagunços – com sua “fé de eras priscas em que a preocupação mística da salvação da alma torna suportáveis todas as privações” – e o homem civilizado, trazia implícito um problema psíquico. Ou seja, o delírio de Antonio Conselheiro refletia as condições sociológicas e temporais do meio em que se organizou.

Conselheiro e os jagunços eram perfeitamente inteligíveis sob as lentes da ciência. Nina se vale então de um extenso arcabouço de teóricos europeus que pensavam os fenômenos psíquicos nas massas populacionais. De Armand Marie e Charles Vallon<sup>315</sup>, Nina glosa considerações sobre a influência do ambiente na constituição da psicose e as diferentes características do delírio no tempo e no espaço. É desse modo que Conselheiro é inserido numa classificação progressiva da psicose. Nina faz todo um bosquejo biográfico do líder de Canudos para concluir que foram três os momentos que ele fora acometido pela doença: da vida

---

<sup>314</sup>*Ibidem*, p.129.

<sup>315</sup>Tal como aparece mencionado por Nina: Armand Marie et Charles Vallon em “Des psychoses à evolution progressive et à systématisation dite primitive (Arch de Neurologie, 1897, p.419).

no Ceará até sua pregação contra a república – passando pela prisão na Bahia – Conselheiro teria registrado momentos de delírio crônico, delírio de perseguição, até o delírio religioso do alienado na reação contra a nova forma de governo e sua tendência secular.

Explicar Canudos apenas pela simples ação de Conselheiro não satisfazia Nina Rodrigues. Nas suas palavras, “alguma coisa mais que a simples loucura de um homem era necessária para este resultado e essa alguma coisa é a psicologia da época e do meio que a loucura de Antônio Conselheiro achou combustível para atear o incêndio de uma verdadeira epidemia vesânica.”<sup>316</sup> O compartilhamento da loucura entre o líder e os jagunços – vítimas facilmente manipuláveis haja visto o degrau que ocupavam na escala evolutiva dos grupos sociais – se torna inteligível para Nina através do modelo criado por outros dois médicos alienistas franceses, Charles Lasègue e Jules Falret<sup>317</sup>, relativamente conhecidos entre os pesquisadores brasileiros de então. Estes apresentam o fenômeno psicótico não apenas pelo caso individual do rompimento com os símbolos que o prendem à sociedade, mas pelo rompimento partilhado em que dois ou mais indivíduos passam a estabelecer uma referência de significações válida apenas para eles próprios. Ainda segundo Lasègue e Falret, três etapas são indispensáveis para a verificação do delírio compartilhado: um primeiro momento em que a multidão, o elemento passivo, aceita as ideias delirantes do elemento ativo que cria o delírio, mas passa a reagir sobre o elemento ativo e o fenômeno se torna comum; um segundo em que é indispensável um longo convívio entre as partes; e, por fim, o delírio se torna possível repousando em algum fato passado ou expectativa quanto ao futuro. O modelo explicativo é tomado por Nina Rodrigues na sua integralidade.

---

<sup>316</sup>*Ibidem*, p.136.

<sup>317</sup>A obra citada por Nina Rodrigues é um clássico estudo publicado em 1877 pelos médicos alienistas franceses Charles Lasègue e Jules Falret intitulado “La folie à deux ou folie communiquée”. Nela os autores apresentam as condições para a existência de sistemas delirantes comuns, aqueles que começam por compreender dois termos, um agente doente ativo e outro receptivo que possui propensão para sofrer a influência da loucura. Tal propensão se constitui, segundo Lasègue e Falret, por uma “inteligência fraca, mais disposta à docilidade passiva do que à emancipação”; sendo necessário também “que ele viva em relação constante com o doente”; por fim, é preciso que ele esteja engajado por algum estímulo de um interesse pessoal: “Não se sucumbe à fraude a não ser pela sedução de um lucro, qualquer que seja. Não se cede à pressão da loucura a não ser que ela o faça entrever a realização de um sonho acalentado.” Trecho extraído de: PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Loucura como fenômeno transindividual: sobre a *folie-à-deux*, segundo Lasègue e Falret. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. Ano IX, N. 4, Dez/2006.

A escolha por essa detalhada apresentação do modelo explicativo adotado por Nina justifica-se para a verificação de qual a relação tecida pelo autor com o potencial explicativo que a ciência tinha sobre aquele estrondoso evento nos confins do país. Poucos dias após a tomada de Canudos, em um tempo que nem mesmo o historiador deveria se arriscar a construir sua narrativa, Nina já apresentava o seguinte veredito (na esteira de Lasègue e Falret):

Em Canudos representa de elemento passivo o jagunço que corrigindo a loucura mística de Antonio Conselheiro e dando uma tintura as questões políticas e sociais do momento, criou, tornou plausível e deu objeto ao conteúdo do delírio, tornando-o capaz de fazer vibrar a nota étnica dos instintos guerreiros, atávicos, mal extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos sertões, de que o louco como os contagiados são fieis e legítimas criações. Ali se achavam de fato, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma constituição epidêmica da loucura.<sup>318</sup>

Conhecer profundamente o interior do país, sua estrutura social e política, sua organização histórica e cultural, eram méritos que poucos letrados, cientistas e mesmo autoridades políticas das capitais litorâneas podiam se orgulhar naquele momento. A própria *Revista Brasileira*, se tomada como um sintoma daquele embrionário campo intelectual, ao concentrar nas suas páginas aqueles textos que só mais tarde ganhariam a forma de livro, evidencia um interesse pelo homem do sertão e sua vivência, que parecia estar apenas começando a ganhar forma, como pelos contos e romances de autores como Silvio Romero, Coelho Neto e Afonso Arinos. Nina, entretanto, já via esse mesmo homem como um objeto plenamente conhecido pela ciência da época. Não havia dúvida: o jagunço era um degenerado. Mais que isso, do ponto de vista do seu argumento racial, não só o jagunço – mestiço que vive no sertão – quanto o mestiço que vive nas capitais do litoral, eram degenerados, haja vista a desigualdade de civilizações e raças de que provinham. O jagunço ainda teve por mérito adequar o que o autor chama de “qualidades viris de seus ascendentes selvagens” com a hostilidade do meio em que vive, enquanto o mestiço da urbe, por sua vez, apenas acentuava “a nota degenerativa que já resulta do simples cruzamento de raças antropológicamente

---

<sup>318</sup>*Ibidem*, p.137.

muito diferentes, criando, numa regra geral que conhece muitas exceções, esses tipos imprestáveis e sem virilidade (...)»<sup>319</sup>.

Antes que um paralelo entre homens do sertão e homens do litoral, a linguagem biológica de Nina Rodrigues dividia o país segundo a lei da mestiçagem. Encontrar então um tipo racial como pedra de toque da nacionalidade era uma missão um tanto quanto árdua. Neste sentido, o jagunço é revestido de uma face sempre dupla. Num primeiro momento, privilegiava suas “qualidades atávicas” e a “habilidade de guerrilheiro que punha em prática, relembrando as lutas heroicas do aborígene contra o invasor europeu”<sup>320</sup>. Tal argumento, segundo o qual o jagunço era um forte por seus atributos raciais resultantes da mistura entre o elemento indígena e aquele negro, não era propriamente uma particularidade de Nina. Na própria *Revista Brasileira*, Afonso Arinos apresenta contos em que retrata o que ele chama de “tipos do sertão”, e na maioria destes a figura do jagunço traz consigo os atributos da força, o caráter destemido, habilidades guerreiras, o desafio ao poder local e a capacidade de levar muitos mistérios sobre seus feitos e sua personalidade.<sup>321</sup>

Em um segundo momento, porém, não passava daquele racialmente inferior, facilmente manipulável e propenso ao contágio psicótico. A pena severa de Nina Rodrigues frente ao sertanejo segue quando é discutida a sua posição política. Se é evidente para Nina que o monarquismo é a única forma política inteligível para aquele homem, dada sua personificação do poder e sua incapacidade para compreender outras formas que não aquela da reencarnação de Dom Sebastião, o sertanejo não o faz por ignorância, mas por ter um desenvolvimento intelectual incompleto. Vemos aqui que o sertanejo, antes que um forte, já tem seu destino traçado por consequência da sua inferioridade biológica e permanecerá, dentro de uma forma política complexa como o sistema republicano, à margem de uma compreensão e participação efetiva.

A barreira racial é confirmada por Nina Rodrigues quando o autor cita um seu outro estudo, também inicialmente publicado na *Revista Brasileira*, intitulado “O animismo fetichista dos negros baianos”. Este estudo é a garantia, assevera

<sup>319</sup>*Idem.*

<sup>320</sup>*Ibidem*, p.139.

<sup>321</sup>Ver FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Pedro Barqueiro (tipo do sertão). **Revista Brasileira**. Tomo I, 1895; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Joaquim Mironga (tipo do sertão). **Revista Brasileira**. Tomo III, 1895.



Nina, de que a loucura epidêmica, o fetichismo e um sentimento religioso ingênuo não são uma peculiaridade de Canudos, mas sim de qualquer indivíduo com uma constituição biológica inferior que limita a capacidade cognitiva.

A contraposição entre ciência e religião, esta última sempre associada a uma mente pueril e mística, ganha também uma conotação temporal através de uma apropriação de Spencer. Pelo evolucionista inglês, Nina segue a prerrogativa tradicional de que em cada nível da evolução os homens pensam com as ideias que tem a disposição no seu estágio. Ou seja, é isso que impede a formação mental do sertanejo: um estado da evolução social. Resta-nos perguntar se Nina Rodrigues coloca o sertanejo fadado ao descompasso com a civilização, haja vista sua formação biológica, ou se apenas basta a ele cumprir as exigências da lei do evolucionismo para completar sua formação. Esta inflexão teórica não impede, contudo, que Nina caminhe para encerrar seu breve estudo a respeito da “loucura epidêmica” de Canudos com um menor número de certezas. Canudos foi um evento de psicose na história, assim como tantos outros eventos que insurgiram como forças excepcionais ao ritmo normal da temporalidade. Eis a síntese:

Nesta população de espírito infantil e inculto, assim atormentada por uma aspiração religiosa não satisfeita, forçosamente havia de fazer profunda sensação a figura sempre impressionante de um profeta ou enviado divino desempenhada por um delirante crônico na fase megalomaníaca da psicose.<sup>322</sup>

Por concentrar uma mistura biológica incompatível e propensa ao desenvolvimento da psicose, além de níveis diferentes de evolução social e características atávicas e pueris frente um tempo cada vez mais acelerado, Nina Rodrigues enxerga a Campanha de Canudos como um evento ímpar na história nacional. Isto, porém, não significa que seu mistério fosse de difícil resolução. Há poucos dias do término da guerra, a uma população sedenta por notícias e sínteses, o estudo científico de Nina apresentava através de quinze páginas, num periódico de grande circulação na capital, palavras confortantes: “e este foi o segredo da bravura e da dedicação fanatizada dos jagunços, que, de fato, se batiam pelo seu rei e pela sua fé.”<sup>323</sup>

---

<sup>322</sup>*Ibidem*, p.144.

<sup>323</sup>*Idem*.

## 4.2 O fardo da ciência: Euclides da Cunha e a hesitação com a síntese

Cinco anos após o término da Campanha de Canudos, e daquele primeiro olhar lançado por Nina Rodrigues, o jornalista Euclides da Cunha – que havia acompanhado o conflito de perto como emissário do jornal *O Estado de S.Paulo* – reúne seus escritos e decide publicar a história daquela campanha, a mesma história que Nina em outubro de 1897 se queixava de estar então demasiado próxima para garantir a justa visão dos fatos. A história recebe, porém, um novo veto, ao menos se tomada por si só. O problema ainda era o tempo, mas que dessa vez guardava uma significativa distância entre o ocorrido e a narrativa. Neste meio tempo, a história da Campanha de Canudos recebera diversas versões<sup>324</sup> e passara de moda na opinião pública da capital do país, como atesta o próprio autor: “escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda sua atualidade (...)”<sup>325</sup>

O que a obra de Euclides da Cunha traria de inédito é um grande estudo, talvez advindo da influente teoria taineana dos determinantes “raça, meio e momento”, formado pela tríade “terra, homem e luta”. Logo na apresentação ao seu livro, já podemos entrever um índice do autor que estará sempre cambiante ao decorrer das três etapas mencionadas. Nas primeiras palavras da “nota preliminar”, chama atenção aquilo que Euclides justamente não traz de novo. Ou seja, a proximidade com uma interpretação como a de Nina Rodrigues é evidente<sup>326</sup>. Para Euclides, a necessidade de esboçar “os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas” é pelo perigo do seu desaparecimento. Desaparecimento este, como consequência da “instabilidade de complexo de fatores múltiplos diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem”.<sup>327</sup> O “tipo do sertão”, incapaz de se

<sup>324</sup>O próprio Euclides entre 1897 e 1902 já publicara excertos, que posteriormente se constituiriam em *Os sertões*, em periódicos como *O Estado de S.Paulo*, *O Paiz* e na *Revista Brasileira*.

<sup>325</sup>CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. (Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci.) São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Pág.65

<sup>326</sup>Mais à frente destacaremos um momento da obra em que Euclides demonstra clara leitura do texto de Nina publicado na *Revista Brasileira*. A sugestão é do editor e prefaciador de “Os sertões”, Leopoldo M. Bernucci.

<sup>327</sup>*Ibidem*, p.65.

adequar às exigências da civilização, carente de um ponto de parada ou equilíbrio no mar de cruzamentos que foi submetido, não pode encontrar mais solução. Euclides é enfático: “retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo”. E reforça a tese citando o teórico polonês Gumpłowicz na sua face mais conhecida: a do esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças mais fortes.

A virada euclidiana acontece, porém, ainda nas suas palavras preliminares à obra. Euclides se volta para o litoral, de onde é resultado e agente, para desferir significativas críticas à nacionalidade e ao papel exercido pelos compatriotas na Campanha de Canudos:

(...) porque etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais, uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo.<sup>328</sup>

A já mencionada inflexão de que foi vítima Nina Rodrigues, parece estar presente também em Euclides da Cunha. Ora, o sertanejo, há um parágrafo fadado ao extermínio, agora está separado do homem do litoral, por uma variável histórica e potencialmente solucionável. É por linhas tênues que é possível observar em *Os sertões* as características de um autor que soube conhecer a linguagem do seu tempo, mas também ir além dela. Através da representação de que é o tempo o que separa o jagunço do homem do litoral, Euclides torna possível uma comparação (antes obstruída pela linguagem biológica) entre estes dois personagens da história brasileira. A “campanha que lembra um refluxo para o passado”<sup>329</sup> cria um espelho crítico ao litoral do país, sendo sempre desafiado pela complexa integração do “outro”. Talvez o grande mérito de Euclides e da sua obra tenha sido justamente essa concessão ao novo, isto é, tomar a Campanha de Canudos contra os próprios abismos e contradições da linguagem do seu contexto. Em tempo: Canudos, antes que um combate a uma loucura epidêmica, fora um crime.

---

<sup>328</sup>*Ibidem*, p. 66.

<sup>329</sup>*Ibidem*, p.67.

Mesmo na descrição de “A Terra” – na qual Euclides se esforça para emoldurar os traços físicos do sertão na órbita dos marcos científicos de então – já é possível visualizar este importante eixo compositivo de *Os sertões*: a abertura ao imprevisto, ao aspecto novo que esta *terra ignota* trazia frente aos marcos explicativos em vigência. Ao final de uma ampla descrição sobre as impressões oculares do sertão, as características geológicas, climáticas e da flora, Euclides abre um parênteses para “uma categoria geográfica que Hegel não citou.”<sup>330</sup> Como complemento às vastas planícies áridas, aos vales férteis e aos litorais ou ilhas, citadas pelo filósofo alemão, existem os sertões do Norte que lhe haviam escapado. Mas veremos que este não é um mero preciosismo quantitativo de Euclides.

Por meio de um vasto uso de expressões que à primeira vista parecem se opor, o autor procura fixar uma imagem do sertão como um “não lugar”, ou melhor, uma margem sempre em movimento, se pensarmos que mesmo o “não lugar” representa uma espacialidade estática. Só os sertões do Norte seriam capazes de serem “barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes”, com uma natureza que “compraz-se em um jogo de antíteses”.<sup>331</sup> A ideia de “contraste” viabiliza a Euclides um jogo com as múltiplas faces desta terra que é torturada pela estiagem e “ao sobrevir das chuvas (...) transfigura-se em mutações fantásticas, *contrastando* com a desolação anterior.”<sup>332</sup> O contraste é a condição de possibilidade da vida no sertão. Ele, sempre na dosagem correta, alterna seca e abundância, sendo a ameaça da transformação no deserto algo a depender apenas da ação destruidora do homem. Neste sentido, o sertão como um espaço em constante transformação, presente em “A Terra”, impõe uma divisão especial no quadro de Hegel. É bem particular essa relação tecida entre Euclides, a interpretação do sertão e o universo científico como seu marco explicativo.

Tal marco é amplamente visível também na segunda parte da obra, em “O Homem”. Mesmo ainda dentro de um marco racialista, Euclides é capaz de fazer críticas no próprio interior dessa teoria e sua operacionalidade. É o que acontece quando a natureza do “problema etnológico brasileiro” é investigada sob a luz da teoria racial do médico francês Paul Broca. Numa concepção bastante difundida

---

<sup>330</sup>*Ibidem*, p.133.

<sup>331</sup>*Ibidem*, p.134-135

<sup>332</sup>*Ibidem*, p.135. Grifo nosso.

entre os letrados brasileiros de então, a junção de três elementos, o negro banto, o guarani e o branco, resultaria na mestiçagem símbolo da peculiaridade racial do país. A cor local. Para Euclides, a lei de Broca é abstrata e irredutível e não se atenta aos reagentes que atenuam o influxo da raça, às causas que o extingam e as vicissitudes da história e dos climas. É o caso da “combinação ternária inevitável que determina, no caso mais simples, três outras, binárias. Os elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram-se.”<sup>333</sup> Mal se pode traçar as características dessas novas combinações, haja visto a variabilidade do meio físico brasileiro capaz até de “balancear os exageros de Buckle”.

O desconforto de Euclides com explicações que se negam a reconhecer a complexidade do problema etnológico, mesológico ou climático brasileiro é sempre mais evidente. Euclides chega a criar seções dentro de seu texto parafraseando argumentos então correntes para, em seguida, desmontá-los com a particularidade brasileira. Em “Um parêntese irritante”, o autor interrompe sua descrição da especificidade da formação mestiça nos sertões, para exibir o argumento segundo o qual a mistura de raças é um prejuízo dentro da lei do evolucionismo. A junção de raças em diferentes escalas de evolução, da qual o mestiço do sertão é resultado, leva, quase sempre, ao desequilíbrio. Neste ponto, Euclides inicia uma longa paráfrase ao artigo de Nina Rodrigues, aqui citado, publicado na *Revista Brasileira*.<sup>334</sup> As conclusões de Nina são recolocadas fielmente nessa seção: o desequilíbrio acarreta a histeria; o desequilíbrio nervoso é incurável; o mestiço é um decaído sem a energia física dos ascendentes, sem a altitude intelectual dos ancestrais; tudo porque “são invioláveis as leis do desenvolvimento das espécies”.<sup>335</sup> Mas o “irritante parêntese” termina aí.

De imediato, rebate Euclides na seção “Uma Raça Forte”: “Entretanto a observação cuidadosa do sertanejo do norte mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente”.<sup>336</sup> Não está dito, porém, que Euclides se afasta de maneira absoluta dos pressupostos de Nina Rodrigues. O autor reforça que a ação da civilização com uma sobrecarga intelectual sobre o mestiço faz com que o desequilíbrio seja inevitável. Em alguma medida, é a própria luta pela vida das raças prefigurada por Gumplowicz,

<sup>333</sup>*Ibidem*, p.154.

<sup>334</sup>É o que também sugere Leopoldo Bernucci em nota explicativa na página 200.

<sup>335</sup>*Ibidem*, p.201.

<sup>336</sup>*Ibidem*, p.202.

conclui. O que permanece, porém, mal delineado pelo “grande professor de Graz”, salienta Euclides, é como o elemento mestiço não é subordinado pelo tipo étnico mais forte:

A luta transmuda-se, tornando-se mais grave. Volve do caso vulgar, do extermínio franco da raça inferior pela guerra, à sua eliminação lenta, à sua absorção vagarosa, à sua diluição no cruzamento. (...) É que neste caso a raça forte não destrói a raça fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização.<sup>337</sup>

A última frase citada marca um evidente paralelo com Nina Rodrigues, quando este defende uma distinção entre a mestiçagem do sertão e aquela do litoral. Aqui a complexidade do texto de Euclides se acentua. A distinção sobre as mestiçagens é rigorosamente a mesma tecida por Nina: evitando a civilização, o mestiço do sertão foi capaz de se constituir como uma raça forte, ao contrário do ocorrido com o mestiço do litoral. É uma linha tênue aquela que aproxima e distancia os argumentos de Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. É curioso que no parágrafo seguinte, Euclides retome o problema da categoria apropriada para classificar o mestiço do sertão, sendo retrógrado (implícito o caráter temporal) ou degenerado<sup>338</sup> (implícito o caráter biológico), e o autor escolhe prontamente pela primeira. Isto sem deixar de demonstrar seu enfado com esta que não parece ser uma questão de seu maior interesse e encerra: “Deixemos, porém, este divagar pouco atraente”.

O desinteresse tinha justificativa. Enquanto seus pares letrados e cientistas se enredavam em “fantasias psíquico-geométricas”, com “garbosos, neologismos etnológicos” e eram pegos “num quase materialismo filosófico”, medindo o ângulo facial dos jagunços, Euclides fazia a opção da cópia. Uma descrição

<sup>337</sup>*Ibidem*, p.202-203

<sup>338</sup>Para esclarecer o conceito de degeneração mobilizado por Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, o trecho abaixo é particularmente interessante por deixar claro sua conotação biológica: “no fim do século XIX, o conceito de degeneração ou degenerescência era corrente na medicina mental, especialmente entre os autores franceses e italianos. Tal teoria foi sistematizada por Benedict Augustin Morel (1809-1873), no Tratado das degenerescências, de 1857, onde a degenerescência se definia como desvio de um tipo primitivo perfeito, desvio este transmissível hereditariamente. Mais tarde, a partir de 1870, Valentin Magnan (1835-1916) retomou Morel, mas redefiniu a ideia de degenerescência a luz do evolucionismo, considerando-a um estado patológico, em que o desequilíbrio físico e mental do indivíduo degenerado interromperia o progresso natural da espécie; certos tipos específicos de loucura estariam associados a degenerescência - todo degenerado seria um desequilibrado mental, mas nem todo louco seria degenerado; tal degenerescência poderia ser herdada ou adquirida, manifestando-se em sinais, chamados estigmas, físicos, intelectuais e comportamentais. Trecho extraído de: GALDINI, Ana Maria. Nina Rodrigues e *A loucura epidêmica de Canudos*. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol. III, núm. 2, 2000, pág. 140.

imediate da impressão que tivera ao topar com “aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos.”<sup>339</sup> Segundo nos informa Leopoldo Bernucci, estudioso da sua obra, Euclides se referia à cabeça de Antonio Conselheiro que fora cortada e levada ao Dr. Nina Rodrigues, em Salvador, para exames científicos que nada provaram.<sup>340</sup>

Ainda na caracterização do homem do sertão, Euclides faz uso de uma série de oximoros – uma figura de linguagem que harmoniza dois conceitos opostos numa só expressão –, de modo a criar uma imagem da ambiguidade implícita nesse homem e no seu espaço. Com “Hércules Quasímodo”, o autor registra o jagunço “desgracioso, desengonçado, torto”. Aquele que mesmo “quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra.” Mas com mais um “entretanto”, dentre os tantos “entretantos” que recorre Euclides, “toda esta aparência de cansaço ilude”. Daí em diante “repona, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.”<sup>341</sup>

Exemplar é então o caso de Antonio Conselheiro, a personificação de um homem do passado, um “documento de atavismo”. Em claro diálogo com a tese desenvolvida por Nina Rodrigues, Euclides afirma que, isolado o indivíduo pode se perder na multidão de neuróticos: “pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva”<sup>342</sup>, tal como afirmara Nina sobre a ação ativa de Conselheiro sobre os passivos jagunços. Mas, colocado na particularidade do seu meio, o problema de Conselheiro assume uma nova face. Ao bater com a civilização, este – que tinha todos os antecedentes para ser um simples desequilibrado – ficara entre o hospício e a história. Os caracteres que ficam dispersos na multidão, facilitando generalizações, quando analisados individualmente não se sustentam.

A impressão que fica é que para explicar Canudos e Antonio Conselheiro não bastavam quinze páginas de uma lei científica, como fizera Nina.

---

<sup>339</sup>*Ibidem*, p.204-205

<sup>340</sup>Ainda segundo Bernucci: “Euclides alude às teorias frenológicas ou craniométricas, ainda populares na sua época, segundo as quais se podia avaliar as características psíquicas, como, por exemplo, a inteligência ou a criminalidade, a partir das medidas tiradas do crânio. Desta forma, o negro ou a mulher eram seres inferiores porque o seu cérebro era menor em relação ao do homem branco.” *Ibidem*, p.204 nota do editor.

<sup>341</sup>*Ibidem*, p.208.

<sup>342</sup>*Ibidem*, p.252.

Permanecendo dentro daquele contexto linguístico, Euclides é capaz também de desfazê-lo. Mesmo partindo de pressupostos similares aos de Nina Rodrigues, o problema da loucura recebe outro peso. Ou seja, Conselheiro é um louco, é em certa medida um desequilibrado. Mas é mais que isto: “É um grande homem pelo avesso”.<sup>343</sup> Um grande homem permanecendo sempre na fronteira, sempre incerto, assim como o sertão. Da fronteira entre o bom senso e a insânia ou entre o facínora e o herói nasce um homem que não é um equilíbrio de opostos. É um antagonismo propriamente sem equilíbrio, como evidenciado na última parte do livro em “A Luta”.

Num país que se voltou para seu próprio interior armado com a indústria bélica alemã e com a ciência europeia, que também se recusou a compreender seu povo pelas suas específicas formas, “A Luta” se apresenta para Euclides como uma consequência do desconhecimento mesmo da “Terra” e do “Homem”. Em “A Luta” parece entrar em cena não só o historiador de Canudos, mas também um historiador de dimensão nacional que em várias situações está preocupado em traçar paralelos entre a campanha e a história brasileira. A insurreição de Canudos, e reitera incansavelmente Euclides, compunha o ponto de chegada do passado de abandono pela civilização: “o mal era antigo”.<sup>344</sup>

A guerra nas caatingas guardava um grau de estranheza para a civilização que nem mesmo a ciência militar alemã, referência em fins do XIX com a hegemonia do Segundo Reich, era poupada:

Os doutores da arte de matar que hoje, na Europa, invadem escandalosamente a ciência, perturbando-lhe o remanso um retinir de esporas insolentes – e formulam leis para a guerra, pondo em equação as batalhas, têm definido bem o papel das florestas como agente tático precioso, de ofensiva ou defensiva. E ririam os sábios *feldmarechais* – guerreiros de cujas mãos caiu o franquisque heroico trocado pelo lápis calculista – se ouvissem a alguém que às caatingas pobres cabe função mais definida e grave que às grandes matas virgens.<sup>345</sup>

A caatinga que ampara o jagunço e que se torna um segundo oponente às forças militares guarda este espaço do sertão como o espaço da incerteza. Nas várias batalhas que o exército republicano vencida sem, com isso, levar a guerra,

<sup>343</sup> *Ibidem*, p.255.

<sup>344</sup> *Ibidem*, p.331.

<sup>345</sup> *Ibidem*, p.356.



Euclides, em tom irônico, encerrava: “Apavorava-o a própria vitória, se tal nome cabe ao sucedido, pois as suas consequências o desanimavam.”<sup>346</sup> A grande questão era como explicar a junção entre homem e terra que tornava inferior o exército armado até os dentes. Se a luta era “desigual”, não o era pelo lado que possuía um canhão Krupp, mas sim porque “quando o sertão estua nos bochornos dos estios longos não é difícil prever a quem cabe a vitória.”<sup>347</sup>

Ao Euclides da Cunha historiador<sup>348</sup> as antinomias apareciam como forma sintética de criticar as lacunas da nacionalidade e de seu institucionalismo torto. Como era possível dismantelar Canudos e trazê-lo para o seio da civilização quando o próprio governo republicano de Floriano Peixoto criara o processo da suspensão de garantias constitucionais? “abraçado tenazmente à Constituição, afogava-a; fazendo da Legalidade a maior síntese de seus desígnios, aquela palavra, distendida à consagração de todos os crimes, transmudara-se na fórmula antinômica de uma terra sem leis.”<sup>349</sup>

A ciência, que até então se preocupava por demasiado com o exotismo e a diferença do sertanejo, vira-se para o seu próprio ponto de partida: o litoral civilizado. Como a nação estava naquele momento entregue a “individualidades que nas situações normais tombariam à pressão do próprio ridículo”, o teórico italiano Scipio Sighele – até então chamado à causa quase que unicamente para explicar a loucura epidêmica do “outro” – agora tem suas teses sobre a predisposição biológica trazidas em cena para retratar o momento político do país e a maioria pensante que permitia todos os excessos. Em uma nova antinomia, era a ordem da desordem.<sup>350</sup>

Muito menos escapou da pena de Euclides o coronel Moreira César que, chegando em Canudos como a principal esperança do governo para derrotar os rebeldes, fora morto numa das maiores baixas das forças oficiais. Moreira Cesar que em um passado recente tivera problemas com a justiça republicana, tendo que se distanciar da capital federal, agora era convocado para uma expedição tida como a derradeira para encerrar a rebelião. Não apenas sua convocação era um

<sup>346</sup>*Ibidem*, p.352.

<sup>347</sup>Os trechos mais evidentes dessa inversão feita por Euclides, que transforma o sertanejo num derrotado que vence estão presentes nas páginas 361, 366, 383, 392, 492. Ali podemos ver o autor recorrer à expressão que da “fraqueza sertaneja fez-se a força e da força militar se fez a fraqueza”.

<sup>348</sup>Historiador aqui não como uma categoria fechada em si mesma, mas como o próprio autor se definia ao escrever este capítulo que pretendia ser a história da campanha.

<sup>349</sup>*Ibidem*, p.418.

<sup>350</sup>*Ibidem*, p.420.

paradoxo: “o aspecto reduzia-lhe a fama. De figura diminuta – um tórax desfibrado sobre pernas arcadas em parêntese – era organicamente inapto para a carreira que abraçara.”<sup>351</sup>

O diagnóstico da loucura, ponto de partida que levou muitos a se interessarem pelo fenômeno de Canudos, era então direcionado para interpretar um possível herói republicano, mas que para Euclides era apenas um “desequilibrado”: “tinha o temperamento desigual e bizarro de um epilético provado, encobrando a instabilidade nervosa de doente grave em placidez enganadora.”<sup>352</sup> Nada faria Moreira Cesar, porém, sem o respaldo da opinião pública nacional que, nessa ocasião, tendo de escolher entre dar ao coronel a camisa de força ou a púrpura, preferiu a segunda. A fronteira entre quem esta mesma opinião pública mandava para a história e quem ela mandava para o hospício era pequena, bem como aquela entre Moreira César e Antonio Conselheiro.

\*\*\*

Entender Canudos e seu significado histórico foi tarefa para poucos, afirma Euclides. São inúmeros os trechos em que ele se queixa porque: “não vimos o traço superior do acontecimento.”<sup>353</sup> Incluindo ele mesmo entre estes que perderam o sentido imanente do evento, Euclides talvez se remeta aos seus ensaios publicados no jornal “O Estado de S. Paulo” em julho de 1897, quando atribuíra ao acontecimento um significado expresso no título “A Nossa Vendéia”, em clara referência a um movimento monarquista e anti republicano na França revolucionária. Posteriormente, em *Os sertões*, Euclides demonstra uma postura irônica com os jornais cariocas e mesmo com o seu anterior texto que sugeria uma motivação política entre os rebeldes de Canudos.

O caso era mais complexo e interessante, complementa Euclides. Menos que um caso de loucura epidêmica ou de monarquismo, a Campanha revelou algo que para o autor e seus pares letrados a lei dos estágios de evolução não explicava: “pouco nos avantajáramos aos rudes patrícios retardatários”.<sup>354</sup> O crime que Euclides anunciou que denunciaria ainda na “nota preliminar” estava então

<sup>351</sup>*Ibidem*, p.422.

<sup>352</sup>*Ibidem*, p.424.

<sup>353</sup>*Ibidem*, p.503.

<sup>354</sup>*Ibidem*, p.502.

descrito. A loucura e o crime, esmiuçados por Nina Rodrigues para explicar Canudos, são agora nomeados por Euclides como um mal das nacionalidades. Da mesma nacionalidade que se esqueceu do interior do país e depois lhe apresentou a civilização pelos clarões de descargas: “que a ciência dissesse a última palavra”.<sup>355</sup>

Mesmo com esse encerramento sintomático, a dificuldade sintética em *Os sertões* é evidente e mesmo relativamente já trabalhada pela fortuna crítica da obra. No decorrer de centenas de páginas é possível ver desde um Euclides republicano e positivista ferrenho, até o extremamente crítico ao regime político e à nacionalidade, passando por aquele desconfiado das leis de evolução que separavam o sertão do litoral brasileiro. Seu distanciamento da tese de Nina Rodrigues talvez esteja aqui mais do que evidente, mas também sua proximidade não pode ser descartada, haja vista os percalços que os dois autores incorrem ao tematizarem o que distanciava Canudos e os sertanejos da civilização. O certo é que por ler de maneira muito literal seu positivismo, por vezes ardente, muitos se esqueceram de evocar o segredo mesmo da escritura: a forma sutil de uma auto desconstrução e da luta contra seus próprios abismos e contradições.

---

<sup>355</sup>*Ibidem*, p.780.

## 5. A *Revista Brasileira* (1895-1899) e as formas do tempo: a questão social, os limites da ciência e o desconsolo republicano

### 5.1 A terceira fase da *Revista Brasileira* (1895-1899) e o lugar do letrado em tempos republicanos

*Todas as tardes no Rio de Janeiro, antes que o sol transmonte, um grupo de homens se reúne em uma pequena e modesta sala. É o five o'clock tea da Revista Brasileira, refúgio suave, tranquilo da tormentosa vida fluminense. Houve desordens no parlamento? As forças do exército e da marinha estão se batendo? Há estado de sítio? Há assassinio político? Que importa!*<sup>356</sup>

Quando publicado pelo diretor José Veríssimo – em janeiro de 1895 – o primeiro número da *Revista Brasileira*, o escritor paraense retomava um projeto que por duas vezes havia sido interrompido em décadas anteriores. Idealizada inicialmente ainda em meados do século XIX pelo físico e matemático Candido Baptista de Oliveira, a *Revista Brasileira: jornal de sciencias, letras e artes*, tal como nos conta seu diretor, tinha no programa um objetivo bem definido: aquele de ampliar os acanhados limites do jornal *Guanabara*, publicação que antecedeu a revista e que pela sua forma não permitia um desenvolvimento maior aos assuntos. A revista ainda se colocava diretamente sob os auspícios e proteção do Imperador D. Pedro II.<sup>357</sup> No final da década de 1870, Franklin Távora e Nicolau Midosi retomam a *Revista Brasileira* com uma ambição de cunho pedagógico ainda mais precisa: dado o despreparo do povo brasileiro para consumir o livro, a revista “como transição racional do *jornal* para o *livro*, (...) afigura-se a nós por isso a forma natural de dar ao nosso povo conhecimentos que lhes são necessários para ascender a superior esfera, no vasto sistema das luzes humanas”.<sup>358</sup>

<sup>356</sup>ARANHA, Graça. A literatura atual do Brasil. Tomo XIII. **Revista Brasileira**, 1898, pág. 184.

<sup>357</sup>OLIVEIRA, Candido Baptista. Prospecto. Tomo I. **Revista Brasileira**, 1857.

<sup>358</sup>MIDOSI, Nicolau. A “Revista Brasileira”. Tomo I, **Revista Brasileira**, 1879, pág.5.

A retomada de Veríssimo – não propriamente de um projeto, dada a multiplicidade de formas que a revista tomou nos seus momentos anteriores, mas da ideia de haver um círculo de reunião para os letrados que se encontravam na capital do país –, assumia na década de 1890 um significado bem particular. A primeira década republicana irá marcar uma reorganização na tarefa e no campo de ação dos letrados. Seu protagonismo nas transformações sociais, econômicas e culturais que ajudaram a catalisar tomava um caminho inesperado e que passava a lhes reservar somente o ostracismo e a indiferença.<sup>359</sup> José Veríssimo irá caracterizar essa nova situação como aquela do alcance de uma “independência” da camada intelectual perante o grupo político da República inaugurada:

Os intelectuais têm, entretanto, perfeita razão, penso eu, de se apartarem do campo onde a pretexto do patriotismo e outras coisas práticas em ismo, se manipulam todas as transações, se preparam todas as capitulações de consciência, se aparelham e acomodam todos os interesses, que constituem o fundo da vida política moderna.<sup>360</sup>

Havia, no entanto, uma face contraditória dessa independência que era simultaneamente buscada e compulsória.<sup>361</sup> Se por um lado libertadora das amarras e riscos éticos do jogo político, a independência também significava o desprezo social e um campo de ação cada vez mais estéril. Até mais que isso, ao estarem afastados do mundo político e das esferas de prestígio social, alijados mesmo de uma segurança material para sua pretendida independência, esses autores não encontravam nem mesmo no interior do seu grupo a estrutura de produção, circulação e consumo que apoiasse a posição almejada. O próprio Euclides da Cunha, que mesmo engenheiro atuante (foi trabalhando na construção de uma ponte em São José do Rio Pardo/SP que nos momentos de folga Euclides redigiu boa parte d’*Os Sertões*), se queixava da marginalização do letrado na República inaugurada: “A ver navios! Nem outra coisa faço nesta adorável República, loureira de espírito curto que me deixa sistematicamente de lado...”<sup>362</sup> Situação não menos desconfortável viviam aqueles intelectuais de credo monarquista, tal como Nabuco. Veríssimo, ao traçar um perfil biográfico de seu

<sup>359</sup>SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989, pág. 92.

<sup>360</sup>VERÍSSIMO, José. *Apud* SEVCENKO, *Op.Cit.*, pág. 90.

<sup>361</sup>SEVCENKO, *Op.Cit.*, pág. 90.

<sup>362</sup>CUNHA, Euclides da. *Apud* SEVCENKO, *Op.Cit.*, pág. 92.

amigo, lembrava o descompasso existente entre os intelectuais e a política, entre homens como Nabuco e o novo regime: “Tais sujeitos [os intelectuais] têm sempre sido mal encarados pela nossa miopia política. Os intelectuais são vistos com desconfiança por ela.”<sup>363</sup>

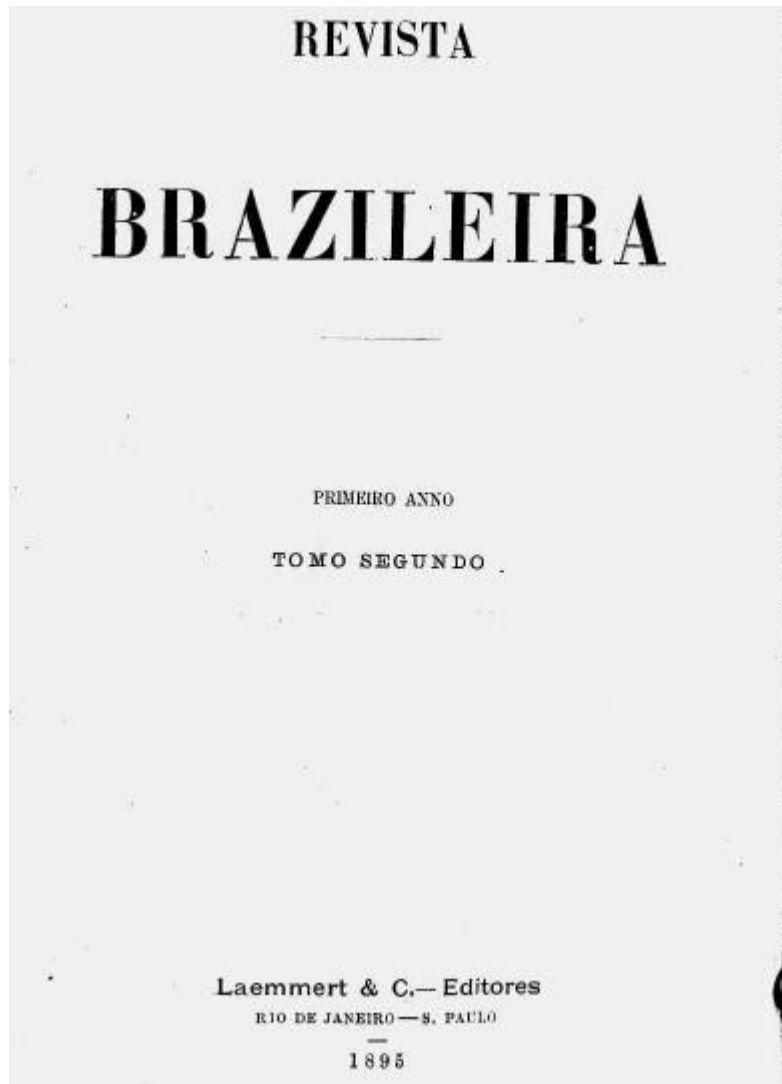
O principal efeito dessas condições relatadas seria a necessária criação de novos espaços de integração e de legitimidade para o campo letrado. É conhecida a tese do historiador Nicolau Sevcenko sobre a forma de intervenção criada por alguns desses letrados, então expressada pelo signo do social, ou melhor, na transformação da obra em uma missão política, social e cultural na tarefa de subverter aquele estatuto de marginalidade. No caso, chamamos a atenção para as estratégias de ação e vivência daquela experiência letrada que foram criadas pela *Revista Brasileira*, a partir da sua refundação por José Veríssimo. Em 1899 Machado de Assis escrevia ao amigo Nabuco e evidenciava como a revista se colocava até mais que uma simples publicação e propriamente um ponto de encontro e diálogo para aqueles autores: “Às vezes o Graça Aranha e eu lá vamos conversar, como se fossemos a revista num *five o'clock* sem chá, e sempre se fala de você.”<sup>364</sup> Questão semelhante também aparece em carta de Nabuco a Machado já em 1901 quando a revista não mais circulava: “Há dias lembrei-me muito, com que saudade, dos jantares da revista.”<sup>365</sup>

A revista circulou de janeiro de 1895 a novembro de 1899, totalizando 20 tomos e 93 fascículos. Estes, na realidade, eram fascículos de 64 páginas que saíam a público nos dias 1 e 15 de cada mês. Isto até o 73º fascículo quando a publicação passa a sair mensalmente, mas com 128 páginas. Conforme indica sua capa, a revista foi editada por “Laemmert & C., Rio de Janeiro – São Paulo”, trazendo ainda a grafia com Z, sendo substituída pelo S somente a partir do 25º fascículo quando passou a ser editada pela “Sociedade Revista Brasileira”.

<sup>363</sup>VERÍSSIMO, José. Um historiador político – O Sr. Joaquim Nabuco. Tomo XIV, **Revista Brasileira**, 1898, pág.168.

<sup>364</sup>ARANHA, Graça. (org.). **Correspondências Machado de Assis & Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. Pá. 101.

<sup>365</sup>ROUANET, Sergio Paulo (coord.). **Correspondências de Machado de Assis**. Tomo IV. Rio de Janeiro: ABL, 2012. Pág. 101.



Capa do segundo tomo que circulou da *Revista Brasileira* entre abril e junho de 1895

Sua contracapa informava ainda que a publicação se dizia de “ciências, letras, artes, história, filosofia, economia, política, sociologia, viagens, bibliografia, etc”. Dentre os seus principais colaboradores é possível destacar nomes então já de carreira letrada constituída como os críticos literários Araripe Júnior e o próprio José Veríssimo, romancistas e contistas como Machado de Assis, Taunay, Aluisio Azevedo, Afonso Celso, Graça Aranha, Coelho Neto, Inglês de Sousa; poetas como Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Rodrigo Octávio; representantes da chamada Escola de Direito do Recife, Sílvio Romero, Clovis Bevilacqua, Fausto Cardoso e Artur Orlando. Marcaram presenças ainda os publicistas Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Medeiros de Albuquerque. Estes ainda se aproveitavam do escasso mercado de circulação livreira para publicarem

na própria revista obras que posteriormente sairiam na forma de livro. É o caso de “Um Estadista do Império” de Joaquim Nabuco a respeito da carreira política de seu pai e também do seu livro de memórias – “Minha Formação”. Também Oliveira Lima trouxe a público em 1899, através da revista, “D. João VI no Brasil” e Graça Aranha publicou sob o nome “Névoas do passado” o romance que em 1902 ficaria nacionalmente conhecido como “Canaã”. Euclides da Cunha ainda traria um pequeno fragmento intitulado “A Guerra no Sertão”, fruto de suas anotações como repórter do jornal “O Estado de S. Paulo” na Guerra de Canudos.

O fato é que mesmo a forma “revista” sendo amplamente explorada nesse período – Ana Luiza Martins relata uma multiplicidade de publicações de tal índole nesse mesmo momento no ramo pedagógico, institucional, religioso, além de revistas operárias, femininas, teatrais<sup>366</sup> –, a *Revista Brasileira* foi aquela que se colocou de forma mais efetiva no papel de “alternativa para literatos se colocarem em letra impressa, resultando em uma verdadeira biblioteca antológica da produção literária e cultural do país.”<sup>367</sup> Se nos atentarmos à nota de apresentação da revista ao público escrita por José Veríssimo, fica evidente a própria abrangência do seu programa que não tinha como mérito delimitar muito os temas que seriam ali tratados: “pretende servir, com dedicação e sinceridade, à causa da cultura nacional”, e mais adiante informa que “a nova revista trará todos os assuntos e questões que possam interessar à maioria do público. O Brasil e as coisas brasileiras merecerão carinhosa preferência, sem sacrifício da indagação de quanto do estrangeiro possa também interessar.”<sup>368</sup>

A nota de apresentação é ainda reveladora de uma face bem particular dessa fase da *Revista Brasileira* se comparada com as fases anteriores aqui mencionadas. Sua preocupação em manter uma equidistância de toda tomada de posição acaba por mostrar um programa muito mais preocupado em se afastar de algumas orientações do que propriamente afirmar uma carta de princípios. De início há o registro daquele objetivo mais clarividente já discutido de oferecer um lugar que em outros espaços eram negados ao letrado, mas é curiosa principalmente a proeminência dada a esse espaço interno de encontro e a pequena consideração em relação à recuperação dos antigos canais de

<sup>366</sup>MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>367</sup>*Ibidem*, pág.66.

<sup>368</sup>VERÍSSIMO, José. *Revista Brasileira*. Tomo I. **Revista Brasileira**, 1895, pág.3.



protagonismo público: “E assim, sem sair da sua esfera, viria, na nossa federação nascente, exercer uma função social cujo alcance não precisa ser encarecido, qual a de criar e estreitar entre os estudiosos e escritores de todo o país.”<sup>369</sup>

Essa espécie de “não-programa” esboçado pela *Revista Brasileira* parece particularmente elucidativo sobre a relação entre letrados e a organização pública e política então do país. Ainda que haja, moderadamente, o reconhecimento do desejo de participação – “Este período é em nossa vida nacional de reorganização política e social, a *Revista Brasileira* não lhe pode ficar alheia e estranha”<sup>370</sup> –, logo adiante já se iniciam as restrições e as posições assumidas sempre com ressalvas. Mesmo pontuando sua adesão ao novo regime, Veríssimo não se esquece de se distanciar das práticas que os grupos políticos e militares da República nascente haviam já levado a cabo, por isso sentencia que a revista seria “Republicana, mas profundamente liberal” e encerra com um programa cada vez mais aberto e distante da lógica política que pressupunha a tomada de partidos:

Em Política, em Filosofia, em Arte não pertence a nenhum partido, a nenhum sistema, a nenhuma escola. Pretende simplesmente ser uma tribuna onde todos os que tenham alguma coisa que dizer e saibam dizê-la, possam livremente manifestar-se.<sup>371</sup>

Não soa estranho que tal postura da revista se aproxime radicalmente daquela adotada pelo diretor José Veríssimo frente às transformações que a década de 1890 reservava aos rumos do país e da classe letrada. Isto é, no fundo José Veríssimo trazia à tona o impasse da *intelligentsia* brasileira daquele período: o sentido da impotência dos que faziam uma cultura sem ressonância nas próprias articulações da estrutura social.<sup>372</sup> A proposta de fazer escapar o intelectual de uma tomada de posição que preencheu os primeiros anos republicanos é assim relatada pelo autor: “Era a certeza de que, no emaranhado de transformações políticas, econômicas e sociais porque passava a nação, o estudo de nossa realidade cultural não se podia realizar sem ‘um grão de ironia e ceticismo’”<sup>373</sup>.

<sup>369</sup>*Idem.*

<sup>370</sup>*Idem.*

<sup>371</sup>*Idem.*

<sup>372</sup>BARBOSA, João Alexandre. **A tradição do impasse**; linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo. São Paulo: Ática, 1974.

<sup>373</sup>*Ibidem*, p.64.

**INDICE DO TOMO XVI**  
**OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1893**

---

	Pags.
CONFIDENCIAS, dialogo comico em verso, por Arthur Azevedo. . . . .	5
ULTIMOS ANOS DA VIDA DE ANTONIO VIEIRA, por J. Lucio de Azevedo . . . . .	16
GEORGE MARCIAL, romance, por Virgilio Varzea e Oscar Rosas. . . . . 33, 129 e	296
LUIZ GUIMARÃES, por Antonio Salles . . . . .	50
PALESTRAS ORNITHOLOGICAS, pelo Dr. Carlos Euler. . . . .	67
A MINHA FORMAÇÃO, por Joaquim Nabuco . . . 89, 205 e	351
SYLVIO ROMERO — POLEMISTA, por Araripe Junior, 112 e	188
A PROPOSITO DO MUSEU PARAENSE, por J. P. Calogeras	155
OS ESTADOS-UNIDOS COMO POTENCIA COLONIAL por Oliveira Lima. . . . .	173
NOTAS BIBLIOGRAPHICAS — O FORMATO DOS LIVROS, por R. Villa Lobos . . . . .	236
EXTREMA CRENÇA — VERSOS, por Theodoro Rodrigues	246
UMA ESCOLA PRIMARIA, por Albertó de Oliveira . . . . .	257

Índice do Tomo XVI da *Revista Brasileira* que reunia parte das publicações dos três meses indicados.

Certo grau de distanciamento assegurado pelo “grão de ironia e ceticismo” também estava presente na fundação de um segundo núcleo advindo diretamente do escritório da *Revista Brasileira*. De uma reunião na redação da revista, na Rua do Ouvidor - 81, em dezembro de 1896 nascia a Academia Brasileira de Letras sob a presidência de Machado de Assis e a colaboração de mais trinta e nove membros. Do que era o espaço que servia de sede à revista e a Academia, Coelho Neto deixou esta sugestiva página:

Duas salas acanhadíssimas: redação em uma, secretaria em outra. Dos sócios da casa o menos assíduo era o sol, representado quase sempre pelo gás, porque, desde a escada, tinha-se a impressão de que, em tal cacifro, mal os galos começavam a cantar matinas, a noite recolhia a sua sombra,

pelo menos a parte com que escurecia o quarteirão logo que o sino grande de São Francisco, lentamente, em sons graves, dobrava as ave-marias. Na redação reuniam-se, diariamente, chuchurreando um chá childro, José Veríssimo, diretor da revista, Paulo de Tavares, secretário, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Lúcio de Mendonça, Graça Aranha, Paula Nei, Domício da Gama, Alberto de Oliveira, Rodrigo Octavio, Silva Ramos e Filinto de Almeida. Por vezes, apareciam Bilac, Guimarães Passos, Raimundo Correia, Valentim Magalhães, Pedro Rabelo e outros.<sup>374</sup>

Também a Academia já de início enfrentava o signo da desconfiança perante uma dita função social a ser ocupada. Em nota Veríssimo já procurava justificativas para as críticas iniciais da Academia ter criado a si mesma, “consagrando-se a si próprios os seus membros”. Esta não seria, dizia o autor, uma simples associação de escritores, mas uma instituição com a finalidade última de preservação da “cultura da língua e da literatura nacional”, reunindo ali um grande anuário das publicações brasileiras e outras formas de auxílio à classe letrada brasileira, carente de um *status* e de suporte numa sociedade que a marginalizava.<sup>375</sup> O poeta Antônio Sales trazia à luz na própria *Revista Brasileira* o cenário de dúvidas sobre algumas das condições pelas quais a Academia era fundada: “a nossa vida literária não comporta o luxo de uma instituição desse gênero. Condeno as academias em tese por estar convencido de que jamais conseguem os fins para que são criadas.”<sup>376</sup> E Sales insiste ainda no demasiado isolamento e falta de representativa e repercussão social da Academia frente ao ato de eleger seus próprios membros:

Esta circunstância, que parecerá de pequeno alcance traz, entretanto, um inconveniente de certa importância, pois relega à própria academia a sua constituição inicial, isto é, a designação de um grupo fundador e eleitor dos seus pares, designação que seria mais legítima partindo do governo.<sup>377</sup>

<sup>374</sup> MONTELO, Josué. *A Academia Brasileira de Letras - 100 anos (1897 - 1997)*. [online] Disponível na Internet via: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=4319&sid=2> Data: 19/01/2014.

<sup>375</sup> VERÍSSIMO, José. Notícias de Ciências Letras e Artes. Tomo IX. *Revista Brasileira*, 1897, pág. 50.

<sup>376</sup> SALES, Antônio. Os nossos acadêmicos. Tomo IX. *Revista Brasileira*, 1897, pág. 336.

<sup>377</sup> *Ibidem*, pág. 338.

Rodrigo Octávio, advogado, poeta, e primeiro secretário da Academia, informava, porém, o desinteresse do governo em financiar uma instituição de tal natureza, reforçando ainda mais o descompasso com a classe letrada: “O primeiro pensamento foi dar ao poder público a iniciativa da criação (...). A execução de tal alvitre encontrou dificuldades administrativas nascidas na deficiência de autoridade do Poder Executivo para a criação da academia.”<sup>378</sup> Octávio reforçava o sentido de apartamento da figura do letrado aqui não só com o universo político, mas também perante as transformações da sociedade burguesa que sob o ritmo do progresso invadia “insensivelmente” as ruas da capital, secundarizando aquela figura que cada vez mais era obrigada a procurar órgãos de preservação, como se portavam no caso a *Revista Brasileira* e a própria Academia: “No meio dessas classes burguesas, cujo desenvolvimento sempre crescente avassalavam e enchia todas as expansões da vida (...), os acadêmicos deixaram de constituir a nota principal e dominante (...)”.<sup>379</sup> O “grão de ironia e ceticismo” apontado por Veríssimo parecia repercutir de forma direta em boa parte de uma geração de letrados que colaborou com revista e a Academia, desconfiando não apenas da nova República e de sua organização político-social, mas principalmente do pequeno espaço concedido a essa classe queixosa dos letrados.

## 5.2 O observador José Veríssimo e o apelo ao “grão de ironia e ceticismo”

*A situação é péssima, excelente  
para fazer uma revista.*<sup>380</sup>

Um olhar sobre o renascimento da *Revista Brasileira* na década de 1890 também não pode prescindir da imediata relação com a personalidade intelectual do seu diretor José Veríssimo (1857-1916), especialmente se nos atentarmos para as transformações sofridas na obra desse autor entre o entusiasmo da contestante geração de 1870 e o refluxo de ceticismo despertado após a inauguração da

<sup>378</sup>OCTÁVIO, Rodrigo. Academia Brasileira de Letras – Sessão inaugural. Tomo XI. **Revista Brasileira**, 1897, pág. 140.

<sup>379</sup>OCTÁVIO, Rodrigo. Dias da Rocha, Saudações e Evocações. **Revista Brasileira**. Tomo X, 1897, pág. 129.

<sup>380</sup>SCHWARZ, Roberto. Texto de abertura. **Novos Estudos Cebrap**, nº 1, 1981.

República. A trajetória intelectual de Veríssimo é, de certo modo, bem similar a de uma geração de escritores do norte do país que, após alguns anos de amadurecimento na região natal, migrara para a capital do país em busca de um maior convívio e sociabilidade com seus pares letrados, tendo como consequência uma diversificação na produção cultural na sede do Império.

A transferência de letrados do interior do país para o Rio de Janeiro fora uma tônica nas décadas finais do século XIX, de modo que, vindo da província do Grão-Pará, Veríssimo fazia um percurso semelhante àquele já feito por nomes como o sergipano Silvio Romero e os cearenses Araripe Junior, Franklin Távora e Capistrano de Abreu. Isto não significa, porém, que estes eram resultados de uma experiência uniforme. Capistrano e Araripe, por exemplo, eram provenientes da Academia Francesa do Ceará de cunho positivista, enquanto Silvio Romero se formara na corrente germânica e haeckeliana da Escola de Recife. Veríssimo mesmo manteve uma trajetória particular ao estabelecer intensa atividade periodística na sua região natal entre as décadas de 1870 e 80. Em 1877, além de ter sua primeira experiência como diretor de um periódico, no caso com “O Liberal do Pará”, publica também seus dois primeiros livros, “Quadros Paraenses” e “Primeiras Páginas”, ambos com o forte interesse em retratar a vida e a paisagem da sua província natal.

Seu protagonismo na cena pública paraense de então ia ganhando forma com diversos empreendimentos levados a cabo. Funda em 1883 a *Revista Amazônica* e também o *Colégio Americano*, tomando medidas inovadoras como a abertura do estabelecimento para ambos os sexos e a implementação de um jardim de infância e aulas de educação física. Ainda no Pará complementa sua produção bibliográfica com “Cenas da Vida Amazônica” (1886), “Estudos Brasileiros – Primeira Série” (1889) e “A Amazônia” (1891). A paixão etnográfica, o interesse pelo folclore e pela ficção regional, dão o tom dessa primeira fase da experiência letrada de José Veríssimo. Participara, inclusive, no X Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica no ano de 1889 em Paris, quando fez uma comunicação sobre o homem de Marajó e a antiga história da civilização amazônica. A essa altura seu nome na capital do país já era relativamente conhecido. Em 1880 publicou na *Revista Brasileira*, então dirigida por Franklin Távora, um relatório de sua estadia em Lisboa no Congresso Literário Internacional, onde defendeu os escritores brasileiros, que vinham sendo

severamente censurados, vítimas de injúrias feitas pelos interessados na permanência do livro brasileiro na retaguarda da literatura no Brasil.<sup>381</sup>

Cabe destacar ainda que a obra de José Veríssimo antes de sua ida definitiva para o Rio de Janeiro em 1891 foi amplamente devedora da literatura romântica, particularmente na compreensão dos temas da nação e do povo simultaneamente pelas vias etnográfica e ficcional. Ao julgar Gonçalves Dias, elencava como mérito do poeta aquele de ter se ocupado com a história e a etnologia, de modo a construir uma obra que se articulavam as novas feições da natureza e vida americanas. O critério de nacionalidade aplicado à análise literária, posteriormente secundarizado por aquele da literatura enquanto “arte literária”, foi aqui retomado por Veríssimo como forma de estreitar os vínculos entre o crítico e o próprio processo de autoconhecimento do país. A interpretação etnológica e sociológica da literatura brasileira se pautava aqui numa compreensão do elemento literário enquanto índice da nacionalidade.<sup>382</sup>

Republicano, liberal e profundamente defensor do arcabouço científico para a resolução dos problemas nacionais, este Veríssimo irá guardar importantes distinções com aquele que mais tarde fundará a *Revista Brasileira* e que prezaria pelo estilo composto, parnasiano e vernáculo, alheio ao embate ideológico e de traços pessimistas. Compartilhava com alguns de seus contemporâneos da geração de 1870 o entendimento do movimento republicano como o despertar da consciência política no país, especialmente no período posterior à Guerra do Paraguai que havia tido efeito direto na aproximação das províncias em torno de um ideal. Uma ebulição de projetos de regeneração nacional somavam-se através da crença otimista de que bastava um apelo educacional para impulsionar a mudança. O desejo de contribuir nas transformações que agitavam a sociedade brasileira levava-o a investir na pedagogia como via de transformação, seguindo aqui o exemplo de Tobias Barreto que criara a Escola Popular de Escada, em Pernambuco, e também o exemplo de Araripe Júnior e Capistrano de Abreu na criação da Escola Popular de Fortaleza.

Na realidade, menos que insistir em delimitar rigidamente a obra do diretor da revista em fases, trata-se unicamente de pontuar as distinções mais substanciais

<sup>381</sup>Biografia Disponível no site da Academia Brasileira de Letras via: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=780&sid=203> Data: 19/01/2014.

<sup>382</sup>BARBOSA, João Alexandre. Uma geração contestante. In:\_\_\_\_\_. *Op.Cit.*

que irão repercutir de forma direta no projeto da *Revista Brasileira*. Se o movimento da geração de letrados de 1870 submetia-os a um projeto global de interesse pelo país – não à toa Veríssimo vestia-se abertamente como pedagogo, crítico, etnólogo, sociólogo, historiador –, tal engajamento passara por um relativo refluxo após a vinda de Veríssimo para o Rio de Janeiro e a inauguração da República. Nas palavras do principal intérprete de sua obra, João Alexandre Barbosa:

Por certo, o ‘ceticismo e desencantamento’ se acentuou a partir da transformação republicana de 89, quando o sentimento de exílio e ‘expatriação’ se prolongou numa espécie de marginalização do intelectual que, por todas as formas possíveis de repúdio, procurava-se proporcionar um *status* num meio social que, cada vez mais, tinha por diminuída a sua real importância.<sup>383</sup>

A reinvenção de Veríssimo e de sua obra passava aqui diretamente pelo encontro de um novo espaço e lógica de atuação para o letrado. O distanciamento em relação às transformações pelas quais passava o país e o anterior desejo de intervenção no processo sócio cultural eram agora impelidos a lidarem com a relativa independência do letrado, novamente, desejada e compulsória. Chama a atenção que em maio de 1895, enquanto boa parte da atenção do país se voltava para a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, José Veríssimo convoca os colaboradores da revista para opinarem de maneira propositiva a uma resolução para o conflito. O interessante é que a recomendação de Veríssimo aos colaboradores passa por um expresse desejo de se atentarem à questão do ponto de vista jurídico, abdicando de considerações políticas ou outras formas de embate ideológico e partidário. Um dos colaboradores, Pedro Augusto Tavares Junior, ex-governador do Maranhão entre 1889 e 1890, assim relata o pedido de Veríssimo:

Perguntais a minha opinião sobre a chamada ‘questão do Rio Grande’, porém ao mesmo tempo, e ‘instantemente’, rogais que a minha resposta se limite ao aspecto jurídico da questão, devendo abster-me de quaisquer considerações políticas ou partidárias. Ora, na luta que vai travada nas campinas do Sul (...) não posso obtemperar ao vosso convite sem, de algum modo, faltar às vossas instruções, entrando em algumas considerações políticas.<sup>384</sup>

<sup>383</sup>*Ibidem*, pág.88.

<sup>384</sup>TAVARES JUNIOR, Pedro. A questão do Rio Grande. Tomo II. *Revista Brasileira*, 1895, pág. 258.

E Veríssimo, ao apresentar o conjunto de opiniões recolhidas, parecia se dirigir diretamente a Tavares Junior e sua escolha por não se limitar ao âmbito jurídico: “Nem todas [as respostas] se limitaram, como em nossa carta pedíamos, ao aspecto jurídico da questão. (...) Nem precisamos acrescentar que o termo jurídico foi por nós empregado na sua mais lata acepção.”<sup>385</sup> José Veríssimo parece então se aproximar cada vez mais de uma compreensão segundo a qual havia uma certa impossibilidade de atuação decisiva e modificadora nos esquemas de articulação que sustentam a vida social, ou, ao menos, que a via de transformação não seria aquela pela qual o letrado confundia sua obra com a tarefa política. Retomando novamente o intérprete João Alexandre Barbosa, é neste mesmo momento que Veríssimo se aprofundava na obra de Anatole France e reiterava a máxima segundo a qual: “a verdade é que não se sai jamais de si mesmo”.<sup>386</sup>

Não seria exato afirmar que o relativo pessimismo de Veríssimo nascia somente então. Barbosa reconhece que a crítica impiedosa que Veríssimo dirigia ao passado e mais particularmente aos românticos, na tentativa de abertura de uma nova linguagem da crítica da cultura, já trazia sedimentos dessa postura. A transformação, porém, estaria no ato de direcionar esse pessimismo não para o passado, mas para um futuro mais imediato como aquele dos anos finisseculares. Com efeito, a passagem do tempo se colocava agora como uma espécie de adversário para Veríssimo. Aos poucos o entusiasmo e o desejo de aceleração com os projetos de transformação do país que marcaram o Veríssimo etnógrafo, folclorista, historiador, polífono, cediam espaço a uma circunspeção do trabalho letrado em que os antigos projetos eram suplantados pelo “grão de ceticismo e ironia” frente a difícil tarefa da transformação.

O forte ritmo da sua produção intelectual, aliás, leva-o a conclusão do descompasso entre a boa obra e aquela feita sob o regime de um tempo acelerado. Veríssimo, simultaneamente, dirigia a *Revista Brasileira* e também publicava regularmente textos de crítica literária no *Jornal do Brasil* e no *Jornal do Comércio*. Na revista, aliás, deixou ao todo 161 textos entre artigos, resenhas, notas bibliográficas e comentários. A demanda do jornal e da revista por trabalhos

<sup>385</sup>VERÍSSIMO, José. A questão do Rio Grande. Tomo II, **Revista Brasileira**, 1895, pág.257.

<sup>386</sup>BARBOSA, João Alexandre. *Op.Cit.*, pág.115.



em períodos relativamente curtos tornava, segundo ele, sempre mais difícil a composição de uma obra de fôlego, e isso era a principal explicação para o Brasil ainda não ter produzido grandes escritores: a pressa na composição. Para publicar as várias séries dos seus “Estudos Brasileiros”, inclusive, Veríssimo se valia da reunião das dezenas de textos publicados nos periódicos.

É ainda na sua tentativa de delimitação da função letrada que Veríssimo via sempre com maus olhos a obediência a um tempo que exigia um trabalho sempre mais rápido e refém da volatilidade do presente. Era mister para o autor reduzir a velocidade daquelas demandas e reconhecer que Littré levava “25 anos a escrever o seu dicionário, com um trabalho ininterrupto de dez a doze horas por dia; ou um Flaubert, doze para escrever *Mme. Bovary*; um Pasteur, seis ou sete antes de publicar o resultado de seus estudos.”<sup>387</sup> Além daqueles autores que se dedicaram ao romance de folhetim, tal como Zola, “a história literária conhece um grande escritor que escreveu forçado pelas ‘urgências’, mas Balzac verdadeiramente jamais trabalhou às pressas (...) e corrigia e recorria suas obras.”<sup>388</sup> Nas suas várias faces, os “novos tempos” eram um grande adversário para o José Veríssimo que retomaria a revista.

No interior de tantas condições antagônicas ao trabalho letrado, Veríssimo insistia numa postura que a ele parecia adequada para enfrentar as adversidades de um meio que marginalizava essa classe e questionava seu papel no novo contexto. Em 1894, na segunda série dos seus “Estudos Brasileiros”, ele insistia sobre o grão de ironia e ceticismo: “O observador imparcial, porém, só o pode neste instante ser quem, à ausência das paixões do dia, juntar um grão de ironia e de ceticismo (...)”.<sup>389</sup> Não se trata aqui de uma simples postura de indiferença com os descaminhos tomados pelo universo público. A escolha pelo grão de ironia e ceticismo se justifica aqui como uma espécie de princípio de atuação letrada, isto é, operacionalizar de algum modo essa postura como algo que reabilitasse o protagonismo do letrado na cena pública.

Um exemplo particularmente elucidativo é aquele do grande debate de então no interior da crítica literária a respeito do valor da obra do presidente da Academia Brasileira de Letras: Machado de Assis. A obra de Machado, então já

<sup>387</sup>VERÍSSIMO, José. Literatura apressada: a propósito da *Flor de Sangue* do Sr. Valentim Magalhães. Tomo X. **Revista Brasileira**, 1897, pág. 214.

<sup>388</sup>*Ibidem*, pág. 203.

<sup>389</sup>VERÍSSIMO, José. *Apud* BARBOSA, João Alexandre. *Op.Cit.*, pág.112.

caminhando para a canonização, encontrava na tríade Silvio Romero, Araripe Junior e José Veríssimo importantes discordâncias. A começar por Sílvio Romero que, desde quando Machado publicou em 1879 na *Revista Brasileira* um artigo intitulado *A Nova Geração* e dirigiu importantes críticas ao ímpeto cientificista e pouco atento à forma de Romero, tentava deslocar Machado de Assis do centro do cânone da literatura brasileira, a fim de substituí-lo pelo seu mentor Tobias Barreto. Romero via na obra do autor de *Brás Cubas* uma gagueira narrativa, agravada pela imitação de traços de outros meio e raça. Seguindo sua feição polemista e de juiz da produção cultural brasileira, Romero assim descrevia as características de Machado: “Machado de Assis é bom quando faz narrativa sóbria, elegante, lírica dos fatos que inventou ou copiou da realidade; é quase mau quando se mete a filósofo pessimista, e a sujeito caprichosamente engraçado.”<sup>390</sup>

Ora, a Veríssimo interessava propriamente o que para Romero era o demérito machadiano. Interessava-lhe o Machado “filósofo pessimista de temperamento e convicção.”<sup>391</sup> Pessimismo que mobiliza o céptico Machado e que ainda guardaria uma outra característica curiosa mas, novamente, tomada aqui em uma acepção positiva: a misantropia. Ao analisar *Yayá Garcia*, Veríssimo explicava: “(...) lá está a misantropia do autor. Misanthropia social e amável, curiosa de tudo, interessando-se por tudo – o que em última análise ainda é uma maneira de amar os homens, sem estimá-los embora.”<sup>392</sup> Veríssimo roga aqui pela transformação mesmo do pessimismo num princípio da crítica literária e da atuação letrada.

Quem o acompanha neste julgamento é Araripe Júnior que, vendo em Machado um “filósofo sem sistema”, identificou nele os traços de um *humour* estranho à literatura neolatina e mais próximo daquela anglo-saxônica, valorizando a “galhofa da tristeza, a ironia da loucura, o motejo da morte, o riso tirado da caveira de Yorik (...)”<sup>393</sup>. Na realidade, tanto Veríssimo quanto Araripe eram demasiadamente devedores de um ensaio escrito por Machado em 1873, intitulado “Instinto de Nacionalidade”, quando Machado exprimia suas dúvidas

<sup>390</sup> ROMERO, Silvio. *Apud* CASTRO ROCHA, João Cezar. O exílio do homem cordial; ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004, pág.267.

<sup>391</sup> VERÍSSIMO, José. *Yayá Garcia*, por Machado de Assis. Tomo XVI. **Revista Brasileira**, 1898, pág. 250.

<sup>392</sup> *Idem*.

<sup>393</sup> ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Machado de Assis. Tomo I. **Revista Brasileira**, 1895, pág. 25.

quanto ao manifesto desejo romântico de pintar uma nacionalidade bem definida na literatura brasileira. Eis a conhecida passagem posteriormente apropriada por Veríssimo e Araripe: “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.”<sup>394</sup> É com tal prerrogativa que, tanto para Veríssimo quanto para Araripe, Machado conseguia escapar de um lugar comum na literatura brasileira e se erguer no panteão universal.

O julgamento da personalidade intelectual de Machado é então um importante índice para a compreensão de alguns pressupostos orientadores da atuação de Veríssimo nesse momento. A ironia, também esta alheia à cultura brasileira, era critério de valor para a grande literatura universal. É sob tal régua que Veríssimo julgava a produção cultural brasileira então corrente, à exceção de Machado, incapaz de se elevar ao nível de sentimentos superiores como a ironia, especialmente o algoz de Veríssimo, Sílvio Romero:

Tenho convivido estreitamente com os elementos formadores da nossa nacionalidade, em meios diferentes, e os mais exemptos do contato da civilização; nunca lhes descobri o sentimento da ironia. (...) O homem do povo, o simples, a criança, o não civilizado, não compreendem a ironia, e, se chegam a percebê-la, ela lhes é mais insuportável que uma afronta, uma reprimenda ou um insulto franco. (...) No Sr. Sílvio Romero não há absolutamente ironia.<sup>395</sup>

O José Veríssimo que retomava a *Revista Brasileira* em 1895, por certo, não era um autor plenamente autocentrado e que havia por tudo superado seus momentos anteriores na província, de onde trazia o ímpeto contestante, o desejo de intervenção e o fomento pelo mito da nacionalidade. Veríssimo convivia com o acúmulo de seus antigos interesses e aqueles recentes que descobrira na capital do país e num novo ambiente letrado. Entretanto, a insistência com a qual Veríssimo reclama pela especificidade da função letrada, com o grão de ironia e ceticismo para enfrentar um cenário de quase desterro, traz à luz algumas chaves de compreensão para a retomada da revista. Durante os cinco anos em que circulou, a *Revista Brasileira* teve entre José Veríssimo e os demais colaboradores um

<sup>394</sup>MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Obra Completa**. Vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Publicado originalmente em *O Novo Mundo*, 24/03/1873.

<sup>395</sup>VERÍSSIMO, José. O positivismo no Brasil. Tomo IV. **Revista Brasileira**, 1895, pág .304.

preciso traço comum, a saber, as dúvidas e incertezas que preenchiam as imagens de futuros possíveis. Pelos vários sintomas em que a ideia do “novo” se apresentava, seja pela irrupção do social, do prestígio da ciência evolucionista ou mesmo pelo ideal republicano, o que estava por vir era sempre uma questão em aberto; o que pode tornar interessante uma investigação sobre uma experiência do tempo decididamente mais complexa do que podem descrever algumas fórmulas ou modelos que se propõem a retratar holisticamente aquele período.

### 5.3 Imagens do “novo tempo”: a irrupção do social e a emancipação feminina

De volta ao Brasil em 1898 após mais de um ano na Alemanha em missão oficial, o escritor João Ribeiro trazia entre suas anotações um artigo a ser publicado pela *Revista Brasileira* do seu amigo José Veríssimo. Em *Impressões da Alemanha: Democracia e Socialismo*, Ribeiro expunha os principais temas em debate naquele país no fim de século, com especial atenção para os debates político-sociais a respeito da melhor forma de governo e organização social. Um primeiro olhar holístico sobre seu relato prende a atenção pela conclusão enfática a respeito do destino tomado por aquele país:

Não digo que a Alemanha ainda hoje não seja o centro mais poderoso da inteligência. Se-lo-á até que a expansão política o permita. Mas a sua natureza compósita e florida desapareceu. Sente-se que ela marcha com estranha velocidade precipitada pelo patriotismo no declive dos egoísmos. O socialismo destruí-a-á.<sup>396</sup>

O socialismo aparece no relato de João Ribeiro associado a todo um vocabulário que, para o autor, representava conceitualmente os principais impulsos e tendências daquele fim de século. A Alemanha naquele momento, principalmente após a vitória na Guerra franco-prussiana, emergia como grande referência imperial, científica e modelo civilizacional, de modo que, como consequência, ela traria um determinado número de questões que, ora ou outra, várias partes do mundo também teriam que lidar. Uma delas é o nascente ideal do

<sup>396</sup>RIBEIRO, João. *Impressões da Alemanha: Democracia e Socialismo*. Tomo XIV. **Revista Brasileira**, 1898, pág. 191.

socialismo que, aos olhos de João Ribeiro, era mais um dos desvarios trazidos por um novo tempo convulsionado. Junto ao socialismo, apareciam “revolução”, “democracia”, “igualitarismo” e, também, “república”. Esta última particularmente em função do novo regime inaugurado no Brasil.

Da própria Alemanha, aliás, vinha o desprezo pelo regime republicano, um sistema “utilitário e grosseiro, capaz de produzir é certo uma civilização de justiça prática, mas nunca uma civilização intelectual, verdadeiramente humana.”<sup>397</sup> Junto ao regime republicano aparecia um “estranho postulado de igualdade natural entre os homens”<sup>398</sup>, e isso em pleno século XIX, aquele que, para João Ribeiro, seria não mais a era “da intuição natural”, mas sim a era da “intuição histórica, da seleção, do darwinismo”.<sup>399</sup> Problemas evidentes como aquele da “questão social”, João Ribeiro os reconhece, mas insiste que sua solução não será pela via republicana e democrática. Na Alemanha, a “questão social há de ser resolvida pela monarquia”.<sup>400</sup>

A comparação com o seu país que há poucos anos instaurara a República era inevitável. Perdia-se setenta anos de história, acumulada durante o Império “de uma longa e diuturna educação moral que foi agora abismada num naufrágio.”<sup>401</sup> De modo que seus augúrios para a nascente república e democracia brasileira eram aqueles de um futuro fechado e sombrio: “Não creio no futuro brilhante e extraordinário do Brasil daqui a dois ou daqui a dez séculos. (...) Não posso esconder o rancor, que já hoje tenho, a essa suposta democracia.”<sup>402</sup>

A construção de uma sociedade igualitária trazia junto de si o fantasma da imprevisibilidade. Era o temor por conseguir avistar ainda menos num presente convulsionado, que já pouco fazia uma transição segura da experiência e da tradição. Parte desta “convulsão” vinha exatamente do apelo que o ideal da “revolução” ganhava, sendo associado àqueles da democracia, do igualitarismo e, no caso de João Ribeiro, também da república. O conhecimento de que a natureza não faz saltos bruscos e sim respeita um movimento orgânico é o sustentáculo da leitura do processo revolucionário como um mal que desencadeia ainda mais imprevisibilidade: “Não há eficácias de revolução. A revolução não é

<sup>397</sup>RIBEIRO, João. *Op. Cit.* Tomo XIII, pág.92

<sup>398</sup>*Idem.*

<sup>399</sup>*Idem.*

<sup>400</sup>*Ibidem*, pág.93.

<sup>401</sup>*Ibidem*, pág.349.

<sup>402</sup>*Ibidem*, pág.356.

progresso.”<sup>403</sup> E retomava Goethe para defender o movimento orgânico da história: “Há uma frase de Goethe que deve ser repetida cem vezes – ‘a civilização é tranquila’.”<sup>404</sup> Com isso, registrava-se uma incompreensão naqueles que arguíam por uma democracia a ser instaurada pela via revolucionária, isto é, aquela de colocar a democracia num plano teleológico de realização: “a democracia como consciência da liberdade universal”<sup>405</sup>. A incompreensão acontecia no fato de que “a democracia é, antes, a inconsciência da escravidão universal.”<sup>406</sup>

Aceitar essa condição, para João Ribeiro, era reconhecer uma oposição entre qualquer movimento político – qualquer movimentação que visasse desestabilizar um conjunto de valores trazidos pela experiência –, e o caráter imanente da civilização. Novamente partindo da Alemanha como referência para se pensar seu próprio país, o escritor afirmava: “o caráter da civilização alemã era ser impolítico, isto é, absolutamente humano.”<sup>407</sup> Se até aqui o augúrio de mal futuro era dedicado especialmente ao Brasil, de república recém inaugurada e de uma miscigenação que também não caía bem aos olhos de João Ribeiro, o fantasma da decadência atingiria também aquela nação que até então mais bem se referendava no concerto civilizacional. A conclusão é sintomática. A civilização se exaurira e encontrava seu fim: “A Alemanha é e será (...) um elemento poderoso, talvez o mais poderoso, da *destruição* organizada nesse fim de civilização.”<sup>408</sup>

Resoluções pessimistas e impasses quanto ao futuro, como estes do relato de João Ribeiro, denotavam uma preocupação relativamente comum entre os escritores que colaboraram com a *Revista Brasileira* naquele momento. Na realidade, a assim chamada “questão social” exercerá papel preponderante na redefinição do papel e da atuação do letrado então. Ao trazer o debate sobre essa questão para o interior do seu grupo, os letrados visavam recuperar o protagonismo público de outrora, e é assim que o trato do social aparece como alternativa para se comportar criticamente perante a sociedade que os

<sup>403</sup>RIBEIRO, João. *Op. Cit.* Tomo XIV, pág.183.

<sup>404</sup>*Idem.*

<sup>405</sup>*Ibidem*, pág.189.

<sup>406</sup>*Idem.*

<sup>407</sup>*Idem.*

<sup>408</sup>*Ibidem*, pág.191. Itálico nosso.

marginalizava.<sup>409</sup> A literatura, então principal via de expressão do letrado, irá repercutir de forma direta essa busca por novos canais de atuação. Mais que isso, a literatura é investida mesmo de uma missão social, uma missão de subversão da institucionalidade excludente.

Um traço geral, e por isso mesmo limitado, mas capaz de oferecer uma chave de compreensão para essa junção entre literatura e sua missão social, é aquele do pressuposto *realista* de uma literatura analítica e desmascadora.<sup>410</sup> Descrente e desconfiada da concepção romântica da fantasia “criadora”, essa literatura irá valorizar um historicismo arqueológico em busca de leis e, seguindo a recomendação de Verlaine, seria preciso “torcer o pescoço da eloquência”.<sup>411</sup> Jazia sobre essa “literatura participante” o desejo de traduzir os sentimentos coletivos e se comportar como um autêntico *inventário* da realidade. Por certo existiram fissuras a essa descrição generalista e nem mesmo é o objetivo aqui caracterizar fielmente a literatura do final do XIX sob apenas este traço, mas o modo particular de aproximação da literatura com o trato da “questão social” parece ser preponderantemente este.

José Veríssimo é um daqueles que identifica rapidamente o instinto da literatura para apreender as sutilezas de um novo tempo. Em resenha ao então recém publicado “Livro de uma sogra” (1895), de Aluísio de Azevedo, o diretor adverte que aquela obra seria a primeira em solo brasileiro a questionar alguns pilares da tradicional organização social do país. Para ser mais preciso, Veríssimo falava aqui das dúvidas trazidas à cena pela obra de Azevedo em relação ao casamento e ao modelo de organização familiar. A forma pela qual o diretor decide adentrar ao tema parece sintomática: “O nosso tempo dominado pela tão malsinada ‘anarquia mental’, tudo pôs em discussão.”<sup>412</sup> Como *inventário* da realidade, a literatura apreendia o movimento desse novo tempo em todas as suas formas. Assim Veríssimo identifica que, se no Brasil o livro de Azevedo seria supostamente aquele que pela primeira vez coloca em discussão um pilar da tradição como a organização familiar, em países como Inglaterra, Alemanha e Rússia este já era fartamente explorado. Na Inglaterra o romance é o

<sup>409</sup>SEVCENKO, Nicolau. *Op.Cit.*, pág.93.

<sup>410</sup>MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**. Breve História da Literatura Brasileira. São Paulo: E-relizações, 2014, pág.179.

<sup>411</sup>*Apud* MERQUIOR, *Op.Cit.*, pág.179.

<sup>412</sup>VERÍSSIMO, José. A questão do casamento. Tomo IV, **Revista Brasileira**, 1895, pág.109.

“prolongamento da tribuna, da cátedra”; A Rússia, “pela desconexão entre a cultura de uma minoria e a vasta massa é tão propícia às manifestações das ideias mais radicais e mais revolucionárias”; Na Alemanha, “onde o socialismo crescente põe cada dia em questão toda a organização social.”<sup>413</sup>

A consciência social da literatura não emergiria no Brasil até a obra de Aluísio de Azevedo, segundo José Veríssimo. Até então a “questão social” e os distúrbios decorrentes da complexificação das relações não havia afetado uma instituição tão arraigada quando aquela do casamento: “A nossa mulher sendo ainda, e felicissimamente, a mesma antiga e boa e prestimosa companheira, modesta e inculta, sujeita-se de boa mente às inevitáveis dificuldades, mesmo aos desgostos e desilusões que acaso lhe trouxe o casamento.”<sup>414</sup> Era na obra de Aluísio de Azevedo propriamente que a “solução anarquista” da nova sociedade colocava em jogo a organização da família brasileira que, segundo a ótica positivista, era a que mais respeitava o modelo a ser alcançado.

As transformações no seu papel e no lugar social da mulher aparecem não só no texto de José Veríssimo, mas em vários artigos da *Revista Brasileira*. Predominantemente tais transformações vêm sempre associadas ao signo do “novo” e da imagem de um futuro possível a ser inaugurado. Inaugurava-se também a disputa sobre os significados desse “novo tempo”, intercalando relatos otimistas sobre a emancipação feminina e outros mais preocupados com a imprevisibilidade de transformações tomadas por um tempo em convulsão que progressivamente cortava os laços com o passado.

A busca por um espelho do futuro, algo que oferecesse algum grau de previsibilidade sobre onde desaguaria o caminho tomado por tais transformações, aparece na revista mediado por um “outro” chamado Estados Unidos da América. Ex-colônia, tal como o Brasil, os Estados Unidos guardariam um princípio de desenvolvimento histórico em certa medida similar ao deste país, de modo que o impacto que as transformações de uma sociedade em ebulição (e aqui mais particularmente a questão do lugar social da mulher) tinham América do Norte, cedo ou tarde assumiriam formas parecidas também por aqui. Era o que garantia o escritor e pedagogo Alfredo Alexander:

---

<sup>413</sup>*Ibidem*, pág.110.

<sup>414</sup>*Ibidem*, pág.111.



A mulher norte americana é típica da evolução por onde vão passar – com as diferenças impostas pelo meio – as nossas gentis brasileiras, as quais em futuro não muito remoto também escutarão a eloquência das suas oradoras e, quiçá, mandarão para representa-las jovens bonitas para a Câmara dos deputados e solteironas experientes para o Senado.<sup>415</sup>

Ao retornar daquele país após representar oficialmente o Ministério das Relações Exteriores, o historiador e diplomata Oliveira Lima não só elogiava o espírito dirigido ao trabalho do povo norte americano, como enfatizava o papel central que as mulheres passavam a representar numa organização social em transformação. Não se justificaria, segundo Oliveira Lima, o temor de que, uma vez independentes, essas mulheres se esqueceriam das obrigações firmadas com o casamento: “A mulher americana é tão excelente mãe de família como a mulher francesa ou a brasileira.(...) Sua independência não significa pois desamor, como poderá qualifica-la a sentimentalidade latina: significa amor próprio, energia e caráter.”<sup>416</sup>

Relatos e impressões menos otimistas e mais preocupados com o possível efeito dominó lançado pela emancipação feminina numa organização social em crise também estavam presentes. Aliás, uma avaliação justa deve estar particularmente atenta às tensões que vão compondo o vocabulário da “novidade”, entrecruzando a perspectiva por um lado entusiasta que leva a assumir o atrativo gerado pelo “novo” nos sujeitos e, por outro, mais cética que entende o novo como uma forma de ilusão, simples variação de uso e função de elementos já no fundo disponíveis.

Se alterar esse processo desencadeado pela contínua expansão e ocupação do espaço público pelas mulheres não seria possível, tal como afirma outro colaborador da revista – o desconhecido Arthur Mac Donald –, a requisição era para que ao menos o grau de fissuras provocadas por essa nova ordem acontecesse de uma maneira gradual e evolutiva. O recurso a uma desaceleração temporal para o enfrentamento da assim chamada por Mac Donald “questão feminista”, implicava que as tendências desestabilizadoras daquele tempo podiam ao máximo ser retardadas, mas não propriamente encerradas:

<sup>415</sup>ALEXANDER, Alfredo. Girls Who Answer Personals by Arthur Mac Donald. Tomo X, **Revista Brasileira**, 1897, p.317.

<sup>416</sup>OLIVEIRA LIMA, Manuel. Primeiras Impressões dos Estados Unidos. Tomo VII, **Revista Brasileira**, 1896, pág. 340.

Seja qual for o nosso pensar, o desenvolvimento da mulher provavelmente há de progredir até que ela alcance todos os privilégios do homem. Seria talvez melhor que o progresso fosse gradual, porque, como no reino vegetal, o crescimento demasiado rápido prejudica os frutos.<sup>417</sup>

A metáfora organicista aparece como um módulo possível de administração das fissuras temporais provocadas pelos abalos da “questão social”. Relatos como o de Oliveira Lima e Mac Donald demonstram certo tom de ajustamento e adequação àquelas transformações correntes, de modo a inseri-las num movimento que cedo ou tarde cumpriria seu objetivo. Há, entretanto, relatos como o do também obscuro colaborador M. de Bethencourt que custa a aceitar aquele ritmo acelerado de transformações e narra seu presente como tomado pelo mais absoluto sentimento trágico. Adverte que o sentimento mais presente então seria o da misoginia, mas não propriamente pelo homem negar à mulher o alcance de novos direitos, e sim misoginia por apoiar a uma dita causa feminista que, ao fim e ao cabo, iria à contramão daquele que seria o sentido imanente do ser feminino, que era o da inferioridade biológica frente ao homem: “o misoginismo hodierno não detesta a mulher como indivíduo, mas odeia-a como mulher, isto é, como ser biologicamente inferior ao homem.”<sup>418</sup> Uma prosa que pode parecer dolorida aos olhos de hoje, mas que certamente revela alguns estratos daquela experiência do tempo.

A crise instaurada no presente seria decorrência direta do esvaziamento de um conjunto de normas orientadoras: “A família hodierna é posta em discussão, submetida à crítica, exatamente como se não tivesse passado ético-histórico, como se nenhuma raízes a prendessem aos tempos.”<sup>419</sup> Simultaneamente, o homem misógino e a mulher que esquecia seu papel social e histórico, compunham um tempo ameaçado por um dos sentimentos mais desconfortáveis ao homem: a incapacidade de antecipação temporal e controle do imponderável. Não parece

<sup>417</sup>Mac DONALD, Arthur. As mulheres intelectuais e o casamento. Tomo IX, **Revista Brasileira**, 1897, pág. 244.

<sup>418</sup>BETHANCOURT, M. Um aspecto da questão feminista. Tomo VII, **Revista Brasileira**, 1896, pág.238.

<sup>419</sup>*Ibidem*, pág.234.

circunstancial que Bethencourt assim comece o seu relato: “Este fim de século, carregado e sombrio (...)”.<sup>420</sup>

#### 5.4 Os tempos do Brasil: a mestiçagem e os limites da ciência

Há um considerável risco quando o historiador chama para si a responsabilidade pelo uso de um termo como aquele de “geração”, que objetiva traduzir em uma mesma equação o tempo interno do indivíduo e o tempo público dos “outros”, se é que é possível falar claramente deste segundo caso. Isto pressuporia, de alguma forma, uma quase simultaneidade da consciência de si do indivíduo e do “outro”, ou seja, um fluxo temporal que acompanharia um e outro enquanto eles duram juntos. O risco mais evidente aqui seria aquele de que meu simples contemporâneo seja alguém que sei que existe comigo no tempo, mas de quem não tenho nenhuma experiência imediata.<sup>421</sup> Em resumo, o uso do termo “geração” implicaria uma necessária e resistente reconstrução histórica que suportasse com uma importante materialidade afirmações que se pretendessem assim gerais. Ainda assim, ora uma ou outra se defrontariam com limites e impossibilidades. A precaução frente a um risco de tal proporção teria como virtude preservar o passado na sua pluralidade de experiências que foi ele capaz de comportar.

Se nos colocarmos o objetivo não propriamente de reconstruir modelos e visões holísticas, mas sim problemas, um novo horizonte de possibilidades se abre para o historiador. É sob tal perspectiva que parece ser interessante levantar questionamentos sobre o grau de compartilhamento de uma dada experiência entre os letrados e colaboradores da *Revista Brasileira* nestes anos derradeiros do século XIX. Um breve olhar sobre uma obra seminal a respeito da vivência e criação cultural na Primeira República permitiria introduzir de modo adequado a questão.

Nicolau Sevcenko, em dado momento, definia da seguinte maneira as linhas gerais de comportamento da, por assim dizer, “geração de 1870”:

<sup>420</sup>*Ibidem*, pág.233.

<sup>421</sup>RICOEUR. Paul. A sequência de gerações. In: \_\_\_\_\_. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

(...) os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da ‘geração modernista de 1870’ era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do Império e pregar as grandes reformas redentoras: a abolição, a república, a democracia.<sup>422</sup>

A principal referência de Sevcenko seria a Escola de Direito de Recife e seus expoentes Tobias Barreto, Silvio Romero, Clovis Bevilacqua, Artur Orlando, além de outros como Graça Aranha, Araripe Jr e Capistrano de Abreu; boa parte deles colaboradores da revista, o que nos irá oferecer assim uma boa base de comparação. Todos representantes de uma dada “europeização do pensamento”, uma vez que era na Europa onde as transformações capitais das sociedades humanas aconteciam.<sup>423</sup> A modernização das estruturas política e social do país, sempre de olho na Europa, teria como “dois parâmetros básicos de toda a produção intelectual o *cientificismo* e o liberalismo”.<sup>424</sup> Não é o caso aqui de realizar um grande bosquejo crítico sobre a tese de Sevcenko, já um tanto quanto conhecida e razoavelmente confrontada.<sup>425</sup> Nos atermos a este argumento de Sevcenko possibilita, ao menos, que algumas questões evidentes na *Revista Brasileira* tomem uma forma bastante singular. A descrição otimista do autor a respeito da dita “geração de 1870” como defensora de uma “agenda positiva” e bem delimitada de transformação do país, incorre no risco anteriormente alertado da construção de um grande modelo unívoco. E isto principalmente por duas vias que serão agora destacadas, atestando uma complexidade e originalidade na formulação de algumas questões por parte daqueles letrados até aqui escassamente consideradas.

<sup>422</sup>SEVCENKO, Nicolau. *Op.Cit.*, pág.78.

<sup>423</sup>*Ibidem*, pág.82.

<sup>424</sup>*Ibidem*, pág.83. Itálico nosso.

<sup>425</sup>Neste sentido uma obra interessante é aquela de Angela Alonso que, ao se defrontar com os modelos explicativos operacionalizados pela dita “geração de 1870”, identificava que a relação dos letrados brasileiros com as referências europeias sempre passava pela funcionalidade e eficácia que tais referências possibilitavam para se interferir no debate público brasileiro. Ou seja, no intento de desestabilizar o *status quo* da “geração” que os precedia e das estruturas institucionais do Império, aqueles letrados se apropriavam dos modelos alheios somente na medida em que estes se demonstravam aptos para a nova circunstância em que era exigido. Não se aplicava então o caso de uma absolutamente servil recepção de ideias. ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Império.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Eis a primeira via (destacada na seção 5.5): na revista, antes mesmo da malfadada subserviência a um modelo científico europeu capaz de fornecer as linhas orientadoras de emancipação do país, podemos identificar uma dúvida fundamental em relação às possibilidades explicativas daquela ciência então corrente, isto quando não era colocado em questão também o que é que se estava chamando de ciência naquele momento. Mais que isso, e aqui está a segunda via (destacada na seção 5.6), põe-se em discussão a capacidade de um conjunto de questões levantadas por um pensamento alheio de explicar a extremamente singular formação histórica brasileira. Tais observações nos permitem adentrar a uma face múltipla daquele contexto que duvidava radicalmente da absolutização do pensamento científico e de uma formulação generalista da teoria da evolução, deixando em aberto um conjunto de questões, dúvidas e temores que revelam uma experiência do tempo significativamente mais plural do que foi até aqui descrita.

### **5.5 Modelos de apropriação: a ciência e sua recepção na *Revista Brasileira***

O protagonismo da teoria da evolução, do darwinismo e do conhecimento centrado ao redor das ciências naturais nas décadas que encerram o século XIX é já por demais conhecido. Da mesma maneira que não nos parece estranho quando lemos que “o desdobramento a nível mundial da cultura europeia forçava no sentido de uma europeização das consciências”<sup>426</sup>, de modo que os letrados em um país em busca da “modernização”, como o Brasil, se colocavam como os representantes do “espírito da época”, atuando para ajustar o descompasso entre um Brasil real e o Brasil desejado. Era a busca por adequar-se àquilo que aparecia como a mais nova carta de princípios do desenvolvimento civilizacional.

Não era incomum encontrar naquele momento um modelo de apropriação dos referenciais teóricos europeus até certo ponto subserviente e que daria amplo sentido a argumentos como aquele já aqui mencionado de Nicolau Sevcenko. Textos como o de Alonso Adjunto dão o tom desse modelo de leitura. Na edição de fevereiro de 1896, este escritor publicava na *Revista Brasileira* uma avaliação da obra do evolucionista inglês Herbert Spencer no que diz respeito ao seu

---

<sup>426</sup>SEVCENKO, Nicolau. *Op.Cit.*, pág.82.

impacto sobre o pensamento então contemporâneo. Para Adjunto, qualquer reconstrução histórica da segunda metade do século XIX deveria partir de um pressuposto muito preciso: “É provável que para o historiador do futuro a segunda metade do século XIX se apresente principalmente com a era da evolução. Foi durante esse período que o conceito evolucionista realizou a conquista do mundo.”<sup>427</sup>

Haveria, contudo, um grave engano naqueles que identificavam em Darwin o fundador dessa corrente de pensamento. Para Adjunto, “a esfera de Darwin foi apenas a vida orgânica: o universo foi a do seu rival. A Spencer que devemos a doutrina geral da evolução no seu conjunto; de Darwin procede apenas o princípio secundário da seleção natural.”<sup>428</sup> A diferença entre Darwin e Spencer ainda diria respeito a abrangência das suas reflexões, uma vez que, enquanto o teórico da seleção natural se restringia ao campo da vida animal, vegetal e humana somente do ponto de vista anatômico e fisiológico, Spencer era capaz de observar a evolução nos “sóis e nos mundos, nas plantas e nos animais, nos espíritos e nas ideias, nas sociedades dos homens e em variados produtos da humana organização.”<sup>429</sup> Era mister ainda tornar clara a diferença entre o evolucionismo e o darwinismo, de modo que, ainda que Darwin não houvesse levado a cabo sua obra, Spencer teria formulado da mesma maneira sua teoria sintética da evolução.

Chama a atenção no argumento desenvolvido por Adjunto primeiramente a filiação e o reconhecimento do protagonismo da teoria da evolução na segunda metade do século XIX, mas sobressalta-se ainda mais a sua falta de interesse em ir mais a fundo a respeito da proficuidade dessa teoria, de testar os seus limites. Interessa a Adjunto descobrir quem teria fundado essa “benção” que colocou a humanidade agora passível de ser avistada sob um único critério. O século XIX era o século da evolução e fora Spencer, mais que Darwin, quem mereceria os louros da vitória. Óbvio que o fundamental aqui não é imputar a Adjunto como ele deveria ou não se comportar, escrevendo uma “história das ausências”. Porém, ficará evidente que, uma vez confrontado com outros textos exibidos pela revista, o argumento de Adjunto se tornará razoavelmente obsoleto e aquém do nível de complexidade dos outros casos.

<sup>427</sup> ADJUNTO, Alonso. Herbert Spencer e sua obra. Tomo V, **Revista Brasileira**, 1896, pág.302.

<sup>428</sup> *Idem*.

<sup>429</sup> *Ibidem*, pág.303.

Havia outro modelo de apropriação que trazia para o centro do debate questionamentos de uma ordem distinta. Colocava-se sob análise a natureza do conhecimento científico, seus pressupostos, limites e possibilidades. A imersão num texto até hoje pouco conhecido na historiografia brasileira nos ajudará nessa tarefa de reconstrução dos horizontes de expectativas em relação ao alcance e as implicações da ciência oitocentista.

Professor de filosofia do direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mas de formação na congênere do Recife, Fausto Cardoso (1864-1906) trazia para os leitores da *Revista Brasileira* um questionamento que estaria na raiz da fundação da história enquanto uma disciplina no século XIX: afinal, é a história uma ciência? A pergunta retórica de Cardoso tinha, contudo, uma dúvida de fundo que daria outra face a esse questionamento. Diz Cardoso: “a questão de saber se a história constitui uma ciência, implica evidentemente a de saber ‘o que é uma ciência?’”<sup>430</sup> Colocar tal questão *sub judice* não pode ser algo menosprezado na medida em que Fausto Cardoso estaria dialogando com uma comunidade linguística que, em boa parte, acreditava firmemente no poder de solução oferecida pela guinada científica. Cardoso dialogava especialmente com seu público da Faculdade de Direito que vivenciava nesse momento a definição do Direito como uma ciência do social e sua respectiva reconstrução histórica mediada por leis do desenvolvimento.

Um questionamento de tal natureza não leva Fausto Cardoso a se furtar, contudo, de esboçar uma definição de ciência: “o corpo de doutrina, o conjunto de princípios, a teoria que, em relação a um grupo determinado de fenômenos, é capaz de verificações e previsões certas e indubitáveis.”<sup>431</sup> Todavia, tal definição é propriamente uma introdução para o profundo questionamento que se segue à respeito do real potencial do conhecimento científico para espelhar a natureza nas suas mais diversificadas formas. Era como se ruísse todo aquele conjunto de leis e princípios quando confrontados com a instabilidade dos seus objetos:

Mas, como poderá refletir-se no pensamento, resumir-se em conceitos lógicos, exteriorizar-se e tomar corpo numa teoria, uma natureza que só aparece aos nossos olhos fragmentada na

---

<sup>430</sup>CARDOSO, Fausto. A ciência da história. Tomo I, *Revista Brasileira*, 1895, pág.237.

<sup>431</sup>*Ibidem*, pág.238.

pluralidade infinita de fenômenos instáveis, móveis, variáveis, agitada, contínua e eternamente em mil direções opostas, uma natureza, cujo aspecto muda em cada forma, em cada manifestação, sem unidade visível, sem corpo, conjunto monstruoso de elementos distintos, opostos, contraditórios.<sup>432</sup>

Com tais dúvidas de fundo, Fausto Cardoso retorna ao seu problema inicial a respeito dos elementos que caracterizariam ou não a história enquanto uma ciência. Ao imergir no interior dos discursos que compunham o conhecimento histórico naquele momento, isto é, na definição de Fausto Cardoso, o empirista, a filosofia da história e o naturalismo, o autor chegava à conclusão de que as três vias eram igualmente incapazes de oferecer algum grau de previsibilidade e princípios que, de algum modo, caracterizariam o *modus operandi* científico.

As três formas assumidas pelo conhecimento histórico, cada uma com sua deficiência particular, eram tratadas por Cardoso sob a mesma ótica da impossibilidade de atestar dados precisos. Os empiristas, e aqui Cardoso menciona particularmente Mommsen e Ihering como expoentes do historicismo alemão, ao se atentarem demasiadamente para uma dimensão descritiva da história, perdiam a capacidade de identificar leis e regularidades que seriam imprescindíveis para o atestado científico:

Mas que importa para a explicação da história que Mommsen e Ihering tivessem reconstituído a civilização romana de um modo tão exato que se poderia dizer a ressurreição ideal do povo rei, se com essa recomposição eles não formularam as leis que regem a história.<sup>433</sup>

O mesmo limite, mas por outra via, acometia os filósofos da história. Herdeiros do providencialismo, estes elaboravam as mais diversas teorias, mas que em última instância jamais tomavam um corpo duradouro ou fundiam-se na vida prática. Correntes como aquela do idealismo alemão padeciam de uma “descorrelação entre os princípios de sua teoria e a realidade histórica, entre a organização social idealizada e a que se realiza na prática.”<sup>434</sup> Naquilo que era o

<sup>432</sup>*Ibidem*, pág. 239.

<sup>433</sup>CARDOSO, Fausto. *Op. Cit.*, Tomo II, **Revista Brasileira**, 1895, pág. 77.

<sup>434</sup>*Ibidem*, pág. 80.



mérito dos empiristas, os filósofos se descuidavam por não se “preocupar com os fatos, por nunca ter descido ao terreno das observações e da experiência.”<sup>435</sup>

A terceira corrente, os naturalistas, eram aqueles que mais radicalizam a tentativa de aproximação da história com uma ciência. Leitores de Montesquieu e seu determinismo climático, estes buscavam as constantes da história em variáveis como clima, raça, fisiologia, etc. Tal naturalismo histórico, do qual Spencer era o principal expoente, explicava “pelas leis da vida, a regularidade dos fenômenos sociais, confundido assim a natureza com a história, e reduzindo a ciência social a um capítulo da biologia.”<sup>436</sup>

No encerramento do seu ensaio a conclusão de Fausto Cardoso não poderia ser diferente, a história nos seus mais diversos discursos não atingiria o grau de ciência: “em nenhuma das hipóteses repousa sobre a larga base das experiências e das observações, não resulta da concentração lógica dos fatos em princípios. (...) Não é uma ciência, é um montão de fatos, coberto por uma rede de conjecturas.”<sup>437</sup>

Para chegar à conclusão de que a história não era uma ciência Cardoso não precisava ter absolutamente definido os critérios de uma ciência, ainda que defendesse arduamente que a ciência se faria mediante um conjunto de princípios, teorias capazes de verificações e previsões.<sup>438</sup> Bastava a Cardoso reconhecer que em todas as suas três formas mencionadas a história sempre via seu objeto escorrer pelas mãos, de uma forma ou outra. A sutileza de todo seu ensaio está em perceber como pouco a pouco as dúvidas trazidas pelo conhecimento histórico vão reorganizando seu próprio ideal de ciência. Em última instância, é o próprio discurso histórico, prenhe de incertezas, incoerências e incapaz de prever, que possibilita a Cardoso avistar os limites de uma ciência e os paradoxos que ela deveria ora ou outra enfrentar.

Talvez fosse possível ir ainda mais adiante e afirmar que é o próprio ímpeto cientificista que terá como reação imediata nesse momento a fundação das ciências humanas e sua escolha por privilegiar a particularidade do fenômeno humano e impossibilidade de expansão imprudente das ciências naturais. O juízo de Fausto Cardoso em relação à história era similar àquela do diretor José

<sup>435</sup>*Ibidem*, pág. 88;

<sup>436</sup>CARDOSO, Fausto. *Op. Cit.*, Tomo III, **Revista Brasileira**, 1895, pág.58.

<sup>437</sup>CARDOSO, Fausto. *Op. Cit.*, Tomo IV, **Revista Brasileira**, 1895, págs.153-154.

<sup>438</sup>CARDOSO, Fausto. *Op. Cit.*, Tomo I, **Revista Brasileira**, 1895, pág. 251.

Veríssimo perante uma das suas áreas de maior interesse: a pedagogia. Em texto lido na sua aula inaugural no Instituto *Pedagogium* no Rio de Janeiro e posteriormente publicado na *Revista Brasileira*, Veríssimo recordava que a Pedagogia de forma alguma poderia ser enquadrada nos termos de uma ciência:

Não pode a pedagogia pretender o título de ciência. (...) como é sabido os preceitos pedagógicos variam consideravelmente no tempo e no espaço, variam ainda conforme o objetivo da educação, a idade, a raça, a condição social, o estado físico e moral daqueles cuja educação pretendemos fazê-los servir.<sup>439</sup>

Ainda que José Veríssimo ao fim determine que a Pedagogia mais fosse uma ciência do que uma arte, reificando uma concepção já então significativamente presente e comum, vê-se a abertura de uma fissura através do reconhecimento de que haveria necessariamente uma dimensão inacessível à precisão científica. A este ponto, Fausto Cardoso e José Veríssimo atestam um modelo de leitura e apropriação do referencial científico razoavelmente distinto daquele apresentado por Alonso Adjunto. Ou seja, seus argumentos deixam implícita uma experiência relativamente mais complexa que aquela de um olhar unívoco para as mais recentes tendências científicas europeias, ou até mais que isso, colocar sob discussão a própria certeza de uma unilateralidade emancipatório do saber científico.

Na *Revista Brasileira* havia espaço também para dúvidas de uma ordem ainda mais radical. Do desconhecido “Dr. Paula Lopes” encontramos o testemunho de uma arguta crítica à obra de Herbert Spencer e seu ímpeto em traçar paralelos entre um organismo social e a vida do reino animal. Paula Lopes iria ainda mais longe ao ver na obra do evolucionista inglês a condensação dos pretensos intuitos da ciência moderna em ter uma “posse definitiva” sobre o real. Ao tomar contato com *Problemas de Moral e Sociologia* de Spencer, é que emergiria a pergunta fundamental: “Será a sociedade um organismo?”<sup>440</sup> Questionamento este que será respondido com boa dose de ironia por parte do colaborador da revista. Ironia porque, sob aos olhos de Paula Lopes, tal questionamento guardava um tom absurdo por comparar toda a complexidade da sociabilidade humana com o reino zoológico.

<sup>439</sup>VERÍSSIMO, José. A Pedagogia. Tomo II, *Revista Brasileira*, 1895, pág. 312.

<sup>440</sup>PAULA LOPES. A Sociedade como organismo. Tomo XII, *Revista Brasileira*, pág. 13.

Para maior exatidão, Paula Lopes não desautorizava tal paralelo, entretanto reconhecia a urgência de não expandir a alegoria de modo a reduzir o corpo social, aquele “de compleição muito mais vasta e complicada do que a desses elementos.”<sup>441</sup> Sua proposta de uma ciência não reducionista encontrava no exemplo de Herbert Spencer o descuido com a indução alertada por Paula Lopes:

Certo é, porém, que o sociólogo inglês vê na humanidade uma multidão de núcleos, no tempo e no espaço, em série idêntica à biologia desde o protozoário Bueshmen, por exemplo, até o vertebrado inglês, ou antes, a Inglaterra com Câmara dos Comuns e caminhos de ferro e os fios telegráficos: cérebros, artérias e nervos!<sup>442</sup>

O argumento de Paula Lopes parecia dotado de uma sofisticação então razoavelmente incomum e adentrava numa crítica ao cerne do projeto científico moderno em oferecer explicações totalizantes. Tal objetivo segundo o autor esbarrava num pressuposto claro: “a posse absoluta da realidade é um sonho ontológico. Aproximarmos dela tanto quanto baste as nossas necessidades de toda ordem, é tudo o que possamos aspirar.”<sup>443</sup> De tal modo que as pretensões de uma corrente científica então privilegiada como aquela do racionalismo, por exemplo, “fazia da estreita noção de raça o centro capital de suas explicações fáceis.”<sup>444</sup> Esbarravam tais pretensões, segundo Paula Lopes, num pressuposto fundamental, a saber: “entre o homem biológico e o homem social interpõe-se a humanidade.”<sup>445</sup>

Ainda mais problemático para Lopes era a forma pela qual o Evolucionismo, seja aquele spenceriano ou qualquer outra corrente que dele se apropriava, acabava por absolutizar a noção de progresso como categoria atemporal. A Paula Lopes o progresso estava longe de ser uma categoria liquidada e clara, permanecendo alvo de disputa e, em último caso, subjetiva: “a noção de progresso se nos antolha assim mais subjetiva do que mesmo a de ordem”.<sup>446</sup> Tão subjetivo ao ponto que todas as transformações, mesmo as mais simples mudanças, poderiam em si representar uma infinidade de questões, da decadência

---

<sup>441</sup> *Idem.*

<sup>442</sup> *Ibidem*, pág. 22

<sup>443</sup> *Ibidem*, pág. 15.

<sup>444</sup> *Ibidem*, pág. 15

<sup>445</sup> *Ibidem*, pág. 18.

<sup>446</sup> *Ibidem*, pág. 18.

ao próprio progresso. Mas a absolutização do progresso como única forma de sentido assumida pela mudança era para Paula Lopes o mal da corrente evolucionista. Esqueciam estes que “o que para nós é progresso, torna-se uma grave perturbação para outras espécies.”<sup>447</sup>

A ciência evolucionista terminava, conclui Paula Lopes, por reificar assim um conjunto de dogmas e categorias pré-concebidas ao melhor estilo da metafísica que, a princípio, visava substituir. Estabelecia-se uma paródia do teleologismo que substituía Deus pela Natureza: “o naturalismo metafísico transportou essa noção de evolução para o mundo exterior, tornando-a assim absoluta”.<sup>448</sup> Perdia-se assim a proficuidade maior do evolucionismo que seria compor uma ciência que muito mais questionasse dogmas do que apresentasse verdades infalíveis. Por fim, “dentro do absolutismo da doutrina evolucionista (...) um simples instrumento lógico para facilitar a especulação, tornou-se lei objetiva, real.”<sup>449</sup> Paula Lopes e os demais colaboradores da *Revista Brasileira* que se propunham a fazer uma avaliação crítica do “momento científico” pareciam concluir que a ciência, o progresso e suas “agendas emancipatórias” eram tudo menos que um debate já encerrado.

## 5.6 Afinal está o Brasil aquém ou além da ciência?

A descrição de que o ímpeto modernizador das estruturas política e social do país levado a cabo pela “geração de 1870”, sempre de olho na Europa, teria como um dos seus parâmetros básicos de produção intelectual o *cientificismo* encontra na *Revista Brasileira* um precedente que torna tal descrição algo significativamente limitado. Não que o *cientificismo* não ocupasse posição privilegiada na revista<sup>450</sup>, mas tomado apenas na sua dimensão mais auto evidente

<sup>447</sup> *Ibidem*, pág. 19.

<sup>448</sup> *Ibidem*, pág. 19.

<sup>449</sup> *Ibidem*, pág. 22.

<sup>450</sup> Neste sentido, merece destaque o estudo de Moema Vergara a respeito dos projetos de vulgarização científica nas décadas finais do século XIX, com especial atenção a instituições como o Museu Nacional e periódicos como a própria *Revista Brasileira*. No âmbito de tais projetos, segundo Vergara, estavam a crença numa ciência sem limites e a mescla de correntes como aquela do evolucionismo e do positivismo. Com efeito, a “vulgarização” da ciência se comportava assim como instrumento de educação nacional e difusão das luzes em um país que ainda sequer saíra do analfabetismo. A tese de Vergara esbarra, contudo, na pouca ênfase nos “não ditos” e numa dimensão menos bem acabada e auto centrada daqueles projetos. Ou seja, sua opção – evidentemente válida – por textos da *Revista Brasileira* que evidenciem o *cientificismo* daqueles

oculta uma pergunta fundamental que circundava aqueles letrados: estava o Brasil aquém ou além da ciência corrente?

Uma pergunta de tal ordem traz como principal implicação a dúvida sobre a imposição de apenas uma única via de inteligibilidade para a pluralidade humana e para as mais diversas formas de experiência do tempo possíveis. Neste sentido, o caso brasileiro se apresentava muito mais como aquele de uma confluência de tradições, de um amálgama de culturas e temporalidades do que propriamente aquele do progressismo linear e auto centrado da ciência evolucionista. As variações em torno dos modelos de apreensão e operacionalização do arsenal científico tornam-se assim um importantíssimo índice para uma possível reconstrução daquelas experiências.

Era Sílvio Romero um dos maiores entusiastas desta pergunta-título fundamental. De prosa por vezes preñe de um cientificismo ardoroso, Romero, entretanto, era quem levava mais a fundo os questionamentos sobre a excepcional singularidade histórica da formação cultural e racial brasileira. Romero “introduz dados novos como o fator racial e o mestiço, na interpretação da vida nacional; os estudos da cultura brasileira demoraram a absorvê-lo, tendo de aguardar a exploração modernista, para admitir a mestiçagem e a confluência dos povos”.<sup>451</sup> A circunstância brasileira forçava então Romero a problematizar o critério cientificista e abrir caminho para uma compreensão renovada do fenômeno da miscigenação no país.<sup>452</sup>

Confrontando-se com um tema particular – se pode ou não a história se repetir – Sílvio Romero apresentava aos leitores da revista um argumento a favor da total excepcionalidade histórica pela qual passava a experiência brasileira naquele fim de século. Em “O Haeckelismo em Sociologia”, Romero dizia testar a eficácia da tese segundo a qual o desenvolvimento embrionário do indivíduo (ontogênese) recapitularia a evolução da espécie (filogênese) para o pensamento sociológico. Para avaliar até onde iria tal explicação biológica, Romero dizia

---

autores, acaba por deixar em aberto um conjunto de questões não aparentes que revelam as próprias dúvidas e contradições que permeavam aquele contexto linguístico. Ver VERGARA, Moema. **A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da monarquia para a república.** Tese (Doutorado), PPGHIS, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>451</sup>ZILBERMAN, Regina. Entre duas histórias: de Sílvio Romero a José Veríssimo. *Apud* CASTRO ROCHA, João Cesar de. **O exílio do homem cordial**; ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004, pág.258.

<sup>452</sup>CASTRO ROCHA, João Cesar. *Op.Cit.*

contar com o método etnográfico que faria neste momento a observação sobre o grau de evolução que encontrariam povos e culturas. Seu objetivo era extrair uma conclusão para a seguinte pergunta: podem as novas nações repetir o percurso traçado por suas antigas metrópoles? Tal como a ciência evolucionista apresentava a resposta, Sílvio Romero decretava que só mesmo uma perspectiva muito reducionista seria capaz de defender a possibilidade de uma repetição na história: “a ideia de que a evolução social se repete, no sentido de atravessar ela fases correlatas entre as várias raças e nações, só é verdade numa acepção muito geral e feitas muitas reduções.”<sup>453</sup>

A experiência e a história neste sentido não eram capazes de mostrar um só exemplo da repetição de anteriores fases da evolução. Dentre fenícios, gregos, romanos e suas respectivas colônias, ou mesmo dentre as modernas colonizações de portugueses, espanhóis, ingleses e franceses, “onde está aqui a repetição da história? Não a vemos: a evolução complicou-se apenas e prosseguiu no seu curso; eis tudo.”<sup>454</sup> Os paralelos então traçados entre a experiência europeia e sua “repetitibilidade” na América só apontavam para a total ineficácia da lei: “lhes escapa tudo”, dizia Romero. Neste momento, as pretensões científicas da lei biológica da recapitulação esbarravam na particularidade brasileira e seu exemplo sem precedentes da mestiçagem: “A inventada lei sociológica só pode longinquamente iludir, quando opera em produtos *cruzados*, em casos de *mestiçamentos*.”<sup>455</sup>

Se colocarmos a Sílvio Romero a pergunta sobre a experiência brasileira estar aquém ou além da ciência corrente, parece apontar que o escritor sergipano escolheria neste caso pelo segundo termo: “Um povo, comparado consigo mesmo, nos vários momentos de sua evolução pode aqui e ali passar por algumas *similitudes*, mais ou menos profundas; mas não repete, desdobra-se. Eis tudo.”<sup>456</sup>

Seu companheiro de Escola do Recife, Clóvis Bevilacqua, partilhava de suas impressões. Novamente era a ciência corrente, desta vez as então prestigiadas teses racialistas de Gustave Le Bon, aquela incapaz de se adaptar a unicidade da formação histórica brasileira. A áspera tese de Le Bon previa uma humanidade

<sup>453</sup>ROMERO, Silvio. O Haeckelismo em Sociologia. Tomo XVIII, **Revista Brasileira**, 1899, pág. 208.

<sup>454</sup>*Ibidem*, pág. 222.

<sup>455</sup>*Ibidem*, pág. 226. Itálico do autor.

<sup>456</sup>*Ibidem*, pág. 235.

assim dividida pelas suas raças: primitivas como fogueanos e australianos; inferiores representadas, sobretudo, pelos negros capazes somente de rudimentos de civilização; medianos como chineses, japoneses, semíticos e assírios; finalmente superiores que compreendiam gregos, romanos, hindus e europeus modernos com suas ramificações na América.<sup>457</sup> De tal modo que, ao tentar pensar o problema da miscigenação, que veria alguma de tais raças em contato com as demais, necessariamente havia três condições para que um desequilíbrio não viesse à tona, são elas: que as raças não difiram muito na sua proporção; que não sejam muito desiguais em seus caracteres, que tenham bom tempo de convivência em um meio idêntico.<sup>458</sup>

Se em relação a primeira e a última Bevilacqua tinha pouca ou nenhuma objeção, frente a segunda das condições de Le Bon, o jurista brasileiro encontrava no seu país o exemplo real do ato falho da tese leboniana, uma vez que ali a junção dos díspares elementos africano e europeu formava algo distante do suposto enfraquecimento defendido por Le Bon. O cientista francês tomava por base os relatos do viajante e seu compatriota Agassiz. Este afirmara que “o mestiço brasileiro perdeu as melhores qualidades do branco, do preto e do índio e constitui um tipo indescritível de energia física tão enfraquecida quanto a mental.”<sup>459</sup> O juízo de Bevilacqua neste momento é conclusivo: “Com certeza, não conhece a história brasileira quem escreve sentenças tais.”<sup>460</sup>

As contradições de Le Bon iriam então ainda mais longe. Ao mesmo tempo em que havia afirmado a necessidade de um governo de “mão de ferro” para um país condenado à anarquia, dada sua deficiência racial, Le Bon elevava a monarquia liberal que governava o país antes da instauração da república, como o melhor regime que já apresentou no país. Como seria possível, se perguntava Bevilacqua, a existência de uma monarquia *liberal* em um país fadado a mão de ferro que controlasse a anarquia? O fato é que “somente quem não meditou sobre a história dos povos poderá atribuí-la [a anarquia], seja à nova forma de governo,

<sup>457</sup>BEVILACQUA, Clovis. Gustave Le Bon e a Psicologia dos Povos. Tomo V, **Revista Brasileira**, pág. 333.

<sup>458</sup>*Ibidem*, 334.

<sup>459</sup>*Ibidem*, pág. 337.

<sup>460</sup>*Ibidem*, pág. 337.

seja à malsinada mestiçagem.”<sup>461</sup> Le Bon não conhecia a história, especialmente a história do Brasil.

O argumento sobre a hierarquia racial e os problemas causados pela mestiçagem não eram particularidade de Le Bon e muito menos eram prosa estranha aos letrados brasileiros finisseculares. Tal argumento então extremamente difundido encontrava no caso brasileiro, segundo Bevilacqua, menos que um caso de degeneração e muito mais um exemplo grandioso de uma nova civilização que nascia seguindo a tendência de que os grandes povos se formavam era propriamente não da sua pureza, mas da junção de distintos elementos: “O que, porém, é mais importante afirmar contra a doutrina de Le Bon, é que o conhecimento da história demonstra que as grandes culturas nasceram sempre do conúbio de povos diferentes, do influxo recebido de raças estranhas.”<sup>462</sup>

Mesmo um implacável cientificista como o médico Nina Rodrigues era capaz de reconhecer a unidade do fenômeno representado pela pluralidade racial e cultural brasileira. Seria um equívoco, afirma, que a ciência oficial continuasse olhando para o Brasil com as mesmas regras que impunha a outros espaços, tentando esconder, por exemplo, que os negros na Bahia possuíam uma matriz religiosa extremamente complexa e distante do monoteísmo cristão:

Só a ciência oficial, na superficialidade e dogmatismo do ensino, poderia persistir em afirmar ainda hoje que a população baiana é na sua totalidade uma população monoteísta cristã. Esta afirmação havia de implicar ou o desprezo sistemático no cálculo dos dois terços de negros africanos e seus mestiços que são a grande maioria da população, ou a ingenuidade da nesciência vulgar que se submete cegamente às exterioridades de uma aparência que o exame mais superficial mostra ilusória e enganadora.<sup>463</sup>

Evidentemente que Nina Rodrigues nota a ausência na crença do monoteísmo cristão e a presença do fetichismo politeísta como um sintoma do atraso, como sintoma da “incapacidade psíquica das raças inferiores para as

---

<sup>461</sup>*Ibidem*, pág. 338.

<sup>462</sup>*Ibidem*, pág. 334.

<sup>463</sup>NINA RODRIGUES, Raimundo. O animismo fetichista dos negros baianos. Tomo VI, **Revista Brasileira**, 1896, pág. 75.



elevadas abstrações do monoteísmo”<sup>464</sup>. Isto não o impede, porém, do destaque à profusão de culturas e religiões que se mesclavam na Bahia onde ele vivia. A originalidade do fenômeno era de tal ordem que se acentuava com a transposição das práticas fetichistas “ao solo americano, sotopostas a violência da escravidão, ao catolicismo, ao ensino oficial, diluindo o elemento africano num grande meio social de composição heterogênea.”<sup>465</sup> Um fenômeno inteiramente novo que registrava propriamente o movimento inverso daquele desejado, isto é, ao invés do fetichismo se adaptar às regras do catolicismo, era o catolicismo quem se adequava às ilusões fetichistas num movimento de sincretismo: “Aqui, na Bahia, longe do negro se converter ao catolicismo, é o catolicismo que se adapta ao fetichismo rudimentar do negro que materializa e dá corpo a todos os mistérios e abstrações monoteístas.”<sup>466</sup>

Neste ínterim, era a etnografia como discurso apropriado para se falar do particular que emergia como resposta às pretensões generalizadoras e que insistiam em não reconhecer as especificidades, sejam elas de raça, meio, religião, etc. O também professor da Escola de Recife, João Vieira de Araújo reivindicava que uma legislação adequada ao Brasil somente lograria sucesso quando deixasse de lado o seu caráter oficialesco e reconhecesse a múltipla formação histórica e cultural do país queurgia por uma letra da lei particular:

A etnografia prestará utilidade à legislação para fazer dela um elemento de aperfeiçoamento pela consideração do que fazem os outros povos. Dentro de um mesmo país as variedades que o compõem serão para o caso um fator apreciável.<sup>467</sup>

O impasse estaria, para o autor, na raiz de uma compreensão que atingiria no século XIX patamares jamais vistos, isto é, aquela da existência de uma dita civilização ocidental guiada sob os mesmos princípios, códigos e uma ciência generalista: “parece-me que se exagera a semelhança e a unidade da mesma civilização ocidental”.<sup>468</sup> A esta pretensão de oferecer uma visão holística sobre a civilização ocidental, João Vieira de Araújo respondia com a solução oferecida

---

<sup>464</sup>*Ibidem*, pág. 75.

<sup>465</sup>*Ibidem*, pág. 78.

<sup>466</sup>NINA RODRIGUES, Raimundo. As ilusões da catequese no Brasil. Tomo IX, **Revista Brasileira**, pág. 321.

<sup>467</sup>VIEIRA DE ARAÚJO. João. Etnografia Criminal. Tomo I, **Revista Brasileira**, pág. 362.

<sup>468</sup>*Ibidem*, pág. 363.

pela etnografia no ato de considerar “a diversidade de raças ou outras forças naturais e artificiais”, em que a imposição de uma lei unívoca seria de “eficácia mais aparente do que real.”<sup>469</sup> Sempre associado particularmente à questão racial, o discurso etnográfico se apresentava como algo eficaz na tarefa de apontar os limites ao projeto moderno de uma ciência e uma civilização sempre mais universais.

Identificado o descompasso entre o Brasil legal – o Brasil traçado pelas linhas da ciência – e um Brasil real, profundo, de uma sociedade sempre mais estratificada e complexa, o discurso etnográfico aparecia como forma de classificar temporalmente a população brasileira.<sup>470</sup> Ou seja: à imposição de uma lei evolucionista unilateral que traduzia um processo histórico de sentido único, o discurso etnográfico respondia com a pluralidade do caso brasileiro, dotado de uma diversidade que apontava para a coexistência de elementos característicos de distintas etapas da evolução.<sup>471</sup> Em última instância, a força do discurso etnográfico em esclarecer a complexa história brasileira tornava patente ainda o próprio descaso e ignorância do Estado brasileiro frente o país por ele gerenciado.<sup>472</sup>

A relação entre a vanguarda da ciência europeia e os letrados e colaboradores da *Revista Brasileira* é como se pode ver mais problemática do que a de uma suposta subserviência a dados modelos explicativos. Há testemunhos que vão ainda mais longe, tencionando essa relação e a tornando um índice fundamental para aquela experiência finissecular. É o caso do crítico literário Araripe Junior que reprovava arduamente seus pares Silvio Romero, João Ribeiro e José Veríssimo por se fixarem nas mais recentes linhagens científicas europeias e guardarem ao Brasil somente o olhar cético e pessimista do atraso insuperável.

A João Ribeiro, Araripe reservava a fina ironia de apontar as contradições no diplomata que acabara de voltar da Alemanha munido de uma “bela armadura científica” que fez germinar em seu espírito “um ceticismo cruel, aliás, cheio de simpatias e entusiasmo pela cultura teutônica.”<sup>473</sup> Enquanto João se dizia um anti-

<sup>469</sup> *Ibidem*, pág. 364.

<sup>470</sup> TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado) – PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009, pág.218.

<sup>471</sup> *Ibidem*, pág.219.

<sup>472</sup> *Ibidem*, pág.220.

<sup>473</sup> ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Silvio Romero, Polemista. Tomo XX, **Revista Brasileira**, pág. 357.

patriota e anti-liberal, Araripe o recordava que eram essas duas linhas de forças que então mobilizavam as paixões na Europa e junto com elas o ímpeto imperialista, especialmente da Alemanha de Bismarck. Menos que um sentimento de “americanos, aborígenes primitivos”, o patriotismo era aquilo “que no momento atual as nações civilizadas ou europeias mais acirravam (...) no concurso feroz da apreensão das riquezas produzidas pelos povos ditos coloniais.”<sup>474</sup> As contradições de Sílvio Romero então eram ainda mais latentes, segundo Araripe. Romero, muito aferrado à ciência oficial, construía sua *História da Literatura Brasileira* sob a ótica pessimista de uma nação fadada a um papel secundário pela sua raça mestiça e ainda dependente da migração da raça branca. Assim Araripe ironizava a tese romeriana: “E porque somos, segundo a ciência, um povo secundário, não há senão que esperar a mais completa anarquia política e a mais completa ausência de dotes artísticos e literários.”<sup>475</sup>

Romero e João Ribeiro partilhavam, segundo nos conta, do mesmo fundamentado equivocado, a saber, que o pessimismo seria instrumento do progresso. Enquanto a ciência lhes dizia que era a mestiçagem a causa do atraso do país, Araripe ia à contracorrente e se perguntava se não era a própria raça branca a maior culpada pelas desventuras: “seria ocasião de perguntar se os escândalos de todas as épocas e a política desequilibrada que secularmente nos afligem, tem sido obra de outros, que não os descendentes da raça branca.”<sup>476</sup> Importava afirmar a inadequação de tais teses racialistas para a complexidade brasileira, por mais apadrinhada que elas possam vir “por sábios europeus indiferentes às nossas desventuras.”<sup>477</sup> Casos como o da obra de Gustave Le Bon que subsidiava os argumentos de parte dos letrados brasileiros associando o cruzamento das raças desiguais ao atraso das nações sul-americanas, teriam como motivação algo bastante curioso, isto é, a “angústia latente na Europa e para cujo corretivo [países como] a Alemanha tem buscado remédio na teoria das raças e no darwinismo”<sup>478</sup>.

A angústia que sobrevoava a Europa era, nos dizeres de Araripe, aquela pela busca de um modelo explicativo que autorizasse e legitimasse a ação

<sup>474</sup> *Ibidem*, pág. 358.

<sup>475</sup> *Ibidem*, pág. 359.

<sup>476</sup> *Ibidem*, pág. 360.

<sup>477</sup> *Ibidem*, pág. 363.

<sup>478</sup> *Ibidem*, pág. 362.

colonizadora e imperialista. Assim, os biólogos, “que tudo querem reduzir ao seu ponto de vista de ratos de laboratório”, viam no fenômeno da mestiçagem na América uma chave para justificar a expansão do seu poder. Esqueciam-se, e aqui Araripe mostra grande agudeza crítica, que a própria Europa não guardava a solução perfeita para o progresso e nem mesmo sua ciência tinha completo domínio sobre o que ali ocorria:

Não sirva, pois, o ponto de vista eugênico de pretexto para que as nações adiantadas se precipitem como feras sobre as que se atrasaram um pouco, porquanto não só poder-se-á encontrar nessas mesmas nações surpresas para a ciência e reações inesperadas na política.<sup>479</sup>

Ao fim e ao cabo, concluía Araripe, “todos os exageros científicos têm o seu limite no tempo e no espaço”.<sup>480</sup> Ainda mais quando essa mesma ciência parecia se mostrar tão incipiente para julgar a potencialidade do fenômeno que o Brasil via emergir naquelas décadas finisseculares, em que a multidão de imigrantes que desembarcavam no país encontrava uma sociedade que já por alguns séculos vinha formada sob o signo da pluralidade, seja ela de raça, cultura e de tempos.

A infinidade de relatos e impressões que uma publicação como a *Revista Brasileira* pode trazer inviabilizaria qualquer proposição de um retrato fiel e unívoco da relação dos letrados brasileiros com as correntes científicas europeias e seus aportes de inteligibilidade. Havia, por certo, uma linha tênue entre um cientificismo por vezes ardoroso e o próprio questionamento das suas possibilidades explicativas. Reconstruir as matizes dessa questão torna possível lançar um feixe de luz sobre as múltiplas soluções e dúvidas então em jogo. Até mais que isso, perguntar se o Brasil está aquém ou além da ciência, significava naquele momento conhecer se esse mesmo Brasil é aquele retardatário da temporalidade evolucionista ou propriamente aquele da reunião de elementos disformes, composto por diferentes tradições e de uma temporalidade decididamente mais obscura e difícil de decifrar.

---

<sup>479</sup> *Ibidem*, pág. 365.

<sup>480</sup> *Ibidem*, pág. 364.

## 5.7 Narrativas da experiência: o desconsolo republicano e a descoberta de um novo Brasil

É já bastante difundida pela historiografia a tese segundo a qual os anos finais do século XIX, por uma série de eventos, marcariam um período de singular efervescência e transformações no Brasil e, especialmente, na cidade do Rio de Janeiro. Sabe-se que a capital da república recém-inaugurada era palco de uma completa redefinição em todos os níveis de sociabilidade, de vivência política, de profusão de culturas e experiências. Se a população dessa cidade começara o ano de 1890 somando pouco mais de 520 mil pessoas, o número em 1900 já se aproximaria de 700 mil, com um ritmo de crescimento de 3% ao ano que se manteria até por volta de 1920.<sup>481</sup> Somam-se a esses dados ainda a instabilidade de uma estrutura urbana sempre mais complexa que integrava ex-escravos, imigrantes recém-desembarcados e migrantes de outras regiões do país que vinham atraídos pela crescente industrialização.

Registra-se que nessa mesma década 28,7% da população dessa cidade era nascida no exterior e 26% provinham de outras regiões do país.<sup>482</sup> Não menos importante ainda eram os reflexos políticos de tal ordem de transformações. Uma república militarizada que governava por decretos era chamada a dar conta da instabilidade das demandas de vários segmentos que iam desde os interesses oligárquicos de uma elite ali instalada até as aspirações das novas classes de trabalhadores que progressivamente se reuniam em associações e partidos.<sup>483</sup>

Há, contudo, um movimento mais de fundo, menos preso a essa superfície de dados, e que pode ser avistado somente pelos debates, repercussões e efeitos deste contexto objetivo. Este movimento teria como virtude colocar-se mais próximo da experiência de alguns daqueles atores, mais particularmente da classe letrada. Os relatos e impressões encontrados na *Revista Brasileira* dão conta de uma experiência extremamente plural e diversificada que a partir de determinados eventos reconfiguravam toda uma forma de representar o tempo, com a abertura de novos futuros ou mesmo o temor de que a sua frente nada mais havia do que um grande abismo para onde o país se direcionava. Redefiniam-se identidades até

<sup>481</sup> SEVCENKO, *Op. Cit.*, pág. 52.

<sup>482</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

<sup>483</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*

então cristalizadas e criavam-se narrativas sobre crises ou mesmo perspectivas de um futuro promissor.

A república parece atuar como evento catalisador das mais diversas reações. Proveniente da Escola de Recife como, aliás, grande parte dos colaboradores da revista, o jurista João Carneiro de Sousa Bandeira confrontava o entusiasmo de sua geração envolvida em vários projetos de transformação do país com o desânimo abatido logo depois dos primeiros anos republicanos. Havia, segundo ele, clara distinção entre a confiança nos projetos batizados nas décadas de 1870 e 1880 e o pessimismo que os cercavam no presente. Assim inicia: “Tempo de lutas e de sonhos! Época em que animados pelos entusiasmos das fortes convicções que só se tem aos vinte anos e eletrizados pela palavra iluminada de Tobias Barreto, o grande mestre, nós nos batíamos pela propaganda das ideias do século.”<sup>484</sup>

Para então concluir:

Quão longe vão estes tempos e porque transformações tem passado de então para cá a sociedade brasileira. Quantos desmentiram as promessas de um futuro brilhante (...) quando comparam os belos sonhos da mocidade, com o lastimável espetáculo que lhes apresenta a sociedade presente.<sup>485</sup>

Para os juristas de então a constante instabilidade provocada pelo governo republicano que vivia assombrado por revoltas e estados de sítio era o principal sintoma da crise. Tarquínio de Souza, também este da Escola de Direito do Recife, apresentava na revista uma longa exposição sobre este novo instrumento jurídico que o país passava a conviver constantemente nos anos 1890, a saber, a declaração de estado de sítio, suas implicações e consequências.

Segundo Tarquínio o uso desproporcional de tal ferramenta seria um forte índice da perda de autoridade constitucional do governo republicano e seu direcionamento para a crise. Havia então uma tênue linha entre o governo que se valia do estado de sítio para a proteção do país a um perigo real e aquele que o instrumentalizava para legitimar a violência e a suspensão constitucional:

Dele tem lançado mão os governos, não em casos de séria e profunda convulsão social, quando conturbada a ordem e

---

<sup>484</sup>SOUZA BANDEIRA, J.C. Estudo de Legislação Comparada. Tomo I, **Revista Brasileira**, 1895, pág. 316

<sup>485</sup>*Ibidem*, pág. 316.

ameaçada as instituições, mas simplesmente servindo de instrumento para a prática de atentados e violências, satisfação de vinganças políticas e ódios partidários nas mãos de defensores ocasionais do poder público.<sup>486</sup>

Governar por decretos, segundo o olhar de um jurista, era o atestado definitivo do descompasso entre a letra da lei e os costumes e tendências de um povo. Era o atestado da “inorganicidade” de um governo que paulatinamente traía as expectativas e reforçava a produção de diagnósticos da decadência.<sup>487</sup> Neste sentido, “o abuso [de um instrumento como] o estado sítio trará inevitavelmente o descrédito da constituição e o desprestígio do regime republicano.”<sup>488</sup> Usado para legitimar o crime e justificar a violência, o estado de sítio que assombrava os primeiros anos republicanos era simplesmente algo como “tornar a arbitrariedade expediente cotidiano de governos incapazes.”<sup>489</sup>

A república que fatigava para encontrar uma base sólida e constitucional era constrangida a lançar para o futuro a possibilidade de sua realização completa. Mesmo um ferrenho republicano como Medeiros de Albuquerque<sup>490</sup>, quando chamado à cena na *Revista Brasileira* expunha argumentos que, menos que defender o regime ali existente, postergava por um tempo indeterminado a possibilidade de realização da república prometida. Ou seja, mesmo na percepção de um republicano, o regime vigente era mais lembrado como aquele de projetos estagnados do que propriamente da efetiva emancipação do país.

<sup>486</sup>TARQUINIO DE SOUZA. O Estado de Sítio. Tomo III, **Revista Brasileira**, 1895, pág. 196.

<sup>487</sup> O jornalista Ferreira de Araújo, responsável por uma coluna quinzenal na *Revista Brasileira*, relatava uma situação em que as forças armadas estavam no centro de um impasse político em 1896. Com o exército disputado por vários segmentos políticos, Ferreira de Araújo enfatizava a instabilidade que caracterizava os anos republicanos onde quem mais tivesse poder de persuasão frente a ele conseguiria angariar a força necessária para a instauração de um novo regime. Repudiando “qualquer intervenção direta e coletiva das classes armadas nos negócios políticos”, Ferreira de Araújo cobrava de tal instituição que assumisse suas funções e assegurasse a existência de um governo civil no país. FERREIRA DE ARAÚJO. A Política. Tomo VI, **Revista Brasileira**, 1896, pág. 62.

<sup>488</sup>TARQUINIO DE SOUZA, *Op. Cit*, pág. 202.

<sup>489</sup>*Ibidem*, 205.

<sup>490</sup>Os escritos de Medeiros de Albuquerque na *Revista Brasileira* são os únicos momentos em que é possível observar uma defesa clara e aberta do regime republicano. Não propriamente pelo elogio às contribuições que nos seus poucos anos ele já dava ao país, mas propriamente, segundo o autor, por ele representar uma tendência orgânica do país à descentralização e uma administração distinta daquela levada a pelo Império. Segundo Albuquerque, as características geográficas do país, as heranças históricas da colonização e as efervescências locais que principalmente durante o Império nunca deixaram de existir ratificam tal tendência orgânica do país ao sistema republicano. MEDEIROS DE ALBUQUERQUE. Federação e República. Tomo I, **Revista Brasileira**, 1895.

Em “Sete Anos de República no Brasil”, Albuquerque procura responder a Oliveira Lima e outros críticos que tendiam a comparar demasiadamente a república brasileira com aquela americana, restando para a primeira sempre a sensação de um déficit a ser quitado. A avaliação do momento republicano proposta por Medeiros é um reconhecimento e procura por justificativas das irrealizações de até então do novo regime. A um dos principais questionamentos que este sofria – a constante militarização da vida política – o republicano Albuquerque reivindicava que a república era um movimento majoritariamente civil e que recebia do exército apenas o apoio final:

A verdade é que se esse elemento [militar] a levou a termo foi porque já encontrou o terreno preparado – e preparado pelas classes civis. Foi a agitação das ruas que tornou a revolução provável e natural. Faltava-lhe a força. Essa o exército deu.<sup>491</sup>

Pesava sobre o malogro da república até então dois fatores fundamentais. O primeiro o desconhecimento dos mecanismos constitucionais que a guiavam, além também de uma ideia de um presidencialismo “estreito, geométrico e anguloso” que esperava do presidente ações cabíveis a outros poderes. O segundo, a insistente comparação com os Estados Unidos que obliterava os “antecedentes históricos, raça e meio. Copiou-se”.<sup>492</sup> O traço comum entre as justificativas de Albuquerque para o parcial malogro republicano e a pena pesada de Tarquínio de Souza para os excessos do novo regime, era o sentimento da incompletude e da quebra nas expectativas de transformações prometidas. O desencantamento presente em tais avaliações terá como desdobramento uma postura particularmente característica do letrado daqueles anos e que José Veríssimo parecia reunir tão bem na sua figura.

Veríssimo, como já destacado, recorria a uma definição do *pessimismo* como o ponto de partida de qualquer progresso. Não um pessimismo que visasse algum tipo de retorno no tempo, na idealização de alguma época, mas de um pessimismo como ato guardar uma reserva quanto ao presente e suas realizações, sem deixar de abrir-se para a possibilidade do progresso futuro: “No sentido

---

<sup>491</sup>MEDEIROS ALBUQUERQUE. Sete anos de República no Brasil. Tomo VIII, **Revista Brasileira**, 1896, pág. 239.

<sup>492</sup>*Ibidem*, pág.240.



comum o pessimismo é talvez a fonte de todo o progresso, senão de todo o bem. É a expressão de um descontentamento que procura melhor.”<sup>493</sup>

É com juízo semelhante que observava a obra do monarquista Joaquim Nabuco, exímio cultor do pessimismo como fonte do progresso, e que cada vez mais se valia de tal postura para enfrentar o desterro que os tempos republicanos os reservavam. Às idealizações do passado de Nabuco, Veríssimo com sua fina ironia para com o decorrer do tempo, recordava que o operário de hoje era o escravo de ontem e pedia ao amigo:

Não desconhecamos o passado e seus serviços, mas tenhamos fé no futuro. Há dois pessimismos: um que maldiz do presente por amor ao passado, outro que o maldiz, por amor do futuro. A este ao menos alenta-o a esperança e a esperança, ao invés do desespero, pode ser fecunda.<sup>494</sup>

\*\*\*

A crise e o desconsolo republicano por certo não terão apenas a imagem de um lamento. Um efeito mais poderoso virá com outra modulação dessa crise, esta com um papel ainda mais forte na redefinição de uma relação com o tempo, da avaliação do passado e de uma nova identidade para o país futuro. Ao reconhecimento da profunda singularidade do fenômeno da miscigenação no país, somava-se agora a descoberta de um Brasil profundo representado pelo sertão e no qual a Guerra de Canudos terá um eminente papel catalisador. Uma percepção razoavelmente difundida era a de que o país vivia um momento histórico absolutamente singular, onde se redefinia qual passado valorizar e questionava-se a imagem de um país coeso e auto centrado.

A singularidade do momento histórico vivido já havia sido apontada por Sílvio Romero e seu elogio e crítica do fenômeno da mestiçagem. Romero que sempre quis dar um salto maior que aquele de Von Martius no IHGB – que havia proposto uma primeira imagem do Brasil como a conjunção do elemento europeu, africano e indígena –, afirmava que já era o momento do país reconhecer que possuía um tipo definido capaz de ser a pedra de toque da diferenciação nacional:

<sup>493</sup>VERÍSSIMO, José. Academia Brasileira. Recepção do Sr. João Ribeiro. Tomo XVI, **Revista Brasileira**, 1898, pág. 279.

<sup>494</sup> VERÍSSIMO, José. Um historiador político. Tomo XIV, **Revista Brasileira**, 1898, pág. 176.

“não bastava dizer, com Martius, que era mister, na história do Brasil, estudar o elemento europeu, indígena e africano; era necessário ir adiante e afirmar que o brasileiro é resultado daqueles fatores, é o mestiço, quer físico, quer moral.”<sup>495</sup>

O fenômeno da mestiçagem parecia impulsionar naquele momento as principais imagens de Brasil, mas uma em especial passa a receber uma nova valorização quando confrontada com este fenômeno. A imagem de que o preterido norte do Brasil representasse o último bastião de um país que no sul se entregava a uma profusão de raças e a perda de sua essência, era defendida pelo jurista, também da Escola de Recife, José Higino Duarte Pereira. A esperança para o futuro se encontrava então numa região que havia se conservado distante do acolhimento a elementos heteróclitos e se aproveitava dos séculos de isolamento para formação de uma raça forte e que daria o sentido último da nacionalidade brasileira:

Na nova fase da existência brasileira esse histórico Estado do Norte [Pernambuco], se acha destinado ao mais esperançoso futuro. Ao contrário de outros estados e apesar do seu céu benigno e da fertilidade dos seus campos, ele tem se conservado ao abrigo das levas de imigrantes europeus que parecem querer submergir o sul numa inundação de estrangeirismo. Ali subsistia com efeito o Brasil, quando um dia, não se havendo oposto um dique à maré enchente dos asilados de outros continentes a nossa nacionalidade se tiver afundado numa mestiçagem heteróclita de raças.<sup>496</sup>

Não só Pernambuco, mas também o Ceará e outras províncias do norte viam no regime republicano a possibilidade de abertura para tal parte constituinte do país que durante a monarquia fora preterida frente ao centro-sul. Entre os letrados daquela região que colaboravam com a revista a República aparecia como possibilidade de descentralização da produção intelectual e valorização de um país mais plural do que se costuma imaginar. O cearense Antônio Salles assim resumia sua decepção: “Uma das feições mais deprimentes das letras brasileiras sob o regime monárquico foi sempre a ausência de um comércio de ideias de uma província a outra e entre as províncias e a antiga corte.”<sup>497</sup>

<sup>495</sup>ROMERO, Silvio. Martins Pena. Tomo X, **Revista Brasileira**, 1897, pág. 248.

<sup>496</sup>DUARTE PEREIRA, José Higino, Pernambuco e seu desenvolvimento histórico. Tomo I, **Revista Brasileira**, pág. 389.

<sup>497</sup>SALLES, Antonio. O Ceará Literário. Tomo IX, **Revista Brasileira**, 1897, pág. 178.

Mais radicalmente que o norte, era o sertão que emergia como espaço privilegiado da conservação da nacionalidade brasileira. O sertão que só recentemente passava a ganhar destaque após séculos de confinamento a simples relatos de viajantes ou observações de cultura popular, da qual Sílvio Romero era investigador pioneiro, era agora colocado no centro da história nacional. O projeto de resgate do sertão como pedra de toque da nacionalidade pode ser avistado num movimento de fundo maior, a saber, aquele da diferenciação com a historiografia romântica que não seria capaz, segundo opiniões de Veríssimo e Romero, de tirar o passado da obscuridade através de sua retórica vazia e seu “zigzague da linguagem”.<sup>498</sup> Neste sentido, enquanto a historiografia romântica não ultrapassaria uma dimensão superficial do passado, o novo modelo de escrita encontrava no sertão o elemento apropriado para o acesso a um dado “passado profundo” da nação.

O interesse por esse novo Brasil recebia o apadrinhamento do historiador cearense Capistrano de Abreu que reivindicava a necessária inclusão do sertão como elemento performativo na história do país. Sua influência natural sobre a história, especialmente na região norte, formava o amálgama que sintetizava a imagem daquele novo Brasil, agora não só restrito ao centro sul e ao litoral, mas sim à junção de tais elementos: “Como no Ceará em que o sertão investiu contra o litoral; o litoral resistiu ao sertão e por fim, domou-o; como estes dois elementos unidos se amalgamaram e conciliaram, formando hoje uma população homogênea e entusiasta de sua terra.”<sup>499</sup>

Seria um engano, contudo, afirmar que o processo de incorporação do sertão ao centro do imaginário nacional, como referência de identidade, teria sido um processo pacífico e natural. É como evento catalisador desse movimento que podemos ver a Guerra de Canudos que estoura em fins de 1896. Esta terá um papel crucial na inclusão do sertão no centro dos debates e principalmente dos temores que surgiam num país que colocara aquela região por séculos num confinamento.

Na *Revista Brasileira*, como na ampla maioria da imprensa da capital então, as reações mais imediatas são aquelas da condenação do levante de

---

<sup>498</sup>TURIN, Rodrigo. *Op.Cit.*, pág.170.

<sup>499</sup>CAPISTRANO DE ABREU. Sobre uma história do Ceará. Tomo IX, *Revista Brasileira*, 1897 pág. 356.

fanáticos sebastianistas no norte da Bahia. Novamente o jornalista republicano Ferreira de Araújo é quem levanta o tom da condenação, inicialmente associando o levante à propaganda monarquista que, “por puro fanatismo, tem enviado a esse homem [Antônio Conselheiro] as armas e dinheiro de que se tem mostrado provido até agora.”<sup>500</sup> Escrevendo seu artigo em março de 1897, àquela altura Ferreira de Araújo já estava informado da gravidade da questão e das perdas das investidas do major Febrônio de Brito e do Coronel Moreira Cesar. Seu escrito é, de fato, uma convocação à guerra contra os “agitadores monarquistas” e um pedido expresso de intolerância para aqueles que colocam em risco a república brasileira:

Toda a tolerância com os que discordam de uma opinião e a discutem, é dever dos povos cultos; mas a tolerância para os que combatem em todos os terrenos, à luz do sol e a sombra, é um crime, e esse crime de certo não o cometerá quem tem a responsabilidade histórica da fundação da república do Brasil.<sup>501</sup>

A passagem do tempo, porém, progressivamente redefinia as avaliações sobre Canudos. Já em fins de 1899, evitado o perigo da ameaça monarquista, escrevia impiedosas linhas contra o governo republicano e sua ação frente aos seus próprios compatriotas sertanejos: “Não sei que a história conte página mais triste, e ao mesmo tempo mais imbecil, que a da mal chamada guerra de Canudos.”<sup>502</sup>

Em dois anos a guerra passava do temível temor do retorno monarquista a uma ação de imbecilidade sem tamanho que seria constantemente lembrada para que a república não esquecesse o horror cometido. A crítica à maneira pela qual se buscava impor a civilização era aqui similar àquela que Euclides da Cunha faria mais tarde na sua obra mestre com sua alusão à civilização imposta “sob os clarões das baionetas e dos canhões alemães Krupp”. Daquilo que ficava a ser lembrado estava a “imbecilidade dessa luta desnecessária, facilmente evitável e

<sup>500</sup>FERREIRA DE ARAÚJO. A Política. Tomo IX, **Revista Brasileira**, 1897, pág. 318.

<sup>501</sup>*Ibidem*, pág.382.

<sup>502</sup>VERÍSSIMO, José. O rei dos jagunços por Manoel Benício. Tomo XIX, **Revista Brasileira**, 1899, pág. 119.

inglória, e a ferocidade do elemento legal que pretendia nela representar a nossa civilização, e talvez até a civilização.”<sup>503</sup>

Canudos certamente foi uma importante face da crise e do desencantamento republicano. Seu papel de lançar luz sobre o esquecimento de uma parte constituinte do país é evidente. A valorização da imagem do sertão – que nas décadas finais do século XIX passa a ganhar um papel central na literatura e na cultura nacional que ocupará por um bom tempo também no século XX – era a síntese máxima de um Brasil que era mais plural do que se imaginava então. Um país que guardava dentro de si mais tempos e complexidades do que a república fundada sob a ótica do positivismo e do evolucionismo podia imaginar. Era o exemplo que Canudos legava. Ou, para encerrar com a forma predominante pela qual aqueles letrados se colocavam em público então, isto é, a ironia e a procura pela polêmica, dizia José Veríssimo do seu algoz Sílvio Romero: “Oh! O meu amigo Sílvio Romero tem uma excelente e eloquente página sobre a doçura e amenidade de nossa índole... Como Canudos justificou o escritor!...”<sup>504</sup>

---

<sup>503</sup> *Ibidem*, pág. 120.

<sup>504</sup> *Ibidem*, pág. 120.

## 6. Considerações finais

*Jamais houve uma época que não se sentisse moderna, no sentido mais excêntrico do termo, e não acreditasse estar diante de um abismo iminente. A lúcida consciência desesperada de estar no meio de uma crise decisiva é algo crônico da humanidade.*

Walter Benjamin

A preocupação primordial desta dissertação foi lançar luz sobre a existência de uma forma da experiência do tempo entre letrados brasileiros e argentinos nos momentos finais do século XIX marcada pela multiplicidade de conteúdos e imagens possíveis do tempo. Procurou-se argumentar através de um conjunto de sintomas que aquela experiência não pode ser reduzida a uma agenda otimista simbolizada por conceitos como modernização, cientificismo e progresso, quando absolutizados. Os estudos aqui presentes revelam que uma postura mais adequada na leitura daquele contexto seria aquela que considerasse também o complexo de temores, crises e dúvidas que constituíam sua parte intrínseca.

A escolha por operar em quatro estudos relativamente independentes e tratar dos casos brasileiro e argentino em momentos separados – ainda que alguns paralelos sejam possíveis e até evidentes – tinha como objetivo liberar as fontes investigadas de uma imposição de sentidos pré-estabelecidos. Oferecendo maior liberdade de exposição aos relatos e impressões daqueles autores, pensamos ter cumprido aquele objetivo maior de não imputar um contexto estático que desse as regras de atuação para aqueles agentes.

De todo modo, salta aos olhos os paralelos entre aquelas duas conjunturas e a complexidade inerente à tarefa de reconstrução da experiência do tempo que elas trazem. Se nos atentarmos para aqueles autores que receberam nesta dissertação um espaço particular, Euclides da Cunha e José María Ramos Mejía, os parâmetros de comparação logo vêm à tona, especialmente pela capacidade de inteligibilidade mútua. Ao mesmo tempo em que eram impelidos a cederem ao cientificismo dos seus pares letrados, com momentos de rígida e ardorosa leitura da ciência corrente, também alternaram ocasiões de grande lucidez crítica a

respeito do real alcance daqueles mecanismos explicativos. Não há como não associar o Ramos Mejía do projeto científico de uma “histologia da história” que nada deixaria escapar à sua lente, com as linhas de Euclides da Cunha em “A terra” e em parte de “O homem” onde ele traça as delimitações naturais e físicas que a ciência corrente colocava ao sertanejo e ao seu meio.

Nas mesmas obras, porém, suas faces mais intrigantes também estão presentes. É curioso que ambos se apropriem elogiosamente das obras, por exemplo, de Henry Maudsley, Jules Fauret e Gumplowicz, mas também para mostrar o restrito alcance de suas teses. Era o que dizia Euclides sobre onde não conseguia chegar “o grande professor de Graz”. Os dois autores irão ainda mais adiante no julgamento das contradições de seu tempo, basta olharmos para Mejía e sua preocupação com a constante histórica chamada “loucura” (se recordarmos essa é a força motriz de sua filosofia da história) e Euclides que apelava aos oximoros para aproximar a loucura e o fanatismo de Antônio Conselheiro das suas próprias forças.

Em última instância, a real implicação de tal postura dos dois autores era apelar para a forte proximidade entre os valores civilizacionais e seu próprio avesso, ainda que cada um tenha conhecido os abismos do seu tempo de uma maneira distinta: Euclides como correspondente de guerra e o médico Ramos Mejía com as enfermidades mentais que presenciava diariamente em sua clínica. O fato era que em fins do século XIX, o século que de algum modo deveria marcar o ponto mais alto do trajeto evolucionista, aqueles autores eram obrigados a reconhecer a convivência de distintos momentos da evolução e ver a suposta ideia de linearidade temporal ser radicalmente desafiada.

Provenientes de um regime de escrita da história que buscava romper com certos parâmetros da historiografia romântica, Euclides e Mejía tinham por objetivo encontrar uma realidade profunda e obscura às lentes dos superficiais métodos da historiografia anterior; Euclides com o *sertão* e Ramos Mejía com os fenômenos mentais que originariam a loucura. Os dois autores se deparavam, porém, com situações que iam progressivamente reorganizando suas próprias concepções e sua escrita. É o caso da decepção de Euclides com a república que insistia em desconhecer o país ou mesmo da constatação de Ramos Mejía com a decadência de seu presente quando comparado com o vigor e a tenacidade da geração que alcançou a independência argentina.

O confronto entre as duas revistas revela de forma ainda mais cristalina a impossibilidade da exibição de um conteúdo de expectativa único como definidor daquele conjunto de experiências. Com alguma distinção como na relação com o Estado, por exemplo, em que a *Revista Brasileira* mostrava-se autossustentável com suas vendas e colaborações, enquanto a *La Biblioteca* era custeada diretamente pelo tesouro público (o que lhe custará o seu fim), podemos ver que as revistas se assemelhavam ao oferecer aos letrados uma via de escape para uma profissão de difícil reconhecimento naquela conjuntura. Assemelhavam-se ainda na forma assumida pela revista como contraponto à efemeridade diária do jornal que, para os diretores Groussac e Veríssimo, limitava radicalmente a reflexão e era sintoma de um tempo avesso às permanências.

Groussac e Veríssimo que, ao oxigenarem suas comunidades letradas através de seus projetos editoriais, traziam em comum o desejo expresso de dar ao campo letrado uma esfera de ação decididamente independente do poder político ao qual esteve intrinsecamente ligado ao longo do século XIX. Compartilhavam ainda a crítica ao critério nacional como via de julgamento histórico e também estético, aqui mais ainda Paul Groussac que tinha na sua naturalidade francesa um difícil entrave para ser completamente aceito na cena letrada argentina. Era, porém, no ceticismo que Groussac e Veríssimo se identificavam mais proximamente. Num ceticismo até certo ponto vago, mas claro na medida em que recusavam um tempo que para eles representava aquele da perda de valores permanentes e duradouros. Recusavam, sobretudo, intensificar ainda mais uma aceleração que tornassem aqueles conteúdos de experiência e expectativa ainda mais instáveis e sem possibilidade de previsões e antecipações.

Os dois diretores ainda irão puxar nas revistas o debate a respeito da “questão social” que gerou tantas reações e expectativas. Desde entusiasmos e projeções mais otimistas com os rumos da transformação social como aquele de Francisco Ramos Mejía, até o lamento e o temor de que aquela nova ordem representasse o estágio final da civilização como nos casos de Miguel Cané e João Ribeiro. Estavam em jogo ali distintas maneiras de relação com o tempo, ora intensificadoras, ora de impulso mais contido e moderador.

Para vias de orientação em um tempo convulsionado, é o discurso histórico que aparece como caminho privilegiado. Sua forma de doação de sentido, muitas vezes ligado a um entendimento organicista do tempo, possibilitará em finais do



XIX uma sólida compreensão historicizada do processo histórico. O que não impedirá, como vimos, as permanências de regimes anteriores como aquele de uma história marcadamente providencialista. Neste caso, quem avançou mais profundamente por certo fora a *La Biblioteca* com um maior espaço concedido a textos de tal natureza, demarcando distintas formas de agenciamento da relação com o passado, especialmente através do Direito e sua preocupação institucionalista.

Será, entretanto, o debate sobre a ciência aquele capaz de lançar mais luzes sobre a conflituosa relação com o tempo. Principalmente porque seria um engano afirmar que a forte difusão do debate científico naquele momento significava diretamente o predomínio do *cientificismo* e de uma agenda otimista com a possibilidade transformadora de tal conhecimento. E aqui o caso proeminente é o da *Revista Brasileira*, particularmente pela emergência do discurso racial sobre a mestiçagem que constatava a radical especificidade histórica do caso brasileiro. Constata-se ainda que, para compreender a complexidade de tradições e temporalidades que compunham o Brasil, era preciso algo mais do que a ciência evolucionista e sua forma de ordenação do tempo podiam então oferecer.

## 7. Referências bibliográficas.

### Fontes.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. 4º ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GROUSSAC, Paul (dir.). **La Biblioteca**: historia, ciencia, letras. Tomos I-VIII. Buenos Aires: librería de Felix Lajouane editor. 1896-1898.

RAMOS MEJÍA, José María. **La locura en la historia**. 1º ed. Buenos Aires: Librería Félix Lajouane, 1895.

RAMOS MEJÍA, José María. **Las neurosis de los hombres célebres en la historia argentina**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2013. (Baseada na segunda edição, de 1915).

VERÍSSIMO, José. (dir.) **Revista Brasileira**. Tomos I-XX. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores. 1895-1899.

### Bibliografia geral.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento** – A geração de 1870 na crise do Brasil Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Paula (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: FCE, 2004.

ALTAMIRANO C.(org.). **Historia de los intelectuales en America Latina**. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

ARANHA, Graça. (org.). **Correspondências Machado de Assis & Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica. **Almanack Braziliense**, N.07, Maio 2008. pág. 47-55.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. Revista **História da Historiografia**, Ouro Preto, nº12, agosto 2013.

- ARENDDT, Hannah. O homem: animal social ou político. In:\_\_\_\_\_. **A condição humana**. 10ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDDT, Hannah. A questão social. In: \_\_\_\_\_. **Da Revolução**. Brasília: Editora da UNB, 1988.
- BARBOSA, João Alexandre. **A tradição do impasse**: a linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo. São Paulo: Ática, 1974.
- BARTHES, Roland. **O último escritor feliz**. Trad. Juliana Bratfisch. Edições Chão da Feira, n° 30, 2014.
- BERNUCCI, Leopoldo M (org.). **Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 2008.
- BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: de 1870 a 1930. Volume IV – 1º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BIAGINI, Hugo. **Cómo fue la Generación del 80**. Col. Esquemas Históricos., Bs. As., Editorial Plus Ultra, 1980.
- BLANCKAERT, Claude. **La nature de la société**. Organicisme et sciences sociales au XIX siècle. Paris: L’Harmattan, 2004.
- BRUNO, Paula. **Paul Groussac**: un estratega intelectual. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economia, 2005.
- CASTRO ROCHA, João Cezar de. **O exílio do homem cordial**: ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.
- CHARLE, Christophe. **Naissance des “intellectuels”** (1880-1900). Paris: Éditions de Minuit, 1990.
- COSTA LIMA, Luiz. **Terra Ignota**: a construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.
- CRESPO, Regina (Coord.) **Revistas en América Latina**. Proyectos literarios, políticos y culturales. México: Unam-Cialc, Ediciones Eón, 2010.
- DONGHI, Túlio Halperín. **Una nación para el desierto argentino**. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- DONGUI, Tulio Halperín. **Proyecto y Construcción de una Nación**. Caracas: Ediciones Biblioteca Ayacucho, 1980.
- FERES JUNIOR, João; PALTÍ, Elías José; ANNINO, Antonio (orgs.). **Mito y realidad de la “cultura política latinoamericana”**: debates em IberoIdeas. 1ªed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. — São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GARULI, Liliana. **Documentos de historia argentina (1870-1955)**. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.
- HARTOG, François. **O século XIX e a história**: o caso de Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2009.
- JASMIN, M. G.; FERES JR, João. **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: contraponto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. Progreso y decadencia. In: \_\_\_\_\_. **Historia de conceptos**. Estudios sobre semântica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012
- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- LEPENIES, Wolf. **Ascensão e declínio dos intelectuais na Europa**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Obra Completa**. Vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- MARQUARD, Odo. **Apologia de lo contingente**. Valencia (Espanha): Ediciones del Institució Alfons el Magnànim, 2000.
- MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: Imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2008.
- MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**. Breve História da Literatura Brasileira. São Paulo: E-relizações, 2014.
- NERHOT, Patrick. No princípio era o Direito. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. (Orgs.) **Passados recompostos**. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.
- NICOLAZZI, F.; MOLLO, H.M.; ARAÚJO, V.L. **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

- O'GORMAN, Edmundo. **A Invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- PALTI, Elías José. **Aporías**: tiempo, modernidad, historia, sujeto, nación, ley. Buenos Aires: Alianza, 2001.
- PALTI, Elias. **El tiempo de la política**: el siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate. **Almanack Braziliense**, nº07, Maio de 2008.
- POCOCK, John, G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- RAMA, Ángel. La modernización latinoamericana. 1870-1910. **Hispanamérica**, XII, n. 36, 1983.
- RAMOS, Julio. **Desencuentros de la modernidad en America Latina: literatura y política en el siglo XIX**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1994.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: \_\_\_\_\_. **Por uma história do político**. São Paulo: Editora Alameda, 2010.
- ROSSI, Paolo. **Naufraágios sem espectador**: a idéia de progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- ROUANET, Sergio Paulo (coord.). **Correspondências de Machado de Assis**. Tomo IV. Rio de Janeiro: ABL, 2012.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- TERÁN, Oscar. **Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)**. Ed. FCE. Buenos Aires, 2000.
- TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação (Mestrado) – PPGHIS, UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado) – PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- URQUIJO, José Mariluz. El Derecho y los historiadores. In: Academia Nacional de la Historia (org.). **La junta de historia y numismática y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)**. Buenos Aires, 1996.

VERGARA, Moema. **A revista brasileira**: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da monarquia para a república. Tese (Doutorado), PPGHIS, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.

WASSERMAN, Fábio. **Entre Clio y La Polis**: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860). Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

WEINBERG, Félix. El pensamiento de la generación del 80. **Cuadernos del Sur**, núm. 13, Universidad Nacional del Sur, 1980.

WEINBERG, Gregorio. **La ciencia y la idea de progreso en América Latina**, 1860-1930. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.